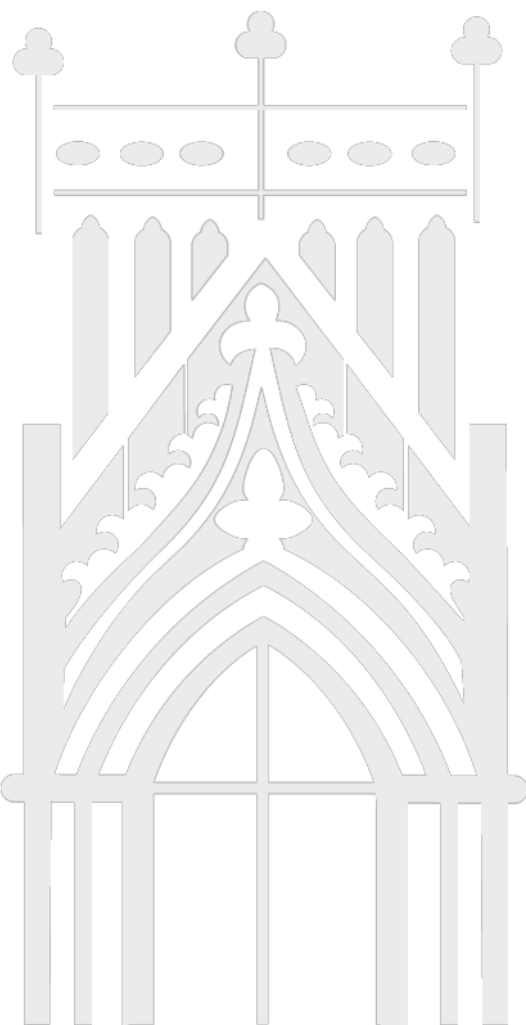


Mestrado em Construções Cívicas

ESPAÇO DE EXTENSÃO EDUCACIONAL
PARA PESSOA IDOSA: Diretrizes de Projeto
para Reabilitação de Imóvel Tombado no
Centro Histórico da Cidade de São Luís – MA.

Ana Carolina Amorim Passos Mendonça

junho | 2019



Escola Superior
de Tecnologia e Gestão



INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

PROJETO APLICADO

ESPAÇO DE EXTENSÃO EDUCACIONAL PARA PESSOA IDOSA:

Diretrizes de Projeto para Reabilitação de Imóvel Tombado no
Centro Histórico da Cidade de São Luís – MA

ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONÇA

Projeto Aplicado para obtenção do Grau de Mestre em Construções Cíveis

ORIENTADORA: Prof.^a Doutora Maria João Lino Silva Gomes

COORIENTADORA: Doutora Ellayne Kelly Gama de Paiva

Guarda – Portugal

2019

“O idoso conserva suas faculdades se mantiver vivos seus interesses. ”

Cícero, filósofo romano

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, sempre presente na minha vida, me guiando em todos os momentos pelos melhores caminhos.

Expresso meus sinceros agradecimentos também para:

À professora Doutora Maria João Lino Silva Gomes, orientadora deste trabalho, um especial agradecimento, que apesar da distância sempre esteve disponível. O seu incentivo me motivou e suas considerações sensatas enriqueceram este trabalho.

À Doutora Ellayne Kelly Gama de Paiva, coorientadora deste trabalho, suas diretrizes possibilitaram a concretização deste trabalho. Obrigada pela amizade!

Sinceros agradecimentos a todos os funcionários e alunos da Universidade Integrada da Terceira Idade (UNITI / UFMA), que sempre me receberam alegremente e cheios de esperança. Ter convivido com eles foi um enorme privilégio.

As colegas Danielle Magalhães (arquiteta IPHAN) e Danielle Castro (arquiteta FUMPH) pelas informações concedidas.

Ao arquiteto Rodrigo Mendes Campos que gentilmente disponibilizou os dados físicos para realização deste trabalho.

Ao IFMA, na pessoa do Senhor Carlos Roberto Ribeiro, pela sua atenção e liberação para acesso do imóvel objeto deste trabalho.

Aos colegas da UFMA pelo constante suporte e encorajamento ao longo deste trabalho.

Ao arquiteto Paulo Estefan Barbosa, agradeço pela sua amizade altruísta e indispensável auxílio concedido.

Ao colega Robert Richard pelo auxílio com a produção das maquetes eletrônicas.

À memória de Maria dos Remedios Amorim dos Passos, minha amada mãe, que sempre se dedicou para mostrar a importância da educação em nossas vidas. Nenhuma das suas sábias palavras serão esquecidas.

Ao meu pai Noworogowisck de Jesus Mendonça, que sempre mostrou com a sua reputação, que o sucesso profissional é resultado de aprendizagem constante. O amor por sua profissão, a engenharia civil, sempre me encantou.

A todos da família, em especial as minhas irmãs, sobrinhos, cunhado, sogros, tios, primos, um enorme agradecimento pelo carinho.

Ao meu marido Helder Carlos Silva Brito e meu amado filho Pedro Carlos Mendonça Brito, minha gratidão pela proteção, compreensão e amor. Obrigada pela nossa família!

Agradecimento geral a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Essa pesquisa aborda a temática de como o envelhecimento produtivo e saudável traz para a pessoa idosa um engrandecimento da sua autonomia, liberdade física e psíquica, além de reduzir os efeitos da perda da capacidade funcional, habitualmente presentes nessa população. Nessa direção, surgem importantes pesquisas que buscam aprofundar o conhecimento sobre quais são as perspectivas e anseios que as pessoas idosas têm a respeito das atividades que podem realizar e como desenvolver suas potencialidades e habilidades. O papel da pessoa idosa na estruturação da sociedade atual está sendo estudada por diversas áreas de conhecimento e esse despertar coletivo se deve principalmente pelo fato de que esses maduros indivíduos ainda estabelecerem importantes relações sociais e procuram de maneira obstinada o seu lugar na sociedade, onde buscam exercer plenamente a sua cidadania. O estudo do tema possibilitará a verificação de fatores que interferem e dificultam o acesso de pessoas idosas a espaços de extensão educacional, as suas perspectivas no processo de interação social, além de propor diretrizes para reabilitação de um imóvel tombado de modo a proporcionar ambientes físicos adequados e acessíveis para receber pessoas idosas. A realização da pesquisa na área central da cidade possibilita o resgate da memória histórica de uma edificação subutilizada e pela oportunidade de dar mais notoriedade a áreas comumente degradadas da cidade.

Palavras-chave: extensão educacional; pessoa idosa; projeto de reabilitação; imóveis tombados.

ABSTRACT

This research approaches the theme of how productive and healthy aging brings to the elderly an increase in their autonomy, physical and psychic freedom, as well as reduce the effects of the loss of functional capacity, usually present in this population. In this direction, there are important researches that seek to deepen the knowledge about what are the perspectives and longings that the elderly people have about the activities that can carry out and how to develop their potentialities and abilities. The role of the elderly person in the structuring of the present society is being studied by several areas of knowledge and this collective awakening is mainly due to the fact that these mature individuals still establish important social relations and stubbornly seek their place in society, where they seek fully exercise their citizenship. The study of the theme will enable the verification of factors that interfere and make difficult the access of elderly people to educational spaces, their perspectives in the process of social interaction, besides proposing guidelines for the rehabilitation of a property that has been dropped in order to provide adequate physical environments and accessible for elderly people. The realization of the research in the central area of the city allows the rescue of the historical memory of an underutilized building and for the opportunity to give more notoriety to commonly degraded areas of the city.

Keywords: educational extension; elderly people; rehabilitation project; listed real estate.

INDICE GERAL

DEDICATÓRIA	v
AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO / PALAVRAS-CHAVE	ix
ABSTRACT / KEYWORDS	xi
INDICE GERAL	xiii
SIGLAS	xv
LISTA DE QUADROS	xix
LISTA DE FIGURAS	xxi
LISTA DE GRÁFICOS	xxv
LISTA DE TABELAS	xxvii
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	3
1.1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.2 OBJETIVOS	5
1.3 METODOLOGIA ADOTADA	6
1.4 ESTRUTURA DO PROJETO	7
CAPÍTULO 2: REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 ENVELHECER: Privilégio para poucos	11
2.1.1 Contexto Internacional	14
2.1.2 Realidade Brasileira	18
2.1.3 A vida em São Luís / MA	23
2.2 EDUCAÇÃO: Garantia da cidadania	29
2.2.1 Projetos de Extensão	29
2.2.2 Universidade para Idosos	31
2.3 LEGISLAÇÃO	34
2.3.1 Lei nº 8.842 / 1994	34
2.3.2 Lei nº 10.741 / 2003	35
2.3.3 Decreto nº 8.114 / 2013	35
2.3.4 Legislações Estadual e Municipal	36
2.3.5 Decreto Lei nº 25 / 1937	37
2.3.6 Instrução Normativa nº 01 / 2003	38
2.3.7 Lei nº 10.257 / 2001	39
2.3.8 NBR 9050	40

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	43
3.1 ESCOLHA DO IMÓVEL	43
3.1.1 Reabilitação Arquitetônica	44
3.1.2 Plano de Intervenção	46
3.2 PROJETO DE EXTENSÃO UNITI	48
3.2.1 Compromisso do Projeto	49
3.2.2 Estrutura do Projeto de Extensão	49
3.2.3 Desafios	50
3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	53
3.3.1 Instrumentos de Coleta de Dados	53
3.3.2 Análise dos Resultados	55
CAPÍTULO 4: ESTUDO DE CASO (Galpões do Cais de Santo Ângelo)	65
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	65
4.1.1 São Luís do Maranhão	65
4.1.2 Patrimônio Cultural	71
4.2 IDENTIFICAÇÃO E CONHECIMENTO DO BEM	74
4.2.1 Composição do Espaço Urbano	74
4.2.2 Levantamento Físico	90
4.2.3 Análise Tipológica	127
4.3 DIAGNÓSTICO	132
4.3.1 Mapeamento dos Danos	132
4.3.2 Análise do Estado de Conservação	139
4.4 ESTUDO PRELIMINAR DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	142
4.4.1 Memorial Descritivo	142
4.4.2 Especificações Preliminares dos Materiais	159
4.4.3 Peças Gráficas	167
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207
APÊNDICES	215
ANEXOS	223

SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AML	Academia Maranhense de Letras
APEFA	Associação Portuguesa de Educação e Formação para Adultos
APO	Avaliação Pós-Ocupação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAISI	Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso
CAPs	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CB-40	Comitê Brasileiro de Acessibilidade
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CEMESP	Centro de Medicina Especializada
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CER	Centro Especializado de Reabilitação e Promoção da Saúde
CF	Constituição Federal
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CP	Cartas Patrimoniais
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CREAISPI	Centro de Referência Especializado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa
DGPC	Direção Geral do Patrimônio Cultural
DML	Depósito de Material de Limpeza
EI	Estatuto do Idoso
ELSI	Estudo Longitudinal das Condições de Saúde e Bem-Estar da População Idosa
EMSERH	Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares
EUROSTAT	Departamento de Estatística da União Europeia
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUMPH	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCROM	Centro Internacional de Estudos de Conservação e Restauração dos Bens Culturais
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano Geral

IE	Índice de Envelhecimento
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
ILPI	Instituição Pública de Longa Permanência para Idosos
INCID	Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IP	Instituto de Psicologia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LabSLZ	Laboratório Urbano Efêmero
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MAVAM	Museu da Memória Áudio Visual do Maranhão
MCTIC	Programa de Habitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MOPI	Movimento Pró-Idoso
MPMA	Ministério Público do Maranhão
NBR	Norma Brasileira
NETI	Núcleo de Estudos de Terceira Idade
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLEAMA	Oleaginosas Maranhense SA
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAI	Programa de Assistência ao Idoso
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PCD	Pessoas com Deficiência
PNI	Política Nacional do Idoso
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPRCH	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico
PROEXCE	Pró-reitora de Extensão, Cultura e Empreendedorismo
RM	Região Metropolitana
SAELTPA	Serviço de Água, Esgoto, Luz, Tração e Prensa de Algodão
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social

SEDIHPOP	Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular
SEGEPI	Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores do Maranhão
SEMCAS	Subprefeitura do Centro Histórico, da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SEMDEL	Secretaria Municipal de Desportos e Lazer
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMUS	Secretaria Municipal de Saúde
SEMUSC	Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania
SES	Secretaria da Saúde
SESC	Serviço Social do Comércio
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UnATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNITI	Universidade Integrada da Terceira Idade
USP	Universidade de São Paulo
UTI	Universidade da Terceira Idade
ZPH	Zona de Preservação Histórica

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Princípios das Nações Unidas para as pessoas idosas	12
Quadro 2:	Preocupação com a aposentadoria no Brasil	20
Quadro 3:	Relação das Universidades para idosos no Brasil	33
Quadro 4:	Principais ações para as pessoas idosas	36
Quadro 5:	Ações do Programa Monumenta	46
Quadro 6:	Estrutura curricular do Programa UNITI / UFMA	49
Quadro 7:	Locais tombados pela UNESCO no Brasil	72
Quadro 8:	Referências internacionais sobre entorno de bens tombados	79
Quadro 9:	Descrição geral, implantação, fachada principal e cobertura dos imóveis lindeiros	83
Quadro 10:	Enquadramentos legais para zona de proteção histórica (ZPH)	102
Quadro 11:	Legislação vinculada à zona de proteção histórica (ZPH)	103
Quadro 12:	Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018	106
Quadro 13:	Descrição geral e fotos dos elementos artísticos em 2018	124
Quadro 14:	Classificação dos danos encontrados nos imóveis em 2018	132
Quadro 15:	Identificação dos espaços e fluxos nos imóveis	148
Quadro 16:	Análise prévia da viabilidade técnica	154
Quadro 17:	Especificações preliminares dos materiais / PISO	160
Quadro 18:	Especificações preliminares dos materiais / PAREDE	163
Quadro 19:	Especificações preliminares dos materiais / TETO	165

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Eixos operativos no âmbito do AEEASG	13
Figura 2:	Regiões NUTS II em Portugal	17
Figura 3:	Tábuas completas de mortalidade no Brasil e Maranhão	24
Figura 4:	Percentual da população idosa e sua localização na cidade	24
Figura 5:	Atividades culturais e esportivas promovidas pelo Vida Ativa	28
Figura 6:	Mapa com os limites, zoneamento e localização da área estudada	43
Figura 7:	Mapa com trajeto e distância entre a UFMA e os imóveis estudados	44
Figura 8:	Curso da vida para mulheres e homens (HOJE)	51
Figura 9:	Curso da vida para mulheres e homens (FUTURO)	52
Figura 10:	Levantamento da cruz na colônia francesa (1614)	65
Figura 11:	Local onde aconteceu a Batalha de Guaxenduba	66
Figura 12:	Transporte e comercialização do babaçu no Maranhão (Século XVIII ao XX)	71
Figura 13:	(1) Maranhão no Brasil. (2) Estado do Maranhão. (3) Município de São Luís	75
Figura 14:	Mapa da cidade de São Luís (planta anterior a 1647)	75
Figura 15:	Mapa da cidade de São Luís (1789)	75
Figura 16:	Mapa da cidade de São Luís (1853)	76
Figura 17:	Mapa com a divisão dos distritos da cidade de São Luís (1912)	76
Figura 18:	Sistema de transporte (tração animal)	78
Figura 19:	Bonde da Ulen Company	78
Figura 20:	Mapa com indicação do zoneamento de São Luís em 1936	80
Figura 21:	Localização dos imóveis e seu entorno imediato	81
Figura 22:	Localização dos imóveis e área lindeira à Avenida Vitorino Freire	82
Figura 23:	(1) Avenida Beira Mar (antiga Praia do Poço) e (2) Rampa do Palácio	90
Figura 24:	Embarcações atracadas no cais da zona portuária em 1905 e imagem ampliada do Imóvel A	91
Figura 25:	Veteranos funcionários da antiga Usina Elétrica ULEN	92
Figura 26:	Fotos dos imóveis estudados no Projeto Aplicado em 2005 e em 2015	94
Figura 27:	Implantação geral dos imóveis estudados no Projeto Aplicado	96
Figura 28:	Planta geral do pavimento térreo	97
Figura 29:	Planta geral do pavimento superior	98
Figura 30:	Planta geral da cobertura	99
Figura 31:	Cortes esquemáticos (transversal e longitudinal)	100

Figura 32:	Fachadas esquemáticas (principal e lateral)	101
Figura 33:	Indicação do ponto de tomada fotográfico no pavimento térreo	104
Figura 34:	Indicação do ponto de tomada fotográfico no pavimento superior	105
Figura 35:	Mapa de localização dos imóveis	127
Figura 36:	Implantação dos imóveis	127
Figura 37:	Identificação de cada imóvel	128
Figura 38:	Tipos de pisos encontrados nos imóveis em 2018	129
Figura 39:	Cobertura do Imóvel B em processo de desmoronamento	130
Figura 40:	Cobertura do Imóvel B completamente destruída	130
Figura 41:	Marcação dos acessos dos imóveis	130
Figura 42:	Materiais e sistemas construtivos utilizados nos imóveis em 2018	131
Figura 43:	Indicação dos danos encontrados em 2018 na implantação geral	133
Figura 44:	Indicação dos danos encontrados em 2018 no pavimento térreo	134
Figura 45:	Indicação dos danos encontrados em 2018 no pavimento superior	135
Figura 46:	Indicação dos danos encontrados em 2018 nas coberturas	136
Figura 47:	Indicação dos danos encontrados em 2018 nos cortes transversal e longitudinal	137
Figura 48:	Indicação dos danos encontrados em 2018 nas fachadas principal e lateral	138
Figura 49:	Estado de conservação em 2018 ocasionado por agentes inerentes a edificação	140
Figura 50:	Estado de conservação em 2018 ocasionado por umidade	140
Figura 51:	Estado de conservação em 2018 ocasionado por temperatura	141
Figura 52:	Estado de conservação em 2018 ocasionado por crosta negra	141
Figura 53:	Estado de conservação em 2018 ocasionado por eflorescência	142
Figura 54:	Mapa com deslocamento dos alunos da UNITI dentro do Campus da UFMA	144
Figura 55:	Planta do prédio administrativo com localização (hachura) da sede da UNITI	144
Figura 56:	Sede da UNITI na UFMA	144
Figura 57:	(1) Área de vivência e (2) Sala de aula da UNITI no Campus da UFMA	145
Figura 58:	Identificação dos espaços e fluxos dos imóveis na implantação geral	150
Figura 59:	Identificação dos espaços e fluxos dos imóveis no pavimento térreo	151
Figura 60:	Identificação dos espaços e fluxos dos imóveis no pavimento superior	152
Figura 61:	Identificação dos espaços e fluxos dos imóveis no pavimento anexo dos fundos	153

Figura 62:	Identificação dos espaços e fluxos dos imóveis no pavimento técnico	153
Figura 63:	Componentes da alvenaria de pedra argamassada	154
Figura 64:	Locais das trincas na alvenaria de pedra argamassada no Imóvel A ..	154
Figura 65:	Referência para modelo de iluminação aparente	155
Figura 66:	Iluminação atual no Imóvel A	155
Figura 67:	Parede de gesso “Dry Wall”	155
Figura 68:	Ambiente do imóvel A que será dividido pelo sistema construtivo “Dry Wall”	155
Figura 69:	Referência de cobertura de vidro e estrutura metálica proposto para o imóvel B	156
Figura 70:	Cobertura em telha de barro existente no imóvel A	156
Figura 71:	Referência de elevador adaptado posteriormente na edificação	157
Figura 72:	Espaço destinado para colocação de elevador	157
Figura 73:	Área reconstruída de alvenaria com outros materiais	158
Figura 74:	Área de alvenaria no imóvel A reconstruída utilizando outros materiais	158
Figura 75:	Piso lajeado	160
Figura 76:	Piso São Tomé	160
Figura 77:	Piso cerâmico industrial	160
Figura 78:	Piso porcelanato	160
Figura 79:	Piso em concreto	161
Figura 80:	Piso intertravado	161
Figura 81:	Piso madeira	161
Figura 82:	Piso São Tomé	161
Figura 83:	Piso porcelanato	162
Figura 84:	Piso porcelanato	162
Figura 85:	Piso em concreto	162
Figura 86:	Tinta látex PVA na fachada da Fábrica Santa Amélia	163
Figura 87:	Revestimento acústico	163
Figura 88:	Piso cerâmico industrial	163
Figura 89:	Piso porcelanato	163
Figura 90:	Tinta látex PVA na fachada da Fábrica Santa Amélia	164
Figura 91:	Piso porcelanato	164
Figura 92:	Tinta látex PVA na fachada da Fábrica Santa Amélia	164
Figura 93:	Tabuado de madeira da Fábrica Santa Amélia	165
Figura 94:	Forro mineral acústico	165

Figura 95:	Forro de gesso acartonado	165
Figura 96:	Cobertura de vidro	165
Figura 97:	Forro de madeira	166
Figura 98:	Forro de gesso acartonado	166
Figura 99:	Forro de gesso acartonado	166
Figura 100:	Forro de madeira	166
Figura 101:	Proposta de intervenção nas áreas externas	167
Figura 102:	Proposta de intervenção no pavimento térreo	168
Figura 103:	Proposta de intervenção no pavimento superior	169
Figura 104:	Proposta de intervenção no pavimento anexo dos fundos	170
Figura 105:	Proposta de intervenção no pavimento técnico	170
Figura 106:	Proposta de intervenção nas coberturas	170

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	População por faixa etária (Porcentagem)	14
Gráfico 2:	Perspectivas de população mundial em 2015	15
Gráfico 3:	Motivação para participar da UNITI	57
Gráfico 4:	Necessidade de novos cursos e/ou aulas na UNITI	57
Gráfico 5:	Atividades de preferência realizadas na UNITI	58
Gráfico 6:	Avaliação da proposta de um prédio exclusivo para UNITI	59
Gráfico 7:	Satisfação com as atividades desenvolvidas na UNITI	60
Gráfico 8:	Como se desloca para as atividades na UNITI	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Dados sobre o envelhecimento no Brasil	19
Tabela 2:	Programa de necessidades preliminar.....	146

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, promover o envelhecimento ativo e saudável significa, entre outros fatores, valorizar a autonomia e preservar a independência física e psíquica da população idosa, prevenindo a perda de capacidade funcional ou reduzindo os efeitos negativos de eventos que a ocasionem.

Estimular esses aspectos certamente já é um dos grandes desafios enfrentados pelas sociedades em todo o mundo. O Brasil vem acompanhando o crescimento da sua população idosa desde os anos 1970, fato que coincide, principalmente, com a diminuição da taxa de fecundidade no país. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2002), no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher. Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

Outros fatores também são de relevante importância para essa redução da mortalidade prematura de idosos, como melhorias nas condições de saúde, avanços da medicina, melhoria da infraestrutura básica, inovações tecnológicas e melhores condições de trabalho ao longo da vida ativa. Ainda de acordo com o IBGE (2001), atualmente, a esperança de vida ao nascer do brasileiro é de 68 (sessenta e oito) anos. O total de anos que, em média, os homens esperam viver não é o mesmo total de anos que em média a mulher espera viver: a esperança de vida para os homens é de 65 (sessenta e cinco) anos e para mulheres é de 72 (setenta e dois) anos. Em todos os continentes a esperança de vida para as mulheres é maior do que a esperança de vida para os homens, sendo que as maiores taxas estão na América do Norte e na Europa.

Uma sociedade para todas as idades possui metas para dar aos idosos a oportunidade de continuar contribuindo com a sociedade. Para trabalhar neste sentido é necessário remover tudo que representa exclusão e discriminação contra eles. (Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002).

Nessa direção, surgem importantes pesquisas que buscam aprofundar o conhecimento sobre quais são as perspectivas e anseios que as pessoas idosas têm a respeito das atividades que podem realizar e desenvolver as suas potencialidades e habilidades. O Estatuto do Idoso - EI (2003) traz no Título I (Dos Direitos Fundamentais), Capítulo V (Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer) alguns dos direitos constitucionalmente garantidos a essa população e as ações que o Poder Público deve fazer para estimular de forma saudável a sua população idosa a ser mais produtiva e participativa formando com isso um elo indissolúvel e que indiscutivelmente traz benefícios positivos para todos os personagens envolvidos nesse processo.

O interesse pela elaboração do tema originou-se da busca em conhecer e explorar a percepção das pessoas idosas sobre espaços de extensão educacionais, assim como as perspectivas no processo de interação social. Uma das maneiras para a concretização dessas ações seria a criação de um espaço onde pudessem ser desenvolvidas atividades de extensão educacional, que conduzissem para uma formação continuada, atualização do conhecimento, melhoria da qualidade de vida e que pudessem ser realizadas em ambiente seguro e confortável para os usuários.

Para edificações destinadas à terceira idade, é imprescindível um ambiente organizado e ordenado, formando espaços fluídos, que induzam o usuário a percorrê-lo, seja através da iluminação, da aplicação correta de cores, da relação interior e exterior e dos materiais empregados. (GÓES, 2010).

O relevante papel da pessoa idosa na estruturação da sociedade atual está sendo amplamente estudada por diversas áreas de conhecimento e esse despertar coletivo se deve principalmente pelo fato de que, apesar de algumas limitações próprias da idade, esses maduros indivíduos ainda estabelecem importantes relações sociais e procuram de maneira afirmativa o seu lugar na sociedade e formas de exercer plenamente a sua cidadania.

A importância social em se desenvolver uma pesquisa que privilegie o envelhecimento baseia-se principalmente no pensamento de que a valorização da qualidade de vida da pessoa idosa é aquela que é acessível e inclusiva e dando oportunidade a grupos historicamente excluídos, salientando que nenhuma ação participativa se dá no isolamento. Portanto, o estudo do tema em questão possibilitará a verificação dos possíveis fatores que estejam interferindo e dificultando o acesso de pessoas idosas a espaços de extensão educacional.

Cabe ressaltar ainda, que os resultados da pesquisa poderão auxiliar significativamente as diretrizes para o processo de formação continuada, despertando o interesse das pessoas idosas para atualização intelectual em novas áreas de aprendizado, assim como incentivar esse grupo a discutir ações que efetivamente tragam resultados práticos para o desenvolvimento de políticas voltadas para valorização dos seus saberes.

A relação entre a carência de espaços voltados para promoção da qualidade de vida da pessoa idosa na cidade de São Luís - MA, assim como o grande número de prédios históricos subutilizados que precisam de reabilitação poderá impactar positivamente para o desenvolvimento da pesquisa.

Na prática atualmente existem espaços de convivência voltados para atender pessoas idosas na cidade de São Luís, mas normalmente não associam o processo educacional contínuo com outras atividades complementares, como as voltadas para a cultura e o lazer.

Existem muitos idosos que, apesar da idade, estão completamente lúcidos e possuem vigor físico, o que lhes permite continuar a fazer inúmeras atividades e interagir socialmente.

De acordo com essa realidade, muitos idosos estudam, praticam esporte (desporto) e outros utilizam seu tempo para ajudar outras pessoas.

Os velhos que antes eram vistos sob a imagem homogênea de pobreza, solidão e carência, agora são entendidos como indivíduos com pluralidade de experiências e condições tanto quanto qualquer pessoa de qualquer faixa etária. (UJIKAWA, 2010, p. 36).

Ainda de acordo com Ujikawa (2010, p.37), “[...] OMS cunhou o termo envelhecimento ativo no final dos anos 90, para designar o processo de envelhecer positivamente, com saúde física e mental, segurança, e participação na sociedade”.

As ações que buscam promover a qualidade de vida para as pessoas idosas, objeto desse estudo, pretendem criar condições mais eficazes de ensino e aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento, como forma de construir relações que se norteiam pela troca de experiências e convivência proveitosa.

A proposta da pesquisa de transferir a Universidade Integrada da Terceira Idade – UNITI, que hoje encontra-se no Campus da Universidade Federal do Maranhão / UFMA, no bairro (freguesia) do Bacanga, para um prédio tombado no centro histórico da cidade de São Luís baseia-se no fato de que com o aumento do espaço físico e adequação da sua estrutura, podem ser criados ambientes que proporcionem um melhor desenvolvimento das atividades educacionais. A proposta de reabilitação de um imóvel tombado, com localização privilegiada, fácil acesso, inúmeras possibilidades de transporte, com instalações apropriadas e acessibilidade adequada traz um debate e reflexão para o aprofundamento de projetos de extensão educacional voltados para pessoas idosas.

Nesse caso, o problema fundamental da referente pesquisa está baseado em quais são os desafios para propor diretrizes de projeto para reabilitação de um imóvel tombado no centro histórico da cidade de São Luís - MA para implantação de um espaço de extensão educacional para pessoa idosa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é propor diretrizes de projeto para reabilitação de um imóvel tombado no centro histórico da cidade de São Luís - MA para implantação de um espaço de extensão educacional para pessoa idosa.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar a configuração arquitetônica, verificar as condições de acessibilidade e realizar o levantamento cadastral do prédio selecionado para a pesquisa;
- b) Conhecer e analisar a percepção de idosos que utilizam o espaço de extensão educacional da UNITI / UFMA, assim como as necessidades em relação a esse ambiente para melhorar o processo de interação educacional;
- c) Detectar as necessidades dos professores e funcionários quanto ao espaço físico da UNITI / UFMA para o desenvolvimento das atividades com pessoas idosas;
- d) Propor diretrizes para reabilitação do prédio selecionado de modo a proporcionar ambientes físicos para atividades laborais, de estudo e lazer para pessoas idosas.

1.3 METODOLOGIA ADOTADA

Nesse Projeto Aplicado desenvolve-se uma pesquisa exploratória e descritiva com delineamento do tipo estudo de caso. A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa organiza-se em:

Na primeira etapa da pesquisa realiza-se levantamento bibliográfico com estudos a respeito do tema em análise e a verificação de documentos e projetos em arquivo públicos e acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Juntamente com essa parte textual que serve para consubstanciar a pesquisa, foram realizadas as primeiras visitas ao imóvel selecionado para coleta de dados e levantamentos físicos.

Na segunda etapa procede-se a fase de desenvolvimento do estudo de caso, com a realização dos questionários com os usuários da UNITI / UFMA, assim como conversas com os profissionais responsáveis pelo projeto de extensão. Em paralelo iniciou-se a análise dos dados físicos e fotográficos levantados do imóvel, bem como a produção de mapas e desenhos gráficos, que deram embasamento para a elaboração das diretrizes projetuais que são objeto desse estudo. Toda a parte relacionada com a legislação vigente no Brasil, que é de fundamental importância para se ter um adequado modelo de pesquisa com resultado também foi explorada nessa etapa.

Na terceira etapa são reunidos todos os elementos coletados e analisados na primeira e segunda etapas, para a formatação da redação final da pesquisa, que contempla a apresentação das diretrizes, recomendações e resultados produzidos, assim como as conclusões e recomendações para pesquisas futuras.

1.4 ESTRUTURA DO PROJETO

Este Projeto Aplicado encontra-se estruturado em cinco capítulos: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia e Estudo de Caso e Considerações Finais.

No Capítulo 1, é apresentada a Introdução, com o enquadramento teórico da pesquisa, o objetivo geral e específicos a cumprir, a metodologia adotada e a estrutura do projeto.

No Capítulo 2, tem-se o Referencial Teórico, que se destina a analisar as definições e conceitos dos conteúdos relacionados e que servem de base para a fundamentação teórica durante o desenvolvimento da pesquisa. Esses conhecimentos foram obtidos através do estudo de bibliografias especializadas, trabalhos acadêmicos, artigos científicos e documentos das áreas específicas. Foram desenvolvidos quatro tópicos, que abordam as seguintes temáticas:

- a) Envelhecimento, onde é feita uma contextualização mundial, para em seguida expor a realidade brasileira e depois a experiência na cidade de São Luís;
- b) Educação, onde aborda-se a importância das ações universitárias através dos projetos de extensão e sua função social, assim como as Universidade para Idosos que buscam promover o conhecimento, o crescimento contínuo e as relações sociais das pessoas da terceira idade;
- c) Normas e Leis, que fazem o amparo legal dos temas acima citados, como o Estatuto do Idoso, Política Nacional do Idoso, Legislações Estadual e Municipal para Proteção dos Idosos, Estatuto da Cidade, Decretos que organizam a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Normas de Acessibilidade e de Acesso Bens Culturais Imóveis.

No Capítulo 3, é explicada a Metodologia empregada na pesquisa, a descrição do processo de escolha do Imóvel, do público da UNITI e da Coleta de Dados, que é composto pelos questionários, pela avaliação, levantamento físico, fotográfico e medições técnicas e pela análise dos resultados adquiridos.

No capítulo 4, é desenvolvido o Estudo de Caso, com perspectiva mais ampla e um maior nível de detalhamento dos objetos da pesquisa. Nessa direção foram desenvolvidos quatro tópicos, que são abordados na seguinte ordem:

- a) Contextualização Histórica com o enquadramento histórico de São Luís e a abordagem geral sobre o Patrimônio Histórico com o registro com a documentação fotográfica.
- b) Identificação e Conhecimento do Bem com a análise da Composição do Espaço Urbano, o Levantamento Físico Cadastral dos imóveis e Análise Tipológica.
- c) Diagnóstico com a descrição geral do Mapeamento dos Danos e a Análise do Estado de Conservação dos imóveis.

- d) Estudo Preliminar da Proposta de Intervenção com a elaboração preliminar do Memorial Descritivo, assim como as Especificações dos Materiais e a relação das Peças Gráficas com as diretrizes apresentadas através da Análise Físico – Funcional dos Ambientes.

No capítulo 5, concluindo a pesquisa são feitas as Considerações Finais, onde são propostos estudos futuros para ampliação do debate sobre o tema.

Em seguida temos as referências bibliográficas consultadas e citadas neste Projeto Aplicado e finalizando com os apêndices e os anexos.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO 2: REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENVELHECER: Privilégio para poucos

A Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, define idoso pessoas com 60 anos ou mais. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) define o idoso a partir da idade cronológica, portanto, idosa é aquela pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos. (BRASIL, 2005 apud Gerontogeriatría – Fisioterapia Univali).

O processo de envelhecimento desenvolve-se naturalmente e de maneira muito particular para cada pessoa e está diretamente associado com as alterações biológicas, funcionais e psicológicas. A idade, portanto, não é sozinha um fator determinante para que um indivíduo viva mais ou menos anos. Atualmente a OMS classifica o envelhecimento em estágios: a meia-idade (45 a 59 anos), o idoso (60 e 74 anos), o ancião (75 até 90 anos) e a velhice extrema (mais de 90 anos). De acordo com (Neri e Freire, 2000), a palavra terceira idade, atualmente tão usada, teve sua origem na França, na década de 1960, e era utilizada para descrever a idade em que a pessoa se aposentava.

O aumento no quantitativo e o prolongamento da faixa etária da população idosa em todo o mundo vem exigindo a dedicação de vários segmentos da sociedade que cuidam desse assunto, seja em busca de soluções para problemas do cotidiano ou por causa das constantes mudanças de posturas devido às transformações que rodeiam essa população.

No ano de 1982, as primeiras discussões a respeito do aumento notório do número de pessoas idosas em todo o mundo ocorreram na cidade de Viena, onde a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento e fez o alerta aos profissionais de geriatria e gerontologia, que estavam representando os mais de 100 (cem) países integrantes dessa organização.

Em 1990, a ONU instituiu 01 de outubro como o Dia Internacional do Idoso, de acordo com a Resolução 45 / 106.

Em 1991, a ONU através da Resolução nº 46 instituiu os princípios das nações unidas para os idosos e fixam o cumprimento das seguintes garantias: Independência, Participação, Assistência, Auto Realização e Dignidade. Dentro de cada princípio existe uma série de considerações a respeito do que se deve oferecer para que o idoso tenha preservada a sua cidadania, conforme quadro 1.

INDEPENDÊNCIA	Ter acesso à alimentação, água, moradia, a vestuário, à saúde, ter apoio familiar e comunitário.
	Ter oportunidade de trabalhar ou ter acesso a outras formas de geração de renda.
	Poder determinar em que momento deverá afastar-se do mercado de trabalho.
	Ter acesso à educação permanente e a programas de qualificação e requalificação profissional.
	Poder viver em ambientes seguros adaptáveis à sua preferência pessoal, que sejam passíveis de mudanças.
	Poder viver em sua casa pelo tempo que for viável.
PARTICIPAÇÃO	Permanecer integrado à sociedade, participar ativamente na formulação e implementação de políticas que afetam diretamente seu bem-estar e transmitir aos mais jovens conhecimentos e habilidades.
	Aproveitar as oportunidades para prestar serviços à comunidade, trabalhando como voluntário, de acordo com seus interesses e capacidades.
	Poder formar movimentos ou associações de idosos.
ASSISTÊNCIA	Beneficiar-se da assistência e proteção da família e da comunidade, de acordo com os valores culturais da sociedade.
	Ter acesso à assistência da saúde para manter ou adquirir o bem-estar físico, mental e emocional, prevenindo-se da incidência de doenças.
	Ter acesso a meios apropriados de atenção institucional que lhe proporcionem proteção, reabilitação, estimulação mental e desenvolvimento social, em um ambiente humano e seguro.
	Ter acesso a serviços sociais e jurídicos que lhe assegurem melhores níveis de autonomia, proteção e assistência.
	Desfrutar os direitos e liberdades fundamentais, quando residente em instituições que lhe proporcionem os cuidados necessários, respeitando-se sua dignidade, crença e intimidade. Deve desfrutar ainda o direito de tomar decisões quanto à assistência prestada pela instituição e à qualidade de sua vida.
AUTO REALIZAÇÃO	Aproveitar as oportunidades para total desenvolvimento de suas potencialidades.
	Ter acesso aos recursos educacionais, culturais, espirituais e de lazer da sociedade.
DIGNIDADE	Poder viver com dignidade e segurança, sem ser objeto de exploração e maus-tratos físicos e/ou mentais.
	Ser tratado com justiça, independentemente da idade, sexo, raça, etnia, deficiências, condições econômicas ou outros fatores.

*Quadro 1: Princípios das Nações Unidas para as pessoas idosas**Fonte: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas> (1991)*

No ano de 2002, na cidade e Madrid, foi realizada a segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, a qual recomendou que fosse adotado um Plano de Ação Internacional, objetivando desenvolver políticas para o envelhecimento no século XXI. Dentre as várias recomendações, foram destacadas essas direções: idosos e desenvolvimento, promoção da saúde e bem-estar na velhice e, ainda, criação de um ambiente propício e favorável ao envelhecimento.

Em 2003, foi realizada a Primeira Conferência Regional América Latina e Caribe sobre Envelhecimento, em Santiago do Chile resultando no documento intitulado Estratégias Regionais de implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madrid sobre Envelhecimento e, em 2007, foi realizada a II Conferência sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe, em Brasília, resultando na Declaração de Brasília, tendo esta como destaque principal a designação de um relator do Conselho de Direitos Humanos da ONU para velar pela promoção dos direitos da pessoa idosa, e que cada país consulte seus governos sobre a criação de uma convenção da pessoa idosa como um documento juridicamente vinculante, em âmbito internacional. (MENDONÇA, Jurilza Maria Brasil, 2008).

A III e IV Conferência sobre Envelhecimento na América Latina e Caribe foram realizadas respectivamente na cidade de San José - Costa Rica, no ano de 2012 e na cidade de Asunción – Paraguai, no ano de 2017.

Em meio às comemorações de quase 10 (dez) anos da adoção do Plano de Ação de Madrid e dos 20 (vinte) anos da adoção dos Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas, no ano de 2011, o Secretário-Geral das Nações Unidas, o sr. Ban Ki-moon destaca em sua mensagem:

Numa altura em que a comunidade internacional está se preparando para fazer um balanço do desenvolvimento sustentável e está olhando para forjar uma agenda de desenvolvimento para o futuro, é importante que as necessidades e contribuições das pessoas mais velhas tornem-se uma parte maior dessa imagem. As pessoas mais velhas são contribuintes vibrantes e essenciais para o desenvolvimento e a estabilidade da sociedade, e muito mais pode e deve ser feito para utilizar o seu potencial.

Em 2012, em Portugal, foi celebrado o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações (AEEASG). De acordo com o relatório gerado uma das principais metas é sensibilizar os cidadãos europeus para o desafio que representa o envelhecimento acelerado da população, promover um ambiente favorável ao envelhecimento e encontrar novas soluções que permitam transformar o envelhecimento numa oportunidade, como os descritos nos eixos operativos da figura 1.



Figura 1: Eixos operativos no âmbito do AEEASG

Fonte: Relatório do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações (2012)

Em todo o mundo são realizadas periodicamente Reuniões, Conferências, Assembleias com o propósito de informar, debater e estimular a sociedade a respeito da importância para elaboração de estratégias que protejam os direitos das pessoas idosas. Embora pareça ser um desafio extenuante, cuidar dos diversos interesses das pessoas idosas é, de longe, uma gratificante oportunidade de vivenciar experiências singulares.

2.1.1 Contexto Internacional

Na África se diz, quando morre um ancião, que desaparece uma biblioteca. Talvez o provérbio varie de um continente a outro, mas seu significado é igualmente certo em qualquer cultura. As pessoas idosas são intermediárias entre o passado, o presente e o futuro. Sua sabedoria e experiência constituem um verdadeiro vínculo vital para o desenvolvimento da sociedade. (ANNAN, 2002, p. 13).

No passado, a expectativa de vida da população em todo o mundo era muito baixa em decorrência de um grande índice de óbitos, causados principalmente por fatores como: doenças incuráveis, falta de saneamento básico e de informação, além da dificuldade no acesso a medicamentos. Para equilibrar essa estatística as famílias tinham um número maior de filhos, deixando assim as taxas de natalidade e de mortalidade proporcionais. Com o constante desenvolvimento da sociedade e a esperada melhoria na condição de saúde da população mundial, vivemos um tempo de revolução da longevidade. O panorama atual é de mudança nessas proporções, pois com as taxas de natalidade e mortalidade em queda, temos a inversão da pirâmide etária, com um número cada vez maior de idosos no mundo, conforme os dados do gráfico 1.

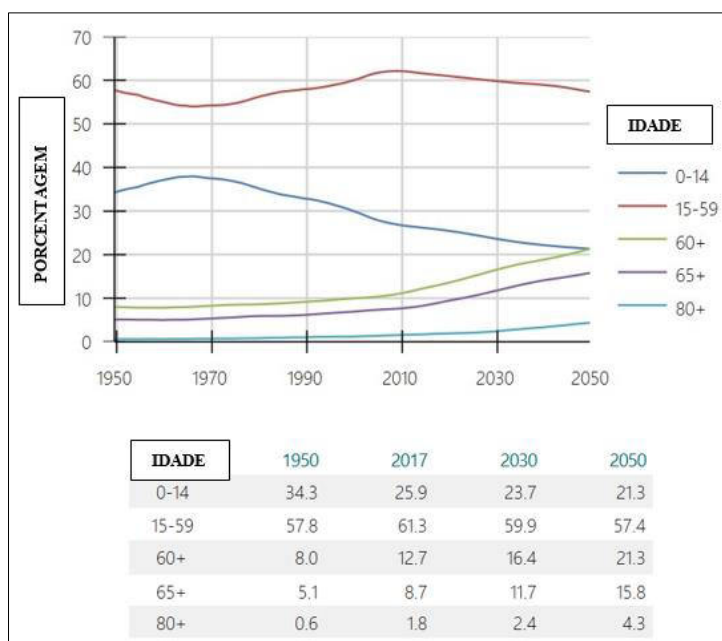


Gráfico 1: População por faixa etária (Porcentagem)

Fonte: <https://population.un.org> (2017)

Estudos mostram que a expectativa de vida ao nascer aumentou em 20 (vinte) anos desde 1950, chegando agora aos 66 (sessenta e seis) anos. Existe ainda uma previsão de que até 2050 esse aumento seja de mais 10 (dez) anos. A população idosa no mundo era em torno de 600 (seiscentos) milhões no ano 2000 e passará para 2 (dois) bilhões de pessoas no ano 2050. Os dados apontam que nos próximos 50 (cinquenta) anos os países em desenvolvimento serão responsáveis por quadruplicar a sua população idosa. Na Ásia e América Latina o aumento da sua população idosa segue o padrão de 8% em 1998 para 15% até o ano de 2025. Na África esse aumento será um pouco mais discreto em decorrência de doenças e dificuldades econômicas e sociais da população. Estima-se que durante esse mesmo período o crescimento passe de 5% para 6%, podendo até duplicar até o ano de 2050. Já para algumas regiões, como a África Subsaariana, as estatísticas apontam que esses percentuais cheguem apenas a metade dessa previsão. A estimativa é que no mesmo período entre 1998 até 2025, a população idosa dos países desenvolvidos da América do Norte cresça de 16% para 26%. Na Europa esses percentuais serão de 20% para 28%. Essas mudanças nas características desse público exigirão mudanças significativas nas áreas sociais, econômicas, políticas, culturais, psicológicas de toda a sociedade.

As tendências demográficas da generalidade dos países europeus, incluindo Portugal, apontam para a redução das taxas de natalidade e o aumento da esperança média de vida, o que conduz ao aumento de idosos. O Eurostat (Departamento de Estatística da União Europeia) prevê que, em meados do século XXI, um em cada três portugueses terá 65 ou mais anos. (PAÚL E FONSECA, 2005 apud TEIXEIRA, Diana Cristina de Sousa, 2009, p.4).

Segundo Alves, a forma de medir o envelhecimento populacional é pelo Índice de Envelhecimento (IE), que é a razão entre o número de pessoas idosas sobre os jovens: crianças (miúdos) e adolescentes com um número crescente de países idosos, como demonstra a gráfico 2.

$$IE = \frac{\text{Pessoas de 60 anos ou mais de idade}}{\text{Pessoas de 0 a 14 anos de idade}} \times 100$$

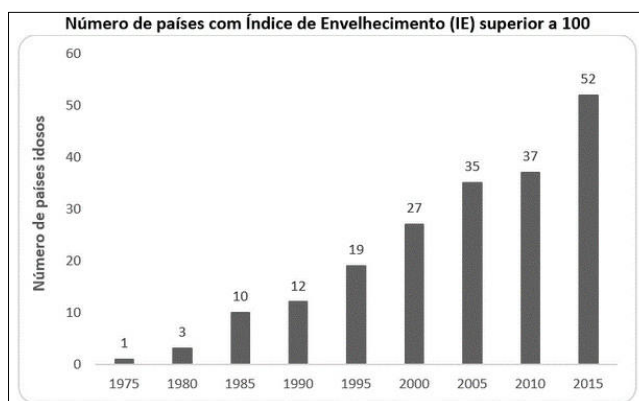


Gráfico 2: Perspectivas de população mundial em 2015

Fonte: <https://www.ecodebate.com.br/2017/01/04/> (2017)

O primeiro país a atingir o Índice de envelhecimento superior a 100 foi a Suécia em 1975. Em seguida, em 1980, entraram no clube dos idosos a Alemanha e as Ilhas do Canal. Em 1985 foram mais sete países: Reino Unido, Suíça, Noruega, Luxemburgo, Dinamarca, Bélgica e Áustria. Somando 10 países com IE igual ou superior a 100. Em 1990 mais 2 países ultrapassaram o IE de 100: Itália e Grécia. Em 1995, entraram no time dos idosos: Japão, Espanha, Portugal, Hungria, França, Croácia e Bulgária. No ano 2000, outros oito países tiveram os idosos superando os jovens: Rússia, Eslovênia, Romênia, Letônia, Finlândia, Estônia, República Checa e Bielo Rússia. Cinco anos depois, em 2005, entraram mais oito países: Sérvia, Polônia, Holanda, Malta, Hong Kong, Canadá, Bulgária e Bósnia Herzegovina. Em 2010, foram somente dois: Martinica e Geórgia. Mas em 2015 o número de países idosos deu um salto de quinze países: Estados Unidos, Ilhas Virgens, Macedônia, Singapura, Moldova, Coreia do Sul, Porto Rico, Nova Zelândia, Montenegro, Chipre, Curaçao, Macau, Barbados, Aruba e Cuba. No total são 52 países com IE igual ou acima de 100, em 2015. A China, o país mais populoso do mundo, vai ter o número de idosos acima do número de jovens com menos de 15 anos até 2020. O Brasil vai entrar para o time dos idosos até 2030. (ALVES, José Eustáquio Diniz, 2017).

Em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou em março de 2017 um relatório com o cenário de projeção da população desse país entre os anos de 2015 até 2080, onde é mostrado que o número de idosos passará de 2,1 para 2,8 milhões. Outras informações também foram destacadas, como a diminuição da população de jovens que passará de 1,5 para 0,9 milhão. Esse declínio está diretamente relacionado com a diminuição do número de nascimentos no país, motivados principalmente pelo acesso a métodos contraceptivos cada vez mais seguros, o aumento da escolaridade obrigatória, o aumento da idade média do casamento e do nascimento do primeiro filho, a permanência dos filhos na casa dos pais até mais tarde e a dificuldade de acesso a empregos.

Em 1960, Portugal tinha uma taxa de fecundidade de 3,2 crianças (miúdos) por mulher. Já em 2014, a taxa caiu para 1,2. Em 2015, o país registrou um leve aumento, com uma média de 1,3 filhos por mulher. A partir do ano de 1982, o país passou a ficar abaixo do chamado "nível de reposição", de 2,1 filhos por mulher. (CAZARRÉ, Marieta, 2017).

Com essa adversidade, o Índice de Envelhecimento (IE) em Portugal mais que duplicará até 2080, com o número de idosos passando de 147 (cento e quarenta e sete) para 317 (trezentos e dezessete), por cada 100 (cem) jovens. Essas circunstâncias convergem inevitavelmente para a redução da população do país dos atuais 10,3 para 7,5 milhões e também o número dos que são economicamente ativos de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Os dados indicam que o Índice de Sustentabilidade - quociente entre o número de pessoas com idades entre 15 (quinze) e 64 (sessenta e quatro) anos e o número de pessoas com 65 (sessenta e cinco) ou mais -, decrescerá bastante, e passará de 315 (trezentos e quinze) para 137 (cento e trinta e sete) pessoas em idade ativa, por cada 100 (cem) idosos, entre os anos analisados de 2015 até 2080. De acordo com

Instituto, esses dados retratam a situação da população residente na região NUTS¹ II representada pela figura 2 (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, e regiões autónomas da Madeira e dos Açores).



Figura 2: Regiões NUTS II em Portugal

Fonte: http://www.wikiwand.com/pt/NUTS_de_Portugal

Um dos recursos para conter a queda nos Índices Populacional e de Sustentabilidade seria o crescimento migratório internacional, mas desde o início da crise em 2009, que esse componente está muito oscilante devido às instabilidades econômicas e políticas do país. Na edição do Retrato Territorial de Portugal (2017), Rosa et al. (2004) enfatiza que “as migrações e o seu potencial contributo demográfico para o rejuvenescimento e renovação das populações constituem um ativo fundamental a considerar numa perspectiva de compensar o decréscimo do saldo natural e a diminuição e o progressivo envelhecimento da população”. Existe também uma insegurança nessas informações, devido às entradas e saídas com ausência de registro no espaço europeu por causa do acordo de livre circulação de pessoas (Acordo de Schengen).

Outro ponto analisado nesses relatórios demográficos é o caminho da emigração, que teve um aumento considerável nos últimos anos e devido a sua significância impulsionou a criação em 2008 do Observatório da Emigração. A entidade destaca que a saída é de profissionais

¹ NUTS é o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões. Esta nomenclatura foi criada pelo Eurostat no início dos anos 1970, visando a harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais. A nomenclatura subdivide-se em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos. Assim, atualmente, os 308 municípios de Portugal agrupam-se em 25 NUTS III, 7 NUTS II e 3 NUTS I. (Disponível em: <https://www.pordata.pt>)

qualificados e não qualificados e que os principais destinos são dentro da própria Europa, como França, Reino Unido, Suíça e Alemanha e um número pouco expressivo na Espanha e Bélgica.

Portugal partilha com os demais países da União Europeia, o desafio de possibilitar que os anos ganhos de vida, para todos e todas, sejam pessoalmente satisfatórios e ativos na vida familiar e comunitária. (Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, 2012).

Atualmente as questões relacionadas com o envelhecimento, declínio populacional e desenvolvimento estão sendo tratadas pela ONU como prioritárias em todo o mundo. Lamentavelmente, os países em desenvolvimento que concentram cerca de 2/3 (dois terços) dos idosos do mundo, ainda são em grande parte esquecidos das agendas de desenvolvimento global.

2.1.2 Realidade Brasileira

Equivalente ao que ocorre no restante do mundo, a população idosa no Brasil aumentou exponencialmente na última década, [...] e de acordo com IBGE (2013) esse percentual pulará para 15% dos habitantes do país em 2020, sendo 32 (trinta e dois) milhões de idosos. Há pouco tempo atrás, no decorrer de todo o século 20, os idosos representavam menos de 10% da população, com proporção equivalente ao de países menos desenvolvidos. Tradicionalmente considerado um país de jovens, o Brasil teve sua população redobrada comparando o século XXI com o século XIX. Hoje é a 5ª (quinta) nação mais populosa do mundo, com mais de 208 (duzentos e oito) milhões de habitantes, ficando atrás apenas de China, Índia, Estados Unidos e Indonésia.

O levantamento populacional brasileiro teve início na época do Império (1872), que apontou somente 9 (nove) milhões de homens e mulheres no país, uma vez que os negros e as crianças (miúdos) não entravam na escora. No Brasil dos anos 1900 era quase inexistente a população idosa no país, dado que ocorria uma abreviação da vida - não passavam dos 33 (trinta e três) anos - causada por problemas sociais, higiênicos e urbanísticos.

Na última década do século XX, a população idosa no país era um pouco mais de 10 (dez) milhões de habitantes (7,3% da população) e em apenas 10 (dez) anos esse número subiu para mais de 14 (quatorze) milhões (8,5% da população). O último censo realizado no país, em 2010, indicou que houve novamente um aumento dessa população, para próximo de 20 (vinte) milhões (10% da população). Os últimos anos registram aumentos superiores à média mundial, chegando a crescimentos de 14% e com taxas de crescimento projetadas similares a de países desenvolvidos, conforme tabela 1.

	2000		2010		2020	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
Proporção de população idosa (60 e mais)	7,8%	9,3%	8,4%	10,5%	11,1%	14,0%
<i>Proporção da população</i>						
<i>Grupos de idades</i>						
60-64	46,8%	53,2%	46,4%	53,6%	45,6%	54,4%
65-69	45,8%	54,2%	45,2%	54,8%	44,5%	55,5%
70-74	44,8%	55,2%	43,2%	56,8%	42,8%	57,2%
75-79	43,9%	56,1%	40,2%	59,8%	39,9%	60,1%
80 ou mais	39,9%	60,1%	34,7%	65,3%	33,8%	66,2%
População idosa	6.533.784	8.002.245	7.952.773	10.271.470	11.328.144	15.005.250

Tabela 1: Dados sobre o envelhecimento no Brasil

Fonte: IBGE / PNAD (2009) apud Mapa das Políticas, Programas e Projetos do Governo Federal para a População Idosa (2014)

A população idosa do Brasil está concentrada em 70% nos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, sendo a capital deste último, Porto Alegre, que detém o maior número de habitantes idosos do país (15% população) e o bairro (freguesia) de Copacabana no Rio de Janeiro é que apresenta a maior proporção de idosos brasileiros, onde em cada 10 (dez) habitantes 4 (quatro) são idosos.

O aumento da população idosa no Brasil está sendo possível em razão da queda constante nos índices de fecundidade registrados nos últimos anos e melhoria da qualidade de vida associada a avanços médicos, melhoria nutricional, crescimento dos níveis de higiene pessoal, melhores condições sanitárias e ambientais nas casas e no trabalho. O irreversível aumento da população idosa em um país em desenvolvimento, gera enorme preocupação e desafios a serem ultrapassados, como, por exemplo, o impacto dessa realidade na Previdência Social².

Enquanto a população crescia freneticamente e a industrialização absorvia grandes contingentes de novos empregados com aumento da taxa de participação no mercado, as contas correntes do INSS³ eram superavitárias e a arrecadação era suficiente para custear todos os benefícios, inclusive o seu próprio custeio administrativo e quadro de pessoal e ainda financiar a saúde. Mas, com o amadurecimento do sistema e com as mudanças demográficas em curso (queda da fecundidade e aumento da longevidade), os erros atuariais em sua arquitetura foram se convertendo em déficits financeiros com crescimento explosivo. ” (CECHIN E CECHIN, 2007, p. 225 apud SOIHET, Elena e RODRIGUES, Vladimir Correa, 2017, p.10)

² No Brasil, a aposentadoria pública é custeada principalmente pela cobrança de um tributo diretamente no salário do trabalhador e esse direito está previsto na Constituição Federal. Além da contribuição para o sistema público de previdência, há as opções de aposentadoria privadas, oferecidas por seguradoras e instituições financeiras. (RIBEIRO, Amarolina. Envelhecimento populacional e previdência. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/envelhecimento-populacional-previdencia.htm>).

³ O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS foi criado em 27 de junho de 1990, por meio do Decreto nº 99.350, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, como autarquia vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. (INSS. Breve Histórico. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/breve-historico/>).

1923	Criadas as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), inicialmente destinadas aos ferroviários, estendendo-se aos estivadores, em 1926.
1930	Somaram-se às CAPs os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), fundada pelo Estado a fim de atender apenas a algumas parcelas da população urbana economicamente ativa, de acordo com determinadas categorias profissionais.
1951 a 1954	Elaborada no Governo de Getúlio Vargas, a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) e só foi promulgada em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, com o intuito de uniformizar a legislação previdenciária com relação às contribuições salariais.
1966	Foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).
1972	A sociedade civil inaugura o Movimento Pró-Idoso (Mopi), no qual, junto a entidades públicas e privadas, buscava promover a integração e a participação do idoso no campo social.
1973	Foi garantida ao segurado da previdência a aposentadoria aos 60 anos para as mulheres e aos 65 para os homens.
1974	O presidente General Geisel assina a Lei nº 6.179 ⁴ , que dispõe sobre o “amparo previdenciário” para idosos acima de 70 anos e para inválidos incapacitados pelo trabalho.
	A criação do Programa de Assistência ao Idoso (PAI), ligado inicialmente ao INPS, procurou formar grupos de convivência com idosos segurados da previdência, com o objetivo de criar condições de promoção social dos participantes por meio de uma série de ações como atividades físicas, recreativas, culturais etc. (Silva, 2006).
1977	Esse programa foi expandido para a Legião Brasileira de Assistência Social e, em 1979, passou a ser responsável pela assistência ao idoso em todo o País, em parceria com ONGs, estados e municípios.
1978	A preocupação com o processo de envelhecimento populacional levou, à criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), na Câmara dos Deputados Federais, a fim de investigar soluções e práticas para a problemática do idoso, uma vez que as estatísticas já alardeavam o crescimento do número de velhos no País (Salgado ⁵ , 1978).

Quadro 2: Preocupação com a aposentadoria no Brasil (continua)

Fonte: Autoria Própria

⁴ O direito a meio salário mínimo vigente ou a 60% do salário do local de trabalho era garantido aos trabalhadores contribuintes do INPS por um período de pelo menos 12 meses. Esse benefício, na época muito comemorado e elogiado, foi concedido em um momento em que se apregoava, com ufanismo o “milagre brasileiro”. Sob a máscara de seguridade social, seu objetivo era reduzir a mendicância na velhice, tida como um problema nessa época de domínio militar e de atos institucionais. (CORREA, Mariele Rodrigues. Cartografias do Envelhecimento na Contemporaneidade: velhice e terceira idade. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.45).

⁵ De acordo com a declaração de Salgado à Comissão, a velhice não se constitui por si só em um problema social e se diferencia das demandas sociais de outros níveis etários. Na ocasião de seu depoimento, o professor questionou a falta de iniciativas políticas para com os idosos, alegando que os governantes se voltavam somente para a juventude, e alertava-os para a urgência de uma política para a velhice, principalmente no preparo do indivíduo para a aposentadoria, mantendo-o ativo e útil, pois quando o aumento do número de idosos no país não é processado pela sociedade, a velhice passa a ser um problema social e objeto de intervenção política. (SALGADO, Marcelo Antônio apud CORREA, Mariele Rodrigues. 2009, p. 46).

1980	Foi a década em que a geriatria e a gerontologia começaram a ganhar força e abrangência dentro do campo da ciência.
	Surgem nessa época que surgem as Universidades Abertas à Terceira Idade (Martins, 1997; Santos, 1997). Com projetos que objetivavam o oferecimento dos recursos das universidades para a melhoria da qualidade de vida e ampliação das possibilidades de circulação dos espaços sociais dessa população, as Unatis ⁶ colocaram-se entre as grandes propagadoras dessa nova materialidade do processo de envelhecimento.
1988	Em virtude das determinações da Constituição de 1988, a sociedade civil pode participar do desenvolvimento de políticas públicas por meio de seus conselhos.
1994	Foi elaborada, em 1994, a Lei nº 8.842, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, regulamentada, em 1996, pelo Decreto nº 1.948 (Martins, 1997; Milnitzky, 2004; Silva, 2006).
2003	A criação do Estatuto do Idoso, aparece como um marco para as políticas dirigidas à velhice no sentido de reconhecer, por lei, os direitos e deveres dessa fase da vida, assegurando prioridades e protegendo-a de maus-tratos com uma legislação específica (Ceneviva, 2004). As garantias de acesso a direitos fundamentais apoiam-se no direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte (desporto), ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. O estatuto oferece, ainda, proteção ao idoso contra negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão.

Quadro 2: Preocupação com a aposentadoria no Brasil (conclusão)

Fonte: Autoria Própria

Atualmente ocorre um progressivo avolumamento na quantidade de benefícios concedidos pela Previdência Social no Brasil, resultantes principalmente do maior número de pedidos de aposentadoria solicitados por pessoas idosas. O cuidado acerca desse assunto e que está gerando diversas discussões entre os especialistas da área econômica e de governo em todo o país se deve ao fato de ainda não se ter encontrado nenhuma alternativa eficiente que freasse o enorme déficit previdenciário que acomete o país há muitos anos. O contexto social vivenciado neste momento pela população brasileira demanda dos entendedores a adoção de critérios sérios e eficientes para equilibrar o funcionamento do sistema previdenciário, de forma que atenda satisfatoriamente as necessidades da sociedade de modo similar.

Os impactos relacionados à falta de políticas públicas específicas para pessoas idosas em países subdesenvolvidos são alarmantes e persistirão por muitos anos tornando a qualidade de vida dessa parcela da população muito prejudicial. Em países desenvolvidos, com suas condições

⁶ Hoje em dia, essas organizações estão presentes em grande parte das universidades públicas e particulares e continuam sendo fundamentais para a difusão dessa imagem ativa, saudável, empreendedora, capaz de produzir, consumir e participar de outros campos da sociedade. (CORREA, Mariele Rodrigues. 2009, p. 53).

econômicas satisfatórias, essas questões decorrentes do envelhecimento sempre foram encaradas de forma prioritária, assegurando aos idosos meios para gozar uma fase com dignidade e autonomia.

Para aprofundar as pesquisas acerca das dificuldades enfrentadas pelos idosos no país, o Brasil é o primeiro país latino americano, assim como onze países europeus, Estados Unidos, Canadá, Japão, Índia, China e Coreia do Sul, que está participando do Estudo Longitudinal das Condições de Saúde e Bem-Estar da População Idosa (ELSI), que está sendo coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com apoio dos Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação e tem como objetivo geral aprofundar o conhecimento a respeito do processo de envelhecimento da população, seus determinantes e as consequências para os sistemas de assistência social e de saúde. De acordo com FIOCRUZ, o estudo tem também alguns objetivos específicos a serem investigados no país, como:

- Verificar as condições de saúde física e mental da população brasileira com idade igual ou superior a 50 anos, assim como examinar o perfil do uso de serviços de saúde, o nível de bem-estar econômico, social e psicológico e a contribuição dessa população para a família e a sociedade;
- Examinar as tendências, no médio e longo prazo, das dimensões acima mencionadas;
- Examinar os fatores determinantes das condições de saúde física e mental da população brasileira com idade igual ou superior a 50 anos, por meio de dados longitudinais, considerando-se as condições sócio econômicas, o uso de serviços de saúde e a participação social, entre outros;
- Examinar os fatores associados ao uso de serviços de saúde, assim como avaliar a sua efetividade para a melhora das condições de saúde e aspectos correlacionados;
- Examinar a dinâmica dos gastos com saúde da família e das pessoas mais velhas.

Atualmente no Brasil, cerca de 23% ou quase 1/4 (um quarto) da população idosa é de analfabetos e 17% deles estão vivendo abaixo da linha de pobreza⁷. O médico e presidente do Centro Internacional de Longevidade Alexandre Kalache alerta que [...] a pobreza, a falta de instrução e as diferenças sociais limitam a capacidade funcional das pessoas, aumentando a

⁷ Não existe unanimidade sobre as formas de cálculo e os critérios para definição das linhas de pobreza e de indigência. Os atuais programas sociais dos governos federal, estaduais e municipais usam valores diferentes. Para elaboração do Plano Plurianual (PPA), o critério tem sido a proporção de pessoas que têm rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo (linha de pobreza) e de até um quarto de salário mínimo (linha de miséria). Também não há fórmula internacional consagrada. O Banco Mundial, por exemplo, utiliza a faixa de US\$ 1 dólar por dia por pessoa como linha de indigência e de US\$ 2 dólares por dia por pessoa como linha de pobreza. Já a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) utiliza dados sobre os custos da cesta básica por área geográfica. O estabelecimento da linha tem implicações políticas, por medir os problemas ou o êxito de um governo, e também nas finanças públicas, ao determinar o tamanho dos gastos necessários. (COSTA, Gilberto. Definição da linha de pobreza estabelece beneficiários e investimentos em políticas sociais. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/12/>).

dependência dos idosos. As pessoas não se cuidam quando são jovens por falta de condições e a situação se agrava quanto mais a idade avança. Investir em uma terceira idade apta, plena em suas capacidades e cumpridor independente das suas atividades diárias é um paradigma possível, contudo a sociedade brasileira tem grandes desafios nesse plano e deve trabalhar para vencer os obstáculos do envelhecimento usando, por exemplo, a educação como fomento para a evolução de outras áreas do cotidiano, possibilitando, novas perspectivas de vida para as pessoas idosas.

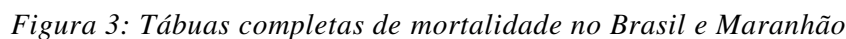
2.1.3 A vida em São Luís – Maranhão

A população estimada no Estado do Maranhão em 2017 passava dos 7 (sete) milhões de habitantes, sendo que mais de 1 (hum) milhão é residente na capital São Luís. O Índice de Desenvolvimento Humano Geral (IDH⁸) coloca a Região Metropolitana da Grande São Luís (RM)⁹ em 15º lugar no ranking nacional, com um índice de 0,755, e em comparação com todos os municípios brasileiros a capital São Luís fica na posição 249º, com um índice de 0,768. Quando se faz a relação somente do IDH da Longevidade, a RM da Grande São Luís fica em 22º lugar no ranking nacional, com um índice de 0,809 e ficando na faixa de desenvolvimento humano descrito pelos relatórios como de padrão alto.

Segundo dados da Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade para o período 2000 – 2030 (IBGE), o estado do Maranhão possui uma das menores expectativas de vida dentre as 27 (vinte e sete) unidades federativas do país (figura 3), com idade de 70 (setenta) anos, com índices de 66 (sessenta e seis) anos para os homens e 74 (setenta e quatro) para as mulheres (verificação em 2014) e com aumento discreto para 70,6 anos de acordo com a Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil do IBGE em 2016.

⁸ IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O relatório anual de IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Este índice também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões. No cálculo do IDH são computados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/).

⁹ A Região Metropolitana de Grande São Luís (RM) foi criada em 1998 pela Lei Complementar Estadual nº 38 / 1998 e é composta por cinco municípios: Alcântara, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís e possui área de 2.899 km². (Região Metropolitana da Grande São Luís. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_sao_luis).



Fonte: Adaptação da Autora com dados do site: <https://www.ibge.gov.br> (2018)

Figura 4: Percentual da população idosa e sua localização na cidade

Fonte: <https://www.ibge.gov.br> (2018)

A cidade de São Luís possui pouca estrutura de assistência para atender as pessoas idosas, como a falta de locais apropriados para o acolhimento, de mobilidade urbana, de acessibilidade, de atendimento de saúde, entre outros. As ações governamentais normalmente são pontuais e quase sempre sem continuidade, pois a cada sucessão de governo os parâmetros e perspectivas mudam acompanhando as tendências da nova gestão.

Em 2012, o atual governo criou por meio da Lei Estadual nº 9.732, a Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH (entrou em funcionamento em 2015), com essa incumbência de estabelecer um novo conceito em gestão de saúde, que integrasse as áreas administrativas, organizacionais e humanas num mesmo objetivo assistencial. A Empresa faz a gestão de 70% das unidades de saúde na capital e no interior do Estado, e tem o propósito de prestar serviços gratuitos de assistência médico hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade maranhense. De acordo com a Art. 5 do seu Regimento Interno, compete ainda a EMSERH:

- Prestar, às instituições de ensino superior e a outras instituições públicas congêneres, serviços de apoio ao ensino e à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, em consonância com as diretrizes do Poder Executivo;
- Apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições de ensino superior e de outras instituições públicas congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação de residência médica ou multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas de atuação do SUS;
- Exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

Na capital maranhense, as principais unidades que fazem atendimento para pessoas idosas sob a responsabilidade da EMSERH são o Centro de Medicina Especializada (CEMESP), que atende mais de 200 (duzentos) idosos por dia, com foco em endocrinologia e cardiologia. Os atendimentos são ambulatoriais e dispõem também de consultas nas áreas de angiologia, pneumologia, ortopedia, clínica médica, oftalmologia, neurologia, reumatologia e gastroenterologia e o Centro Especializado de Reabilitação e Promoção da Saúde (CER) que trabalha a reabilitação física e intelectual de pacientes a partir dos 3 (três) meses de idade até a terceira idade. São realizados mais de 8 (oito) mil atendimentos por mês de pacientes que são encaminhados do SUS para fazer serviços de fisioterapia, psicologia, educação física, terapia ocupacional, assistência social, psicopedagogia, hidroginástica, fonoaudiologia, dança, academia (ginásio), acupuntura, pilates, nutrição e neuropediatra.

Foi criada em 2015, pelo governo estadual, a Coordenação de Promoção da Política da Pessoa Idosa, vinculada à Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), que tem função de promover a comunicação entre setores do governo e sociedade

civil para implementação da política da pessoa idosa no Estado. Compõem também a equipe de trabalho os órgãos de defesa estaduais que trabalham para monitorar e avaliar as políticas públicas que servirão para a elaboração e execução das políticas de atendimento para pessoa idosa. Está sob responsabilidade dessa Secretaria a única Instituição Pública de Longa Permanência para Idosos (ILPI) de São Luís, o Solar do Outono, que é equipamento urbano¹⁰ de abrigo e tem capacidade para 40 (quarenta) idosos, apesar de atualmente beneficiar apenas 31 (trinta e um) idosos, sendo que destes, 23 (vinte e três) são cadeirantes. O local é composto de farmácia, enfermaria, salas de equipe técnica, salas de administração, recepção, cozinha, refeitório, 02 (duas) praças internas, banheiro (casa de banho) coletivos para funcionários, banheiro (casa de banho) para visitantes, almoxarifados, cozinha para funcionários, lavanderia, rouparia, 08 (oito) quartos com banheiro (casa de banho) adaptados para os idosos, além de 02 (duas) áreas externas pavimentadas. A instituição recebe a colaboração de 91 (noventa e um) funcionários, como médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, tecnólogos de alimentos e área administrativa, que trabalham em conjunto para proporcionar o desenvolvimento de atividades individuais e de grupos, de maneira educativa, cultural e religiosa.

Em 2017, o Decreto nº 32.659 criou o Centro de Referência Especializado Regionalizado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (CREAISPI/MA), também de responsabilidade do Governo do Estado, sob a tutela das Secretarias de Desenvolvimento Social (SEDES), dos Direitos Humanos e Participação Social (SEDIHPOP) e da Saúde (SES). O objetivo do Centro é atender pessoas idosas que necessitem de assistência multidisciplinar especializada para tratar problemas relacionados a perdas cognitivas, funcionais ou síndromes geriátricas, além de oferecer atendimento voltado para:

“[...] a realização de avaliação global dos idosos e elaboração de planos de cuidados para os que apresentam estado de saúde de risco; a promoção de ações integradas para o envelhecimento ativo dos idosos, resgatando sua identidade e fortalecendo seu papel social; a manutenção da autonomia e da capacidade funcional dos idosos; a prestação de assistência à saúde e à reabilitação de idosos que já apresentem comprometimento da capacidade funcional; o estímulo e apoio aos idosos no exercício de seus direitos; e a disseminação de valores e atitudes positivas face ao envelhecimento.” (Decreto nº 32.659, de 24 de fevereiro de 2017).

Na esfera municipal, algumas ações também são realizadas, como por exemplo, a revitalização em 2016 de um imóvel no Centro Histórico de São Luís, que estava abandonado e

¹⁰ Equipamento urbano é um termo que designa todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. (NBR 9284, 1986, p.1. Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma>).

sendo utilizado como ponto de venda e consumo de drogas na região. A recuperação desse imóvel foi viável devido ao trabalho conjunto de vários órgãos, como o Ministério das Cidades, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Prefeitura de São Luís por meio da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (FUMPH), da Subprefeitura do Centro Histórico, da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), da Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania (SEMUSC), da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e da Associação dos Moradores do Bairro. O propósito desse equipamento urbano foi contribuir para o difícil processo de revitalização do legado deixado no Centro Histórico de São Luís, disponibilizando para 120 (cento e vinte) crianças (miúdos) e idosos um espaço de inclusão, com atividades sociais, culturais, artísticas, lazer e saúde. Essas atividades são possíveis graças ao compromisso celebrado entre a Prefeitura e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Convento das Mercês, Laboratório de Design Social e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A Prefeitura provém também o Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso (CAISI), onde são atendidos em média 450 (quatrocentos e cinquenta) idosos por dia e cerca de 50 (cinquenta) mil por ano. O atendimento do Centro é formado por uma equipe multidisciplinar formada por 85 (oitenta e cinco) profissionais das áreas de geriatria, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, educação física, terapia ocupacional, clínica geral e serviço social, além de atividades em grupos de convivência sobre a saúde do homem, estímulo à memória, artes manuais, dança, coral e terapia familiar. Em 2017 uma inspeção do Ministério Público do Maranhão (MPMA) constatou alguns problemas estruturais, pouca quantidade de profissionais e insuficiência de equipamentos que estão impossibilitando o desenvolvimento de algumas atividades. Passados mais de uma década somente essa unidade foi inaugurada, quando a previsão inicial da Prefeitura era de implantar 08 (oito) unidades em São Luís.

Outra ação para capacitação das pessoas idosas em São Luís é o Programa Educar e Incluir, que é uma ramificação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) do Governo Federal (criado em 2003) e tem como gestores a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) e a Pastoral do Idoso, garantindo a 90 (noventa) idosos a oportunidade de acesso a uma educação continuada. Além das atividades educacionais em sala de aula todos os dias de segunda a sexta, os idosos participam de ações beneficentes promovidas pela SSVP e fazem atividades extras aos sábados duas vezes por mês.

A assistência social aos idosos no município de São Luís ainda ocorre através de 16 (dezesesseis) Academias ao Ar Livre, que são núcleos para atividades físicas e esportivas, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desportos e Lazer (SEMDEL), com Estações de Alongamento e Ginástica, Estações de Recreações, Estação Esportiva, incluindo as modalidades

de futsal, voleibol, handebol, basquetebol e capoeira. As Academias ao Ar Livre estimulam a inserção de educadores físicos nesses espaços auxiliando os idosos nessas atividades. Esses espaços já estão distribuídos em diversos bairros (freguesias) da capital maranhense e beneficiam mais de 600 (seiscentos) idosos. Outro projeto do âmbito municipal é chamado de Vida Ativa (figura 5), que tem por objetivo garantir o envelhecimento saudável e está sob responsabilidade da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) e tem ofertado assistência social, atividades físicas, esportivas, recreativas, aula de alfabetização para 24 (vinte e quatro) idosos de diversas partes da cidade.



Figura 5: Atividades culturais e esportivas promovidas pelo Vida Ativa

Fonte: <http://agenciasaoluis.com.br/> (2018)

Em São Luís existem instituições não governamentais, como o Asilo de Mendicidade, que é uma entidade civil sem fins lucrativos, administrada pelas Lojas Maçônicas e fundada em 21 de abril de 1919.

Por volta das 7 1/2 horas desse dia, uma compacta multidão de todas as classes sociais, estacionava na rampa de palácio afim de se fazer transportar para o Asylo. Achavam-se à disposição dos passageiros o vapor (S. João) e a lancha (Mero), que pelas 9 horas, levantaram o ferro demandando o rio Anil, levando aquele vapor a seu bordo a banda de música do Corpo Militar, que de quando em quando executava lindas peças do seu vasto repertório. (Jornal dos Artistas, 1919 apud CARVALHO, Francisca Rosemary Ferreira de, 2012, p.86).

A instituição abriga 23 (vinte e três) idosos, sendo 11 (onze) homens e 12 (doze) mulheres, com idades que variam de 70 (setenta) a 100 (cem) anos e fica à margem direita do Rio Anil, no Sítio Pedreiras. O asilo tinha na sua fundação o objetivo de combater a mendicância, sendo considerado uma das melhores obras sociais do Estado no século XX. Posteriormente a instituição decidiu mudar o seu público quando percebeu que não teria condições e nem capacidade de acomodar tantos mendigos e foram buscar idosos carentes que precisavam de cuidados para dar continuidade a sua obra social. Atualmente aos idosos residentes são oferecidos moradia, alimentação, vestuário, higienização, atendimento terapêutico, educação física, fisioterapia e auxílio médico. Existe também a Associação Regional das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo, entidade filantrópica, que sobrevive por meio das doações de pessoas

físicas e de empresas, fundada em 1953 e que abriga 11 (onze) idosos, sendo 10 (dez) mulheres e 01 (hum) homem, todos com idade acima dos 70 (setenta) anos. A entidade possui 18 (dezoito) pequenas casas com quarto, sala, copa, cozinha, banheiro (casa de banho) e quintal e são mantidas pelos internos e seus familiares. O lugar conta também com refeitório, ambulatório e sala de reuniões, que são de responsabilidade da entidade, assim como a administração, limpeza das áreas comuns e atendimento médico mensal. Semanalmente a entidade recebe cerca de 80 (oitenta) idosos de regiões vizinhas para atividades culturais, palestras e recebimento de cesta básica.

Tanto na capital, através da Prefeitura Municipal, como no restante do estado, através do Governo, tem sido desenvolvido vários programas e projetos com enfoque na melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas aqui residentes, contudo existe ainda um longo caminho até que se consiga equiparar as estatísticas sociais de São Luís e do Maranhão com as referências recomendados pelas Organizações Mundiais e Nacionais. Especificamente na cidade de São Luís existe uma carência na sua infraestrutura, com problemas nos serviços básicos, que afetam toda a sociedade e principalmente as pessoas que já estão com limitações físicas como os idosos.

Com falta de espaço para abrigar as centenas de idosos que necessitam de abrigo para receberem os cuidados necessários, muitos por terem sua aposentadoria furtada, outros por serem sozinhos, alguns recorrem às ruas e ao pedido de esmola para comprar sua alimentação e se manterem. (Sem espaços adequados, idosos padecem em São Luís, O Estado do Maranhão, São Luís, 25 de agosto de 2017).

Os problemas na cidade se avolumam, como por exemplo, calçadas com piso (pavimento) quebrado, desniveladas, sem rampas de acesso para as vias, falta de sinalização nas ruas e avenidas, falta de estrutura nos abrigos de ônibus, profissionais do transporte público sem treinamento, falta abrigo para idosos, enfim, muitos desarranjos e promessas, histórias que se repetem e poucas providencias dos administradores e gestores para tornar deste um lugar digno e funcional para toda a sociedade.

2.2 EDUCAÇÃO: Garantia da cidadania

2.2.1 Projetos de Extensão

De acordo com o Capítulo IV (da Educação Superior) da Lei nº 9394 / 1996 (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), uma das finalidades da educação superior:

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Na prática os projetos de extensão são métodos acadêmicos que proporcionam uma interação da universidade com um determinado público ou comunidade, possibilitando a aplicação do conhecimento que é desenvolvido nessas instituições com a sociedade. A extensão é uma parte do chamado tripé universitário, que compreende ainda as áreas do ensino e da pesquisa. As características dessas ações versam em uma abordagem educativa, social, cultural, científico e tecnológico, com objetivos distintos e período definido. Um dos métodos mais eficientes de praticar o que se aborda no campo da teórica é a aplicação desses em projetos de extensão denominadas empresas juniores. As ações de extensão podem ser desenvolvidas através das seguintes modalidades: Programas, Projetos, Cursos, Eventos (congressos, fóruns, seminários, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival ou equivalentes), Prestação de Serviço e Outros Produtos Acadêmicos (livro, capítulo de livro, anais, comunicação, manual, jornal, revista, artigo, relatório técnico, produto audiovisual – filme ou vídeo, programa de rádio ou TV, software, jogos educativos e produtos artísticos. Os projetos de extensão são de um modo geral financiados pelo Poder Público através do pagamento de impostos e repasses dos governos, que segundo a Constituição Federal de 1988, art. 212:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Diante das dificuldades sociais e econômicas vividas no país, muitas pessoas ficam impossibilitadas de frequentar uma universidade e de ter acesso ao conhecimento e educação de qualidade. Desta forma, os projetos de extensão acadêmicos oferecem para essa parcela da sociedade a oportunidade de ter acesso às informações, desenvolver suas habilidades, além de compartilhar experiências adquiridas ao longo da vida. Fazem parte dos programas de extensão acadêmico o professor (elemento que provoca a reflexão do sentido da aprendizagem do aluno), o aluno (elemento que responde a provocações e encontra sentido na aprendizagem de sua ação) e a comunidade (elemento que é o próprio sentido da transformação através da ação), integrados numa experiência renovadora, com práticas transformadoras e compromisso com a educação.

Estudos indicam que a extensão universitária surgiu no século XIX, na Inglaterra com título de educação continuada. As novas demandas geradas com a Revolução Industrial fizeram com que as universidades buscassem diversificar as suas atividades educacionais, assim como oferecer novas oportunidades para uma população adulta que não podia frequentar uma universidade.

As primeiras ações extensionistas no Brasil foram praticadas pelos movimentos estudantis e ocorreram na Escola Livre Universitária de Manaus (1909), na Universidade Livre de São Paulo (1911) e na Universidade Livre do Paraná (1912), porém foi na Paulista que foram

definidas as primeiras atividades relacionadas ao ensino superior com a criação dos cursos de extensão. Estas ações avançaram em decorrência da instalação, em 1911, da Lei Orgânica do Ensino Superior conforme o Decreto nº 8659, que viabilizou autonomia administrativa às Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Em 1918, na Argentina, foi apresentado o Manifesto de Córdoba, que foi o ponto de partida na luta das instituições latino-americanas pela estruturação do modelo educacional que se compromettesse analisar os diversos problemas e anseios da sociedade naquela época. De acordo com o intelectual argentino Oscar Terán, “[...] “movimento político-estudantil iniciado em 1918 foi um dos movimentos de alcances continentais mais exitosos em todo o século XX, ao ponto de que se teve que esperar até a Revolução Cubana para encontrar outro movimento de semelhantes proporções latino americanistas”. (NETO, José Alves de Freitas, Revista Ensino Superior Unicamp, p.67).

No Brasil, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, deu-se início as discussões a respeito da inclusão nas universidades dos projetos de extensão, mas somente no ano de 1956 os estudantes exerceram um acompanhamento mais ativo em prol da sociedade brasileira.

Os programas de extensão acadêmica da Universidade Federal do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, são de responsabilidade da Pró-reitora de Extensão, Cultura e Empreendedorismo (PROEXCE), que tem como tarefa principal possibilitar as relações sociais da universidade com a sociedade, além de incentivar atividades interdisciplinares e o desenvolvimento econômico local. Atualmente a Pró-reitora possui 08 (oito) áreas em atividades, obedecendo as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

Nos dias que correm, no cenário de crise econômica, incertezas e falta de perspectivas futuras, os programas de extensão necessitam ser valorizados, as relações de assistência com a sociedade fortalecidas, bem como o empenho das universidades em fomentar uma educação mais humanizada e igualitária para todos, respeito às diferenças e individualidades dos cidadãos.

2.2.2 Universidade para Idosos

A primeira universidade voltada exclusivamente para idosos foi criada em 1973 na cidade de Toulouse na França, após o fim do período pós-segunda guerra. Essa época foi marcada por mudanças políticas no país e que resultaram em reformas sociais que buscaram atender as necessidades patentes das pessoas idosas, lhes proporcionando um envelhecimento ativo e independente, com acesso à alfabetização, informação sobre saúde, educação religiosa e

preparação para o mercado de trabalho. Esse modelo educacional foi reproduzido em outros países, mas seguindo as devidas variações como retratou Cachioni (2012):

[...] o modelo Francês, fundamentado no sistema universitário tradicional, tomou as características das diversas localizações em todo o mundo. O modelo Anglo-saxão, praticado especialmente no Reino Unido, tem como característica predominante, a aprendizagem compartilhada ou de autoajuda. No modelo Norte-americano existe uma contribuição mais expressiva dos idosos na organização dos cursos. O modelo Sul-americano, baseado no Francês, funciona exclusivamente nas instituições de ensino superior. O modelo Chinês é focado na vida da comunidade e na manutenção da cultura tradicional (CACHIONI, Meire. Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa, 2012).

Em Portugal, a Universidade da Terceira Idade (UTI) surgiu em 1976, somente 03 (três) anos após a constituição da UTI francesa. O perfil dos idosos portugueses que buscavam essas entidades de ensino eram de pessoas com baixa escolaridade, visto que dados do censo de 1970 apontavam que a taxa de analfabetismo era de 25,7%. A realidade social e cultural de Portugal está seguindo outra direção, visto que a taxa de analfabetismo está em 5,2%, de acordo com a Base de Dados Portugal Contemporâneo. Atualmente existe uma entidade sem fins lucrativos denominada Associação Portuguesa de Educação e Formação para Adultos (APEFA), que tem como principais objetivos a promoção, defesa e desenvolvimento da formação de adultos e pretende reduzir as estatísticas do analfabetismo em todo país através do projeto piloto Percursos de Cidadania - Alfabetização Solidária. As UTIs em Portugal se aproximam de 50 (cinquenta) unidades - e mais algumas em processo de constituição - com cerca de 8 (oito) mil alunos idosos inscritos e localizadas em todo território, mas com predomínio no Norte, Algarve e região metropolitana de Lisboa. Os alunos que frequentam as UTIs possuem variados níveis de escolaridade, o que direciona as entidades de ensino a realizar atividades mais generalizadas, onde eles podem optar por cursos na área de sociologia, humanidades, língua estrangeira, artes, leitura, escrita criativa, saúde, informática e comunicação e ainda são desenvolvidas atividades culturais e esportivas como natação, ginástica, teatro, canto coral, música e trabalhos manuais.

No Brasil somente por volta dos anos 80 que a Universidade Federal de Santa Catarina criou o primeiro programa voltado para o público idoso que funcionava dentro de uma instituição de ensino superior e foi intitulado Núcleo de Estudos de Terceira Idade (NETI). Nos anos 70, o Serviço Social do Comércio (SESC) criou a primeira Escola Aberta para a Terceira Idade em São Paulo, que abordava temas referentes ao envelhecimento e estudos sobre temas do cotidiano. Atualmente existem no Brasil mais de 200 (duzentos) programas voltados para o público idoso em Universidades públicas e privadas, conforme descrição do quadro 3, sendo que quase todos estão ligados a programas de extensão.

IFES	Programas / Projetos	Faixa Etária Mínima	Criação
UFSC	NETI	50 anos	1983
UFMS	NIEATI	55 anos	1984
UFU	AFRID	50 anos	1989
UFJF	Polo de Enriquecimento Cultural para a Terceira Idade	45 anos	1991
UFRGS	UNITI - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento	60 anos	1991
UFPB	Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade (NIETI)	60 anos	1992
UFF	CRASI	60 anos	1992
UFMT	NEATI	45 anos ³	1993
UFMG	Projeto Maioridade - Universidade Aberta para a Terceira Idade	60 anos	1993
UFOP	Programa Terceira Idade	60 anos	1993
UFPEl	NATI	60 anos	1993
UFAM	PIFPS - U3IA	45 anos	1994
UFPA	Uniterci	55 anos	1994
FURG	NUTI	60 anos	1994
UFSJ	Programa Universidade para a Terceira Idade	55 anos	1995
UNIRIO	Grupo Renascer	55 anos	1995
UFMA	UNITI	50 anos	1995
UFES	UNATI / NEEAPI	60 anos	1996
UFS	NUPATI	60 anos	1998
UFPI	NUPEUTI - Programa Terceira Idade em Ação	55 anos	1998
UNIFAL	UNATI	50 anos	1999
UNIFESP	UATI	60 anos	1999
UFAC	UNATI	60 anos	1999
UFPE	UnATI	60 anos	2002
UFSCar	Programa de Revitalização de Idosos	50 anos	2005
UFT	Universidade da Maturidade - UMA	45 anos	2006
UNIFAP	UMAP	60 anos	2006
UFTM	Universidade Aberta à Terceira Idade	60 anos	2009
UFMS	UNAPI - Programa de Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	60 anos	2010
UFAL	UNATI	60 anos	2011
UFPR	UAM	55 anos	2012
UFGD	Terceira Idade na Universidade	55 anos	2013
UFRR	Projeto Girassol	60 anos	2013
UFCSPA	Esporte (desporto) e Lazer para Idosos - Programa de Exercício, Saúde e Cidadania para idosos	60 anos	2015
UNIVASF	UNATI	60 anos	2015
UFRB	Programa Universidade Aberta da Terceira Idade	60 anos	2015

Quadro 3: Relação das Universidades para idosos no Brasil

Fonte: Silva, Flora Moritz da; Silva, André Tiago Dias da; Rocha, Rudimar Antunes da (2017)

Outra linha de trabalho que está sendo desenvolvida por algumas universidades brasileiras é a promoção de educação a distância para pessoas idosas, através de parcerias entre instituições afins que trabalham para inserir a informática no processo da aprendizagem, com as adaptações que se fizerem necessárias para o público alvo e a proposta de facilitar a comunicação de alunos e professores em qualquer localidade ou distância.

De acordo com Alves e Lopes (2008) apud Belloni (1999):

Flexibilização no sentido de que se democratizam as oportunidades de acesso ao ensino superior, desenvolvendo habilidades de autoaprendizagem utilizadas pelas pessoas do presencial e à distância, e ao mesmo tempo, exigindo das pessoas mais autonomia e independência nos estudos e a flexibilização da oferta de cursos e disciplinas em função das demandas sociais.

Diante de um cenário educacional voltado para pessoas idosas se mostrando próspero em todo país, algumas iniciativas governamentais estão sendo estudadas para garantir o maior número de acesso de pessoas idosas ao ensino superior, como a proposta em análise no senado federal que destina 20% de vagas ociosas das instituições para pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Outros benefícios equivalentes já são garantidos, como o texto da Lei nº 13.535 / 2017, que estabelece que as Universidades devem oferecer cursos e programas de extensão nas formas presencial e a distância, com desenvolvimento de atividades formais e não formais¹¹, mantendo definido o objetivo de oferecer experiências proveitosas para os idosos.

2.3 LEGISLAÇÃO

2.3.1 Lei nº 8.842 / 1994

Em 04 de janeiro de 1994, foi sancionada esta Lei que trata da Política Nacional do Idoso e que traz no seu texto a criação do Conselho Nacional do Idoso, e também princípios e diretrizes que abrangem as necessidades das pessoas idosas, assegurando na forma da lei seus direitos sociais, com ênfase na promoção da sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. As ações governamentais devem ser desenvolvidas pelos órgãos e entidades públicas e tem como meta a implementação de estratégias nas áreas de promoção e assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça, cultura, esporte (desporto) e lazer, além de possibilitar o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, excetuando-se em casos de comprovada incapacidade, no qual será nomeado um Curador em juízo para gerir esses bens. Fica definido nessa lei que os recursos financeiros

¹¹ “...a educação formal é aquela que ocorre nos sistemas de ensino tradicionais; a não formal corresponde às iniciativas organizadas de aprendizagem que acontecem fora dos sistemas de ensino...” (Ministério da Educação, 2015).

necessários para o cumprimento das ações em favor dos idosos são de responsabilidade dos governos federal, estadual e municipais.

2.3.2 Lei nº 10.741 / 2003

O documento é conhecido como Estatuto do Idoso e faz uma ampliação de direitos à cidadania já assegurados em outros dispositivos legais, incluindo também as obrigações jurídicas com a pessoa idosa que se instituíram desde a Constituição Federal de 1988, em ações de parceria entre a Família, a Sociedade e o Estado, de modo que se torne possível e viável o cumprimento das responsabilidades elencadas nesses dispositivos. O Estatuto do Idoso traz ainda a garantia da prioridade no atendimento em estabelecimentos públicos e privados, descontos para eventos culturais e esportivos, projetos de extensão e universidades da terceira idade, profissionalizações especializadas para os idosos, adaptação curricular às especificidades da população idosa, estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho, acesso a centros de convivência, asilos e centros-dia, locais de terapia. O capítulo II (Dos Crimes em Espécie) do Estatuto traz pela primeira vez na legislação brasileira a abordagem sobre os crimes cometidos contra os idosos e as suas devidas penalidades. No Estado do Maranhão, tal como no resto do país, mesmo tendo todos esses direitos adquiridos, os idosos ainda sofrem com o descumprimento dessas leis e notadamente a cada dia avolumam-se as denúncias de abusos, desrespeitos e violência contra as pessoas idosos.

Toda vez que precisamos de leis para efetivar direitos constitucionais é sinal que não os respeitamos e, por conseguinte estamos um passo atrás do espírito constitucional. Nossa sociedade ainda não evoluiu o suficiente para alcançar a importância dos idosos e o compromisso social em propiciar a eles um envelhecimento digno, porque eles formaram a sociedade em que vivemos, estabeleceram padrões sociais, construíram o conhecimento que hoje adquirimos e mais, nós somos sua extensão genética, sua continuação, portanto parte deles. (ALMEIDA, Dayse Coelho, 2018).

2.3.3 Decreto nº 8.114 / 2013

Em 30 de setembro de 2013, de modo a reiterar os compromissos anteriormente legitimados, o Governo Federal institui o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e também uma Comissão Interministerial responsável por acompanhar as ações desenvolvidas e propiciar uma maior articulação de órgãos e entes públicos envolvidos na promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas.

2.3.4 Legislações Estadual e Municipal

Em 1996 foi criado por meio da Lei nº 6.835 o Conselho Estadual do Idoso, que é um órgão colegiado deliberativo de caráter público, faz a comunicação do Poder Público com a Sociedade Civil e tem como funções a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e avaliação da Política Nacional do Idoso na esfera Estadual. Posteriormente a Procuradoria Geral de Justiça, por meio da Resolução nº 001 / 1998 criou a Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Portadores de Deficiência e Idosos e que por meio do Ato Regulamentar nº 024 / 2006 foi dividida, ficando a última que é especializada nos idosos responsável por:

Fiscalizar a observância do princípio da igualdade, coibindo discriminações contra idosos; acionar os mecanismos judiciais e extrajudiciais necessários para evitar abusos e lesões aos direitos dos idosos e promover a defesa dos seus direitos indisponíveis, difusos, coletivos e individuais homogêneos no que se refere aos serviços públicos, em geral, garantindo-lhes atendimento preferencial, à assistência social, à educação e cultura, à saúde, ao trabalho e habitação e urbanismo. (PINHEIRO, Analissa Barros Pinheiro, 2014).

Em 2006 foi criada a Lei Estadual nº 8.368, que promulga a Política Estadual do Idoso e tem como principais objetivos assegurar aos cidadãos de 60 (sessenta) anos ou mais as condições necessárias para continuar no pleno exercício da cidadania. Nela são assegurados aos idosos o direito à vida, a dignidade, ao bem-estar físico, mental, social e espiritual e a participação na sociedade. A Lei objetiva principalmente resgatar a identidade, o espaço e a ação do idoso na sociedade, estimular a permanência do idoso no convívio familiar, divulgar informações acerca do processo de envelhecimento como fenômeno natural da vida, apoiar e desenvolver estudos e pesquisas sobre questões relativas ao envelhecimento.

Na esfera municipal, a Prefeitura de São Luís sancionou a Lei nº 3397, de 26 de julho de 1995, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Proteção ao Idoso de São Luís e dentre outras providências, relaciona no seu art. 3º do Capítulo II (Dos objetivos do Conselho) as ações a serem implementadas para proteção das pessoas idosas (quadro 4), assim como políticas públicas que abordem a necessidade de maior informação e treinamento para os órgãos responsáveis.

PRINCIPAIS AÇÕES PARA AS PESSOAS IDOSAS
Propor planos, programas, projetos, estudos, debates relacionados com a questão do idoso no seu aspecto econômico, político e social;
Formular denúncias sobre a discriminação do idoso;
Apoiar realizações de outros órgãos e entidades que digam respeito à comissão do idoso;

Quadro 4: Principais ações para as pessoas idosas (continua)

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/> (2018)

Supervisionar o cumprimento da legislação e defender a ampliação dos direitos do idoso;
Propor à administração municipal convênios com órgãos governamentais e instituições afins, objetivando concretizar a política do Conselho;
Apoiar as entidades populares representativas do idoso e incentivar sua organização;
Exercer as atribuições comuns ao Conselho previstas na Lei Orgânica do Município.
Regulamentar, organizar, coordenar e adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho;
Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município e que possa afetar as deliberações.
Formular a política municipal de assistência e proteção ao idoso, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e aplicação dos recursos;
Zelar pela execução da política adotada, atendendo, às peculiaridades do idoso, de suas famílias, de suas vizinhanças, dos bairros (freguesias) ou da zona urbana ou rural em que se localizarem;
Receber as reivindicações do movimento organizado ou as denúncias, ainda que feitas individualmente, atuando no sentido de resolvê-las;
Informar e orientar a população idosa sobre seus direitos e apoiar o desenvolvimento de campanhas educativas junto à sociedade;
Criar condições de resgate da memória do idoso e sua experiência no âmbito dos movimentos sindical, político, cultural, de bairros (freguesias) e similares;
Parágrafo Único - Ao Conselho Municipal de Proteção ao Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área no interesse do idoso.

Quadro 4: Principais ações para as pessoas idosas (conclusão)

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/> (2018)

O Art. 17 (do Orçamento), estipula que os recursos orçamentários para funcionamento do conselho serão provenientes de verbas próprias e de outras como a decorrente da aplicação de lei federal, recursos financeiros oriundos de convênios ou de qualquer tipo de doação.

2.3.5 Decreto Lei nº 25 / 1937

Conhecido como a Lei do Tombamento, o referido Decreto - uma das mais estáveis leis de preservação do país - trata da organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, amparando o país com uma legislação própria e capaz de impedir a destruição dos bens nacionais de notável valor artístico e histórico. Após a efetivação do Decreto Lei, um dos grandes

e imediatos desafios para o novo órgão de controle¹² do patrimônio era a formação da consciência do povo brasileiro para a conservação dos seus bens culturais. Em entrevista ao jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, Andrade (1940) apud Miranda (2017) declara:

Filhos de um país novo, cujo descobrimento se deu na era moderna e cuja formação política data de pouco mais de um século, os brasileiros, em geral, não se distinguem pelo culto às relíquias do passado. O sentimento de respeito retrospectivo torna-se mais arraigado entre os povos de longo passado histórico. Já é tempo, entretanto, de considerarmos a beleza moral da história do Brasil, instituindo a defesa dos seus documentos.

Importantes orientações legais foram implementadas após a Lei do Tombamento de modo a regular e normatizar as ações nessa área, como os procedimentos da Portaria nº 420 / 2010 do IPHAN, que trata das análises e autorizações para realização de intervenções nos bens tombados, assim como o seu respectivo entorno, de forma a manter a integridade do bem. Dentre os princípios relacionados no texto dessa Portaria estão o acompanhamento preventivo das obras de intervenção frustrando possíveis desfigurações, degradações ou ainda perda de autenticidade do bem. Outro ponto abordado é o planejamento dos profissionais especializados para o desenvolvimento de técnicas e metodologias durante o processo de avaliação dos projetos de intervenção. Do mesmo, modo devem manter o nível de exigências nas obras de intervenção, garantindo a proteção do objeto, mesmo que ocasionalmente precisem ser utilizados alguns critérios de razoabilidade.

Atualmente existem diversos documentos que tratam dos critérios específicos para proteção das áreas históricas em todo o mundo, os quais disponibilizam um conjunto de alternativas razoáveis de modo a evitar a ocorrência de situações críticas da perda completa dos valores culturais, sociais e inclusive econômicos de inúmeras cidades que passam por processo de modernização e abandonam o legado deixado pela história.

2.3.6 Instrução Normativa nº 01 / 2003

Criada com o objetivo de proporcionar o acesso facilitado dos bens imóveis tombados por toda a sociedade, principalmente para as pessoas com deficiência (PCD) ou com mobilidade reduzida, essa instrução normativa entrou em vigor em 25 de novembro de 2003 e traz no seu escopo, assim como a Lei Federal 10.098 / 2000 e a NBR 9050, as soluções a serem adotadas para eliminação, redução ou superação de barreiras arquitetônicas na melhoria da acessibilidade

¹² Em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº. 378, que tratava da estrutura do Ministério da Educação, o Presidente Getúlio Vargas criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com o objetivo de promover no território nacional o tombamento, a conservação e a divulgação do patrimônio cultural do país. Para a direção do novel órgão de proteção, foi escolhido o nome do advogado, jornalista e escritor brasileiro Rodrigo Melo Franco de Andrade. (MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Lei tombamento completa 80 anos, continua atual. Disponível em: <https://www.conjur.com.br>).

em bens culturais imóveis acautelados em nível federal¹³. Um dos mais importantes princípios dessa instrução é a garantia que as pessoas devem ter o maior número de possibilidades, independente da sua condição física, para transitar de forma autônoma nessas edificações, sendo obrigatório, segundo o texto, pelo menos uma rota acessível¹⁴.

Outra indicação diz respeito aos percursos externos e passeios públicos, que devem ser livres e sem barreiras físicas e possibilitar a integração com os acessos que levam ao interior da edificação - preferencialmente pela entrada principal -, observando-se ainda a largura desses passeios e o afluxo de pessoas que as utilizam. De acordo com a Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003 do IPHAN, os procedimentos básicos que devem ser utilizados para se obter soluções integradas de acessibilidade são:

A adoção de pisos (pavimentos) sinalizadores específicos; rampas e rebaixamento de calçada; a reserva e distribuição de vagas para estacionamento; a concepção, adequação ou substituição dos elementos da urbanização e do mobiliário urbano; a adequação da sinalização, indicativa ou de trânsito, com especificações de cores, texturas, sons e símbolos.

A Instrução Normativa traz um conjunto de recomendações e definições, além de fazer articulação com outras legislações buscando construir alternativas para que as ações de intervenção em bens tombados possam proporcionar locais mais acessíveis e inclusivos para a sociedade.

2.3.7 Lei nº 10.257 / 2001

Conhecida como Estatuto da Cidade, esta Lei regulamenta as diretrizes que constam nos artigos 182 e 183, do Capítulo II (Da Política Urbana) da CF/88. O Estatuto surgiu como projeto de lei em 1988, entretanto somente 12 (doze) anos depois - em 2001 - o texto foi aprovado, sendo sancionado e convertido em Lei em 10 de julho desse mesmo ano.

O Estatuto da Cidade aborda em seus capítulos a execução dos instrumentos para o desenvolvimento de Políticas Urbanas, com enfoque nas funções sociais da cidade e garantia de bem-estar de seus habitantes. Além disso, destaca a regulação da propriedade urbana e expansão urbana através dos Planos Diretores a serem desenvolvidos pelos municípios com mais de 20

¹³ Bens culturais imóveis acautelados em nível federal: bens imóveis caracterizados por edificações e/ou sítios dotados de valor artístico, histórico, arqueológico, paisagístico, etnográfico, localizados em áreas urbanas ou rurais, legalmente protegidos pelo IPHAN, cuja proteção se dê em caráter individual ou coletivo, podendo compreender também o seu entorno ou vizinhança, com o objetivo de assegurar a visibilidade e a ambiência do bem ou do conjunto, se for o caso. (Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, p.2. Disponível em: <http://www.comphap.pmmc.com.br/>).

¹⁴ Rota acessível: interligação ou percurso contínuo e sistêmico entre os elementos que compõem a acessibilidade, compreendendo os espaços internos e externos às edificações, os serviços e fluxos da rede urbana. (Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, p.3. Disponível em: <http://www.comphap.pmmc.com.br/>).

(vinte) mil habitantes - e também os aglomerados urbanos -, além de locais que estejam em áreas de interesse turístico ou em áreas propensas a impactos ambientais, devendo ainda os legisladores dos municípios manter o compromisso dialogar e discutir os interesses da cidade numa administração baseada na democracia e soberania popular.

2.3.8 NBR 9050

Os primeiros registros que abordaram os fundamentos para elaboração de projetos inclusivos no Brasil datam de 1985, quando foi criada a primeira Norma Técnica voltada para acessibilidade, conhecida por NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos). No Brasil essas Normas são elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), uma entidade privada e sem fins lucrativos, fundada em 1940, responsável pelo desenvolvimento tecnológico e normativo brasileiro.

Foi também através do estabelecimento do Decreto Federal nº 5.296 / 2004, que faz a regulamentação da Lei nº 10.048 / 2000 (Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências) e da Lei nº 10.098 / 2000 (Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências) que a sociedade e entidades profissionais deslumbraram a necessidade da adoção de referenciais técnicos que delineassem a organização dos espaços para sua utilização, de forma autônoma, por pessoas com os mais diferentes tipos de dificuldades e limitações. Com base nas premissas já estabelecidas dessas legislações e com o apelo ao governo, por uma parte a sociedade que exigia atenção especial para as suas reivindicações na questão da inclusão social, a NBR 9050 adquire, portanto, força de Lei tornando obrigatório o seu emprego no processo para a elaboração de qualquer natureza de projeto, tanto públicos como privados, além de imputar responsabilidades técnicas para os profissionais de engenharia e arquitetura que se neguem a cumprir as orientações constantes nessas legislações.

Atualmente existem 12 (doze) normas que abordam a temática da acessibilidade no Brasil, que foram elaboradas pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade (CB / 40) da ABNT.

A terceira e atual versão da NBR / 9050 iniciou sua validade em 11 de outubro de 2015 e traz atualizações, como, por exemplo, os princípios do Desenho Universal para elaboração dos projetos inclusivos ratificando o ideal de que “[...] os produtos e os ambientes construídos, por exemplo, não devem ser concebidos para determinadas fatias da população, e que o desafio a ser enfrentado deve ser mais amplo: o da diversidade humana como ponto de partida. ”

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

3.1 ESCOLHA DO IMÓVEL

O local destinado à realização do Projeto Aplicado é um imóvel tombado no Centro Histórico da Cidade de São Luís / MA, sendo conhecido pelo nome Galpões do Cais de Santo Ângelo, com aproximadamente 1.830,00m² de área construída e situa-se na Avenida Vitorino Freire, s/nº, Quadra 105, no Bairro (freguesia) da Praia Grande, defronte ao Terminal da Integração Rodoviário e que se limita com a Galeria Trapiche (lado esquerdo), um prédio administrativo da Prefeitura de São Luís (lado direito) e a Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão (fundos), estando dentro da Zona de Preservação Histórica – ZPH (figura 6), de acordo com a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de São Luís. O imóvel também está dentro da área de tombamento federal e da área de inscrição da Unesco.

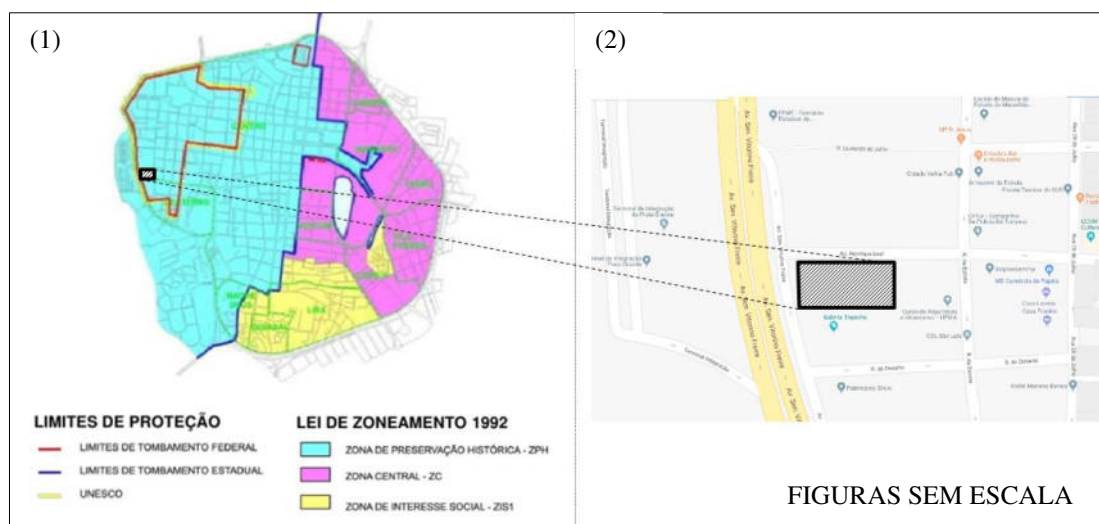


Figura 6: Mapa com os limites, zoneamento e localização da área estudada

Fonte: (1) ANDRADE, José Aquiles Sousa (2011); (2) Google Maps (2018)

Esses imóveis já pertenceram à Prefeitura de São Luís, mas atualmente as suas duas edificações, além da vasta área livre no seu entorno estão cedidos ao IFMA. A decisão de se fazer esse Projeto Aplicado na área central da cidade de São Luís foi impulsionada pela possibilidade de resgatar da memória histórica de uma edificação tombada e pela oportunidade de proporcionar mais notoriedade às áreas tipicamente degradadas da cidade.



Figura 7: Mapa com trajeto e distância entre a UFMA e os imóveis estudados

Fonte: Adaptação da Autora com imagem do Google Maps (2018)

As diretrizes de projeto para a reabilitação do imóvel citado devem contemplar um programa de necessidades que englobe todas as demandas da UNITI, utilizando não só a edificação como também toda a sua área externa. Foi também levado em consideração que o referido imóvel possui uma localização privilegiada, fácil acesso, inúmeras possibilidades de transporte e que se forem acrescentados uma reabilitação de imóvel que propicie instalações apropriadas e acessibilidade adequada torna essa proposta um ponto de referência para o aprofundamento de projetos nas áreas em análise.

3.1.1 Reabilitação Arquitetônica

O Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural, que faz parte de uma coleção Cadernos Técnicos do Programa Monumenta¹⁵, conceitua Reabilitação como

¹⁵ O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. O Monumenta, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o apoio da Unesco, procura garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio. Objetivo a ser alcançado com a geração de recursos para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e que mantenham conservados os imóveis da área do projeto. Com isto, facilita a manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos. Uma das estratégias para atingir essa meta é estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados. (IPHAN. Assinatura de financiamento para 19 imóveis privados em Goiás (GO). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/>).

“[...] conjunto de operações destinadas a tornar apto o edifício a novos usos, diferente para o qual foi concebido[...]”. Outros tipos de conservação podem também ser aplicados quando se aborda a temática das intervenções em bens tombados, como, por exemplo, o conceito de Restauração ou Restauro, que de acordo com o Manual acima citado trata de “[...] conjunto de operações destinadas a restabelecer a unidade da edificação, relativa à concepção original ou de intervenções significativas na sua história[...]”. Outras recomendações citadas para esse tipo de conservação é o rigor nas pesquisas / levantamentos e a possibilidade de diferenciar o que é original e intervenção no bem tombado. A temática também é abordada na Carta de Lisboa (1995), que traz no Art. 1º (Definição e conceitos) que Reabilitação de um edifício se refere à “[...] obras que tem pôr fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atuais níveis de exigência[...]”.

Em alguns países europeus, como França, Itália e Portugal, os programas de reabilitação buscam ações que assegurem a recuperação e integridade de espaços que estão desabitados e degradados para fins de habitações sociais, proporcionando também a reabilitação dos espaços urbanos adjacentes. No Brasil, uma experiência implantada de grande sucesso no âmbito da intervenção no patrimônio é o Projeto Reabilita, que faz parte do Programa de Habitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e busca a elaboração de diretrizes que facilitem o acesso às informações técnicas, tornando o processo de reabilitação em edifícios e áreas tombadas mais célere, menos oneroso e de maior qualidade. Retomando a abordagem a respeito da importância do Programa Monumenta para a segurança do patrimônio brasileiro, a UNESCO - patrocinando as ações - e o IPHAN - com uma equipe de coordenação técnica -, desenvolveram duas linhas de atuação para as intervenções nos conjuntos históricos, sendo que a primeira linha recebe auxílio de financiamento público para recuperação e adequação de imóveis e espaços públicos, e a segunda linha se aplica à recuperação de imóveis de particulares que estão inseridos nas áreas tombadas, com benefício de taxas de juros de 0%, através de uma linha de financiamento administrada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA)¹⁶.

¹⁶ CAIXA é uma instituição financeira, na forma de empresa 100% pública, pessoa jurídica autônoma, vinculada ao Ministério da Fazenda, com patrimônio próprio e autonomia administrativa com sede em Brasília, no Distrito Federal, e com filiais em todo o território nacional. Foi criada em 12 de janeiro de 1861 pelo Imperador Dom Pedro II com o nome Caixa Econômica da Corte. Seu propósito era incentivar a poupança e conceder empréstimos sob penhor, com a garantia do governo imperial e por essa segurança passou a ser procurada pelas camadas sociais mais populares, incluindo os escravos, que podiam economizar para suas cartas de alforria. Em 12 de agosto de 1969 foi constituída como empresa pública, de acordo com o Decreto-lei nº 759 e atualmente acumula a importância de ser o maior banco público da América Latina, focado em grandes operações comerciais, e no histórico exercício em prol do desenvolvimento urbano e da justiça social do país, vez que prioriza setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços, contribuindo significativamente para melhorar a vida das pessoas, principalmente as de baixa renda. Além disso, ela apoia inúmeras atividades artísticas-culturais,

O quadro 5 mostra as principais ações do Programa Monumenta, nos seus três segmentos de atuação, onde estão grifadas as categorias na qual o estudo proposto se incorpora:

SEGMENTO DE ATUAÇÃO	Patrimônio Histórico e Cultural	Área do Projeto	Atividades Complementares
PRINCIPAIS AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do roteiro cultural - Ampliação do número de usuários de equipamentos culturais - Intensificação do uso social e econômico do patrimônio - Recuperação do conjunto histórico 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à diversidade econômica funcional - Reutilização de imóveis e recuperação de sua estrutura física - Criação do Fundo de Preservação Municipal para a gestão autossustentada da região - Revitalização da área 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de estruturas habitacionais - Criação de áreas de lazer e entretenimento associadas - Criação de programas de saúde e educação (patrimonial e ambiental) - Programas de realocação social da população de risco - Capacitação e geração de mão-de-obra

Quadro 5: Ações do Programa Monumenta

Fonte: TOZI, Desirée Ramos (2007)

Ao longo dos anos o entendimento sobre qual seriam as ações mais eficazes a serem implantadas em áreas históricas foram sendo substituídas e aprimoradas com o solene propósito de incluir práticas fundamentadas na recuperação e valorização dos princípios do patrimônio histórico em cidades cada vez mais contemporâneas. Fundamentado nesses princípios, a proposta de requalificar um imóvel tombado no Centro Histórico de uma cidade Patrimônio Cultural Mundial significa primordialmente um resgate cultural, através de uma transformação genuína, com perspectivas de obter um bem tombado que reflita dinamismo e promova a popularização de áreas pouco atrativas e esquecidas nessa cidade.

3.1.2 Plano de Intervenção

De acordo com o estabelecido no item Patrimônio Edificado do Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural, doravante chamado Manual, entende-se que nessa fase do projeto são estabelecidos “[...] o conjunto de elementos necessários e suficientes para execução das ações destinadas a prolongar o tempo de vida de uma determinada edificação ou conjunto de edificações, englobando os conceitos de restauração, manutenção, estabilização, reabilitação ou outras [...]”. Completando essas orientações para o Patrimônio Edificado podemos acrescentar ainda a escolha dos métodos, recursos, prazos e eventuais projetos integrados - às

educacionais e desportivas, garantindo um lugar de destaque no dia a dia das pessoas, pois acredita que pode fazer o melhor pelo país e por cada um de seus habitantes. (CAIXA. Caixa: compromisso com o Brasil. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>).

vezes indispensáveis para uma requalificação plena de todo espaço urbano -, assim como todo um planejamento logístico e jurídico para organizar e fortalecer as ações de intervenção em consonância com a preservação.

Em função do seu vasto contexto metodológico e notável clareza de dados e informações foi escolhido para a elaboração do Projeto Aplicado o já citado “Manual”, posto que é também um dos principais documentos que orienta os profissionais para a elaboração de projetos ligados ao patrimônio federal, que posteriormente são submetidos à análise técnica e avaliação do IPHAN e Proposta de Intervenção, conforme critérios apontados a seguir:

a) Identificação e Conhecimento do Bem

Essa fase tem como principal objetivo a avaliação histórica do bem tombado, com ênfase nos dados estéticos, artísticos e técnicos. Prioriza também a análise da sua relevância atual e suas funções através do tempo no contexto do patrimônio cultural. O Manual faz uma importante exigência quanto aos levantamentos dos dados históricos, pois estes devem ser precisos de modo a evitar falsas interpretações que possam prejudicar a recuperação do bem tombado. As principais fontes de pesquisa recomendadas pelo Manual são:

- Os arquivos do IPHAN, das instituições de pesquisa federais, dos Estados e Municípios, da Cúria Metropolitana e Arquidiocese correspondente, Irmandades, Cartórios, Museus, entre outros;
- Fontes bibliográficas: livros existentes a respeito do assunto e publicações como anuários, revistas, jornais e outros;
- Banco de dados informatizados de cunho artístico e histórico;
- As fontes orais: depoimentos de moradores antigos da região, do local ou da família proprietária ou residente na edificação e outros.

Outro importante ponto abordado nessa fase é o Levantamento Físico, onde são apontadas as danificações sofridas pela edificação, com a apresentação da quantificação e qualificação dos problemas encontrados e que são representados através de fotos e esboços com o retrato do sistema construtivo. Muitos bens tombados não possuem documentação necessária para sua análise detalhada, ficando também a cargo dos levantamentos a complementação das informações ausentes, muitas vezes disponibilizadas por antigos proprietários e/ou órgãos públicos, uma vez que estes podem dispor de cópias dos projetos originais, assim como dados a respeito das técnicas construtivas e características arquitetônicas utilizadas.

b) Diagnóstico

Nessa fase já é possível a elaboração do planejamento futuro do bem tombado, com a escolha do melhor sistema de intervenção a ser adotada de acordo com as informações coletadas na etapa anterior. O processo ocorre através da avaliação integralizada dos dados levantados, no

qual são descritas algumas situações peculiares, elencados os problemas existentes, assim como suas respectivas técnicas de reparo / restauro. As patologias identificadas na edificação são apresentadas através de um mapeamento em planta, com auxílio fotográfico e texto explicativo com a análise das anomalias, realizadas nesse Projeto Aplicado por uma inspeção preliminar e visual, com foco nas suas origens, causas da deterioração, bem como avaliação das instalações existentes. Consolidando a importância dessa etapa destaca-se ainda as análises geológicas realizadas através de sondagens e pesquisas das possíveis interferências nas vias de acesso e entorno realizadas por meio de consultas a órgãos públicos, legislação e/ou normas e concessionárias de serviços públicos.

c) Proposta de Intervenção

De acordo com o Manual, esta fase “[...] compreende o conjunto de ações necessárias para caracterizar a intervenção, determinando soluções, definindo usos e procedimentos de execução, abordados técnica e conceitualmente [...]”. O processo de elaboração de uma Proposta de Intervenção divide-se em 03 (três) etapas: Estudo Preliminar, Projeto Básico e Projeto Executivo, as quais se desenvolvem de maneira distinta, porém mantendo uma relação de interdependência, proporcionando, portanto, uma melhor observação e acompanhamento das propostas pelos órgãos competentes. Outro aspecto de interesse é a necessidade de garantir a harmonia entre os elementos da região que será revitalizada, como as suas técnicas construtivas, aspectos climáticos, elementos culturais e características arquitetônicas objetivando uma maior integração e preservação do conjunto patrimonial edificado. O Projeto Aplicado em estudo, que visa propor diretrizes para reabilitação de imóvel tombado, guiou-se por diversos conceitos e princípios para delinear sua proposta de intervenção nos Galpões do Cais de Santo Ângelo, tendo como delimitação a apresentação de Estudo Preliminar, que contemplará entre outros os fundamentos balizares da proposta, a indicação de soluções prévias para problemas levantados nas fases anteriores, assim como as que surgem durante a implementação do programa de necessidades. O Manual prevê que nessa etapa os resultados obtidos devem ser apresentados em forma de Memorial Descritivo, Especificações Preliminares de Materiais e Serviços, Estimativa de Custo - esta parte não constará desse estudo - e Peças Gráficas com a proposta conceitual, partido adotado e grau de interferência na edificação.

3.2 PROJETO DE EXTENSÃO UNITI

Para realização desse Projeto Aplicado, formam o público analisado os alunos da UNITI / UFMA. Esses alunos participam de um Curso de Formação Continuada que tem duração de 01 (hum) ano letivo e possui carga horária de 280 (duzentas e oitenta) horas, oferecido por meio de

um Convênio entre a UFMA / Pró-reitora de Extensão, Cultura e Empreendedorismo - PROEXCE, a Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores do Maranhão - SEGEP e o Serviço Social do Comércio - SESC. Os alunos que foram selecionados não possuem qualquer tipo de distinção social, tem idade de 50 (cinquenta) anos ou mais, de ambos os sexos, sem comprometimento cognitivo e que buscam entre outras a integração social, autodescoberta e a continuação das atividades educativas. Completando a análise que foi realizada na UNITI estão os funcionários que trabalham no setor administrativo diretamente com esses alunos idosos. Os outros sujeitos que estão envolvidos com esse processo educacional são os professores, todos pertencentes ao corpo acadêmico da UFMA, mas que colaboram com o Projeto UNITI de forma não permanente. Todo início de ano letivo a UNITI realiza contratações de professores para matérias específicas, o que tornou a participação muito incerta e pouco devotada para a coleta de dados. As informações e dados referentes à quantidade de professores e desenvolvimento de cada matéria foi repassada detalhadamente pelos funcionários para uma correta organização do programa de necessidades do Projeto Aplicado.

3.2.1 Compromisso do Projeto

A UNITI foi criada em 1995 com o propósito de oferecer à pessoa idosa uma redescoberta das suas aptidões, num ambiente de completa integração social e de revigoração psicoemocional. Dos fundamentos constituintes do Projeto estão a capacitação dos idosos para uma velhice digna e prazerosa, assim como a promoção da qualidade de vida através da autodescoberta e autovalorização.

3.2.2 Estrutura do Projeto de Extensão

A UNITI baseia-se numa metodologia de ações extensionista e de processos dinâmicos, que englobam atividades educacionais, culturais, lazer e esportes (desporto), conforme quadro 6. Essas ações buscam também resgatar as vivências familiares e sociais dos idosos com interesse e envolvimento em partilhar as suas reflexões, motivações, pontos de vista e afeições. A estrutura curricular do Programa UNITI da UFMA engloba as seguintes temáticas:

ITEM	DISCIPLINA	DESCRIÇÃO
01	VIDA E ESPIRITUALIDADE	Valorizar a vida através da música da contemplação, da aplicação de técnicas de sensibilização.
02	NOÇÕES BÁSICAS DE GERONTOLOGIA SOCIAL	Enfoque interdisciplinar sobre envelhecimento.
03	CONCENTRAÇÃO E MEMÓRIA	Enfoque em técnicas de memorização.

Quadro 6: Estrutura curricular do Programa UNITI / UFMA (continua)

Fonte: www.ufma.com.br (2018)

04	EDUCAÇÃO FÍSICA	Destacar a importância do conhecimento e saúde do corpo.
05	LAZER E TURISMO	Conhecer os aspectos históricos através de aulas expositivas, visitas e excursões.
06	ARTESANATO	Desenvolver as habilidades manuais na confecção de utensílios úteis e decorativos.
07	PSICOLOGIA NA TERCEIRA IDADE	Refletir sobre a arte de envelhecer.
08	IMAGEM E REFLEXÃO	Universo é visto e recriado através das imagens, cores e sua representação.
09	CRIAÇÃO LITERÁRIA	Desenvolver a sensibilidade poética descobrindo os seus potenciais.
10	MUSICALIZAÇÃO	A leitura do mundo faz-se através de sons e ritmos.
11	LÍNGUA ESTRANGEIRA	Proporcionar conhecimentos básicas expressões e estruturas de línguas estrangeiras.
12	FITOTERAPIA	Estimular a manipulação das plantas medicinais na preparação de Chás, Xaropes e etc.

Quadro 6: Estrutura curricular do Programa UNITI / UFMA (conclusão)

Fonte: www.ufma.com.br (2018)

As atividades oferecidas pela UNITI são realizadas de forma espontânea e autêntica, com o intuito de promover a transformação educacional das pessoas idosas e corroborar para o êxito dos bons resultados obtidos com as políticas de envelhecimento ativo desenvolvidas em todo país.

3.2.3 Desafios

De acordo com Ecléa Bosia, professora emérita do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo (USP) e idealizadora do projeto Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATI) da USP, a diversidade de indivíduos que buscam criar novas perspectivas para suas vidas através do processo educacional cresce de forma significativa, uma vez que existe uma relação direta desta com outros setores do cotidiano dos idosos, como, por exemplo, oportunidade no mercado de trabalho, acesso a tecnologias, maior atenção com a saúde, consciência dos seus direitos civis, entre outros.

Atualmente a sociedade brasileira está envelhecendo (figura 8) e passando por muitas mudanças econômico-sociais no curso da vida, resultantes basicamente da combinação de 03 (três) fatores: períodos longos e descontinuados de estudo, trabalhos especializados que necessitam de atualização permanente e período referente a aposentadorias mais extenso.

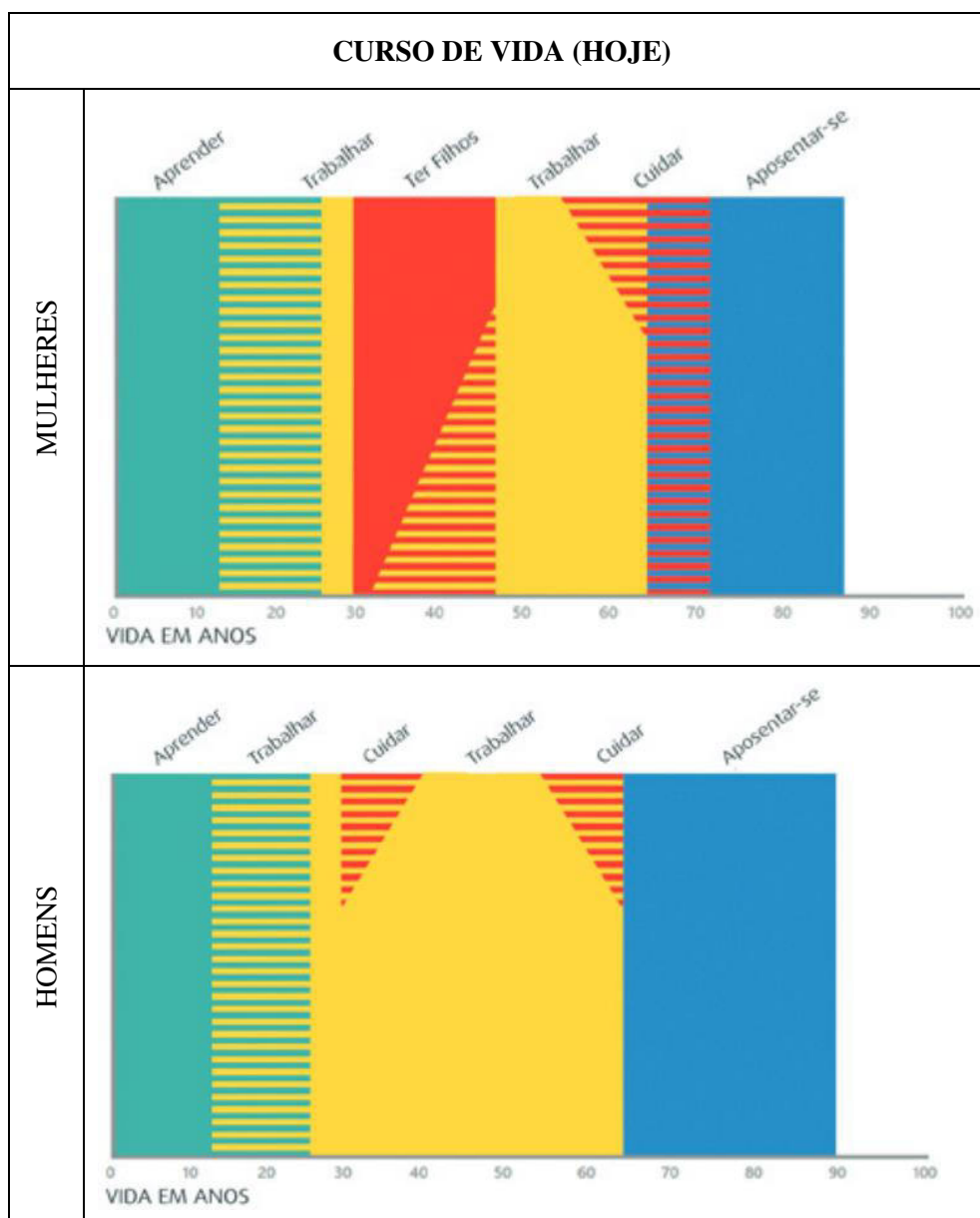


Figura 8: Curso da vida para mulheres e homens (HOJE)

Fonte: KALACHE (2013)

Progressivamente as mudanças no curso da vida desenham-se para o cotidiano da sociedade no futuro (figura 9), com rotinas cada vez mais complexas e dinâmicas, onde os períodos de estudo continuam dominando longos anos da vida.

As novas tecnologias e mudanças de padrões vão exigir maior tempo em treinamentos durante a fase do trabalho. As tendências apontam para uma prematuridade de conhecimento focado no trabalho, que se estenderá por grande parte da vida e se encerra de maneira mais lenta, dando início a períodos de aposentadoria mais adaptáveis e diferenciados.

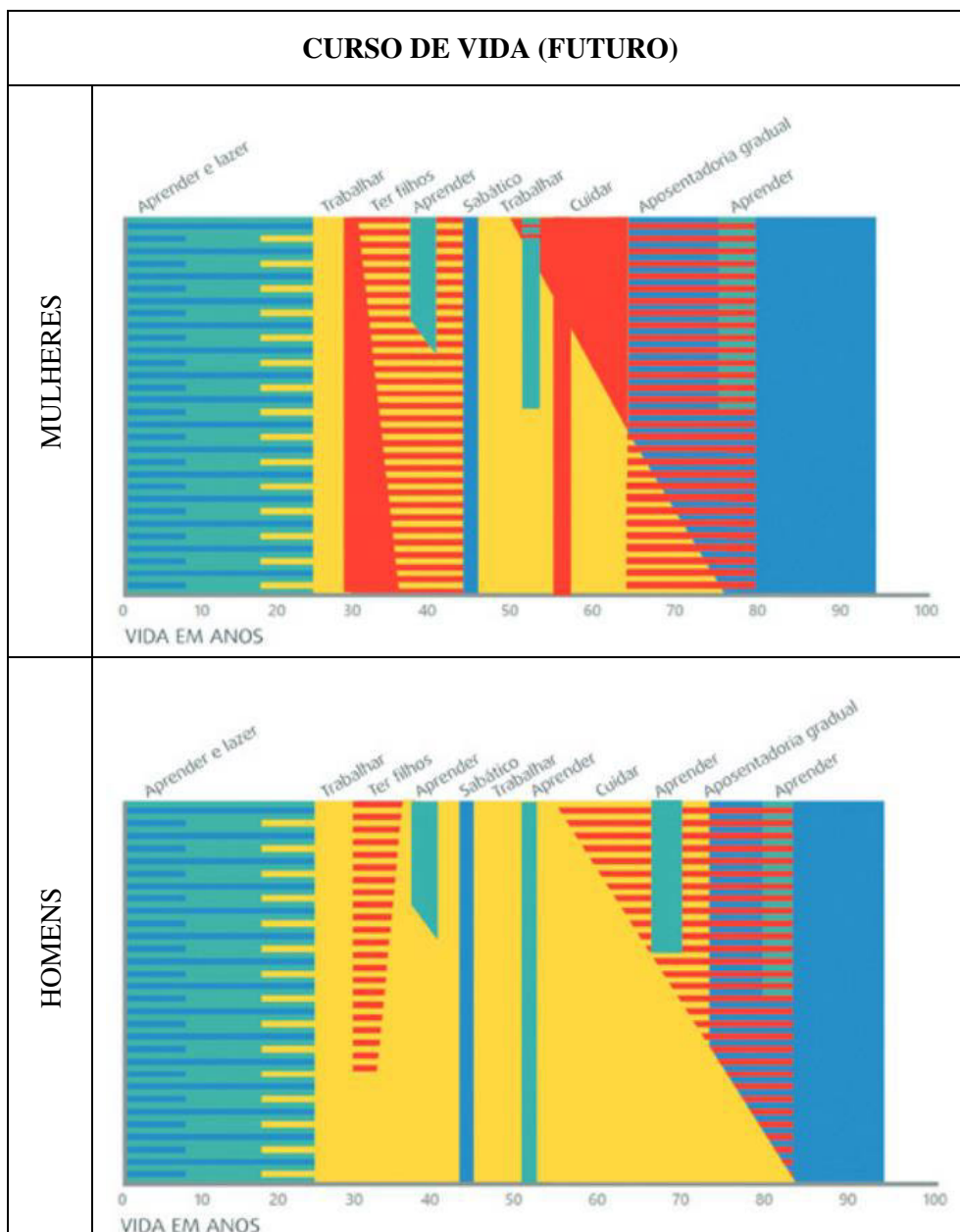


Figura 9: Curso da vida para mulheres e homens (FUTURO)

Fonte: KALACHE (2013)

Diante dessas perspectivas, as entidades e organizações têm a necessidade de acompanhar as transformações do envelhecimento, rompendo com os antigos modelos de estágios da vida, onde a pessoa idosa representa somente aposentadoria e dependência. As Universidades da Terceira Idade representam um modelo de integração e de responsabilidades compartilhadas, onde a aprendizagem não pode findar depois da conclusão de uma educação formal. Essas medidas reforçam os ideais acerca da importância que as pessoas idosas têm no desenvolvimento do futuro do país, visto que são encorajadas a desafiar suas limitações e estabelecer novos planos e projetos de vida.

3.3 COLETA DE DADOS

3.3.1 Instrumentos de Coleta de Dados

A proposta deste Projeto Aplicado é difundir para a sociedade, entre outras coisas, a relação existente entre o aumento do espaço físico, a criação de ambientes adequados e instalações acessíveis no processo de melhoria das atividades educacionais oferecidas aos idosos da Universidade Integrada da Terceira Idade - UNITI.

Seguindo esse método foram levantados durante o processo de desenvolvimento do Projeto Aplicado algumas hipóteses foram elaboradas para uma melhor compreensão e aprofundamento do tema. Estas hipóteses são um importante instrumento durante o processo de científico, já que sinalizam para qual direção o pesquisador deve fazer as suas investigações, além de enriquecer o conhecimento do pesquisador, pois o desafia a confirmar o seu ponto de vista. Ao término desse processo as suposições que foram levantadas pelo pesquisador podem ser comprovadas ou negadas.

Foram utilizados como instrumento de coleta de dados os questionários com os alunos e funcionários da UNITI / UFMA, além de avaliação, levantamentos físico e fotográfico e medições técnicas do imóvel selecionado para o Projeto Aplicado.

a) Questionários

Foram aplicados questionários a fim de compreender os anseios vividos por todos os usuários da UNITI, medir o grau de satisfação dos que participam desse projeto, além de identificar dificuldades e obter sugestões. Os questionários contêm perguntas objetivas: caracterização do público e perguntas discursivas: anseios / motivação / sugestões e mobilidade / estrutura física. A amostra é caracterizada como "não probabilística por conveniência" que, para Alencar (2000), trata-se de uma técnica em que os indivíduos são escolhidos simplesmente por serem mais acessíveis ou, então, por serem mais fáceis de serem abordados. Foram formulados 02 (dois) questionários que serão identificados por grupos e distribuídos para um total de 25 (vinte e cinco) pessoas, sendo 18 (dezoito) para alunos, o que representa 15% da entrada anual de idosos na UNITI e 07 (sete) para os funcionários, o que representa 100% do quadro atual do projeto de extensão. O Grupo 01 (hum) é para os alunos da UNITI, que é formado por pessoas idosas e que para a coleta de dados devem ter fácil comunicação e com capacidade de leitura. Completam os usuários dessa parte da pesquisa os funcionários que são identificados pelo Grupo 02 (dois).

Durante o processo de inquirição podem surgir questões relacionadas aos riscos, que são pertencentes a toda pesquisa científica e os seus participantes devem ter plena consciência e informação desses procedimentos pois durante o processo podem sofrer algum tipo de

constrangimento ou mesmo trazer à memória experiências desconfortáveis. Os riscos da inquirição deste Projeto Aplicado se enquadram no tipo psicológico, em que os sujeitos podem apresentar modificação nas emoções, estresse emocional, culpa, perda da autoestima e o padrão do risco é mínimo, já que o desconforto causado não é maior que o vivenciado no cotidiano da pessoa. Esses riscos citados não fazem parte das intenções dessa pesquisa, e as informações coletadas serão utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade. Para a realização dessa pesquisa e submissão dos questionários com os usuários foi apresentado aos inquiridos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Resolução nº 466 / 2012 CNS/CONEP), documento exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com uma das condições para realização de uma pesquisa envolvendo seres humanos, onde devem conter informações claras e objetivas a respeito de sua participação na pesquisa.

Juntamente com os riscos, temos que analisar também os benefícios que uma pesquisa científica traz para um indivíduo, pois a princípio estes não aparecem a curto prazo para os seus participantes. Essas observações primeiramente conduzem os pesquisadores a uma geração de conhecimento científico onde podem entender e analisar os possíveis fatores que estejam interferindo e dificultando num determinado processo, que no caso dessa proposta seriam os desafios para o acesso de pessoas idosas a espaços de extensão educacional, assim como suas perspectivas e anseios. Posteriormente esse conhecimento gerado durante a pesquisa poderá trazer possíveis resultados para a sociedade, como, por exemplo, informações mais detalhadas para se desenvolver um projeto amplo para o atendimento educacional para os idosos da UNITI.

b) Avaliação, levantamento físico / fotográfico e medições técnicas

Para obter dados e informações técnicas sobre a qualidade do ambiente, conforto técnico e verificar as condições de acessibilidade de espaços de extensão existentes utilizados pela UNITI / UFMA, será utilizada a Avaliação Pós-Ocupação – APO. A APO, nada mais é que um processo sistematizado e rigoroso de avaliação de edifícios, composto por análises técnicas, levantamentos físico e fotográfico, medições além de utilizar os dados coletados nos questionários, entrevistas e observações (RHEINGANTZ ET AL,1997). Logo, ressalta-se que esse método não leva em consideração apenas a técnica, mas também o grau de satisfação dos usuários de ambientes existentes atualmente utilizados pelas pessoas idosas da UNITI, respaldando as informações para a pesquisa e elaboração das diretrizes de projeto para reabilitação de um imóvel tombado que é objeto do Projeto Aplicado.

3.3.2 Análise dos Resultados

A análise dos dados do Projeto Aplicado foi de natureza qualitativa, que consiste na pesquisa em que o ambiente natural será fonte direta dos dados. Segundo Gil (2002, p. 141), por se tratar de um estudo de caso, “[...] o processo de análise e interpretação pode, naturalmente, envolver diferentes modelos de análise. ”

Os dados coletados nos 02 (dois) grupos de questionários, depois de selecionados, foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, em que primeiramente serão definidas categorias a partir dos discursos dos participantes da pesquisa em categorias exclusivas (TRIVIÑOS, 1987). Os dados colhidos foram codificados nas categorias definidas e armazenados em banco de dados usando o Programa *Excel - Office 2010*, com a qual foi possível elaborar tabelas, quadros e gráficos.

Os dados de avaliação, levantamentos físicos e fotográfico e medições técnicas serão comparados e interpretados juntamente, confrontando as diversas informações (técnicas x usuários) e gerando um diagnóstico que contempla a identificação de diversos aspectos positivos e de outros a serem melhorados. Para os dados das medições técnicas foram geradas propostas a serem empregadas no prédio tombado, bem como recomendações de melhoria para os ambientes existentes na UNITI / UFMA.

Preliminarmente, após algumas observações técnicas, pode-se constatar que atualmente a UNITI encontra-se em instalações pouco adequadas, com espaço físico restrito, além de ter atividades em localidades distantes dentro do Campus, o que ocasiona muitos deslocamentos para os alunos, conforme informações de dados levantados e analisados.

a) Resultado dos Questionários

Os resultados foram adquiridos através da aplicação de 25 (vinte e cinco) questionários, sendo 18 (dezoito) distribuídos entre alunos (Grupo 01) e 07 (sete) distribuídos entre os funcionários (Grupo 02) da UNITI, viabilizados na forma presencial, via online através de correio eletrônico e aplicativo de mensagens instantâneas, sendo que o percentual de questionários respondidos pelos alunos ficou em 45% (08 questionários devolvidos) e o percentual para os funcionários ficou em 71% (05 questionários devolvidos). O período na qual foi realizada a entrega dos questionários - que só pôde ser realizada depois da aprovação do estudo pelo Comitê de Ética e Pesquisa - coincidiu com o período em que estavam sendo realizadas novas matrículas nos meses de janeiro e fevereiro (ano letivo de 2018) e somente alguns alunos estavam frequentando a instalações da UNITI para participar de atividades extras, como, por exemplo, as

aulas de música. Supõem-se, então, que a quantidade insuficiente de devolução de questionários por parte dos alunos deu-se provavelmente por esse motivo.

A primeira parte dos 02 (dois) tipos de questionários identificou-se o perfil dos usuários segundo características como: sexo, idade, escolaridade, profissão, estado civil, filhos e renda.

No que diz respeito ao gênero relativos aos 02 (dois) grupos inquiridos, somente 01 (hum) dos questionários foi respondido por pessoa do sexo masculino, ficando o restante (92%) respondidos foram por pessoas do sexo feminino. Os dados relativos a faixa etária aponta que nos questionários do Grupo 01 os percentuais de pessoas que tem de 50 – 59 anos representam 12,5%. A maior representação está nos que tem 60 – 69 anos, representando 75% e finalizando com os de 70 – 79 anos, que representam 12,5%. A faixa etária de 80 ou mais anos não teve pontuação. Os dados referentes ao Grupo 02 apresentam 40% das pessoas tem 25 – 30 anos e o restante que representa 60% das pessoas inquiridas tem de 50 – 70 anos.

Quanto ao nível de instrução dos participantes da pesquisa, no Grupo 01, os dados apontam que 25% possuem o ensino fundamental, 50% possuem ensino médio e 25% possuem nível superior. O Grupo 02 apresenta um percentual maior nos que possuem nível superior com 80% das pessoas e o restante possuem nível médio com percentual de 20%. No que diz respeito a profissão dos participantes do Grupo 01, os aposentados representam um percentual de 25%, assim como as donas de casa e técnica de enfermagem que também pontuaram 25% de cada uma das ocupações, os pensionistas e psicopedagoga representam cada uma 12,5% das pessoas. Os dados ocupacionais do Grupo 02 apontam que das profissões citadas (Serviço Social, Assistente Social, Técnica Social, Docente e Técnico Administrativo) existe percentual de 20% para cada.

Quanto ao estado civil das pessoas questionados do Grupo 01, as solteiras representam metade dos inquiridos com percentual de 50%, seguidos das viúvas que representam 37,5% e das divorciadas que representam 12,5%. No Grupo 02, solteiras representam o maior percentual com 60% das pessoas, seguido de viúvas e casados com percentual de 20% para cada. Quanto a possuir filhos, os resultados no Grupo 01 apontam para um percentual de 37,5% das pessoas não tem filhos e a maioria das pessoas tem filhos, sendo representadas por 62,5% e média de 3,2 (três) filhos por pessoa. O cenário estudado se inverte se analisamos os dados do Grupo 02, na qual o percentual de 60% das pessoas não possuem filhos e os outros 40% dos inquiridos tem filhos e média de 1 (hum) filho por pessoa.

No que diz respeito aos rendimentos mensais, somente o Grupo 01 foi inquirido e os dados apontam que 25% das pessoas declararam ganhos maiores que R\$ 5.000,00, outros 25% com ganhos mensais entre R\$ 1.001,00 – 3.000,00 e o maior percentual com 50% das pessoas com rendimentos menores que R\$ 1.000,00 por mês.

A segunda parte identificou os aspectos pessoais, que apontaram a opinião dos grupos pesquisados a respeito de ambientes construídos para interatividade da pessoa idosa, com enfoque nos anseios, motivações, além de questões de infraestrutura e condições de acessibilidade.

a) Grupo 01:

No que se refere a motivação (gráfico 3) em participar do projeto de extensão da UNITI, os participantes do Grupo 01 retrataram a busca pelo conhecimento, com percentuais de 46%, seguido de amizade com percentual de 31%, a experiência de aprender a envelhecer citada por 15% das pessoas e o processo de socialização apontada por 8%.

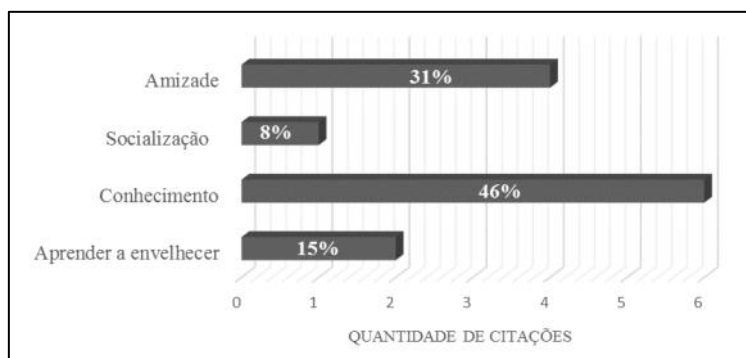


Gráfico 3: Motivação para participar da UNITI

Fonte: Autoria Própria

Quanto aos dados relativos a satisfação com as atividades desenvolvidas na UNITI, 100% das pessoas inquiridas descreveram a situação vivenciada como boa e que proporcionou melhoria na qualidade de vida, assim como auxiliam no enfrentamento dos desafios cotidianos, possibilitando dias mais leves e descontraídos.

No quesito que aborda dos participantes a necessidade de novos cursos e/ou aulas (gráfico 4), os percentuais foram homogêneos para cursos de primeiros socorros, trabalho com palha, noções de nutrição e aulas de musculação, com 12,5% para cada citação. Um grande percentual de pessoas se absteu de responder esse item que teve índice de 50%.

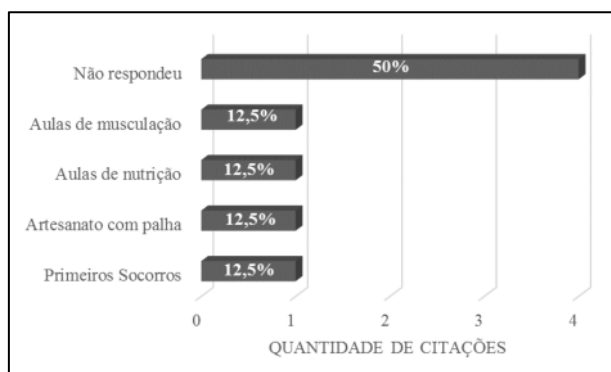


Gráfico 4: Necessidade de novos cursos e/ou aulas na UNITI

Fonte: Autoria Própria

Quanto a aplicação do conhecimento adquirido no projeto de extensão, um percentual de 37,5% dos participantes relatou ainda não utiliza os ensinamentos aprendidos, seguidos de outros 37,5% que está aplicando o conhecimento nas suas atividades do cotidianas. Em seguida tem-se um percentual de 25% estão aprimorando a voz e começaram a cantar na igreja.

No que diz respeito a opinião se alguma coisa precisaria ser melhorada ou modificada na UNITI, um grande número de participantes destaca que algumas aulas são um pouco tarde, com percentual de 25%, seguidos da solicitação para que as atividades fossem concentradas em um prédio com percentual de 12,50%, assim como a necessidade de aulas de psicologia mais aprofundadas para a terceira idade que também apresentou percentual de 12,50%. O maior percentual com 50% dos inquiridos não quis emitir opinião a esse respeito.

Os questionamentos referentes às atividades de preferência apontam que 20% das pessoas destacam a educação física como mais atrativas, seguida dos 12,50% e 10% de pessoas que apontam a musicalização e lazer / turismo, respectivamente, como atividades prazerosas. As demais atividades oferecidas pelo projeto tiveram percentual de 7,5% para informática, fitoterapia, língua estrangeira e de 5% para criação literária, imagem / reflexão, psicologia, artesanato, concentração / memória, gerontologia e espiritualidade com atividades de preferência.

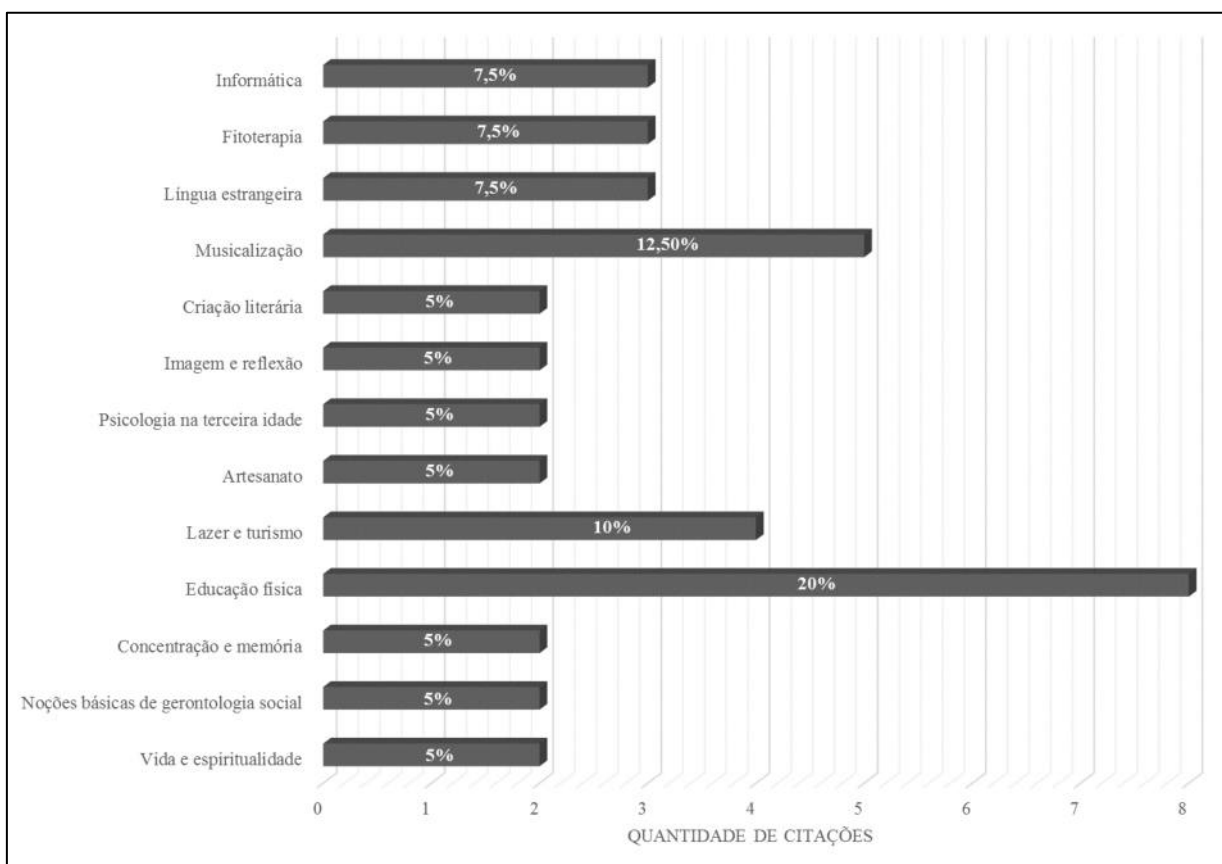


Gráfico 5: Atividades de preferência realizadas na UNITI

Fonte: Autoria Própria

No que diz respeito aos deslocamentos 75% dos questionados apontam o ônibus como principal meio de transporte, seguido de micro-ônibus (autocarro) e automóvel, com 12,5% cada um como a outra opção de meio de transporte. No quesito de dificuldades para realizar as atividades diárias, 100% das pessoas inquiridas relatou não necessitar de auxílio de terceiros.

No que diz respeito a atual estrutura das área de educação física do projeto de extensão da UNITI, 37,5% das pessoas avaliaram como bom, e outros 62,5% consideram que os ambientes são regulares, com pouco espaço, ficam em locais distantes e que poderiam ser melhores. Já quando perguntados a respeito de melhorias nos ambientes disponibilizados para atividades de aula da UNITI, 87,5% classificaram a estrutura disponibilizada como boa, embora tenham alertado para a falta de bebedouros, seguidos de 12,5% que julgam os ambientes como regular, apontando como principal problema a falta de espaço. Quanto a existência de acessibilidade, 100% dos questionados afirmaram que ela está presente nas instalações físicas que eles frequentam. Ao serem questionados na possibilidade de uma local exclusivo para o projeto de extensão da UNITI (gráfico 6), 75% das pessoas declaram satisfação com a proposta, e alegam que a estrutura poderia trazer ambientes mais confortáveis e diminuir os deslocamentos dos usuários e 25% declaram contrariedade a proposta, alegando que do jeito que está atualmente a estrutura da UNITI atende as suas necessidade das pessoas.

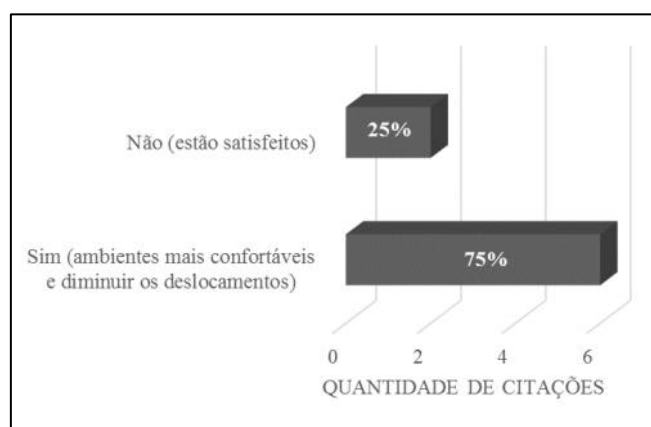


Gráfico 6: Avaliação da proposta de um prédio exclusivo para UNITI

Fonte: Autoria Própria

As informações coletadas nos questionamentos do Grupo 01 ressaltam as ações atualmente realizadas na UNITI como positivas e construtivas, comprovando a importância deste projeto, mas reforçam também que a proposta de um espaço destinado exclusivamente às atividades da UNITI são de grande valimento, visto que, alguns pontos citados, como os constantes deslocamentos dentro do Campus, ambientes sem a completa estrutura física e falta de espaço para novas atividades do curso ocasionam prejuízos e prejudicam os planos para a ampliação do projeto de extensão.

b) Grupo 02:

Os dados relativos a tempo de trabalho dedicados à UNITI os maiores percentuais são de pessoas que tem de 1 – 5 anos representados por 60%. Os participantes que tem mais de 5 anos de dedicação (alguns com 20 anos) no programa de extensão representam 40% dos inquiridos. No que se refere a motivação em participar do projeto de extensão da UNITI, os inquiridos no Grupo 02 retrataram em percentuais homogêneos de 20% para cada item, suas justificativas pessoais e na qual destacaram a importância do empoderamento dos alunos, assim como a concretização de seus sonhos, a importância social de ajudar os alunos e também marcos profissionais como o desenvolvimento da formação acadêmica e novas experiências.

Quanto aos dados relativos a satisfação com as atividades desenvolvidas na UNITI (gráfico 7), 60% dos participantes responderam positivamente, enquanto os outros 40% manifestam a sua insatisfação com alguns procedimentos julgados por eles como negativos.

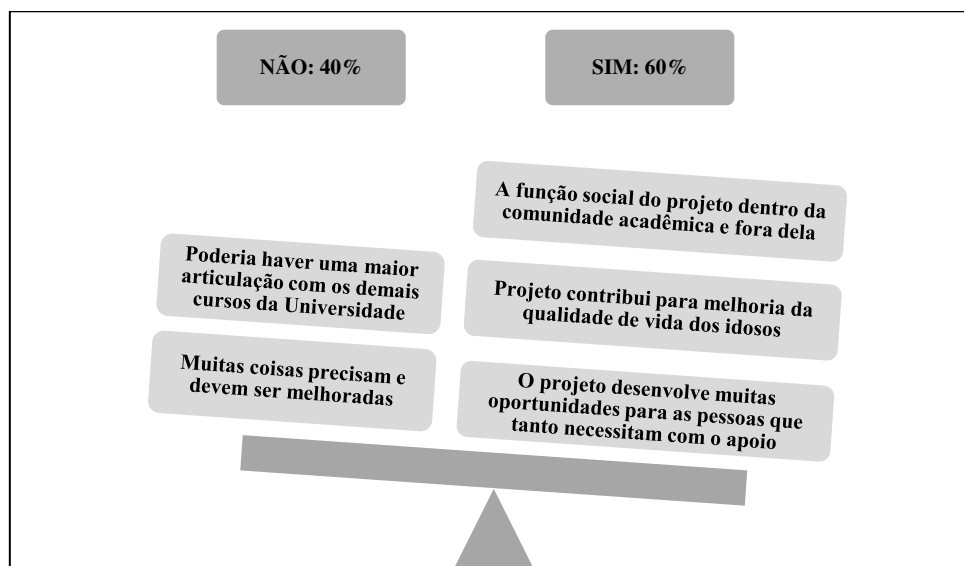


Gráfico 7: Satisfação com as atividades desenvolvidas na UNITI

Fonte: Autoria Própria

No que diz respeito a opinião se alguma coisa precisaria ser melhorada ou modificada na UNITI, um grande número de participantes referente a 80%, ressalta positivamente mudanças na estrutura física, que poderia ser melhorada e aumentada, ter locais propícios para realização das atividades e num espaço mais exclusivo, além de estabelecer um vínculo de relação mais ativo da Universidade com o projeto de extensão da UNITI. Os outros 20% dos participantes preferiram não responder a esse questionamento.

Quando questionados a respeito do nível de consciência dos idosos que a UNITI recebe, os dados apontam que 100% estão com plena consciência, mas destacam que muitos dos recebidos não tem noção clara sobre o processo de envelhecimento e tem grandes dificuldades seja familiar

ou social. Relatam ainda que todos têm oportunidade de participar dos cursos e alguns não permanecem porque não se identificaram com o projeto e as atividades que são desenvolvidas. Foi analisado também se os objetivos propostos estão sendo realizados e 100% dos participantes relataram o cumprimento das atividades relacionadas a cada ano.

No que diz respeito aos deslocamentos (gráfico 8), 60% dos questionados apontam o ônibus como principal meio de transporte, seguido de micro-ônibus (autocarro) e automóvel, com 20% cada um como a outra opção de meio de transporte. No quesito de dificuldades para realizar as atividades diárias, 100% das pessoas inquiridas relatou não necessitar de auxílio de terceiros.

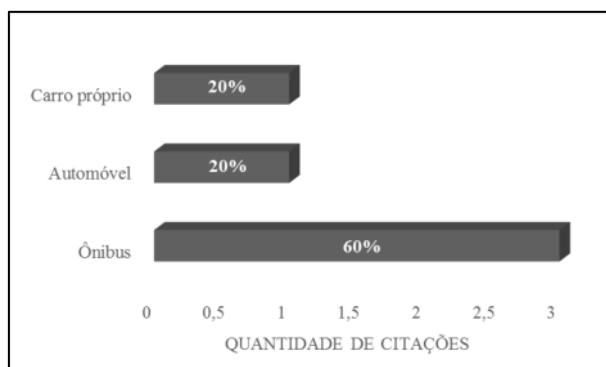


Gráfico 8: Como se desloca para as atividades na UNITI

Fonte: Autoria Própria

As informações repassadas a respeito da intenção de aumento da quantidade de alunos atendidos mostra que 100% dos inquiridos relata que não existe atualmente a intenção de aumento das 120 vagas anuais, justificado pela falta de estrutura física para comportar mais pessoas. Quanto a satisfação com os ambientes disponibilizados, 100% das pessoas avaliaram com regular devido as más condições dadas pela universidade, salas de aula deixam muito a desejar e reclamam ambientes exclusivos para o público idoso, como, por exemplo: sala de ioga, sala de dança, piscina e auditório.

Quanto a existência de acessibilidade, 80% dos questionados afirmaram que ela está presente nas instalações físicas que eles frequentam e 20% constatou que o estacionamento destinado para UNITI não possui condições de acessibilidade, o que dificulta o deslocamento das pessoas. Ao serem questionados na possibilidade de uma local exclusivo para o projeto de extensão da UNITI, 100% das pessoas declaram satisfação com a proposta, e alegam que a estrutura poderia trazer ambientes mais confortáveis e diminuir os deslocamentos dos usuários. Podemos afirmar que as informações coletadas nos questionamentos do Grupo 02 corroboram com as já descritas no item anterior (Grupo 01) reafirmando a importância de o ato de oferecer bem-estar dos usuários idosos se entrelaça de forma uma forma bem direta com o ambiente disponibilizado para as suas atividades.

CAPÍTULO 4

ESTUDO DE CASO

CAPÍTULO 4: ESTUDO DE CASO (Galpões do Cais de Santo Ângelo)

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

4.1.1 São Luís do Maranhão

Os primeiros registros históricos apontam que em março de 1536 foi assentado, no que hoje é a ilha de São Luís, um pequeno núcleo português, então chamado de Nazaré. Após 02 (dois) anos esse núcleo foi desabitado por causa da enorme animosidade dos índios Tupinambás nativos que dominavam todo aquele território. Por volta de 1554 outras incursões portuguesas foram realizadas na tentativa de retomar aquele núcleo, mas nenhuma delas obteve sucesso.

Entre fins do século XVI e início do século XVII, holandeses, franceses e ingleses estabeleceram feitorias e dali trocavam manufaturas trazidas da Europa (machados, facões, contas, tesouras, espelhos, etc.) com produtos naturais extraídos da floresta (pau-brasil, papagaios, saguis, peixes, frutos, sementes oleaginosas, peles e penas de animais) e até cultivados pelos indígenas (algodão, tabaco, urucum, etc.). A região que compreende atualmente os estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte era tida como grande problema para a administração portuguesa, na época, com capital em Salvador (Bahia). (FERNANDES, Fernando R., 2015).

A fundação da capital maranhense é oficialmente reconhecida no dia 8 de setembro de 1612, quando os franceses, impulsionados por interesses econômicos, sinalizam a posse do território. Pela solenidade foi realizada uma missa e que teve como celebrante os frades capuchinhos (figura 10). Esse momento também simbolizava o início da construção de um forte de defesa do território, chamado forte Saint Louis, atual Palácio dos Leões (Sede do Governo do Estado do Maranhão), e que foi implantado estrategicamente no encontro dos rios Anil e Bacanga, em frente à Baía de São Marcos.



Figura 10: Levantamento da cruz na colônia francesa (1614)

Fonte: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo> (2018)

O pesquisador e membro do Conselho Diretor da Aliança Francesa de São Luís, Antônio Noberto, durante o lançamento do mapa Saint Louis: capitale de La France Equinoxiale – 1615, faz uma descrição minuciosa da Ilha Grande na época da sua fundação pelos franceses:

O núcleo urbano da Nova França era uma espécie de cidadela cercada por uma paliçada, ligada ao exterior por uma ponte levadiça construída sobre um fosso. Ao forte deu-se o nome de São Luís, elevado no local onde hoje está assentado o Palácio dos Leões, sede do poder estadual. Igualmente se nomeou a capela, erguida em frágeis fundamentos, onde atualmente se vê a pomposa Igreja da Sé. Na mesma praça foram levantadas casas de um e dois pavimentos. Ao pé do dito forte encontrava-se o porto de Santa Maria, atual Cais da Praia Grande. Foi este porto que fez surgir o bairro comercial da Praia Grande. Existia ainda um estaleiro, serralha e serralheria, o convento e igreja São Francisco, primeiro convento Capuchinho do Brasil, erguido no local onde encontramos a Igreja de Santo Antônio, mais precisamente a Capela dos Navegantes. (NORBERTO, Antônio apud SOARES, Luís José Jorge. São Luís nasceu assim, 2010).

Apenas 03 (três) anos após a fundação de São Luís, os franceses foram derrotados pelas tropas comandadas por Alexandre de Moura e Jerônimo de Albuquerque em um intenso confronto ocorrido em 19 de novembro de 1614, e que ficou conhecido com a Batalha de Guaxemduba (figura 11). Mesmo com a resistência francesa, a cidade de São Luís voltou a ser incorporada ao domínio português em 03 de novembro de 1615, ficando os derrotados franceses com prazo de apenas 05 (cinco) meses para deixar definitivamente o território ludovicense. Os franceses ainda tentaram um armistício, com a interrupção das batalhas por um tempo para que as Cortes envolvidas delimitassem novas alternativas para o conflito, mas o Governo Luso-Espanhol não aceitou a proposta e pediu que o comandante francês Daniel de La Touche, sob o título de Senhor de La Ravardière, se rendesse e deixasse o território, com instruções específicas para levar somente os seus pertences e sem a possibilidade de receber qualquer tipo de indenização.



Figura 11: Local onde aconteceu a Batalha de Guaxemduba

Fonte: <http://www.portosma.com.br/> (2018)

Para evitar que novas invasões ocorressem, Alexandre de Moura (Tenente Governador da Província) confiou o governo de São Luís a Jerônimo de Sousa e lhe deu a seguinte orientação:

Terá particular cuidado de crescimento desta cidade fazendo que fique bem arruada e direita conforme a traça, que fica em seu poder. Da referida traça, o plano do engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita não subsistiu registro cartográfico, mas consta que as ruas foram desenhadas no chão e construída uma casa para servir de modelo. O primeiro desenho em planta conhecido, mostrando os arruamentos, data da década de 1640 aquando da ocupação holandesa, entre 1641 e 1644. (SILVA, Joana Barbosa Vieira da, 2016.)

O encarregado para planejar a nova cidade foi o engenheiro português Francisco Frias de Mesquita, que adotou o plano em xadrez com traçado das ruas em ângulos retos - que foi mantido no processo de expansão urbana nos séculos seguintes e ainda é visível no centro da cidade. Esse conceito urbano se difere do que estava sendo adotado nas demais cidades que se organizavam pelo Brasil. Por volta de 1620, a coroa ibérica ofereceu alguns incentivos para que famílias de outras capitanias do Brasil e do reino de Portugal povoassem a nova cidade, como, por exemplo, a concessão de terras. Nessa época, a cidade de São Luís finalmente começa a crescer, impulsionada em especial pela economia voltada para a agro manufatura açucareira.

Das mudanças administrativas durante o domínio espanhol, a mais importante sucedeu em 1621, com a divisão da colônia em dois Estados independentes: o Estado do Brasil, que abrangia de Pernambuco à atual Santa Catarina, e o Estado do Maranhão, do atual Ceará à Amazônia. A razão se baseava no destacado papel assumido pelo Maranhão como ponto de apoio e de partida para a colonização do norte e nordeste. O Maranhão tinha por capital São Luís, e o Estado do Brasil sua capital em Salvador. Nestes dois estados, os súditos eram cidadãos portugueses (chamados de "portugueses do Brasil") e sujeitos aos mesmos direitos e deveres, e as mesmas leis as quais estavam submetidos os residentes em Portugal, entre elas, as Ordenações Manuelinas e as Ordenações Filipinas. (O Estado do Maranhão e o Estado do Brasil, disponível em: <http://www.ebah.com.br>).

Por volta de 1641, sob o comando do Almirante Jan Cornelisz Lichthart e do coronel Koin Handerson, São Luís foi invadida pelos holandeses, assim como já haviam feito com outras cidades do Nordeste, como Salvador, Recife e Olinda. Em São Luís, os holandeses adentraram pela barra de São Luís e desceram pelo Desterro, onde promoveram muita destruição na cidade, amedrontando os moradores e deixando a cidade deserta. Toda a cidade foi saqueada, incluindo os templos e as igrejas, além de aproximadamente 05 (cinco) mil arrobas da produção de açúcar que foram roubadas, fazendo com que a economia local paralisasse. Depois de conquistada a capital, os holandeses iniciam as invasões para o interior do estado, tomando o controle dos engenhos maranhenses. Insatisfeitos com a situação, os portugueses iniciam em 1642 as tentativas de expulsão dos holandeses de suas terras, onde travaram violentas batalhas que duraram cerca de 03 (três) anos, deixando milhares de mortos e uma cidade destruída, mas que teve fim em 1645 com a retirada dos holandeses de São Luís. Nessa mesma época, iniciou-se também as revoluções dos senhores de engenho em outras partes do nordeste brasileiro, insatisfeitos com a exploração sofrida e obrigatoriedade do pagamento de altos impostos aos holandeses. Finalmente em 1654

ocorre a libertação total da região do domínio holandês e também a queda das exportações do açúcar brasileiro no mercado europeu gerada pela concorrência do açúcar que estava sendo produzido na América Central sob a supervisão dos holandeses, que após um longo período no Brasil dominaram as técnicas do ciclo de produção, aprimoraram o processo e passando a fornecer o produto direto para a Europa.

Em 1682 a Coroa cria na região a Companhia de Comércio do Maranhão, que tinha uma gestão privada e pertencia a um grande sistema comercial mantido por Portugal, com objetivo de exportar a produção de cana de açúcar, cacau e tabaco produzida em território maranhense. Muitos problemas foram enfrentados nesse período, principalmente o fato dos produtores não concordarem com os altos preços dos produtos importados, assim como as interferências quanto ao sistema de produção e que resultou no primeiro movimento de resistência da colônia contra Portugal. A segunda metade do século XVIII foi muito favorável para a economia maranhense, que aproveitou a crise de produção de algodão nos Estados Unidos em decorrência de conflitos internos e se beneficia com o aumento das exportações internacionais demandadas principalmente pela Inglaterra. Em 1755 foi criada empresa privilegiada e monopolista chamada Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão - subordinada diretamente a Coroa Portuguesa e prestava contas apenas ao rei -, que tinha como um dos principais objetivos fiscalizar e estimular a atividade comercial da região fortalecendo os interesses da Coroa.

Outro acontecimento marcante desse período seria a busca pela consolidação e posse do enorme território e que logo no início da sua ocupação, formação e defesa foi administrado pela União das Monarquias Ibéricas¹⁷. Para Oliveira (2011):

A formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão está ligada ao empenho da coroa na expulsão dos franceses, holandeses e ingleses que insistiam em ocupar o enorme território desde a segunda metade do século XVI e na necessidade de superar as dificuldades de comunicação entre os governos do Maranhão e Pará com o governo geral na Bahia, devido ao movimento “contrário” das correntes marítimas na costa norte e a falta de um caminho terrestre alternativo. (OLIVEIRA, Luciana de Fátima, 2011, p.10).

Esse período no Estado também foi marcado pelas disputas entre colonos e religiosos pelo controle da mão de obra indígena. A reclamação geral dos colonos seria o fato de religiosos terem grande influência sobre os indígenas e ainda serem beneficiados com isenção dos direitos

¹⁷ Período que ficou conhecido como União das Monarquias Ibéricas, ou “União Peninsular”, foi a união das coroas portuguesa e espanhola, entre os anos de 1580 e 1640, sob o domínio de Filipe II (1580-1598), Filipe III (1598-1621) e Filipe IV (1621-1640) da Espanha (Período Filipino), as Ordenações Filipinas foram publicadas em 1603. A União Ibérica ocorreu após a morte de D. Sebastião (Sebastianismo) na Batalha em Alcácer e Quibir. Em 1640, se inicia um período conhecido como Restauração, no qual, através de um golpe organizado pela aristocracia portuguesa sobre o poder do duque de Bragança -D. João IV de Portugal. (OLIVEIRA, Luciana de Fátima. O primeiro processo de territorialização do Estado do Maranhão e Grão-Pará. 2011, p.9).

de alfândega - prejudicando a arrecadação dos cofres públicos- e fazendo com que suas atividades estivessem sempre em crescimento. A Coroa resolveu acabar com esse entrave na região abolindo a mão de obra indígena e em seguida autoriza a exploração do comércio de importação de escravos africanos. Essa manobra iria mudar a dinâmica econômica da região, possibilitando o desenvolvimento da agricultura e ampliação do sistema de comércio da cidade, e sobretudo trazer grandes benefícios para a Coroa com a inclusão de privilégios como o monopólio do tráfego de escravos e do transporte naval de mercadorias para a região, segurança para os navios que transportam as suas mercadorias, prioridade das mercadorias na alfândega, entre outros. Algumas insurreições foram iniciadas tanto pelos comerciantes em São Luís como pelos padres da Companhia de Jesus em Lisboa, ambos descontentes pelo excesso de facilidades concedidos à Companhia pelo Estado. A resposta da Corte era reprimir qualquer revolta e que todos os envolvidos deveriam ser punidos, além da ordem para que fossem tomadas providências para que a Companhia não fosse mais atacada.

A cidade de São Luís pós-Companhia viveu dias de prosperidade, com comércio a se desenvolver após anos de insipidez, aumento significativo do movimento de navios, que passaram de 1 (hum) navio por ano para 71 (setenta e um) navios no período de 11 (onze) anos, levando para Portugal cargas de algodão, arroz, cacau, madeira, etc. Outro aumento exponencial foi o deslocamento de escravos africanos oriundos principalmente da Angola, Bissau e Cacheu na África para Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, onde tem-se a entrada até aquele período (1755) de 3.000 (três mil) africanos e em 22 (vinte e dois) anos (1757 –1777) esse número aumentou quatro vezes, passando para 25.000 (vinte e cinco mil) africanos trazidos para trabalhar como mão de obra escrava. Esse período também foi importante para a economia maranhense, pois com a Independência dos Estados Unidos em 1776, a indústria inglesa aumentou a procura pelo algodão maranhense. Após 20 (vinte) anos de funcionamento a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi extinta por ato da rainha D. Maria I em 1778, sendo que sua dissolução completa ocorreu apenas em 1914. De acordo com Filho (2011, p.4), “[...] a economia maranhense já havia alcançado um grau importante de acumulação de capital e uma integração ao mercado internacional, que possibilitou o seu crescimento até os movimentos pela independência na década de 1820”. O Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815 e a capitania do Maranhão virou província do Reino e com a sua economia do algodão estável forneceu ao Tesouro Nacional mais tributos que todo o Império Português.

A capital São Luís, em 1822, era uma cidade próspera e populosa, mas a sua economia se fazia para multiplicar os lucros externos, com poucos investimentos no mercado interno e em infraestrutura. Com a abolição da escravatura em 1888, a burguesia agroexportadora maranhense

iniciou o processo de diversificação dos seus capitais e estimulados pelos bons resultados que vinham da Inglaterra e de outras partes do mundo em decorrência da Revolução Industrial iniciou-se a implantação de várias indústrias na região. Por volta de 1890 o Maranhão tinha um grande parque industrial, muito diversificado com produção de calçados, pregos, munição de chumbo, fósforo, beneficiamento de arroz, cerâmica, etc., mas com destaque para o setor têxtil. Outro ponto interessante a ser destacado são as transformações urbanas ocorridas na cidade com a instalação dessas fábricas, como por exemplo a criação de vila e bairros (freguesias) operários próximos a esses locais - visto que os trabalhadores não podiam depender do precário sistema de transporte - além das grandes construções que abrigavam as fábricas com suas chaminés e maquinários. A “loucura industrial” vivida no Maranhão durante esse período precede uma dinâmica ainda pouco conhecido dos novos industriais, como fez referência Viveiros (1954) apud Filho (2011, p.6):

[...] a falta de uma série de fatores, que vão desde a incapacidade de articulação econômica do governo, tributação elevada, desqualificação da mão-de-obra, chegando até a falta de visão e de preparo (capacidade de gestão) da burguesia local, foi determinante para que o Maranhão não se firmasse como estado industrial desde o começo do século XX”.

Inevitavelmente as fábricas e indústrias maranhenses não conseguiam competir com a força da tecnologia do sul do país, e todo ciclo industrial maranhense só durou até metade do século XX, período em que todas estavam fechadas no que ficou conhecido como a “vertigem das fábricas”. Ainda na primeira metade do século XX, com a queda dos preços do algodão e do arroz no mercado internacional inicia-se uma nova reestruturação das atividades comerciais, com a introdução da produção do babaçu (figura 12), produto de mais fácil manejo, bem lucrativo e que recolocou a economia maranhense no mercado externo. Ainda no final primeira metade do século XX, a comercialização do produto subiu rapidamente, chegando a representar metade do montante arrecadado pelo Estado, gerando uma intensa procura por mão de obra no setor agrícola tentando garantir que os números da exportação¹⁸ se mantivessem em alta.

¹⁸ O óleo de babaçu era exportado para diversos países, sendo que entre os anos de 1919 a 1937, no período entre guerras, a Alemanha foi o principal destino, com 127.606 toneladas. Logo a seguir vinham os Estados Unidos, com 61.933, depois Holanda com 39.533 e diversos outros países, para onde seguiram 57.879 toneladas do óleo bruto. (MOTA, Antônia da Silva. A atividade fabril em São Luís do Maranhão, século xviii ao xx. 2014. p. 27).

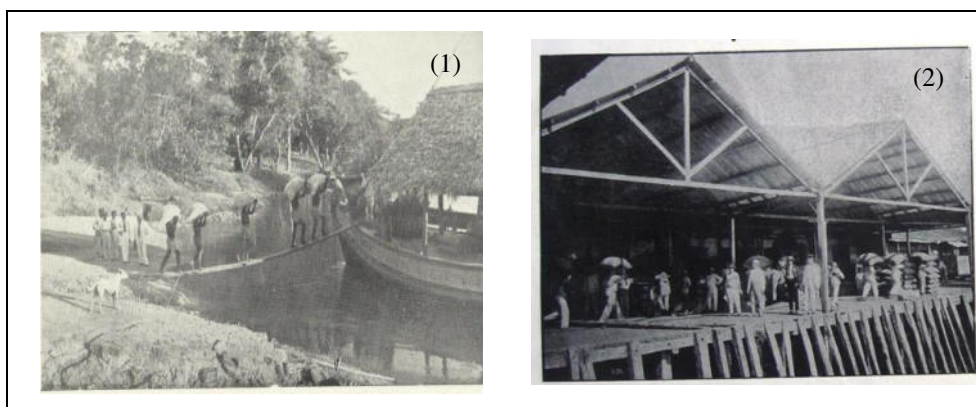


Figura 12: Transporte e comercialização do babaçu no Maranhão (Século XVIII ao XX)

Fonte: (1) *Álbum do Estado do Maranhão (1950)* apud MOTA, Antônia da Silva e PERNAMBUCANO, Ulisses (2014); (2) *Álbum do Estado do Maranhão (1923)* apud MOTA, Antônia da Silva e PERNAMBUCANO, Ulisses (2014)

Atualmente a indústria de óleos maranhense é quase inexistente e é encontrada apenas em segmentos de higiene e limpeza e ainda resiste à concorrência dos produtos asiáticos que recebem redução das alíquotas de importação resultando numa balança desleal e prejudicial aos produtos brasileiros. Depois que o país viveu um período de grande progresso (2004-2013), com taxas médias de crescimento de 4% ao ano, instala-se em 2014 com uma crise econômica e política, que arruína o país até os dias atuais, com taxa negativa de crescimento em (-3,7%) ao ano e que teve como uma das principais fontes causadoras as políticas fiscais adotadas pelo governo. Uma análise geral dos especialistas aponta para uma ligeira melhora em todo país e, em alguns estados, como o Maranhão que tem apresentado resultados promissores, como aumento na oferta de vagas de emprego e melhora nos setores do comércio e indústria.

4.1.2 Patrimônio Cultural

Para a UNESCO o Patrimônio Cultural:

“[...] é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Incluem obras de arquitetura, escultura e pintura monumentais ou de caráter arqueológico, e, ainda, obras isoladas ou conjugadas do homem e da natureza”. (IPHAN. Patrimônio Mundial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>).

A UNESCO busca promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, fundamentado na evidência que será através dessas referências que se transmite uma identidade cultural para as futuras gerações e valioso legado para a humanidade.

Em Portugal, a proteção do patrimônio é feita desde 1721, quando o Rei D. João V confere à Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular a tarefa de conservar os

monumentos antigos e registrar a história portuguesa e de seus territórios. Atualmente a proteção e valorização do patrimônio cultural português são garantidas pelo Art. 78 da Constituição de 1976. Cabe a Direção Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) e suas instituições de amparo a identificação e classificação de todos os seus bens culturais.

O Brasil estabelece no Art. 216 da Constituição de 1988 que “[...] constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”. Outro dispositivo de proteção do patrimônio existente no país é a Lei Federal nº 25 / 1937, que define no seu escopo as regras de inventariação dos bens, assim como as diretrizes para a sua proteção, preservação e conservação. Ainda nesse mesmo ano foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que oficialmente é o órgão responsável por garantir a proteção do patrimônio brasileiro.

ANO	SÍTIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	LOCAL
1980	A Cidade Histórica de Ouro Preto	Minas Gerais
1982	O Centro Histórico de Olinda	Pernambuco
1983	As Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões	Rio Grande de Sul
1985	O Centro Histórico de Salvador	Bahia
1985	O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo	Minas Gerais
1987	O Plano Piloto de Brasília	Distrito Federal
1991	O Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato	Piauí
1997	O Centro Histórico de São Luís	Maranhão
1999	Centro Histórico da Cidade de Diamantina	Minas Gerais
2001	Centro Histórico da Cidade	Goiás
2010	Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão	Sergipe
2012	Paisagens cariocas entre a montanha e o mar	Rio de Janeiro
2016	Conjunto Moderno da Pampulha	Minas Gerais
2017	Sítio Arqueológico Cais do Valongo	Rio de Janeiro

Quadro 7: Locais tombados pela UNESCO no Brasil

Fonte: <http://www.unesco.org> (2018)

A cidade de São Luís teve o seu conjunto urbano do Centro Histórico tombado pelo IPHAN em 1974 (Processo nº 454-T-57; Inscrição nº 64 do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), como procedimento para resguardar toda a região tombada da indiferença do poder público quanto à importância para a conservação (quadro 7). Em 1979, após o I Encontro Nacional da Praia Grande foi formada uma comissão para desenvolver e implantar ações para iniciar o então criado “Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH)”, que foi instituído pelo Decreto Estadual nº 7.435 / 1979, sob

responsabilidade técnica da SEPLAN / MA. Em 1986, outro Decreto Estadual nº 10.089 acrescentou à lista de bens tombados mais uma área de aproximadamente 160 (cento e sessenta) hectares que engloba por volta de 2.500 (dois mil e quinhentos) imóveis de grande importância histórica e que se situavam lindeiras a área de tombamento federal.

A Praia Grande, que foi o primeiro núcleo de São Luís estava completamente abandonada e em ruínas depois da crise econômica que atingiu a cidade na segunda metade do século XX. O projeto de revitalização surgiu para interromper um ciclo destrutivo vivido pela região e apresentar de forma concreta o resultado de um trabalho que exigiu muita persistência e determinação de todos os sujeitos envolvidos. Segundo o engenheiro civil e membro da Academia Maranhense de Letras (AML) Luiz Phelipe Andrès, em entrevista ao Café Literário (2014) durante as comemorações dos 25 (vinte e cinco) anos do Projeto Reviver e 402 (quatrocentos e dois) anos da cidade de São Luís: “O Projeto Reviver não tratou apenas dos prédios, mas da infraestrutura do lugar. Um dos marcos pioneiros foi a proibição da circulação de veículos no local, algo pioneiro e revolucionário para a época. ” O programa foi composto de várias etapas: 1ª Etapa (1979 até 1982) e 2ª Etapa (1983 até 1987), que ficaram conhecidas como “Projeto Praia Grande”; 3ª Etapa (1987 até 1990), denominada de “Projeto Reviver, 4ª Etapa (1991 até 1994) e 5ª Etapa (1995 até a inscrição do Centro Histórico na UNESCO). ” Ainda de acordo com Andrès:

Este programa protagonizou um fato raro na administração pública por haver sido mantido durante quase três décadas, (desde 1979 a 2006) por sucessivos governos do Estado. É prova de que quando os planejamentos não são abandonados a cada governo, aumentam as chances de sucesso das iniciativas. (JORNAL PEQUENO. Café Literário com Luiz Phelipe Andrès. Disponível em: <http://jornalpequeno.blog.br/brunoleone/2014/09/23/>).

Foi em 1997, após 20 (vinte) anos de muito trabalho que a cidade de São Luís, que abriga o maior número de exemplares da arquitetura portuguesa do país, com seus casarões coloniais dos séculos XVIII e XIX e suas fachadas revestidas de azulejos portugueses teve como resultado do “Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH)” o digno reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), que concedeu durante a 21ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial na cidade italiana de Nápoles o título de Patrimônio Cultural da Humanidade à cidade de São Luís do Maranhão. Atualmente o Centro Histórico de São Luís está passando por algumas obras de revitalização e modernização através da parceria dos governos estaduais e municipais com governo federal viabilizado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Cidades Históricas, sendo o IPHAN o órgão gestor desses recursos. Somente para São Luís foi aprovado em 2012 o orçamento de R\$ 133 (cento e trinta e três) milhões destinados a 44 (quarenta e quatro) obras de revitalização de bens tombados com prazo de entrega para 2016, mas devido à crise financeira instaurada no país, até o primeiro semestre de 2018 somente 04 (quatro) obras foram

concluídas com custo total de R\$ 25 (vinte e cinco) milhões. Além dos escassos recursos financeiros muitos são os problemas enfrentados pelos órgãos responsáveis pela conservação do Patrimônio em São Luís, sendo que a maior dificuldade se dá com o eviterno abandono dos casarões por seus proprietários, principalmente particulares, resultando na dificuldade para manter a beleza e originalidade nas construções da cidade Patrimônio.

4.2 IDENTIFICAÇÃO E CONHECIMENTO DO BEM

4.2.1 Composição do Espaço Urbano

A seguir vão ser analisados dois aspectos que integram o tema Composição do Espaço Urbano: Aspectos Urbanísticos e Análise do Entorno da Área de Intervenção.

a) Aspectos Urbanísticos

No Brasil, os primeiros núcleos de povoamento datam do século XVI quando se espalharam por diversas partes da faixa litorânea brasileira, sendo também o período em que criaram diversas lavouras e empurraram a atividade da pecuária para o sertão nordestino. Atualmente as áreas litorâneas concentram mais de 50% das regiões metropolitanas brasileiras. No século XVII ocorreram as expedições que buscavam desbravar a região central do Brasil, especialmente áreas que margeiam o Rio Amazonas, Rio São Francisco e o sertão nordestino e tendo como principal objetivo a exploração de riquezas. No século XVIII as regiões de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia vivenciaram uma explosão populacional em decorrência da descoberta de pedras preciosas e ouro em suas áreas. O século XIX, foram as regiões do sul do país que tiveram um grande crescimento, como consequência da exportação de café para Europa, sendo que esse período foi marcado também pelo início da mecanização e desenvolvimento industrial na região. O século XX foi marcado pelo desbravamento das regiões do interior de São Paulo e Paraná, no que ficou conhecido como “Marcha do Café”, pois foi o meio utilizado pelas frentes pioneiras para garantir mais espaços para produção de café diante do grande aumento nas exportações.

A cidade de São Luís do Maranhão teve desde a sua fundação a maior ocupação territorial na região central da cidade, onde em 1637 contavam-se 250 (duzentos e cinquenta) moradores e 60 (sessenta) soldados, em 1750 era um pequeno núcleo com 1400 (hum mil e quatrocentos) moradores, no período pós- Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a população da cidade já era de 16.580 (dezesesseis mil, quinhentos e oitenta) moradores. Com o aumento da população e a dinamização do comércio atraindo mais pessoas para a cidade foram realizadas intervenções urbanas, como a abertura de novas vias expandindo a ocupação do interior da ilha.

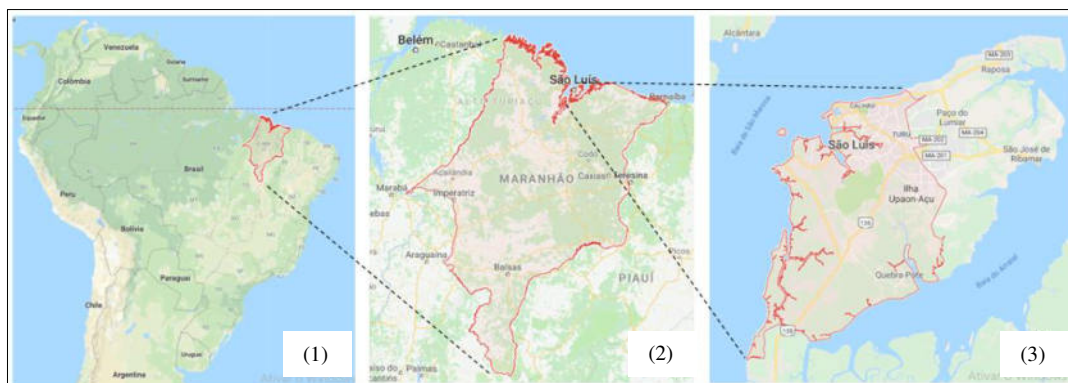


Figura 13: (1) Maranhão no Brasil. (2) Estado do Maranhão. (3) Município São Luís

Fonte: Adaptação da Autora com mapas do Google Maps (2018)

O capitão-general e governador Melo e Póvoas¹⁹, durante os 18 (dezoito) anos administrando a cidade de São Luís, se preocupou intensamente com a organização e urbanização da cidade, realizando obras de melhoramento, reconstruções de imóveis atrelando a estas matérias mais nobres, demolição de casebres para construção de prédios novos, renovação de praças, fontes para melhor distribuir a água pela cidade, etc.



*Figura 14: Mapa da cidade de São Luís
(planta anterior a 1647)*

Fonte: <http://www.historiaehistoria.com.br/> (2018)



*Figura 15: Mapa da cidade
de São Luís (1789)*

Fonte: <http://www.historiaehistoria.com.br/> (2018)

Outra etapa da expansão da cidade ocorreu entre os anos de 1798 – 1804, quando foram executadas obras nos fortes da capital, no porto e no cais, assim como um ordenamento das atividades comerciais e circulação de mercadorias. A proporção da população de São Luís nessa época era de 40% de escravos e 36% de brancos. Inicia-se também nessa época a construção de

¹⁹ Joaquim de Melo e Póvoas foi um dos mais eficientes e atuantes governadores do Maranhão da época colonial, tendo comandado o Estado sob duas condições distintas: de 1761 a 1775, quando tinha a patente de coronel e a capitania era ainda subordinada ao Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão – que ficava sediado em Belém -, e de 1775 a 1779, já então no posto de Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Piauí. (PROPLAN. Personagens da Cidade. Disponível em: <http://www.patrimonioslz.com.br>)

um terreiro público que atualmente é a Casa das Tulhas - feira da Praia Grande -, e que serviria para simplificar o trabalho de carga e descarga de mercadorias, sendo concluída somente em 1805.

No início do século XIX, São Luís ainda necessitava de muitas melhorias urbanas, como resolver o problema de abastecimento de água e higiene pública, solucionar a precariedade da iluminação pública que só servia às principais vias e praças principais. Por volta de 1840, ocorre a instalação de várias fábricas na cidade de São Luís, que impulsionaram as atividades comerciais e como consequência o aumento da população ora estimada em 33 (trinta e três) mil moradores. Com o acelerado crescimento da cidade, que pôde ser constatado pela duplicação da quantidade de casas em apenas 48 (quarenta e oito) anos (1808 até 1856), foi necessária a formulação de normas para garantir o ordenamento da cidade. Segundo César Augusto Marques (1970), a disposição da cidade na década de 1860 era a seguinte: “10 (dez) praças, 72 (setenta e duas) ruas, 19 (dezenove) becos, contendo 2.903 (duas mil, novecentos e três) casas inclusive 18 (dezoito) edifícios públicos gerais e 6 (seis) provinciais”. Em 1872 foram iniciadas as atividades do sistema de transporte público do tipo “bonde por tração animal”, com o intuito de suprir a falta desse serviço na cidade até aquela data. Contudo, a estratégia acabou sofrendo muitas críticas da população, que estava insatisfeita com aquele serviço rústico pois não atendiam a demanda, os carros eram malconservados e não cumpriam os horários, além das constantes paradas dos animais que obrigavam os passageiros a seguir o trajeto a pé. Essa modalidade de transporte durou até 1924 quando foi introduzido o bonde elétrico. No início do século XX a cidade de São Luís ainda apresenta um relevante nível de crescimento, com a inauguração de vários locais para apresentações culturais e artísticas, assim como a continuidade do plano de algumas melhorias urbanas, como o calçamento das principais ruas da cidade em paralelepípedos²⁰.

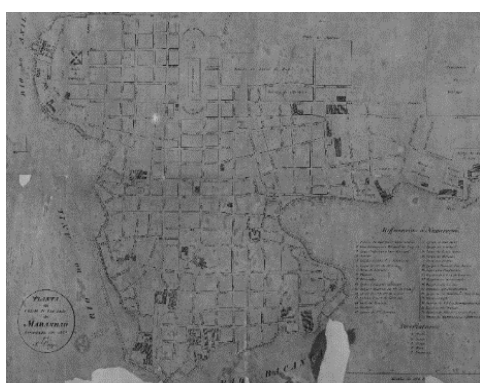


Figura 16: Mapa da cidade de São Luís (1853)
Fonte: <http://www.historiaehistoria.com.br/> (2018)



Figura 17: Mapa com a divisão dos distritos da cidade de São Luís (1912)
Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/> (2018)

²⁰ Pedra, em geral granito, cortada em forma de um paralelepípedo regular, usada principalmente na pavimentação de vias. Em pavimentações tem como vantagem não exigir equipamentos sofisticados e mão-de-obra especializada. (ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. São Paulo, 1998).

Em 1920, São Luís contava com aproximadamente 53.000 (cinquenta e três mil) habitantes que ainda sofriam com as péssimas condições de infraestrutura pública da cidade. Desde o início do século os governantes buscam inúmeros financiamentos para resolver essas questões, e em 1928 o Governo do Estado do Maranhão celebra em Nova Iorque (Estados Unidos) um contrato com a empresa norte-americana Ulen Company, que teria a concessão para exploração dos serviços de luz - gerava energia elétrica através de uma usina térmica a vapor -, águas, esgoto, prensa de algodão – usou por 20 (vinte) anos a madeira de mangue como o combustível dos maquinários - e serviços de bonde elétricos. A contratação dessa empresa americana foi uma das condições para que o Governo do Maranhão conseguisse um empréstimo milionário com o Bankers Trust Company, também de Nova Iorque. Essa época foi marcada pela implantação - já tardia - dos bondes elétricos, assim também como a substituição do azeite pelo álcool na iluminação pública. Um importante jornal da época relatava:

O Maranhão assina seu progresso...

Não há exagero e optimismo em afirmar que os benefícios trazidos pelos “tramways” electricos são dos mais celebres. Continue ele a funcionar com regularidade e segurança, e o progresso material de São Luís não mais sofrerá a estagnação dolorosa que nos abate desde o início da república, antes virá cada ano – cada mês – a aumentar. (A Pacotilha, 31 de dezembro de 1924 apud PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento, 2010, p.6).

A euforia com o novo sistema de transporte não tardou a desmoronar, pois este parecia uma versão menos rudimentar do sistema “tração animal” (figura 18), deixando muito a desejar e desrespeitando o contratado celebrado, que previa o aumento das linhas existentes, diminuição no preço das passagens e redução do intervalo entre as viagens. Outro grande problema que afetavam os bondes elétricos (figura 19) eram as constantes paneiras elétricas e péssimo estado de conservação. A insatisfação da população com a empresa americana era crescente e as reclamações iam desde baixa remuneração para a mão de obra, à prepotência dos administradores²¹, além das altas tarifas dos seus serviços. Em 1946, com uma população insatisfeita de quase 120 (cento e vinte) mil habitantes, finalmente o contrato com a empresa norte-americana Ulen Company foi encerrado e logo em seguida o Estado assume as atividades e cria o Serviço de Água, Esgoto, Luz, Tração e Prensa de Algodão (SAELTPA), que manteve ainda os serviços de bonde elétrico até 1950, que foram substituídos por uma frota de ônibus controlados pelo Departamento de Transporte de São Luís, criado em 1959.

²¹ Um dos administradores da Ulen Company em São Luís era John Harold Kennedy, 31 anos e tio do homem que anos mais tarde se tornaria Presidente dos Estados Unidos da América: John Fitzgerald Kennedy. John Harold foi assassinado por um bilheteiro da empresa que depois de 10 anos de trabalho e prestes a conseguir a estabilidade foi demitido sem qualquer explicação. O assassino do Kennedy foi julgado duas vezes e absorvido em todos eles, mesmo com todas as pressões da Embaixada Americana junto a autoridades brasileiras. (LIMA, Félix Alberto. O Maranhão e a primeira tragédia da família Kennedy, 2013).



Figura 18: Sistema de transporte (tração animal)

Fonte: <http://ronaldealmeidasilva.blogspot.com/> (2018)



Figura 19: Bonde da Ulen Company

Fonte: Album do Maranhão de 1950

A partir dos anos 1970, com uma população de mais de 260 (duzentos e sessenta) mil habitantes, os administradores da cidade iniciam o plano urbano de expansão da cidade, onde foram construídas várias obras que viabilizaram a acessibilidade mais rápida para o continente, como a construção da Ponte do São Francisco, Ponte do Jaracati e Barragem do Bacanga, possibilitando o processo de urbanização dessas áreas e a já esperada mudança no panorama demográfico da cidade. Essa expansão da cidade rumo ao continente foi determinante para a preservação das características urbanas e arquitetônicas do centro histórico de São Luís. Outra dinâmica verificada é o esvaziamento habitacional da área, que dá lugar aos estabelecimentos comerciais e de serviços, sendo que muitos imóveis por causa do alto custo de manutenção foram abandonados e atualmente encontram-se em péssimo estado de conservação.

b) Análise do Entorno da Área de Intervenção

Antes da análise do entorno do bem tombado em estudo faz-se necessário o entendimento dos conceitos e referências adotadas e que orientam as condutas para uma adequada intervenção arquitetônica e urbanística em áreas históricas. De acordo com o Art. 18 do Decreto Lei nº 25 / 1937 (Lei do Tombamento), nenhuma construção ou anúncio com propaganda poderá ser construído ou instalado nas proximidades de bens tombados, sem que haja prévia autorização dos órgãos responsáveis pela fiscalização, ficando sob pena de multa e demolição da área alterada. Da mesma forma, a Coordenação de Patrimônio Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná – Brasil, define entorno como:

É a área de proteção localizada na circunvizinhança dos bens tombados que é delimitada junto com o processo de tombamento com objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos, obstruam, reduzam sua visibilidade, afetem as interações sociais tradicionais ou ameacem sua integridade. A área de entorno não é apenas um anteparo do bem tombado, mas uma dimensão interativa a ser gerida tanto quanto o objeto de conservação. (SECRETARIA CULTURAL DO PATRIMÔNIO. Tombamentos. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>).

O entendimento para proteção da vizinhança do bem tombado é de significativa importância, pois aumenta a consciência para a conservação do conjunto patrimonial, bem como a preservação da história e cultura, respeitando, sobretudo, as especificidades de cada espaço. A princípio devemos ressaltar que a grande maioria dos bens tombados em todo mundo encontram-se nas áreas urbanas das cidades, tornando essa proteção uma tarefa difícil e muitas vezes incompreendida, pois envolve questões legais, urbanísticas, econômicas e o tão polemizado uso da propriedade privada em prol do interesse público e coletivo. Inúmeros são os documentos internacionais (quadro 8) que abordam a temática do entorno de bens tombados, com abordagens sobre a evolução histórica, as concepções, as reflexões e as propostas para proteção dessas áreas.

1931	Carta de Atenas	Conferência do Escritório Internacional de Museus, da Sociedade das Nações
1933	Carta de Atenas	4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)
1962	Recomendação Referente à Proteção da Beleza e do Caráter das Paisagens e dos Sítios	UNESCO
1964	Carta de Veneza	II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos que deu origem ao ICOMOS
1967	Normas de Quito	OEA
1968	Recomendação Referente à Conservação dos Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas ou Privadas	UNESCO
1972	Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural	Conferência Geral da UNESCO (Paris)
1976	Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea	Conferência Geral da UNESCO (Nairóbi)
1986	Carta de Washington	ICOMOS
1994	Diretrizes Operacionais para a Implantação da Convenção do Patrimônio Mundial	Convenção do Patrimônio Mundial UNESCO, ICCROM e ICOMOS (Nara)
1995	Carta de Brasília	Documento Regional do Cone Sul
2003	Convenção do Patrimônio Imaterial	UNESCO (Paris)
2005	Memorando de Viena	Conferência Internacional UNESCO
2005	Declaração de Xi'an sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural	XV Assembleia Geral do ICOMOS (China)

Quadro 8: Referências internacionais sobre entorno de bens tombados

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/> (2018)

O centro histórico da cidade de São Luís possui características históricas distintas, com traçado urbano singular, típico de uma cidade colonial portuguesa, que teve suas construções adaptadas às condições climáticas e materiais locais e mesmo contrariando as adversidades cotidianas, busca manter conservado o seu patrimônio cultural assim como o ambiente que o cerca. Como observa-se na figura 20, a área destacada em amarelo constitui a região mais antiga

[illegible]

De acordo com a Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial encaminhada para a UNESCO, no item que aborda os motivos para o bem ser considerado patrimônio cultural, destaca-se:

A importância do entorno de um bem tombado no projeto de arquitetura é matéria amplamente explorada visto que muitos elementos técnicos devem ser analisados durante o processo de intervenção nesse meio. Outra etapa do processo de intervenção pode ser considerada ainda mais complexa, pois trata como a abordagem arquitetônica promoverá o interesse da sociedade para um bem tombado e seu valor patrimonial. Algumas condições projetuais devem ser analisadas durante o processo de intervenção do entorno do bem tombado, como por exemplo:

- Os acessos devem ser destacados para facilitar a compreensão dos usuários - principalmente para pessoas idosas – mostrando por onde iniciar a exploração dos espaços de uma edificação, podendo ser ou não uma parte construída ou apenas vãos e aberturas. Em alguns casos específicos esses acessos de prédios tombados podem se apresentar de uma forma mais contemporânea.
- A rua tem importante função nesse processo de intervenção pois faz a transição do local público para o espaço de uso privado, podendo essa relação ser trabalhada de forma integrada, livre e sem obstáculos físicos ou ainda com a delimitação dos perímetros por muros ou grades - normalmente por questões de segurança - com ou sem barreiras visuais.
- O entorno do bem tombado também deve ser cuidadosamente analisado, pois alguns centros históricos possuem um traçado urbano mais denso, com construções muito próximas, o que naturalmente gera uma preocupação em buscar um diálogo visual harmônico, no entanto, deve ser possibilitada a criação de uma edificação tombada preservada e com conceito reformulado.

O prédio objeto desse estudo ocupa um lote de esquina (com hachura branca e vermelha no mapa) em uma quadra com mais 04 (quatro) imóveis (em vermelho no mapa) e a sua vizinhança imediata é formada por 05 (cinco) quadras (em amarelo no mapa), compostas por um total de 53 (cinquenta e três) imóveis, com a seguinte distribuição ilustrada na figura 21, sendo que existem 32 (trinta e dois) de uso institucional ou comercial, 11 (onze) de uso residencial e 10 (dez) em ruínas ou desabitados por causa do péssimo estado de conservação. Nessa região, assim como em todo centro da cidade existe uma grande modificação de uso dos prédios, com uma grande diversidade de instituições e comércio, com destaque para: lanchonete e café, restaurante, bares, casa de show, agência de viagens, hotel, pousada, livraria, papelaria, escola técnica, museus, órgãos públicos, sedes de sindicatos, faculdade.

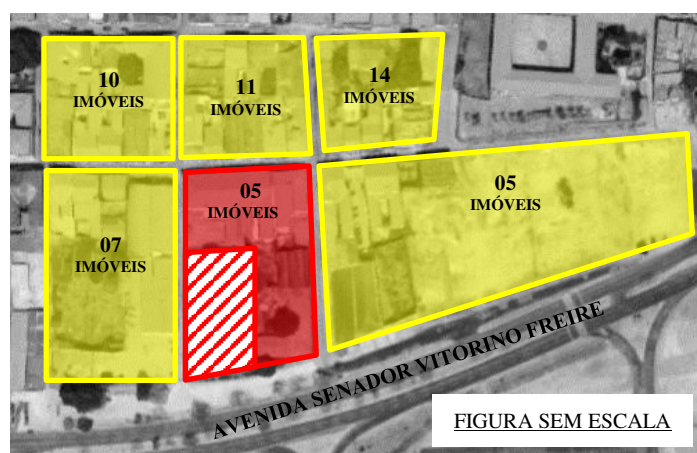


Figura 21: Localização dos imóveis e seu entorno imediato
Fonte: Adaptação da Autora usando imagem do Google Maps (2018)

No que diz respeito à infraestrutura do local e seu entorno imediato existem alguns problemas que são notórios nessas regiões mais antigas, como por exemplo a largura das ruas e muitas vezes também de calçadas, que não proporcionam uma confortável circulação para os seus usuários. Outro importante fator a ser avaliado são as questões ligadas à implantação da acessibilidade nos centros históricos e edifícios tombados, como forma de garantir os direitos previstos em lei e o fortalecimento de medidas que preservem a vida digna e justa do cidadão. A acessibilidade em um Centro Histórico pode se apresentar em inúmeros contextos, como, por exemplo, a melhoria das conexões entre importantes regiões do centro, buscar alternativas para superar as barreiras topográficas e vencer os desníveis, dentre outros. A análise desses e de muitos outros fatores urbanos são fundamentais para uma renovação social, econômica e cultural de toda uma sociedade, de modo a reconfigurar a percepção desses usuários para as diversas possibilidades de integração dos centros históricos no seu cotidiano. O mapa (figura 22) e o relatório fotográfico (quadro 9) apresentam uma área com um conjunto de edificações (enumeradas de 1 a 11) de mesmas características arquitetônicas do imóvel estudado, assim como alguns dados históricos e características da localização e implantação dos imóveis.

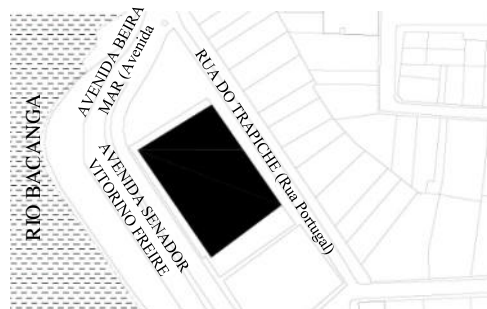


Figura 22: Localização dos imóveis e área lindeira à Avenida Vitorino Freire

Fonte: Adaptação da Autora usando imagem do Google Maps (2018)

1. CASA DO MARANHÃO

- Endereço: Rua do Trapiche, Praia Grande
- Uso Atual: Museu
- Uso Anterior: Tesouro Público Provincial e Secretaria Estadual da Fazenda
- Gabarito: 2 (dois) pavimentos
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)



2. CENTRO DE CRIATIVIDADE ODYLO COSTA FILHO

- Endereço: Rampa do Comércio, nº 200, Praia Grande
- Uso Atual: Centro Cultural
- Uso Anterior: sem informação
- Gabarito: 1 (hum) pavimento
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)



Quadro 9: Descrição geral, implantação, fachada principal e cobertura dos imóveis lindeiros (continua)

Fonte: Autoria Própria

3. PRÉDIO N° 3850

- Endereço: Travessa Boa Ventura, nº 3850, Praia Grande
- Uso Atual: Sede da Polícia Civil
- Uso Anterior: Shopping do Cidadão
- Gabarito: 2 (dois) pavimentos
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)



4. FARMÁCIA ESTADUAL DE MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS

- Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, nº 26 B, Praia Grande
- Uso Atual: Distribuidora de Produtos
- Uso Anterior: sem informação
- Gabarito: 2 (dois) pavimentos
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)

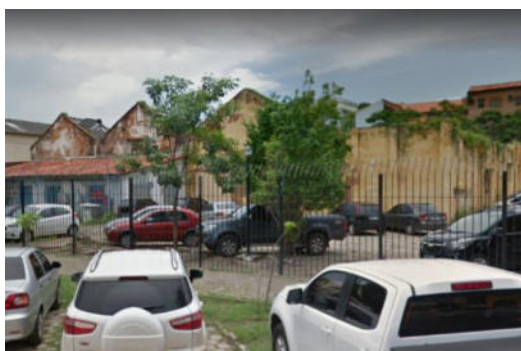


Quadro 9: Descrição geral, implantação, fachada principal e cobertura dos imóveis lindeiros (continua)

Fonte: Autoria Própria

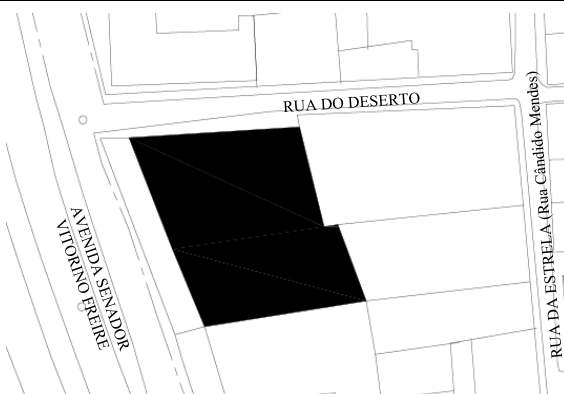
5. PRÉDIO EM RUÍNAS

- Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, s/n, Praia Grande
- Uso Atual: vago
- Uso Anterior: Prensa da Costa e Centrais Elétricas do Maranhão
- Gabarito: sem informação
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)



6. ANTIGO PATRIMÔNIO SHOW

- Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, s/n, Praia Grande
- Uso Atual: vago
- Uso Anterior: Casa de Show
- Gabarito: 1 (hum) pavimento
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)

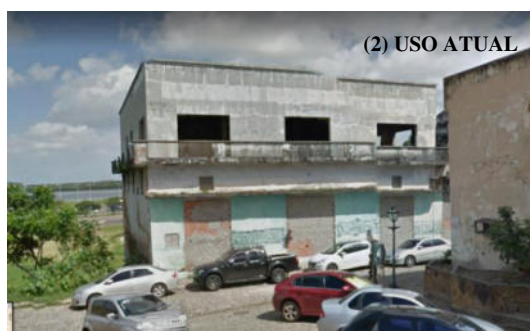
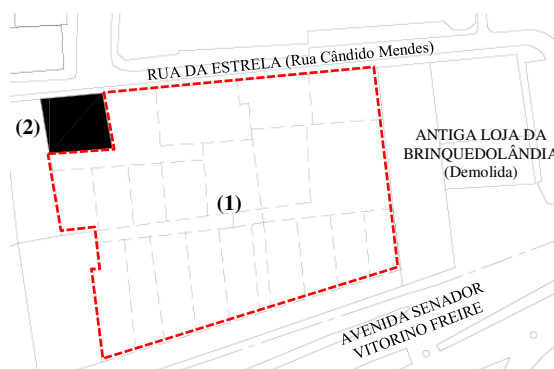
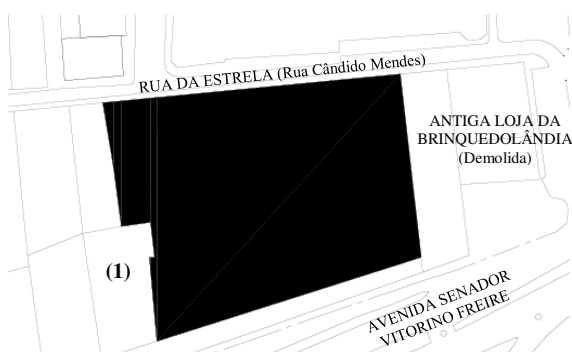


Quadro 9: Descrição geral, implantação, fachada principal e cobertura dos imóveis lindeiros (continua)

Fonte: Autoria Própria

7. ANTIGA FÁBRICA

- Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, nº 644, Praia Grande
- Uso Atual: galpões demolidos e pequena construção em ruínas
- Uso Anterior: Fábrica OLEAMA
- Gabarito: sem informação
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)

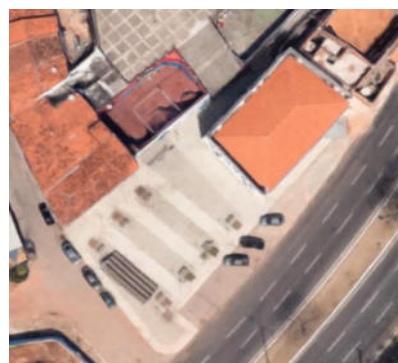


Quadro 9: Descrição geral, implantação, fachada principal e cobertura dos imóveis lindeiros (continua)

Fonte: Autoria Própria

8. MUSEU DA MEMÓRIA ÁUDIO VISUAL DO MARANHÃO

- Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, nº 14, Praia Grande
- Uso Atual: Museu
- Uso Anterior: Companhia de Navegação Jaracati
- Gabarito: 2 (dois) pavimentos
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)



USO ANTERIOR

- Prédio da antiga Companhia de Navegação Jaracati, depois de mudar de proprietário ao longo dos anos, atualmente é sede do Museu da Memória Áudio Visual do Maranhão (MAVAM).
- O costado de alvenaria de pedra argamassada servia de ancoradouro para as embarcações que navegavam no Rio Bacanga.

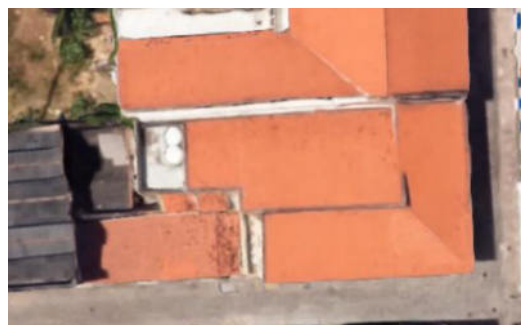


Quadro 9: Descrição geral, implantação, fachada principal e cobertura dos imóveis lindeiros (continua)

Fonte: Autoria Própria

9. CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SÃO LUÍS

- Endereço: Rua da Estrela, nº 508, Centro
- Uso Atual: Câmara De Dirigentes Lojistas de São Luís
- Uso Anterior: sem informação
- Gabarito: 2 (dois) pavimentos
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)



10. FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UEMA

- Endereço: Rua da Estrela, nº 472, Centro
- Uso Atual: Faculdade
- Uso Anterior: sem informação
- Gabarito: 2 (dois) pavimentos
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)

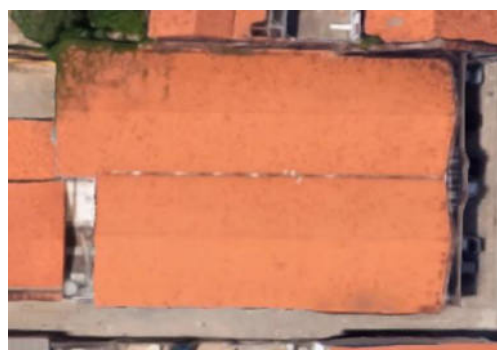
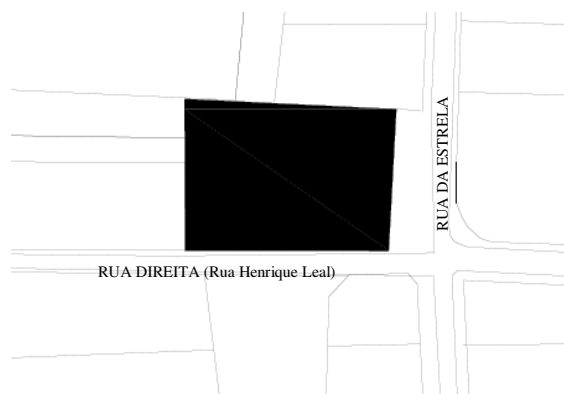


*Quadro 9: Descrição geral, implantação, fachada principal
e cobertura dos imóveis lindeiros (continua)*

Fonte: Autoria Própria

11. INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

- Endereço: Rua da Estrela, nº 434, Centro
- Uso Atual: Institucional
- Uso Anterior: Escritório da Ulen Company
- Gabarito: 2 (dois) pavimentos
- Fonte: Google Street View e Google Earth, (2018)



Quadro 9: Descrição geral, implantação, fachada principal e cobertura dos imóveis lindeiros (conclusão)

Fonte: Autoria Própria

A figura 23 expõem a evolução arquitetônica e urbanística de áreas da cidade de São Luís pertencentes ao mesmo núcleo urbanístico do imóvel estudado, na qual percebe-se que no século XVIII, em decorrência das exportações de algodão, arroz, entre outros, a cidade passou por grandes transformações urbanísticas, sendo provida de muitos bens públicos e privados como a pavimentação em paralelepípedo, calçadas em cantaria de lioz, praças com chafarizes e fontes, iluminação com lâmpões a gás e transporte público por bondes.

A recessão econômica vivenciada pelas cidades do Norte e Nordeste do país no século XX trouxe grandes prejuízos para a área histórica de São Luís. Nos anos 1970 vários imóveis encontravam-se em ruínas ou completamente abandonados, além das obras que eram realizadas sem que fossem observadas as características desse núcleo específico acarretando a descaracterização do conjunto arquitetônico.

Em 1974, através do processo nº 454-T-57, a cidade de São Luís foi beneficiada com Tombamento Federal do Centro Histórico e que ainda ampliava os tombamentos anteriores. Essa resolução proporcionou a preservação de mais de 1000 (mil) imóveis em uma área de aproximadamente 60 (sessenta) hectares. Em 1979 o Governo do Estado do Maranhão e o IPHAN realizaram a 1ª Convenção da Praia Grande que gerou o bem-sucedido Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

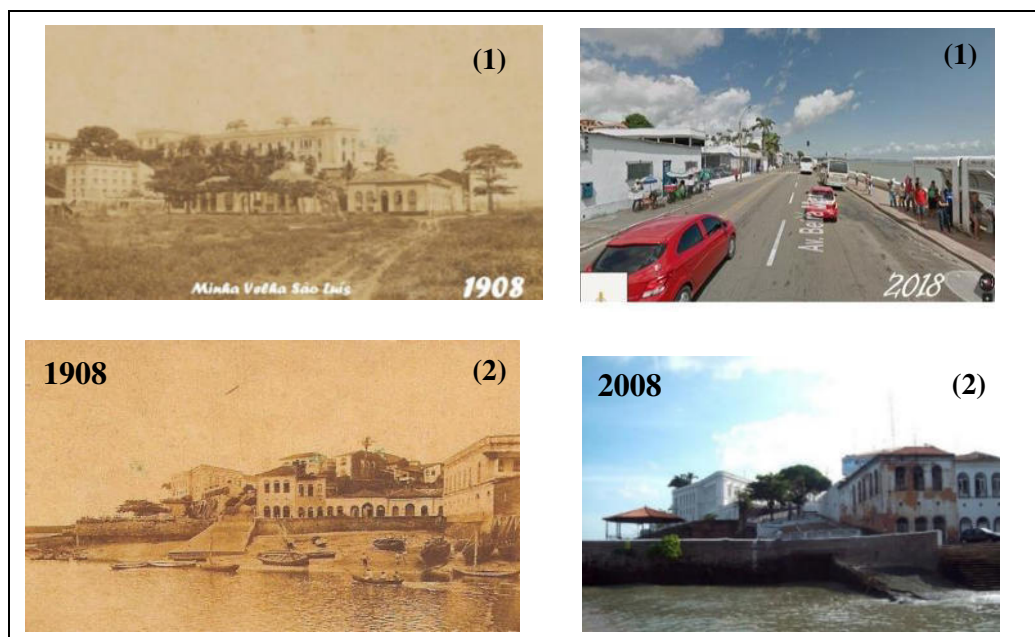


Figura 23: (1) Avenida Beira Mar (antiga Praia do Poço); (2) Rampa do Palácio

Fonte: (1) CUNHA, Gaudêncio (1908) apud *Minha Velha São Luís* (2018) e Google Street View (2018) e (2) CUNHA, Gaudêncio (1908) apud CUNHA, Fernando (2018) e Mapio.net (2018)

Cabe ressaltar que os centros históricos de muitas cidades brasileiras, incluindo o de São Luís, ainda são vistos como áreas desvalorizadas, sem a devida manutenção e sem retorno econômico razoável. A mudança desses padrões pode ser concretizada com implantação de políticas públicas e privadas de valorização e desenvolvimento dessas áreas centrais, com a ampliação e melhoria da infraestrutura, diversificação e modernização dos sistemas de transportes públicos e melhoria da acessibilidade e mobilidade urbana, gerando como resultado uma área mais agradável e favorável para que setores de investimentos avaliem com mais disposição o verdadeiro potencial de uso dessas edificações históricas.

4.2.2 Levantamento Físico

Esta documentação apresenta os dados e informações referentes as edificações estudadas quanto a sua estrutura física. A edificação da esquina (Imóvel A), adjacente a Rua do Desterro apresenta características do Estilo Tradicional Português (possivelmente para uso civil), o que indica que a sua construção data de meados do século XIX (figura 24). O imóvel possui divisão interna com pavimento térreo (rés-do-chão) usado como comércio (indicação baseada em imóveis semelhantes) ou não, ficando o pavimento superior para uso residencial.

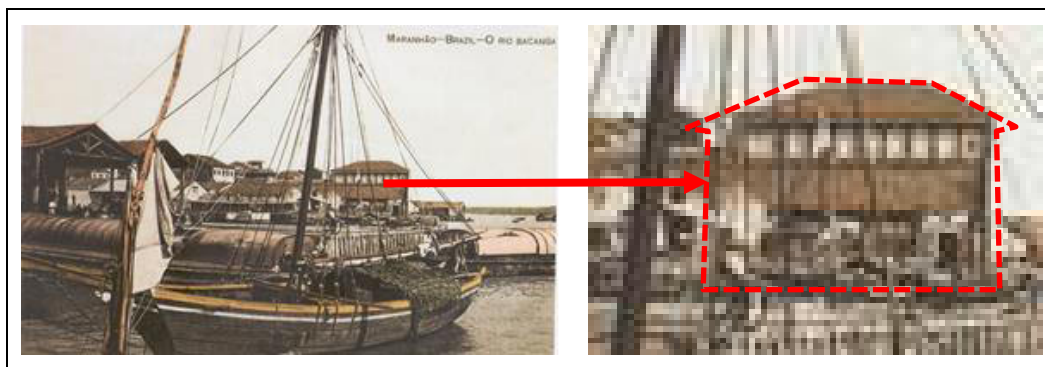


Figura 24: Embarcações atracadas no cais da zona portuária em 1905 e imagem ampliada do Imóvel A

Fonte: Adaptação de imagem do acervo pessoal de MAGALHÃES, Danielle (2018)

A segunda edificação (Imóvel B) tem características de um galpão (indicação de uso industrial), com partido arquitetônico diferente do imóvel anterior, mas também um representante das típicas construções dessa época. O partido desse imóvel remete a um espaço de armazenamento, com elevado pé direito e praticamente sem aberturas para o exterior. Apesar de realizar diversas buscas documentais em órgãos como IPHAN, Arquivo e Biblioteca Públicos, entre outros, muito pouco foi obtido de informação acerca desses imóveis, ficando a interpretação da sua origem, desenvolvimento e rotinas iniciais vinculadas aos edifícios lindeiros historicamente catalogados.

A localização das edificações também apresenta algumas dicas da razão de origem dos edifícios: localizado às margens do Rio Bacanga, em uma área mais rebaixada, próximo à onde funcionavam porto e que anteriormente eram despachados e trazidos matéria prima, produtos, escravos, etc. E, portanto, necessitavam de local de armazenamento, em local mais baixo, antes de ser transportados às localidades mais altas do centro histórico nos dão alguma ideia da utilização original dos edifícios. (CAMPOS, Rodrigo, 2015, p. 66).

Essa informação corrobora com as declarações feitas pelo engenheiro civil Luiz Phelipe Andrès²², especialista na área de patrimônio, durante uma conversa informal a respeito das origens desses imóveis. Na sua explicação ele conta que “[...] a região onde estão localizados os imóveis, durante o século XVIII funcionava o cais de São Luís, chamado de Cais de Santo Ângelo. Posteriormente, já no século XIX, foram construídos em toda a frente do Rio Bacanga esses

²² Possui graduação em Escola de Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972) e mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Atualmente é contratado pela Fundação Sousem como Assessor Especial; Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNDB- Unidade de Ensino Superior Dom Bosco; Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Gestor Geral da Unidade Vocacional Estaleiro Escola. Experiência profissional na área de Preservação e Revitalização de Centros Históricos e de Engenharia Naval e Oceânica, atuando principalmente nos seguintes temas: História, História da Técnica, Tombamento, Patrimônio Cultural, Urbanismo, Preservação e Conservação Urbana, Centro Histórico e Monumento Nacional. (CNPQ. Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/plataforma-lattes>).

grandes galpões, que eram chamados de trapiches²³ e que eram encontrados em todos os portos até o século XX. Com o advento dos contêineres, onde as mercadorias já vinham embaladas e com a mudança do porto de São Luís para outra localidade, esses grandes armazéns ficaram obsoletos e abandonados. Andrès ainda comenta que várias regiões portuárias no mundo tiveram que se reinventar, como, por exemplo, em Nova Iorque, na qual esses grandes galpões foram transformados em lofts para artistas, restaurantes e galerias [...]”.

Os poucos dados históricos certificados foram coletados em jornais antigos e livros de inventário e apontam que esses imóveis foram também utilizados pela empresa norte-americana Ulen Company, por volta de 1930, provavelmente abrigando a antiga Usina Elétrica (figura 25), ou ainda as prensas de algodão ou a garagem dos bondes a tração de propriedade da empresa; depois funcionou as Centrais Elétricas do Maranhão (nomenclatura usada de 1958 até 1984) e que atualmente é conhecida por Companhia Energética do Maranhão - CEMAR.



Figura 25: Veteranos funcionários da antiga Usina Elétrica ULEN

Fonte: Álbum do Estado do Maranhão (1950)

Posteriormente, os imóveis foram adquiridos pela Prefeitura de São Luís e recuperados para serem utilizados como sede da Oficina Escola do Maranhão (de 2006 até 2008) em um projeto social do Programa Monumenta do IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura, Prefeitura Municipal de São Luís e a Embaixada da Espanha através da a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para auxiliar na formação de jovens entre 18 (dezoito) e 23 (vinte e três) anos em

²³ Trapiche é uma palavra que ao mesmo tempo ela denomina um píer, aquela ponta que era projetada para encostar os navios, mas também trapiche é uma palavra que indica os galpões onde ficavam depositadas as mercadorias que iam embarcar ou para receber as mercadorias que chegavam para armazenar. (ANDRÈS, Luiz Phelipe. Transcrição de conversa informal em 23 de fevereiro de 2018).

situação de risco no centro histórico de São Luís, com enfoque na aprendizagem de técnicas de restauro, que seriam utilizadas no Centro Nacional de Referência Azulejar.

Em seguida os galpões foram utilizados como local de exposição de arte, denominando Galeria Trapiche Santo Ângelo até o ano de 2010, quando a então responsável pelo local, a Prefeitura de São Luís, fez a seção de uso do espaço para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), que também não conseguiu desenvolver nenhum projeto de revitalização dos imóveis devido as restrições orçamentárias vividas pelo Governo Federal. Atualmente o prédio está sendo utilizado de forma amistosa por alguns artistas plásticos que criam e desenvolvem suas peças no referido local. Também foi instalado durante 03 (três) semanas (27 de agosto à 16 de setembro de 2018), no Imóvel B, o LabSLZ, que é o Laboratório Urbano Efêmero que tem como objetivo a discussão das temáticas sociais urbanas, com ênfase nos desejos e anseios da população para o uso de espaços coletivos no Centro Histórico de São Luís.

Os muitos anos de abandono estão deixando vestígios de muita destruição nos 02 (dois) imóveis, como, por exemplo, o desmoronamento completo da cobertura do Imóvel B e comprometimento das suas lajes devido as diversas infiltrações. O Imóvel A também possui problemas de infiltração devido modificações na sua cobertura original, assim como graves alterações nas suas fachadas. No período que antecedeu o funcionamento dos imóveis como Oficina Escola, os imóveis passaram por diversas análises técnicas do IPHAN, que realizaram prospecções, com a retirada de parte do reboco em algumas áreas do prédio²⁴ e na qual foram constatadas muitas mudanças na estrutura original do prédio, algumas tão profundas que se fizeram impossíveis de serem recuperadas e expondo claramente os diferentes estilos das edificações atualmente.

A figura 26 mostra a evolução em 10 (dez) anos da estrutura física externa e interna dos imóveis, sendo as fotos apresentadas de 2005 retiradas do Caderno Fotográfico pertencente ao Relatório da Obra de Restauro, Reforma e Adaptação do Trapiche de Santo Ângelo para servir de Sede da Oficina Escola de São Luís, e as fotos apresentadas de 2015 foram retiradas do Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo de Rodrigo Mendes Campos, sob o título: MUd.AR – Museu de Arte de São Luís: Reabilitação de edificações do Cais de Santo Ângelo (Centro) para espaço múltiplo de arte.

²⁴ Técnica citada na Carta de Burra (ICOMOS, 1980), no seu artigo 24º: “[...] os estudos que implicam qualquer remoção de elementos existentes ou escavações arqueológicas só devem ser efetivados quando forem necessários para a obtenção de dados indispensáveis à tomada de decisões relativas à conservação do bem e/ou à obtenção de testemunhos materiais fadados a desaparecimento próximo ou a se tornarem inacessíveis por causa dos trabalhos obrigatórios de conservação ou de qualquer outra intervenção inevitável.” (CARTA DE BURRA. 6. Procedimentos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>).



Figura 26: Fotos dos imóveis estudados no Projeto Aplicado em 2005 e em 2015

Fonte: Prefeitura de São Luís (2005) e Autoria Própria (2015)

Mesmo já tendo se passado quase 02 (duas) décadas dessas fotos, alguns pontos ainda precisam ser citados, pois continuam vivos no cotidiano desses edifícios. Em uma das fotos de 2005 é clara a modificação que ocorreu na cobertura do Imóvel A, que passou das 04 (quatro) águas em telha de barro para 02 (duas) águas em fibrocimento²⁵. Mesmo depois da correção desse ponto,

²⁵ Fibrocimento é o material resultante da união do cimento comum, com fibras (de 10% a 15%) de qualquer espécie, podendo ser de origem mineral ou vegetal. A fibra mineral de ocorrência natural mais usada é o amianto ou asbesto. Por ser um composto cancerígeno o uso do amianto tem sido restringido em vários

notasse que na fachada frontal ainda existem 02 (duas) portas nas extremidades do pavimento superior que continuam com os seus vãos parcialmente fechados conforme foto relacionada de 2015. Outro destaque pode ser visto na fachada norte do Imóvel A, voltada para a Rua dos Desterro, que de acordo com a foto de 2015 apresenta graves problemas de infiltração nas suas paredes de pedra devido a correção de somente parte da cobertura desse imóvel. Nota-se que a foto relacionada a essa de 2005 apresenta uma cobertura continua toda rebaixada, que cortava o vão de 15 (quinze) portas - que se alinham com os vãos das portas do térreo (rés-do-chão) – e que se abrem para um balcão sacado em pedra lioz, corroborando para a proposta que originalmente esse pavimento superior era completo.

a) Levantamento Cadastral

Situado na Avenida Vitorino Freire, no bairro (freguesia) da Praia Grande, as edificações que são objeto de estudo do Projeto Aplicado estão construídas em um terreno de aproximadamente 4.700,00m² e que juntas somam uma área construída de 1.830,00m². As fachadas frontais estão implantadas para face oeste (voltadas para Avenida Vitorino Freire, recebendo a incidência solar completa durante o período da tarde. Todos os acessos que circundam o terreno possuem pavimentação com paralelepípedo, iluminação pública e completa rede de abastecimento de água e rede coletora de esgoto.

O Projeto Aplicado que será apresentado a nível de Estudo Preliminar e a apresentação desse levantamento será feito por implantação, plantas baixas, cobertura, cortes e fachadas esquemáticos (figuras 27 a 32). As bases das plantas técnicas para o início dos trabalhos cadastrais foram disponibilizadas pelo arquiteto Rodrigo Mendes Campos acima citado e pela equipe técnica da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), órgão da Prefeitura de São Luís, representada pela arquiteta Danielle Castro, que já haviam realizado intervenções de projeto nos referidos imóveis. A visita técnica foi realizada com o propósito de conferir as informações já existentes, cadastrar as possíveis alterações e realizar um levantamento fotográfico mais recente.

lugares do mundo. (ECIVIL. Amianto. Disponível em: <https://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-amianto.html>).

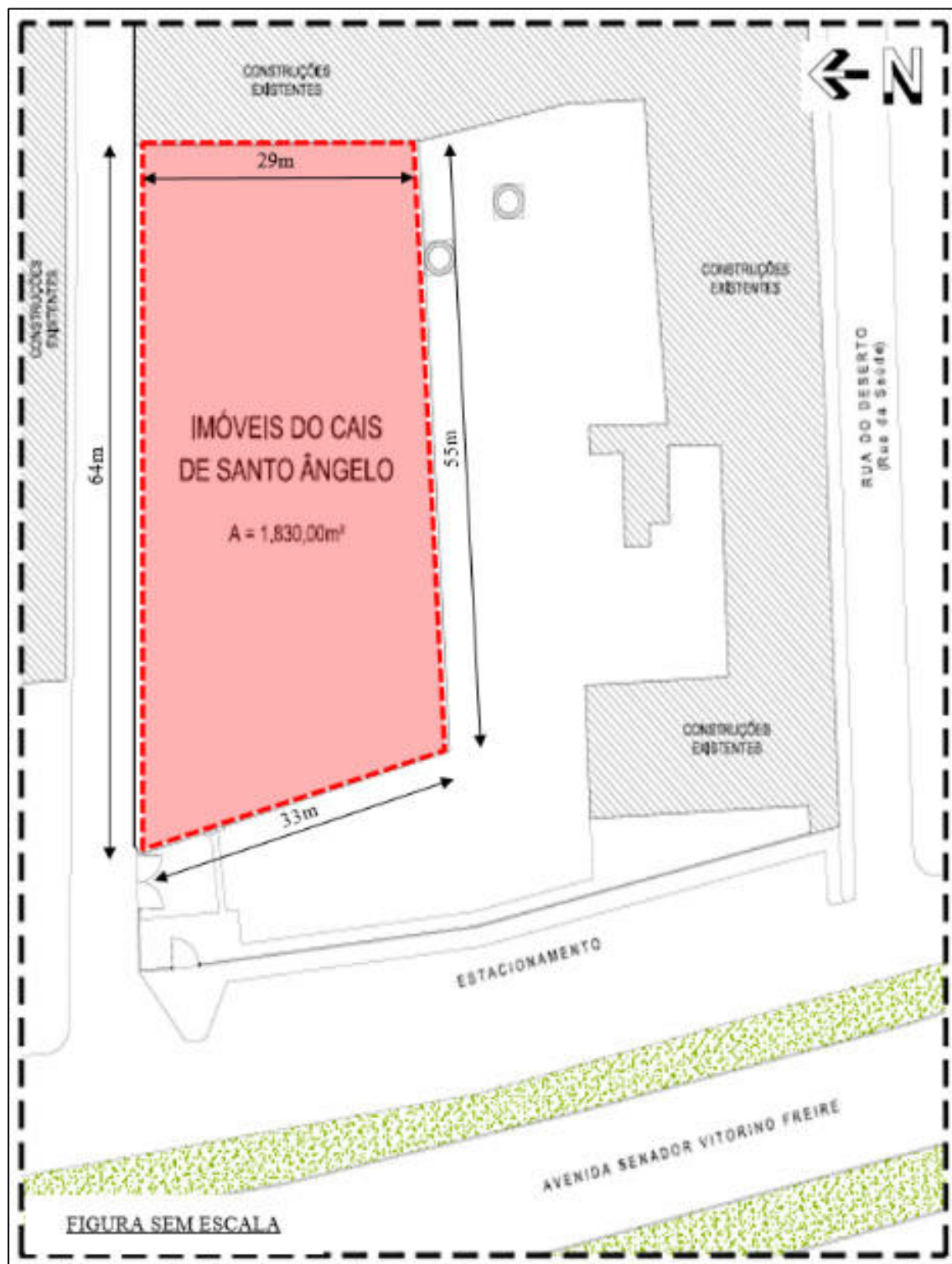


Figura 27: Implantação geral dos imóveis estudados no Projeto Aplicado

Fonte: Adaptação da Autora com dados cedidos por CAMPOS, Rodrigo Mendes (2015)

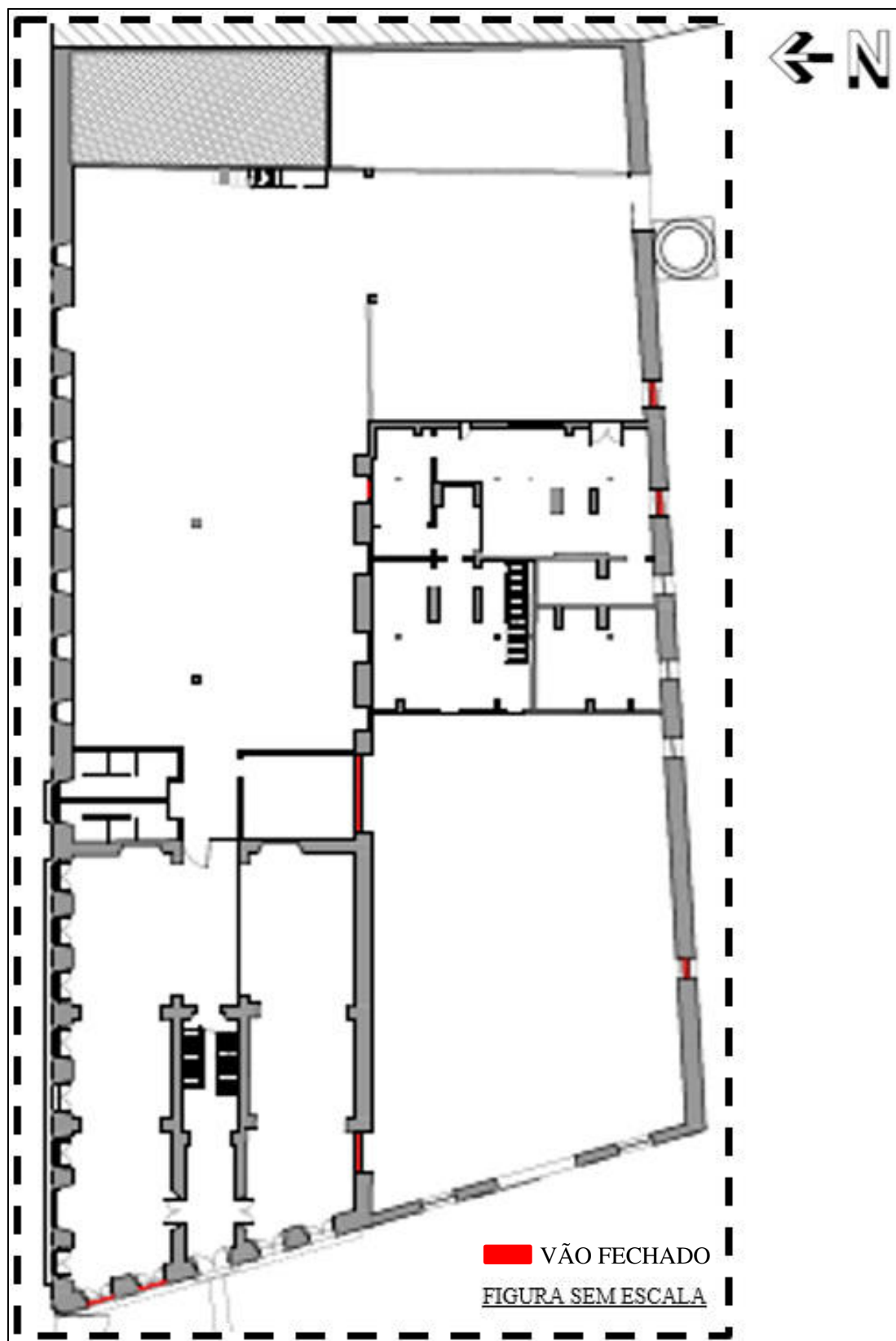


Figura 28: Planta geral do pavimento térreo

Fonte: Adaptação da Autora com dados cedidos por CAMPOS, Rodrigo Mendes (2015)

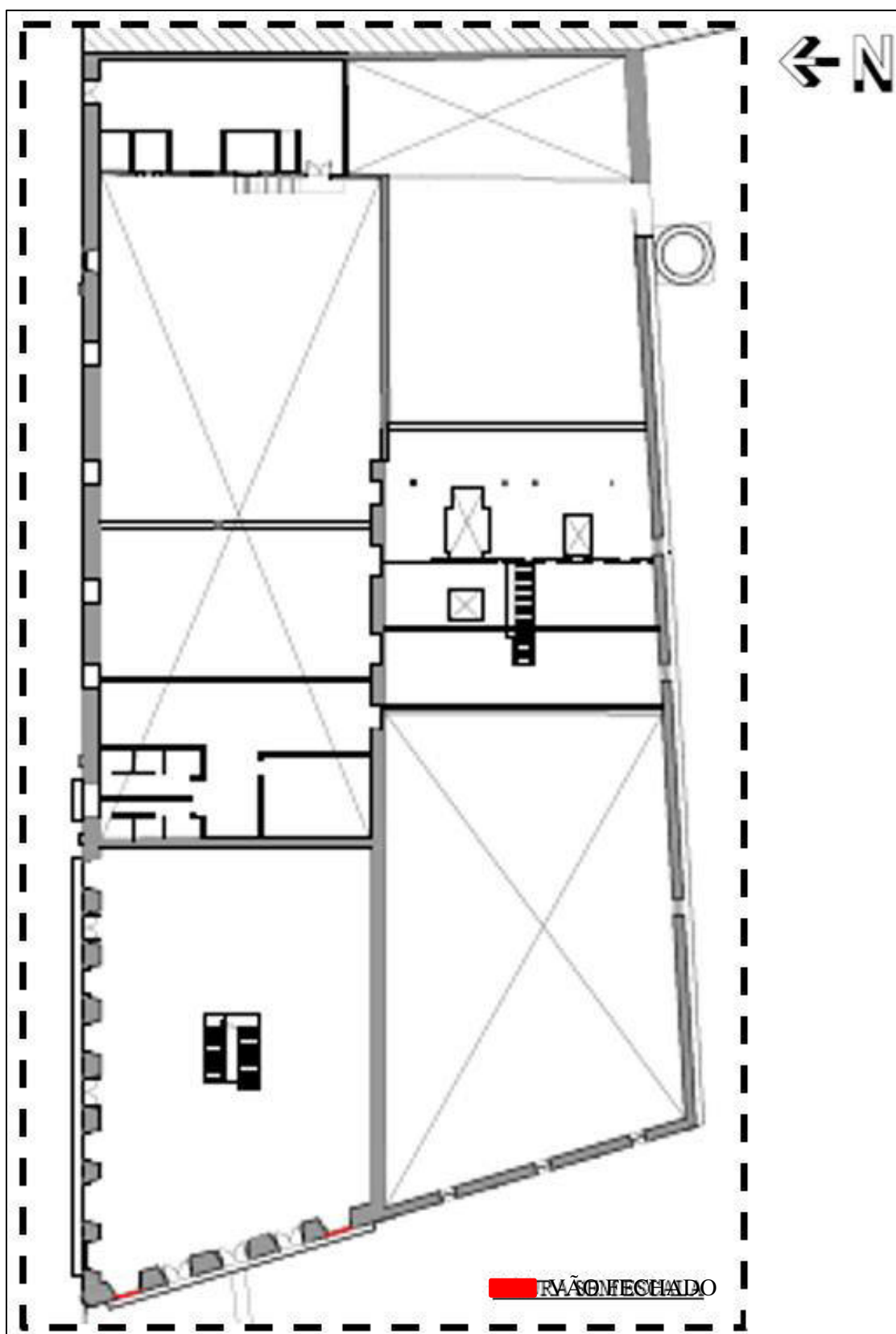


Figura 29: Planta geral do pavimento superior

Fonte: Adaptação da Autora com dados cedidos por CAMPOS, Rodrigo Mendes (2015)

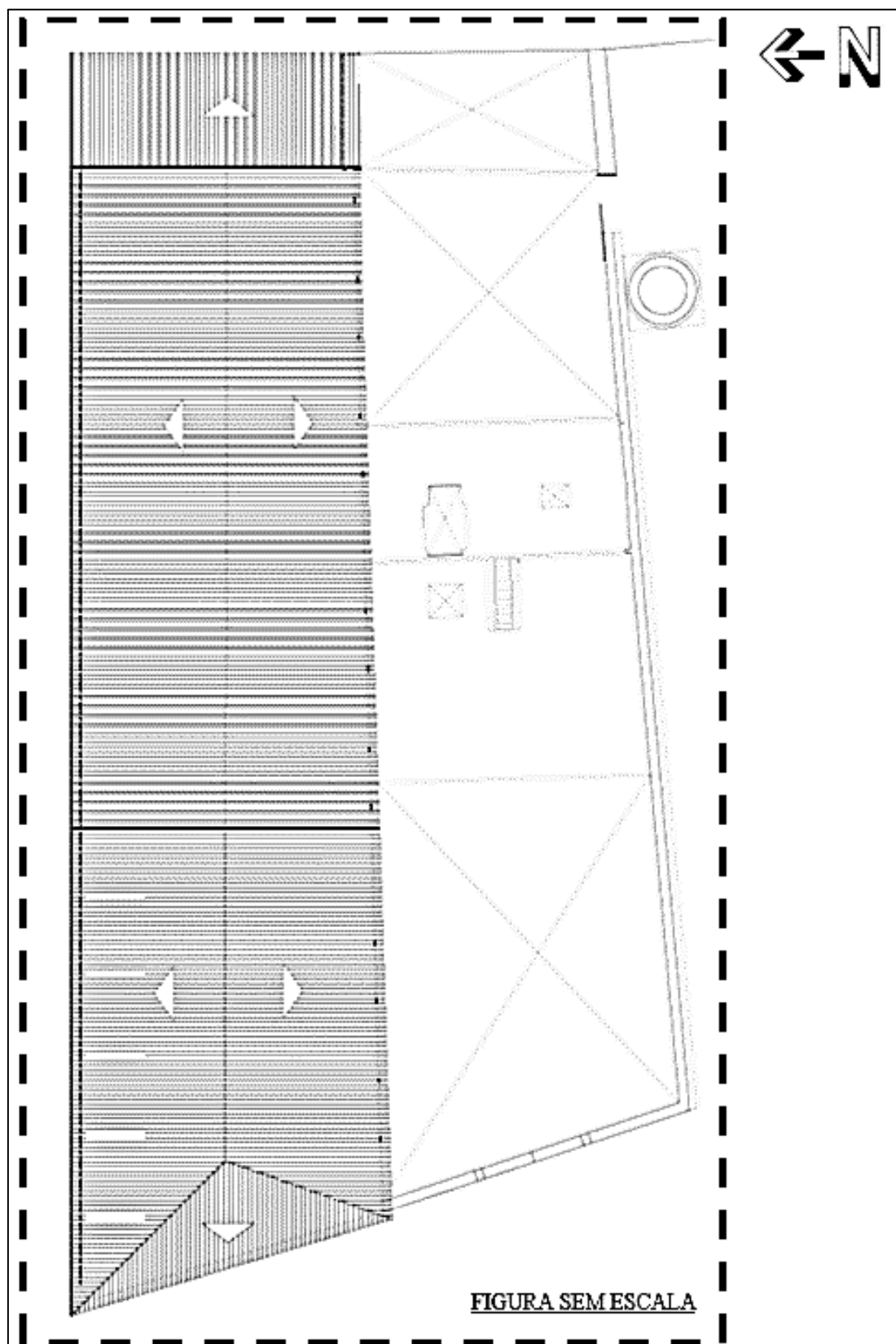


Figura 30: Planta geral da cobertura

Fonte: Adaptação da Autora com dados cedidos por CAMPOS, Rodrigo Mendes (2015)

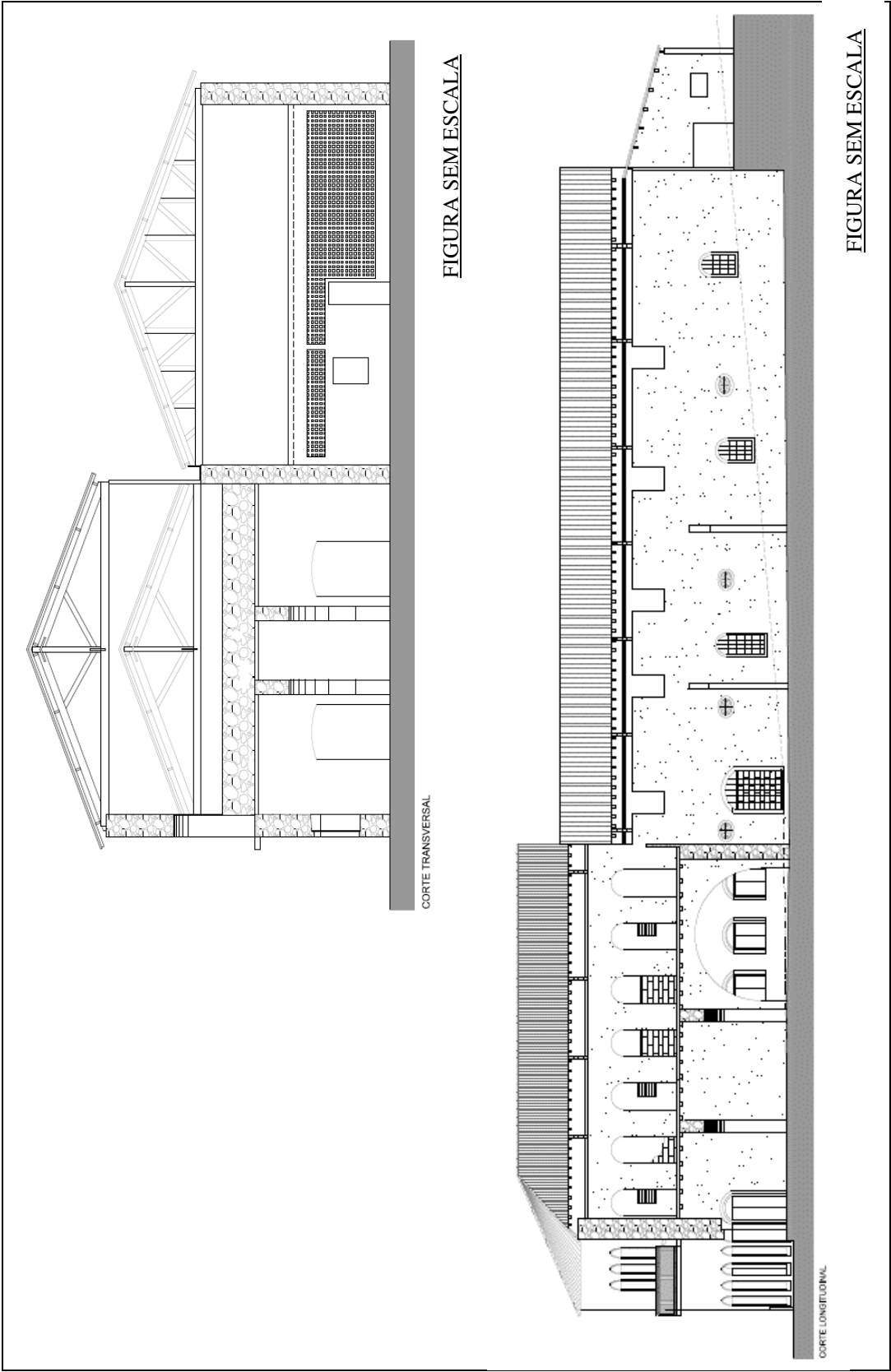


Figura 31: Cortes esquemáticos (transversal e longitudinal)
Fonte: Adaptação da Autora com dados cedidos por CAMPOS, Rodrigo Mendes (2015)

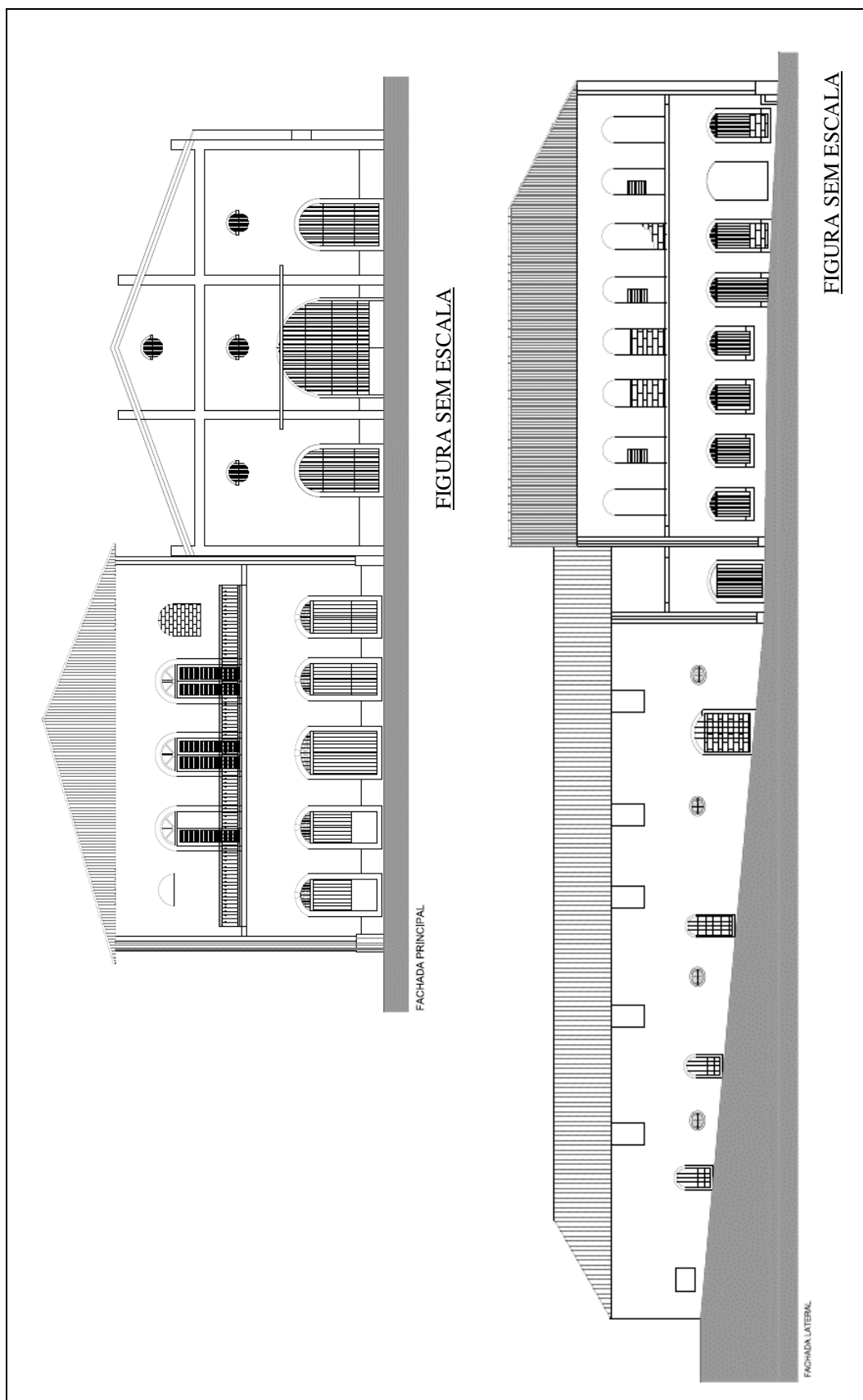


Figura 32: Fachadas esquemáticas (principal e lateral)
Fonte: Adaptação da Autora com dados cedidos por CAMPOS, Rodrigo Mendes (2015)

De acordo com a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de São Luís (Lei nº 3.253 / 1992), a área está inserida na ZPH, pertencendo ainda a área de tombamento federal e da Unesco. Os principais enquadramentos determinados por essa legislação municipal, de acordo com o Art.128, assim como as recomendações do documento elaborado em 1998 pelo Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID) e que devem ser obedecidos para projetos e obras²⁶ pertencentes a essa área são relacionados conforme quadro 10:

ITEM	DESCRIÇÃO
Hierarquia Viária	- Corredor Primário.
Afastamento Frontal (faixa “non aedificandi”)	- 30,00m (trinta metros) do eixo da via.
Categoria de Usos	- Instituições Diversificadas (Categoria Educação: Cursos de maturidade, Cursos preparatórios para escolas superiores, Ensino básico de 1º e 2º graus e Ensino técnico-profissional) OU - Regional (Categoria Educação: Faculdade / Universidade).
Taxa de Ocupação	- Limitada a 70% (setenta por cento) da área do lote. Algumas construções antigas possuem altas taxas de ocupação devido à falta de legislação a respeito de afastamentos, recuos e áreas livres mínimas.
Área Total Máxima de Edificação (ATME)	- Limitada a 320% (trezentos e vinte por cento) da área do lote.
Área Livre Mínima do Lote	- Limitada a 30% (trinta por cento).
Taxa de Impermeabilização	- Limitada a 80% (oitenta por cento) da área do lote.
Gabarito Máximo Permitido	- 12 (doze) pavimentos.
Pé Direito	- Mínimo permitido 2,80m (dois metros e oitenta centímetros).
Estacionamento	- 01 (uma) vaga para cada 75,00m ² de área construída (Categoria: Estabelecimento de Ensino).

Quadro 10: Enquadramentos legais para zona de proteção histórica (ZPH)

Fonte: Autoria Própria

²⁶ De acordo com Art. 69, da Lei nº 3.253 / 1992, que dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, uso e Ocupação do Solo Urbano e dá outras providências: “As obras públicas e particulares a serem realizadas na Zona de Preservação Histórica - ZPH, em suas respectivas áreas tombadas a nível Federal e Estadual, nos imóveis tombados isoladamente e no entorno destes, só poderão ser licenciadas após parecer prévio do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC-MA), Departamento do Patrimônio Histórico e Paisagístico do Maranhão e Prefeitura de São Luís”. (Disponível em: <http://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/>).

Além das Legislações citadas no decorrer do Projeto Aplicado, existe uma preocupação em manter o valor simbólico e características originais das edificações durante os processos das intervenções. No quadro 11 segue a listagem de outros dispositivos que devem ser observados e consultados para elaboração de projetos de intervenção em áreas pertencentes a Zonas Históricas.

ITEM	DESCRIÇÃO
Portaria nº 420 (22 de dezembro de 2010)	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.
Lei nº 3.252 (29 de dezembro de 1992)	Dispõe sobre a instituição do plano diretor do município de São Luís.
Lei nº 3.253 (29 de dezembro de 1992)	Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo do município de São Luís.
Lei nº 3.350 (15 de agosto de 1994)	Torna obrigatória a utilização de telhas de cerâmica nas construções, reformas, adaptações, ampliações de edificações prediais, realizadas dentro da zona de preservação histórica do município de São Luís.
NBR 15599 / 2008 (Acessibilidade)	Fornece diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de tecnologia assistiva ou outra que complemente necessidades individuais.
Lei nº 4052 (13 de março de 2002)	Define condições para instalação de polos geradores de tráfego, estabelecendo-lhes exigências; critérios para quantidade de vagas de carga e descarga, embarque e desembarque, bem como acessos para edificações em geral, adotando providências correlatas.

Quadro 11: Legislação vinculada à zona de proteção histórica (ZPH)

Fonte: Autoria Própria

b) Documentação Fotográfica

Esta documentação destina-se à uma melhor percepção das edificações estudadas quanto ao seu estado físico atual. Precedendo os registros fotográficos (quadro 12) - nomeados, datados e numerados - são apresentadas as plantas esquemáticas dos pavimentos com a identificação das edificações (Imóvel A – cor verde e Imóvel B – cor azul), a indicação do ponto de tomada e também o ângulo da foto numerada, conforme figuras 33 e 34.

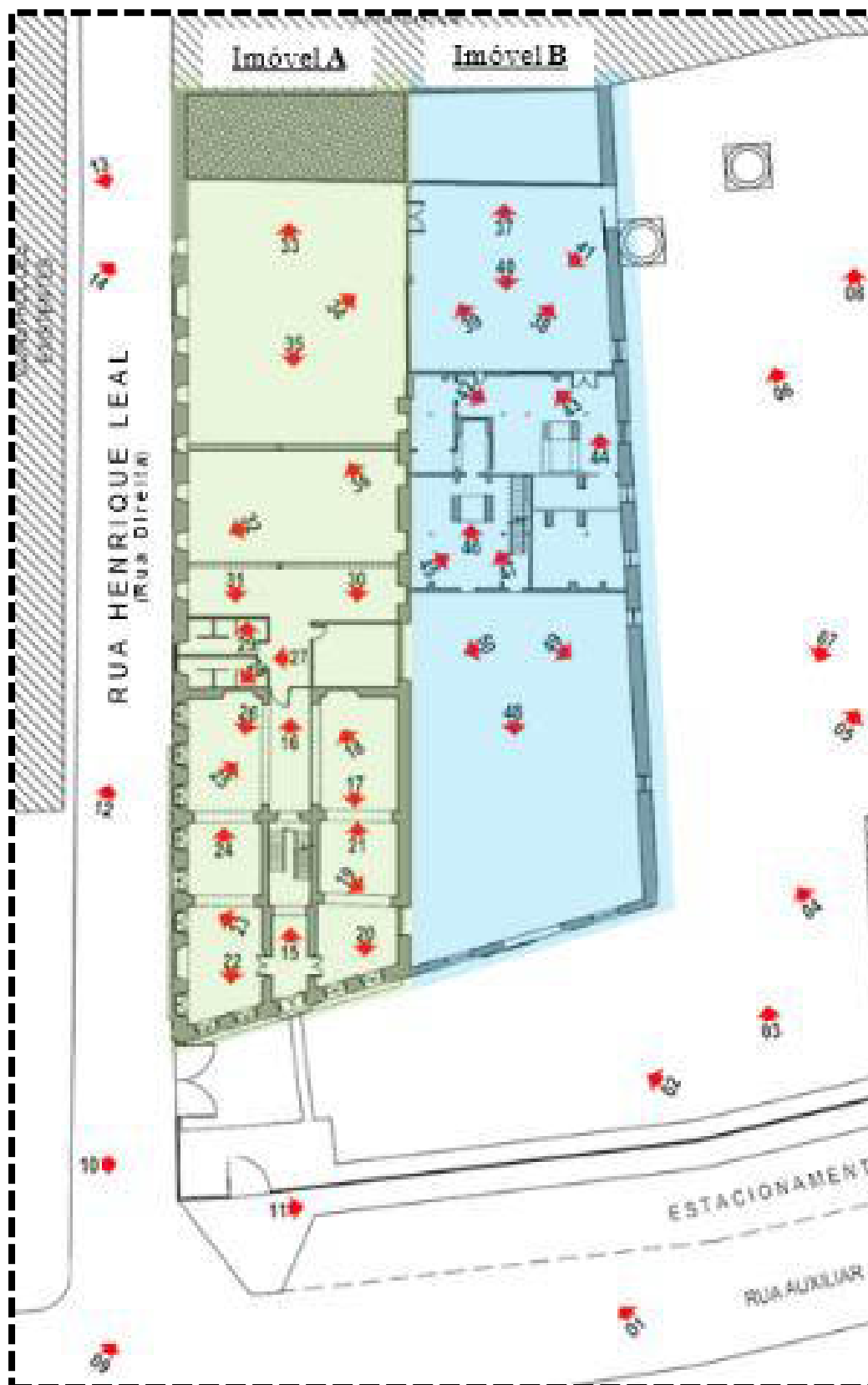


Figura 33: Indicação do ponto de tomada fotográfico no pavimento térreo

Fonte: Autoria Própria

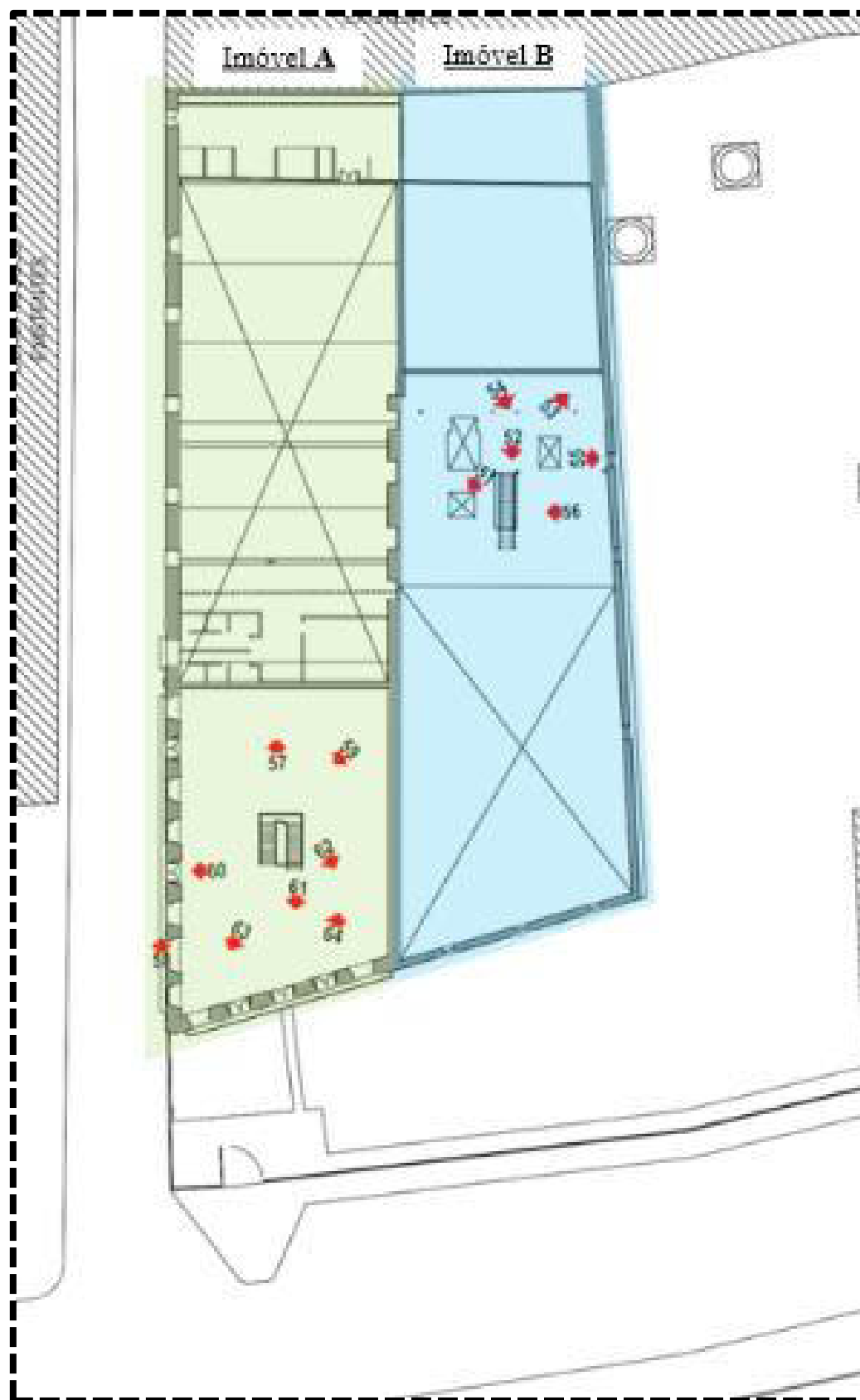


Figura 34: Indicação do ponto de tomada fotográfico no pavimento superior

Fonte: Autoria Própria



FOTO 01

- Fachada oeste voltada para Avenida Senador Vitorino Freire.
- Pintura a base d'água desgastada.
- Presença de vegetação na fachada.
- Fonte: Autoria Própria, 2017.



FOTO 02

- Fachada oeste voltada para Avenida Senador Vitorino Freire.
- Fechamento parcial e total de vão de portas.
- Imóvel A com balcão corrido em pedra lioz com guarnição do gradil de ferro envolvendo 05 (cinco) vãos de porta-janela entalada com arco pleno.
- Fonte: Danielle Magalhães, 2017.



FOTO 03

- Fachada oeste voltada para Avenida Senador Vitorino Freire.
- Chaminé em alvenaria de tijolos refratários com escada metálica tipo marinheiro para manutenção da chaminé.
- Fonte: Danielle Magalhães, 2017.



FOTO 04

- Fachada sul voltada para a Galeria Trápiche.
- Pintura a base d'água desgastada.
- Presença de vegetação na fachada.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 05

- Construções vizinhas e que dividem o mesmo terreno com os Galpões do Cais de Santo Ângelo.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 06

- Chaminé em alvenaria de tijolos refratários com escada metálica tipo marinheiro para manutenção da chaminé.
- Presença de vegetação na fachada.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 07

- Fachada sul voltada para a Galeria Trapiche.
- Ausência da cobertura.
- Presença de vegetação na fachada.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 08

- Construções vizinhas e que dividem o mesmo terreno com os Galpões do Cais de Santo Ângelo.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 09

- Pintura a base d'água desgastada.
- Presença de vegetação na fachada.
- Fechamento parcial e total de vão de portas.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

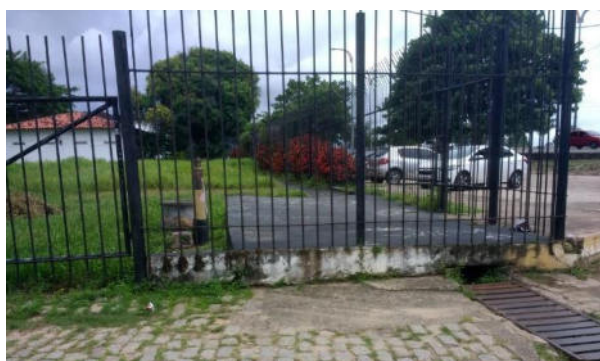


FOTO 10

- Presença de vegetação alta em toda área livre ao redor do imóvel.
- Falta de manutenção em muro metálico de fechamento da área.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 11

- Estacionamento invadindo a área do passeio público.
- Falta de manutenção em muro metálico de fechamento da área.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 12

- Fachada norte voltada para Rua do Desterro.
- Pintura a base d'água desgastada ou totalmente ausente.
- Trechos da fachada em processo de arruinamento.
- Vãos com ombreiras, pedra chave e arco abatido em cantaria de pedra lioz.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 13

- Fachada leste voltada para Rua do Desterro.
- Pintura está ausente e toda parte posterior do imóvel sem reboco.
- Vedação do vão original da porta com pedra.
- Cobertura em 02 (dois) níveis: parte frontal em telha de barro do tipo capa e canal e a parte posterior em telha de fibrocimento ondulada.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 14

- Fachada norte voltada para Rua do Desterro.
- Pintura está ausente e toda parte posterior do imóvel sem reboco e limo em alguns trechos.
- Vão de óculo oval transformado em janela (caixaria).
- Cobertura em telha de fibrocimento ondulada.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 15

- Vestíbulo central do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e acabamento em pintura.
- Piso (pavimento) de pedra do tipo lajeado.
- Vão de comunicação para a área da escada em arco pleno. Ao fundo escada em madeira de acesso ao 1º (primeiro) pavimento.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 16

- Parte final do vestíbulo central do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e acabamento em pintura.
- Piso (pavimento) cimentado e coberto de limo.
- Vão de comunicação para a área do galpão com verga reta e portão de ferro adaptado.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 17

- Cômulo do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e acabamento em pintura descascando.
- Piso (pavimento) cimentado com desenhos geométricos.
- Vão de comunicação entre os cômodos em arco pleno de tijolos maciços.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 18

- Cômulo do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e pintura preta em estado de conservação ruim.
- Piso (pavimento) cimentado com desenhos geométricos.
- Vão de comunicação entre os cômodos em arco pleno de tijolos maciços fechado com painel de madeira.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 19

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e acabamento em pintura descascando.
- Piso (pavimento) cimentado com desenhos geométricos.
- Vão de comunicação entre os cômodos em arco pleno de tijolos maciços e pilar de sustentação em pedra.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 20

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e acabamento em pintura descascando.
- Piso (pavimento) cimentado com desenhos geométricos.
- Porta-janela rasgada com 02 (duas) folhas de abrir em réguas de madeira. Laterais do vão chanfrados. Soleira em pedra de lioz.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 21

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e acabamento em pintura descascando.
- Piso (pavimento) cimentado com desenhos geométricos.
- Vão de comunicação entre os cômodos em arco pleno.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 22

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e pintura.
- Portas-janela rasgada com 02 (duas) folhas de abrir em réguas de madeira que foram parcialmente fechadas com tijolos cerâmicos. Laterais do vão chanfrados.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 23

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e pintura.
- Piso (pavimento) cimentado liso.
- Portas-janela rasgada foram lacradas por painéis de madeira.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

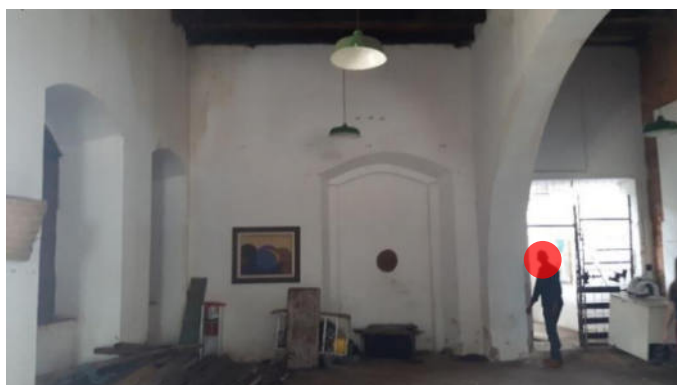


FOTO 24

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e pintura.
- Piso (pavimento) cimentado liso.
- Portas-janela rasgada foram fechados por tijolo cerâmico.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 25

- Cômodo do Imóvel A.
- Piso (pavimento) cimentado liso.
- Portas-janela rasgada foram fechados por tijolo cerâmico.
- Vão de comunicação entre os cômodos em arco pleno.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 26

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede com revestimento em argamassa e pintura.
- Piso (pavimento) cimentado liso.
- Portas-janela rasgada foram fechados por tijolo cerâmico.
- Vão de comunicação entre os cômodos em arco pleno.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 27

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede e piso (pavimento) com revestimento cerâmico branco e rejunte preto.
- Cômodo sem porta de entrada.
- Porta-janela rasgada da fachada foi fechada por tijolo cerâmico.
- Forro de PVC (policloreto de vinil) em régua completamente destruído.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 28

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede e piso (pavimento) com revestimento cerâmico branco e rejunte preto.
- Cômodo sem porta de entrada.
- Divisórias dos boxes retiradas e acessórios sanitários quebrados.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 29

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede de pedra exposta na transição da 1ª (primeira) parte do imóvel para a área do galpão.
- Lateral da parede do galpão com limo devido problemas de infiltração pelo telhado.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 30

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede e piso (pavimento) com revestimento cerâmico branco e rejunte preto.
- Caixa d'água de polietileno sustentada por estrado de madeira sobre um trecho do banheiro (casa de banho).
- Porta-janela rasgada da fachada foi fechada por tijolo cerâmico.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 31

- Cômodo do Imóvel A.
- Viga de sustentação de um possível pavimento superior que existiu em toda área do galpão.
- Parede com revestimento em argamassa e pintura.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 32

- Cômodo do Imóvel A.
- Lateral da parede do galpão com limo devido problemas de infiltração pelo telhado.
- Área utilizada como depósito de móveis quebrados.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 33

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede do fundo do galpão em tijolo cerâmico e reboco com limo devido problemas de infiltração.
- Cobertura em telha de fibrocimento ondulada.
- Área utilizada como depósito de resíduo de obras.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 34

- Cômodo do Imóvel A.
- Parede do fundo do galpão em tijolo cerâmico e reboco com limo devido problemas de infiltração.
- Cobertura em telha de fibrocimento ondulada.
- Presença de vegetação na fachada.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 35

- Cômodo do Imóvel A.
- Viga de sustentação de um possível pavimento superior que existiu em toda área do galpão.
- Área utilizada como oficina.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

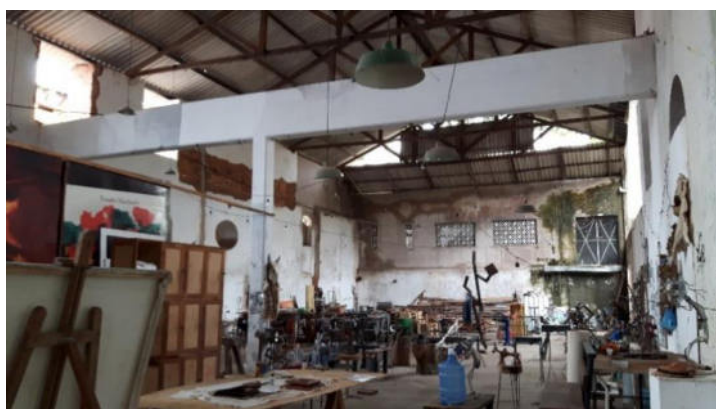


FOTO 36

- Cômodo do Imóvel A.
- Cobertura em telha de fibrocimento ondulada.
- Parede com revestimento em argamassa e pintura.
- Área utilizada como oficina.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 37

- Cômodo do Imóvel B.
- Parede de tijolo maciço de área de jardim parcialmente em ruínas.
- Parede da lateral do galpão em com limo devido problemas de infiltração.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 38

- Cômodo do Imóvel B.
- Parede da lateral da área livre com limo devido problemas de infiltração.
- Presença de vegetação na fachada.
- Vão com verga reta e portão de correr em grade de ferro.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 39

- Cômodo do Imóvel B.
- Parede da lateral do galpão em com limo devido problemas de infiltração.
- Porta em chapa metálica improvisada na parede lateral do galpão.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 40

- Cômodo do Imóvel B.
- Parede com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Vãos com esquadrias de ferro completamente deterioradas.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 41

- Cômodo do Imóvel B.
- Paredes com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Presença de vegetação na fachada e no piso (pavimento).
- Vãos com esquadrias de ferro completamente deterioradas.
- Área utilizada como depósito de resíduo de obras.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 42

- Cômodo do Imóvel B.
- Paredes e laje com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Piso (pavimento) cimentado liso.
- Área utilizada como depósito de lixo.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

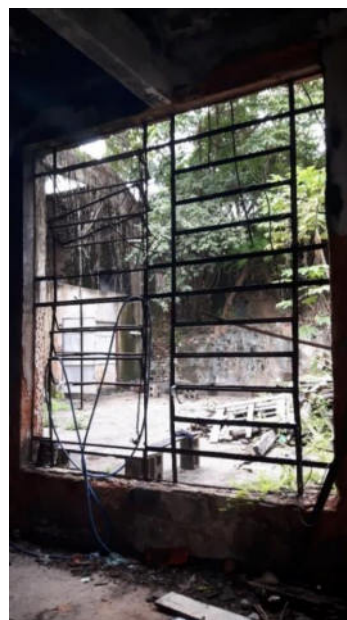


FOTO 43

- Cômodo do Imóvel B.
- Paredes com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Vãos com esquadrias de ferro completamente deterioradas.
- Área recoberta de lixo, excrementos de animais e de humanos.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 44

- Cômodo do Imóvel B.
- Vigas com ferragem exposta.
- Piso (pavimento) cimentado liso.
- Área utilizada como depósito de lixo.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 45

- Cômodo do Imóvel B.
- Escada de madeira faltando alguns degraus. Escada de concreto (betão) com estrutura cheia de fissuras por causa de infiltrações.
- Piso (pavimento) cimentado coberto de limo.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 46

- Cômodo do Imóvel B.
- Paredes e laje com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Piso (pavimento) cimentado liso.
- Área utilizada como depósito de lixo.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 47

- Cômodo do Imóvel B.
- Paredes e laje com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Laje com ferragem exposta.
- Área utilizada como depósito de lixo.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 48

- Cômodo do Imóvel B.
- Paredes com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Fachada com frontão triangular, 04 (quatro) óculos com grade de ferro e 03 (três) vãos de porta com arco pleno fechados com grade de ferro.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 49

- Cômodo do Imóvel B.
- Parede lateral com pintura desgastada.
- Ausência de cobertura.
- Vãos com esquadrias de ferro completamente deterioradas.
- Presença de vegetação na fachada e no piso (pavimento).
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 50

- Cômodo do Imóvel B.
- Paredes com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Vão em arco pleno fechado com parede de tijolo cerâmico.
- Portão de correr em grade de ferro.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 51

- Cômodo do Imóvel B.
- Paredes com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Vãos com esquadrias de ferro completamente deterioradas.
- Presença de vegetação no piso (pavimento).
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 52

- Cômodo do Imóvel B.
- Resíduos das peças do madeiramento e telhas da cobertura que estão espalhadas pela laje.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 53

- Cômodo do Imóvel B.
- Vão com esquadria de ferro completamente deterioradas.
- Presença de vegetação na parede e no piso (pavimento).
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 54

- Cômodo do Imóvel B.
- Paredes lateral com pintura desgastada.
- Laje com vazios protegidos por peças de madeira.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 55

- Cômodo do Imóvel B.
- Vão com esquadria de ferro completamente deterioradas.
- Presença de vegetação na parede e na esquadria.
- Paredes lateral com pintura desgastada e partes sem reboco.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 56

- Cômodo do Imóvel B.
- Resíduos das peças do madeiramento e telhas da cobertura que estão espalhadas pela laje.
- Vãos de janelas (caixarias) com arco pleno.
- Paredes com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 57

- Cômodo do Imóvel A.
- Viga de sustentação de um possível pavimento superior que existiu em toda área do galpão.
- Área do galpão com cobertura rebaixada em com telha de fibrocimento ondulada.
- Área utilizada como oficina.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 58

- Cômodo do Imóvel A.
- Lateral do imóvel com balcão corrido em pedra lioz sem a guarnição do gradil de ferro envolvendo 08 (oito) vãos de porta-janela entalada com arco pleno.
- Presença de vegetação na parede.
- Parede com pintura desgastada e com limo devido problemas de infiltração.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

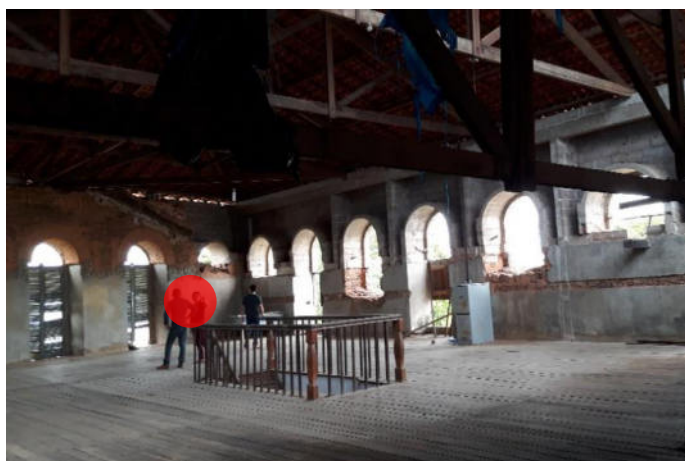


FOTO 59

- Cômodo do Imóvel A.
- Mezanino com piso (pavimento) em tabuado corrido de madeira. Remoção total de rodapé.
- Escada de madeira localizada no meio do mezanino, com guarda-corpo em madeira torneado.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 60

- Cômodo do Imóvel A.
- Mezanino com piso (pavimento) em tabuado corrido de madeira. Remoção total de rodapé.
- Parede sem pintura e com limo devido problemas de infiltração.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



FOTO 61

- Cômodo do Imóvel A.
- Porta-janela rasgada com 02 (duas) folhas de abrir em réguas de madeira. Soleira em pedra de lioz.
- Parede de pedra sem pinturas e com trechos descascados por causa de prospecções realizadas com o objetivo de identificar possíveis vestígios de sua estruturação original.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 62

- Cômodo do Imóvel A.
- Cobertura em 03 (três) águas com telhas do tipo capa e canal sobre esqueleto e tesouras de madeira executados recentemente.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 63

- Cômodo do Imóvel A.
- Reconstrução total da estrutura do telhado e elevação do pé direito do mezanino.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



FOTO 64

- Cômodo do Imóvel A.
- Cobertura em 03 (três) águas com telhas do tipo capa e canal.
- Parede sem pintura e com limo devido problemas de infiltração.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 12: Descrição geral e fotos dos ambientes em 2018 (conclusão)

Fonte: Autoria Própria





c) Elementos Artísticos Integrados

Esta documentação (quadro 13) destina-se à uma melhor noção dos detalhes e elementos que integram as edificações estudadas, assim como a sua localização, especificação e prévios diagnósticos do estado de conservação (bom, regular e péssimo) e condições de segurança (boa, razoável e ruim).

	<p>OMBREIRAS, PEDRA CHAVE E ARCO ABATIDO</p> <ul style="list-style-type: none">– Local: Fachada norte voltada para Rua do Desterro.– Material: em cantaria de pedra lioz.– Estado de Conservação: Regular.– Condição de Segurança: Boa.– Fonte: Aatoria Própria, 2018.
	<p>SOLEIRA</p> <ul style="list-style-type: none">– Local: Fachada oeste voltada para Avenida Senador Vitorino Freire.– Material: pedra lioz com borda arredondada.– Estado de Conservação: Regular.– Condição de Segurança: Razoável.– Fonte: Aatoria Própria, 2018.
	<p>BANDEIRA</p> <ul style="list-style-type: none">– Local: Fachada oeste voltada para Avenida Senador Vitorino Freire.– Material: bandeira entalada em arco pleno em ferro forjado.– Estado de Conservação: Regular.– Condição de Segurança: Razoável.– Fonte: Aatoria Própria, 2018.
	<p>PISO (PAVIMENTO)</p> <ul style="list-style-type: none">– Local: Vestíbulo central do Imóvel A.– Material: piso (pavimento) do tipo lajeado formado por placas de pedra em forma irregular sobre argamassa de barro e cal.– Estado de Conservação: Regular.– Condição de Segurança: Boa.– Fonte: Aatoria Própria, 2018.

Quadro 13: Descrição geral e fotos dos elementos artísticos em 2018 (continua)

Fonte: Aatoria Própria

	<p>PORTA</p> <ul style="list-style-type: none">– Local: Fachada oeste voltada para Avenida Senador Vitorino Freire.– Material: porta com 02 (duas) folhas de réguas de madeira e fechadura em ferro forjado.– Estado de Conservação: Regular.– Condição de Segurança: Boa.– Fonte: Autoria Própria, 2018.
	<p>ÓCULO / GRADE</p> <ul style="list-style-type: none">– Local: Fachada norte voltada para Rua do Desterro.– Material: óculo oval em ferro forjado e cercadura em alto relevo em alvenaria pintada.– Estado de Conservação: Regular.– Condição de Segurança: Boa.– Fonte: Autoria Própria, 2018.
	<p>BALCÃO / GRADIL</p> <ul style="list-style-type: none">– Local: Fachada oeste voltada para Avenida Senador Vitorino Freire.– Material: balcão em formato retangular em pedra lioz, gradil em ferro forjado pintado.– Estado de Conservação: Péssimo.– Condição de Segurança: Ruim.– Fonte: Autoria Própria, 2018.
	<p>ESCADARIA</p> <ul style="list-style-type: none">– Local: Vestíbulo central do Imóvel A.– Material: escadaria em 02 (dois) lances em madeira possuindo guarda-corpo com balaustrada e corrimão abaulados e frisados em madeira.– Estado de Conservação: Péssimo.– Condição de Segurança: Ruim.– Fonte: Autoria Própria, 2018.

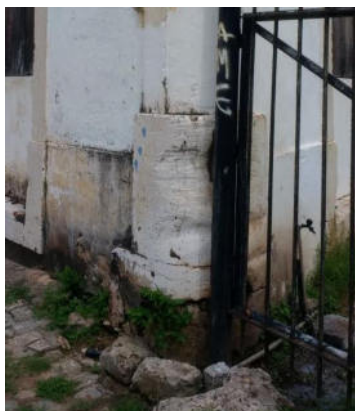
Quadro 13: Descrição geral e fotos dos elementos artísticos em 2018 (continua)

Fonte: Autoria Própria



ALVENARIA

- Local: Patamar escada do vestíbulo central do Imóvel A.
- Material: alvenaria em taipa de pilão²⁷.
- Estado de Conservação: Regular.
- Condição de Segurança: Razoável.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



CUNHAL

- Local: Esquina da fachada voltada para a Avenida Senador Vitorino Freire e fachada norte voltada para Rua do Desterro.
- Material: cunhal em pedra de cantaria lavrada.
- Estado de Conservação: Regular.
- Condição de Segurança: Razoável.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



BARROTEAMENTO

- Local: Cômodo do Imóvel A.
- Material: barrotes aparente em madeira de lei e fechamento em tábuas corrida (assoalho) em madeira.
- Estado de Conservação: Péssimo.
- Condição de Segurança: Ruim.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.



ARCO PLENO ESTRUTURAL

- Local: Cômodo do Imóvel A.
- Material: arco em tijolo maciço e fechamento superior em pedra argamassada.
- Estado de Conservação: Regular.
- Condição de Segurança: Razoável.
- Fonte: Autoria Própria, 2018.

Quadro 13: Descrição geral e fotos dos elementos artísticos em 2018 (conclusão)

Fonte: Autoria Própria

²⁷ A taipa de pilão é uma técnica construtiva que consiste em comprimir a terra em formas de madeira, denominada de taipais, onde o barro é compacto horizontalmente disposto em camadas de aproximadamente quinze centímetros de altura até atingir a densidade ideal, criando assim uma estrutura resistente e durável. (ZOROWICH, Ana Clara. Taipa de Pilão. Disponível em: <http://www.ecoeficientes.com.br/taipa-de-pilao/>).

4.2.3 Análise Tipológica

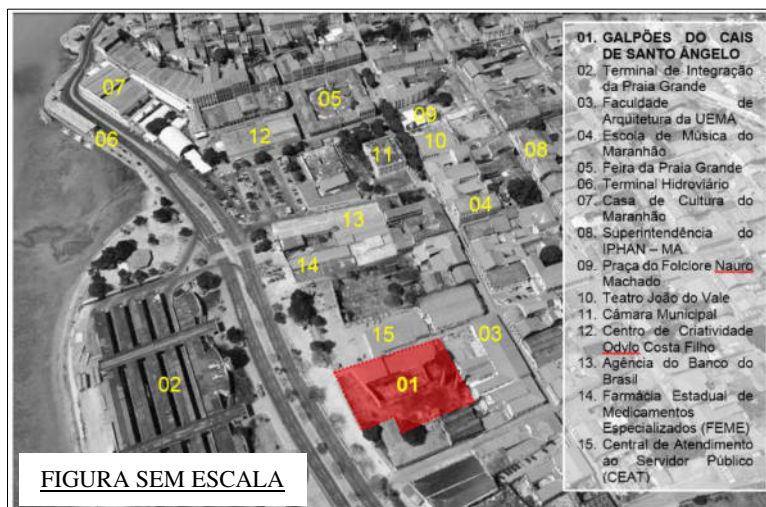


FIGURA SEM ESCALA

Figura 35: Mapa de localização dos imóveis

Fonte: Adaptação da Autora com imagem do Google Maps (2018)

Os Galpões do Cais de Santo Ângelo estão implantados na região mais antiga da cidade de São Luís, localizados próximos às edificações de forte importância cultural e histórica da cidade, conforme indicações da figura 35. O imóvel possui partido retangular, com fachada Oeste voltada para a Avenida Vitorino Freire com aproximadamente 33 (trinta e três) metros, a fachada Norte voltada para a Rua Henrique Leal (também denominada Rua Direita) com aproximadamente 64 (sessenta e quatro) metros, a fachada Leste localiza-se na divisa com o lote vizinho, possuindo aproximadamente 29 (vinte e nove) metros e a fachada Sul que está voltada para a Galeria Trapiche com quem divide o mesmo lote e Rua do Deserto (também denominada Rua da Saúde), com aproximadamente 55 (cinquenta e cinco) metros (figura 36).



FIGURA SEM ESCALA

Figura 36: Implantação dos imóveis

Fonte: Adaptação da Autora com imagem do Google Maps (2018)

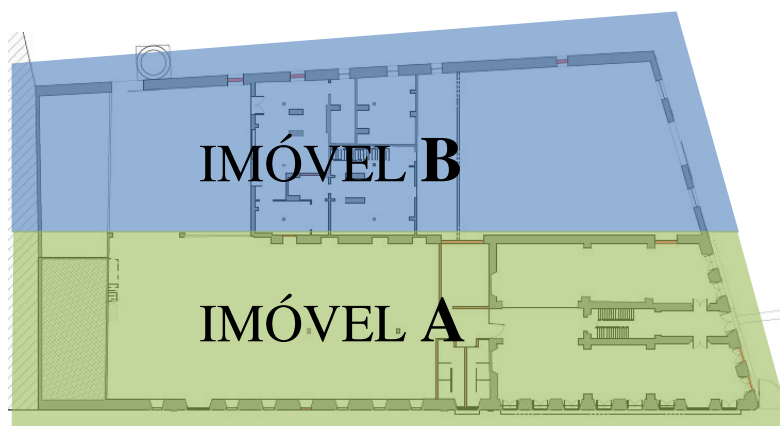


Figura 37: Identificação de cada imóvel

Fonte: Autoria Própria

A planta do Imóvel A (adjacente à Rua Henrique Leal ou Rua Direita), assim como a sua setorização e materiais construtivos seguem os padrões da arquitetura colonial portuguesa. Observa-se também a disposição central da porta de entrada principal na fachada menor (principal) de acordo com o estilo colonial. A fachada apresenta disposição axial das janelas (caixarias) no pavimento térreo (rés-do-chão), totalizando 04 (quatro) vãos, sendo que 02 (duas) estão parcialmente fechadas com alvenaria. Já no pavimento superior existem 05 (cinco) vãos de portas que se abrem para um balcão em pedra de cantaria, sendo que 02 (duas) estão quase completamente vedadas. Na fachada lateral (Rua Henrique Leal ou Rua Direita), o pavimento térreo (rés-do-chão) também apresenta 06 (seis) portas de acesso utilizadas no passado possivelmente para serviços ou para atividades ligadas ao comércio, onde 04 (quatro) estão parciais ou completamente vedadas. Ainda no mesmo nível dessa fachada podem ser vistas ainda um conjunto de mais 04 (quatro) janelas (caixarias) e 07 (sete) óculos, que estão quase completamente descaracterizados.

No pavimento superior as antigas inapropriadas intervenções expõem as péssimas condições as quais o imóvel está submetido. Na primeira parte do imóvel existem 08 (oito) vãos – sem as portas - que se abrem para um balcão em pedra de cantaria – o gradil em ferro fundido e parapeito em madeira foi retirado -, sendo que todas foram reconstituídas em blocos de concreto (betão) após o regresso da antiga e correta configuração da cobertura. Os demais vãos de portas foram cortados ao meio - estas apresentam métrica e ritmo com os óculos do térreo (rés-do-chão) - na época em que houve o rebaixo desse trecho do prédio e ainda não tiveram a sua estrutura recomposta.

As espessas paredes dessas 02 (duas) fachadas, assim como outras partes estruturais do imóvel são feitas de pedra argamassada. Algumas paredes apresentam necessidade de reparos estruturais devido à presença de fissuras, à exceção daquelas situadas na primeira parte do imóvel, as quais estão em bom estado de conservação.

O barroteamento (vigas para sustentar tábuas, soalho, ripado) e tabuado de madeira (piso do pavimento superior) também estão em bom estado de conservação na primeira parte do imóvel, sendo que o restante encontra-se bastante danificado por causa das infiltrações, com proliferação de fungos e mofos. Com relação ao piso (pavimento) conforme figura 38, existem 04 (quatro) tipos no imóvel, estando todos num grau de conservação considerado regular, contudo, existem indícios de que esses não representam as características dos originais.

A escada do vestíbulo de entrada dá acesso ao pavimento superior e apresenta uma tipologia arquitetônica característica dos sobrados de estilo colonial, devido a sua localização estreita, com degraus curtos e espelhos altos, toda de madeira, inclusive todas as peças que compõem o guarda-corpo.



Figura 38: Tipos de pisos (pavimentos) encontrados nos imóveis em 2018



Fonte: Autoria Própria

Internamente os ambientes são amplos, comunicam-se diretamente através de enormes vão em arcos plenos. Nos fundos desse imóvel existe uma construção que notadamente tem configuração mais recente, devido as suas características arquitetônicas que se diferenciam da parte anterior do edifício. Supõem-se que tal anexo não existia anteriormente e que se tratava de um espaço livre (reco de fundo). Porém, em dado momento, no entremeio das diversas reformas que o imóvel sofreu, este trecho teria sido incorporado ao restante da construção.

O Imóvel B possui características mais heterogêneas, com presença de traços antigos representados pelo frontão na fachada principal e paredes perimetrais mais largas confeccionadas com pedra argamassada e a incorporação de materiais mais contemporâneos, como a utilização de alvenaria de tijolo comum e lajes em concreto (betão) armado.

A ausência completa de cobertura nesse volume construído é a causa de grande parte da sua deterioração e ruína, com a presença de muita vegetação nociva em toda a estrutura, assim como o estrago e inutilização de quase todo o piso (pavimento) existente como visto nas figuras

39 e 40. Na construção térrea, inserida dentro desse volume construído, as condições estruturais estão precárias, com toda a laje de cobertura em concreto (betão) com as ferragens da estrutura expostas em processo acelerado de oxidação e destacamento de várias partes do reboco. As paredes internas dessa construção apresentam bastante umidade, ocasionando diversas patologias. A escada de concreto (betão) de acesso ao mezanino está tecnicamente condenada (conforme laudos dos técnicos da Prefeitura e São Luís) e deve ser reconstruída nos mesmos padrões e obedecendo as referências arquitetônicas.

2015	2018
 <p><i>Figura 39: Cobertura do imóvel B em processo de desmoronamento</i> Fonte: CAMPOS, Rodrigo Mendes (2015)</p>	 <p><i>Figura 40: Cobertura do imóvel B completamente destruída</i> Fonte: Autoria Própria (2018)</p>

A fachada menor (principal) possui 03 (três) vãos de porta e 04 (quatro) óculos, numa estrutura bem simples sem muitos ornamentos e sendo arrematada por um grande frontão, elemento que aparece de forma constante nas construções de armazéns industriais do século XIX no Brasil. Os poucos vãos de janelas (caixarias) existentes estão distribuídos de forma aleatória na fachada norte (voltada para Rua do Deserto ou Rua da Saúde) e juntamente com outras peças que compõem a construção interna encontram-se destruídas e vedadas.

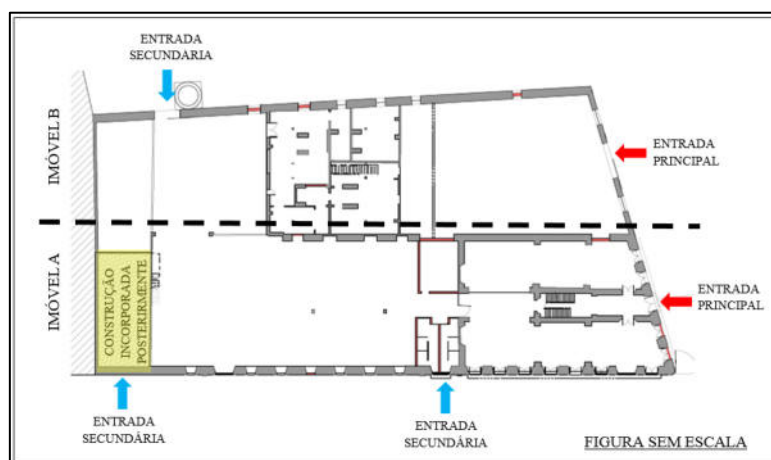


Figura 41: Marcação dos acessos dos imóveis

Fonte: Autoria Própria

Outro ponto a ser destacado nos 02 (dois) imóveis é a inexistência de instalações sanitárias na estrutura mais antiga, visto que os sanitários existentes foram adaptados em uma das entradas secundárias do Imóvel A, de forma precária em reformas mais recentes (figura 41).

No que se refere à prévia análise dos materiais e sistemas construtivos (figura 42) utilizados nos Galpões do Cais de Santo Ângelo e baseado nos elementos e tipologias construtivas das edificações do período, temos:

- a) Alicerces em alvenaria argamassada (1).
- b) Paredes Estruturais em alvenaria de pedra argamassada, com acabamento em argamassa lisa de areia e cal (2).
- c) Enquadramento em alvenaria de pedra argamassada e cunhal em pedra de cantaria aparelhada (3).
- d) Vedações dos vãos de portas e janelas (caixarias) são em esquadria de madeira e guarnecidas por bandeiras fixas em ferro fundido (4) no pavimento térreo (rés-do-chão) e em vidro liso (5) no pavimento superior.
- e) Acabamento dos vãos das janelas (caixarias) e portas são guarnecidos de arcos plenos construídos em tijolos cerâmicos maciço, com acabamento externo em pedra de lioz (6) no pavimento térreo (rés-do-chão) e ressalto no reboco (7) no pavimento superior.
- f) Entelhamento original em telhas cerâmicas coloniais (8) e telha de fibrocimento ondulada (9), ambas sobre engradamento (estrutura de tesouras, caibros e ripas) em madeira.



















Figura 42: Materiais e sistemas construtivos utilizados nos imóveis em 2018

Fonte: Autoria Própria

4.3 DIAGNÓSTICO

4.3.1 Mapeamento dos Danos

O Mapeamento dos Danos é uma documentação que visa classificar as patologias, através de diagnósticos prévios dos Galpões dos Cais de Santo Ângelo. A apresentação é efetuada por representação gráfica do levantamento físico do imóvel, no qual são ilustradas por sobreposição de imagens os danos e modificações existentes (figuras 43 a 48). Também foi elaborada uma listagem com a classificação das patologias mais recorrentes (quadro 14), que foram detectadas de forma preliminar. A seguir tem-se a tabela com a classificação dos danos, bem como as representações gráficas do levantamento físico dos imóveis.

<u>CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS</u>	
	Recuperação estrutural das chaminés
	Vegetação
	Calçamento danificado e com vegetação
	Revestimento Inadequado
	Alvenaria danificada, com umidade e vegetação
	Lixo e entulho sobre o piso (pavimento)
	Escada de madeira com instabilidade estrutural
	Piso (pavimento) de madeira danificado e com manchas
	Laje com ferragem aparente
	Forro em estado de degradação devido a umidade
	Gradil inexistente
	Piso (pavimento) cimentado danificado
	Cobertura inexistente
	Cobertura com telhas corridas ou quebradas
	Cobertura Inadequada com telhas quebradas
	Vãos de janelas (caixarias) e portas com vedação

Quadro 14: Classificação dos danos encontrados nos imóveis em 2018

Fonte: Autoria Própria

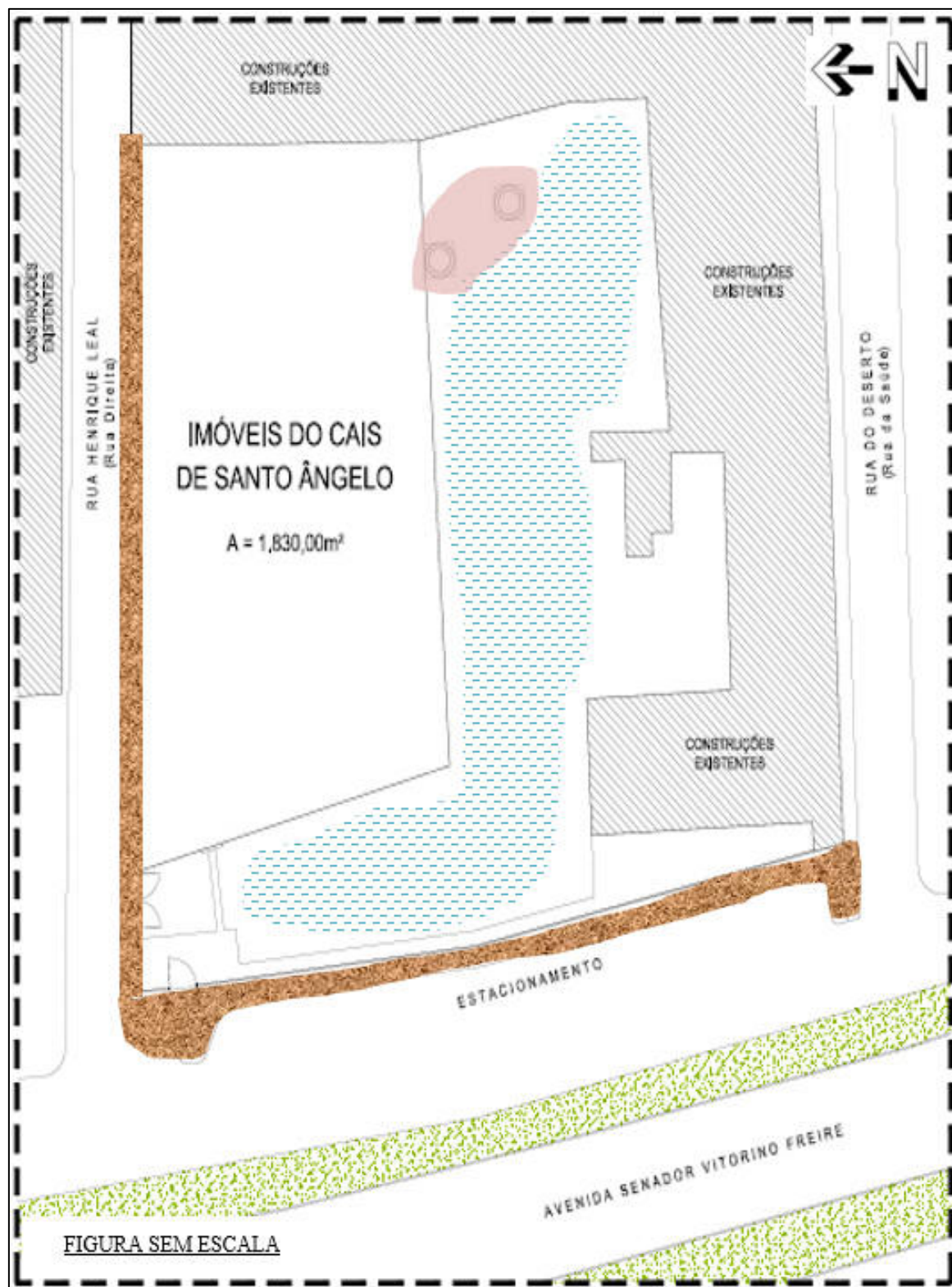


Figura 43: Indicação dos danos encontrados em 2018 na implantação geral

Fonte: Autoria Própria



Fonte: Autoria Própria

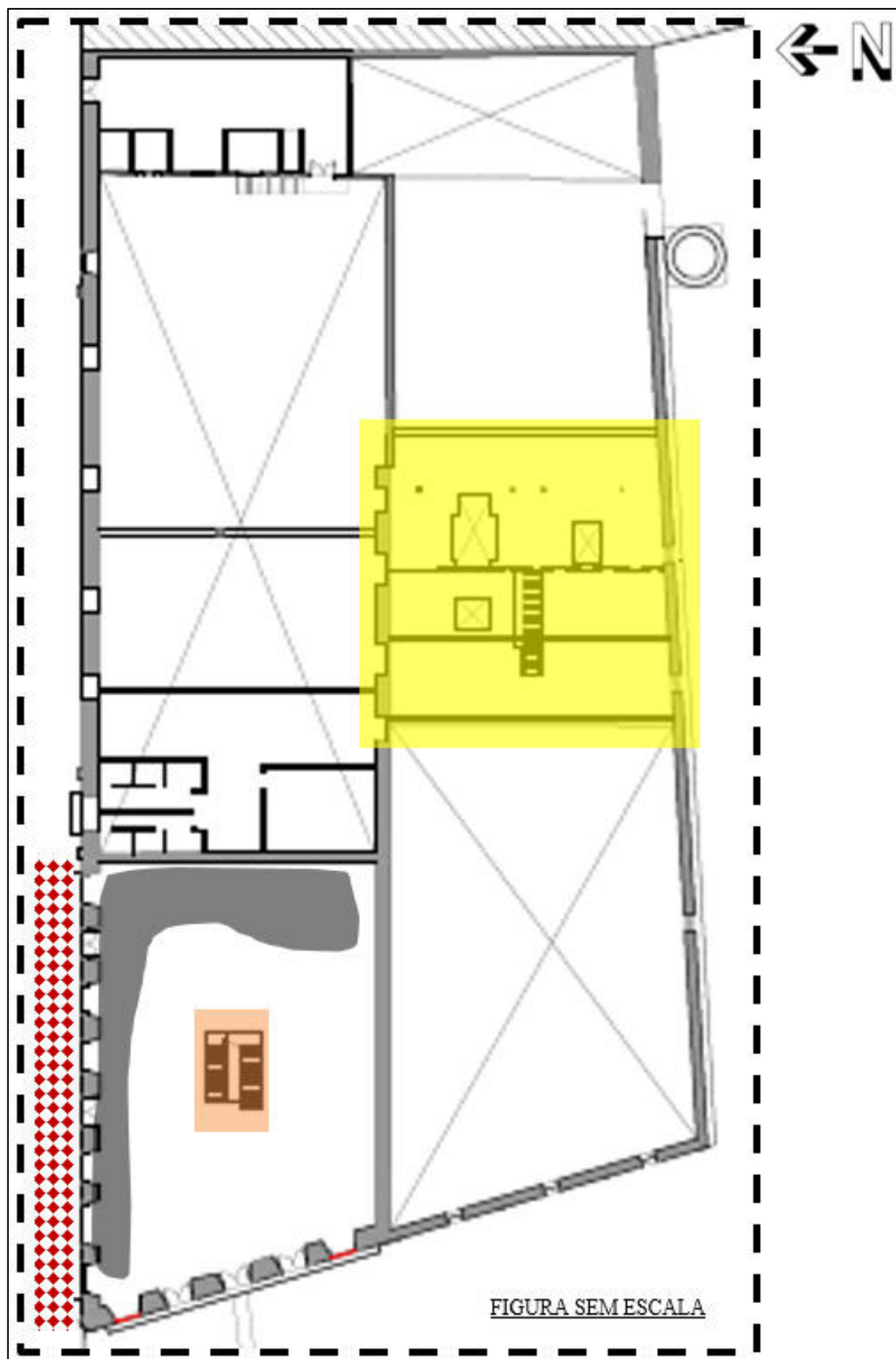


Figura 45: Indicação dos danos encontrados em 2018 no pavimento superior

Fonte: Autoria Própria

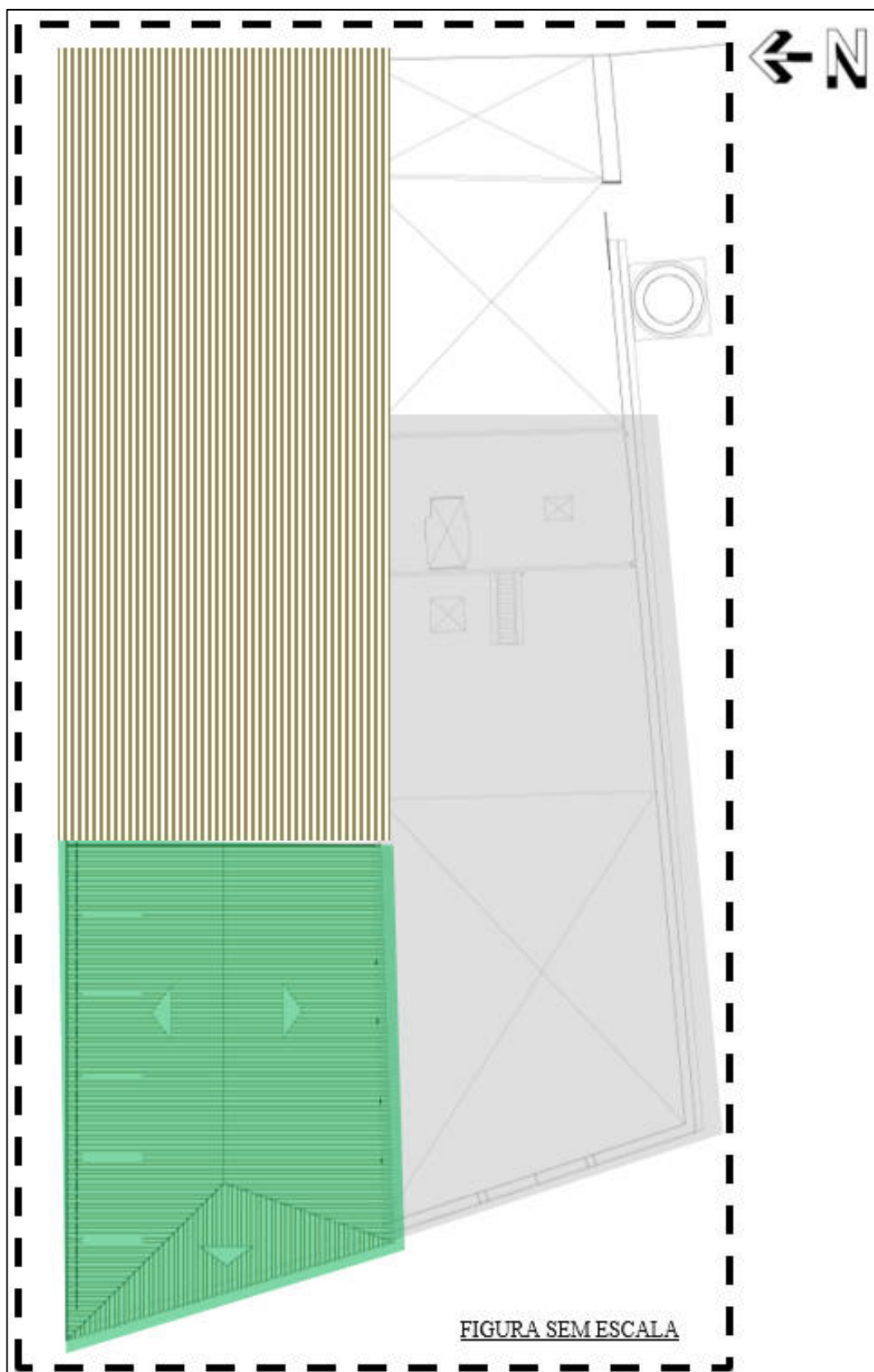


Figura 46: Indicação dos danos encontrados em 2018 nas coberturas
Fonte: Autoria Própria

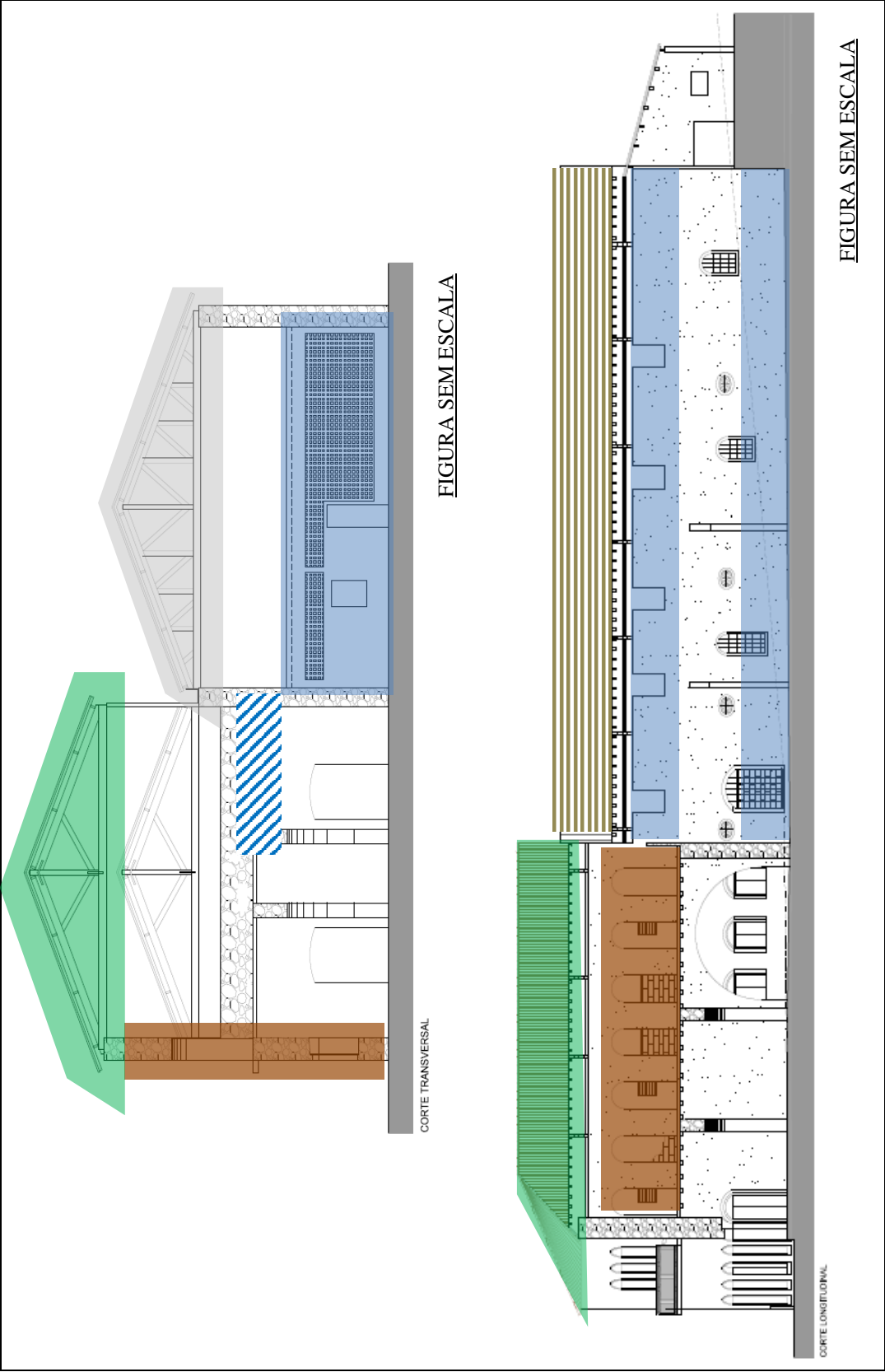


Figura 47: Indicação dos danos encontrados em 2018 nos cortes transversal e longitudinal
Fonte: Autoria Própria

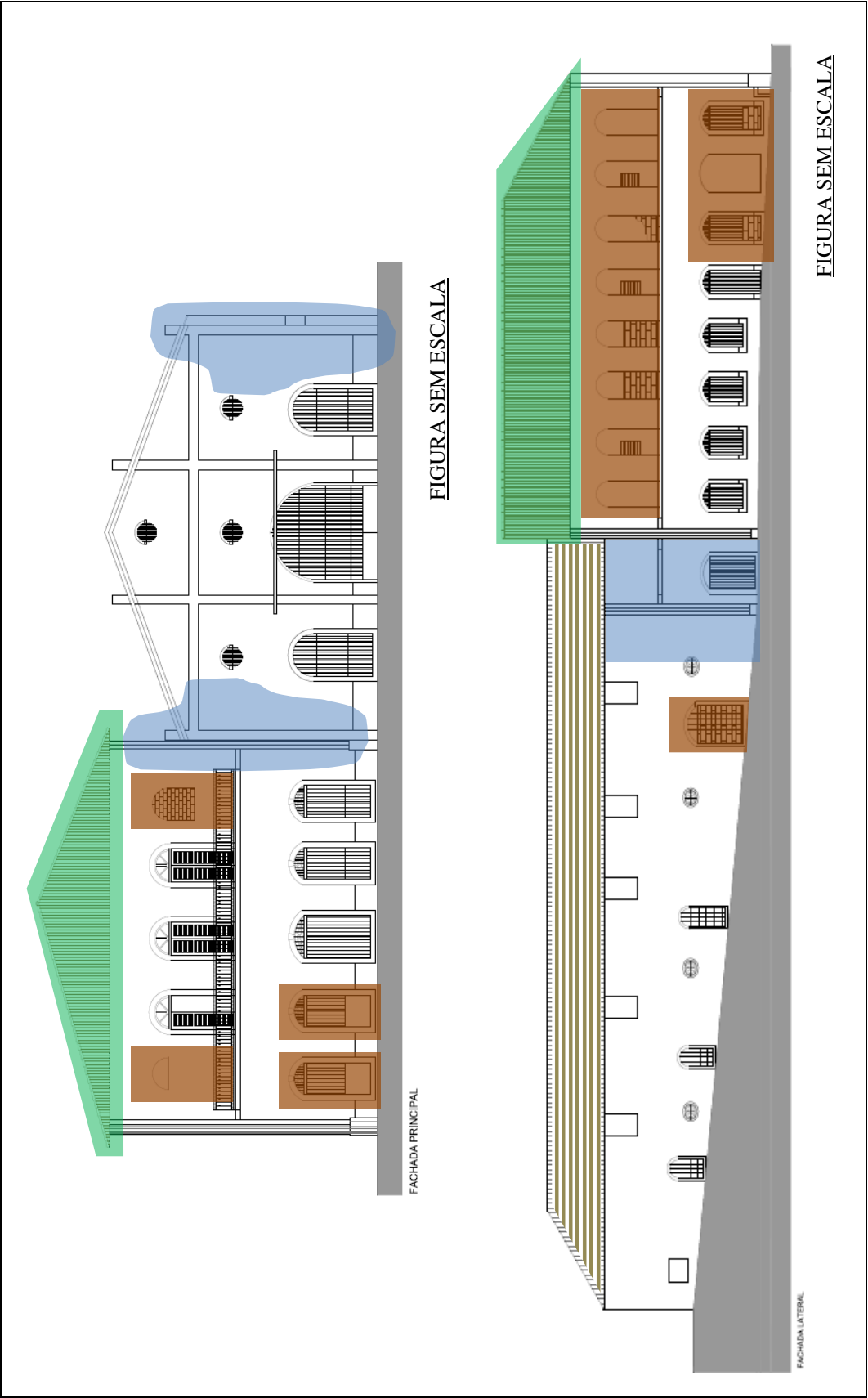


Figura 48: Indicação dos danos encontrados em 2018 nas fachadas principal e lateral
Fonte: Autoria Própria

4.3.2 Análise do Estado de Conservação

Os Galpões do Cais de Santo Ângelo, mesmo inseridos em áreas de preservação histórica, atualmente encontram-se bastante degradados e em nenhum momento passou por uma revitalização significativa e completa. Os dados históricos levantados revelam que durante as diversas reformas na qual passaram os imóveis, muitos danos e destruições foram praticadas, sem o mínimo de preocupação com as recomendações patrimoniais. A cidade de São Luís possui um alto índice de umidade, salitre e ventos, associados a grandes variações climáticas, onde se intercalam períodos de muito sol e outros de chuvas moderadas a intensas, o que naturalmente demanda ações de manutenção e conservação dessas edificações. Aliados a esses fatores podemos destacar ainda os decorrentes de inadequados usos, frequentes invasões, falta de conservação do sistema estrutural e das coberturas, além dos eventos cotidianos. Por esse motivo foi necessária a análise das principais e mais constantes patologias observadas nos imóveis objeto deste Projeto Aplicado, baseadas nas informações e ocorrências similares (referência comparativa) em outros bens tombados. A seguir, verificam-se tais patologias e a análise de cada uma delas:

a) Agentes Inerentes à Edificação

Toda a edificação possui projeção vertical elevada e beirais sem muita projeção (característica das construções coloniais), o que gera muitos pontos facilitadores de infiltração na base das paredes, visto que a água acumula-se e encontra as pequenas falhas e fissuras na argamassa. Outro agente problemático é a cobertura, uma vez que as telhas cerâmicas dessas antigas construções não possuem garras (ganchos) que trabalham impedindo que estas escorreguem devido à ação de ventos e animais. As diversas intervenções sofridas por esses imóveis trouxeram também mudanças significativas de grande parte da sua cobertura - tanto na inclinação como no material -, que se encontra sem o correto recobrimento, o que ocasiona diversas infiltrações e fragilidade das alvenarias e deslocamento do reboco devido ao alastramento de raízes das vegetações, que possivelmente aparecem das sementes que são transportadas nas fezes dos pássaros.

Outro importante destaque é a mudança no contexto urbano local, que no passado não experimentava a presente e intensa conturbação da cidade, visto que o imóvel situa-se próximo de um corredor viário muito movimentado de São Luís, ocasionando impactos estruturais devido às vibrações causadas pelo deslocamento dos veículos, sujidades e corrosão nas alvenarias causadas pelos escapamentos dos veículos e por não possuir recuo lateral (adjacente a Rua Henrique Leal ou Rua Direita), sofre constantemente com o vandalismo, com ações de quebra de esquadrrias, instalação de cartazes de propaganda e pichação.



Figura 49: Estado de conservação em 2018 ocasionado por agentes inerentes a edificação

Fonte: Autoria Própria

b) Umidade

A cidade de São Luís apresenta dois períodos climáticos distintos, sendo um chuvoso (dezembro a julho), com médias pluviométricas anuais em torno de 2.000 (dois mil) mm/ano e outro período seco (agosto a novembro). Essa condição torna-se um agente muito agressivo para uma edificação tombada, principalmente por muitos estarem abandonados. A falta de manutenção periódica, além das falhas nas coberturas e esquadrias constantemente danificadas, cria ambientes extremamente insalubres e patogênicos. Outro problema pela umidade é a rápida propagação de insetos xilófagos (inseto que se alimenta de madeira) e microrganismos causando danos às estruturas e diminuição considerável da sua resistência.



Figura 50: Estado de conservação em 2018 ocasionado por umidade

Fonte: Autoria Própria

c) Temperatura:

Esse agente tem grande influência no estado geral do edifício, pois as contribuições de radiação solar, as flutuações sazonais e diurnas da temperatura causam muitas falhas, como, por exemplo, microfissuras em peças de madeira e descoloração das pinturas principalmente nas

fachadas. As temperaturas na cidade variam entre mínima de 22° e máxima de 34° (média de 27°), com clima tipicamente tropical, quente e úmido, o que exige muitas ações preventivas para evitar danos mais graves aos edifícios.



Figura 51: Estado de conservação em 2018 ocasionado por temperatura

Fonte: Autoria Própria

d) Crosta Negra:

Essa patologia é formada por manchas escuras, principalmente nas paredes externas e é constituída por sedimentos de impurezas ambientais e exposição a intempéries, que reagem com as alvenarias dos edifícios e provocam a degradação. A recuperação pode ser feita com a remoção da mancha através de lixamento e posterior pintura.



Figura 52: Estado de conservação em 2018 ocasionado por crosta negra

Fonte: Autoria Própria

e) Eflorescência:

Essa patologia é formada por manchas de umidade e um pó branco acumulado sobre a superfície e é formada pelo excesso de umidade e sais solúveis na composição da alvenaria ou na água de amassamento. O processo ocorre quando a água das infiltrações entra em contato com os

sais existentes no cimento ou na cal, sendo levados até a superfície durante o processo de evaporação e solidificam-se ao entrarem em contato com o dióxido de carbono presente no ar. A presença desse agente sugere que exista uma forte contaminação interna da alvenaria por sais, o que pode provocar danos no interior da alvenaria. O processo de recuperação pode ser feito com a retirada total dessa camada com escova rígida e seca, depois podem ser aplicados tanto produtos químicos antialcalinos (no caso de paredes pintadas) quanto produtos à base de silicone (no caso de tijolo e pedra) e finaliza com a recolocação do acabamento.



Figura 53: Estado de conservação em 2018 ocasionado por eflorescência

Fonte: Autoria Própria

4.4 ESTUDO PRELIMINAR DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

4.4.1 Memorial Descritivo

a) Conceituação

Para o desenvolvimento do projeto de reabilitação do imóvel foi considerada dentre outros fatores a importância de resgatar o seu valor arquitetônico, com a preservação de suas características estruturais, volumétricas, tipológicas, históricas, estéticas e materiais, obedecendo as recomendações estabelecidas pelas Cartas, Decretos, Leis e Convenções nacionais e internacionais. O art.º 5 (Conservação) da Carta de Veneza determina que:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes. (IPHAN. Carta de Veneza. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>)

O planejamento foi montado visando manter a autenticidade do bem imóvel, reparando a sua volumetria subtraída, fazer referência aos materiais construtivos originais, sendo que no caso da sua impraticabilidade propor a utilização de materiais compatíveis com os originais, mas sem

que haja confusão entre um e outro. Outra preocupação é manter a integração do imóvel, com atendimento ao programa de necessidades estabelecido de modo que se aproveite o máximo dos espaços existentes e com o mínimo de alteração da arquitetura original, que está tão claramente caracterizada pela sua volumetria, tipologias e por ser resistente representante das construções industriais de São Luís e que ainda exhibe a grandeza das suas duas chaminés de tijolos refratários com 25 (vinte e cinco) metros de altura aproximadamente.

Uma das atuais preocupações com o uso desses imóveis está na questão da reversibilidade, pois devemos considerar que as adaptações devem ser elaboradas de modo que permita a sua eliminação sem danos substanciais ao imóvel. Dentre os procedimentos de reabilitação do imóvel adotados na proposta estão:

- Conservação das coberturas originais, retirada de coberturas em fibrocimento (desde o dia 29 de novembro de 2017 está proibida a extração, a industrialização e a comercialização de fibrocimento com amianto em todo o Brasil) e ajustamento do volume do prédio da esquina que sofreu alteração;
- Adaptação da altura de fachada do prédio da esquina;
- Restauração de vãos de esquadrias com resgate da sua tipologia, dimensões, proporção e distância entre os vãos;
- Retirada de revestimentos incompatíveis;
- Eliminação de elementos ou equipamentos públicos expostos nas fachadas;
- Retirada de pinturas com acabamento brilhante sobre as alvenarias;
- Conservação dos elementos estruturais originais;
- Colocação de paredes e divisórias de forma a não anular a compreensão espacial original dos ambientes;
- Conservação e reintegração de espaços livres remanescentes.

b) Definição de Uso

Atualmente a UNITI não possui um espaço que concentre todas as suas atividades acadêmicas, ficando os usuários (idosos) realizando vários deslocamentos dentro do Campus Universitário para cumprir as suas demandas diárias (figura 54). A estrutura de coordenação e sala de aula de posse da UNITI possui uma área total construída de 210,30m² (figura 56) e está toda instalada na extremidade (ponta) de um prédio administrativo da Universidade (figura 55). O restante da demanda para salas de aula e atividades esportivas são cumpridas em outros prédios dentro do Campus Universitário.



Figura 54: Mapa com deslocamento dos alunos da UNITI dentro do Campus da UFMA
Fonte: Adaptação da Autora com imagem do Google Maps (2018)



Figura 55: Planta do prédio administrativo com localização (hachura) da sede da UNITI
Fonte: Autoria Própria (2018)

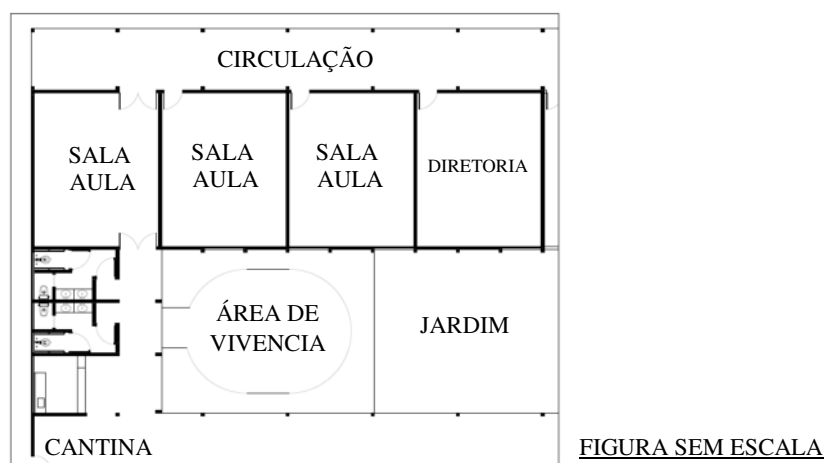


Figura 56: Sede da UNITI na UFMA
Fonte: Autoria Própria (2018)



Figura 57: (1) Área de vivência e (2) Sala de aula da UNITI no Campus da UFMA

Fonte: www.ufma.br (2018)

O programa de necessidades definido para o Espaço de Extensão Educacional para a Pessoa Idosa foi elaborado respeitando-se as atuais necessidades dos usuários da UNITI, na qual foram repassadas, durante as reuniões com a equipe de coordenação as informações relativas aos espaços mínimos necessários para o funcionamento do Projeto, bem como a quantidade de público atendido. Buscou-se, também, como adicional fonte de informação para elaboração do programa as experiências de estrutura física e organizacional de outras universidades e centros de apoio à pessoa idosa em funcionamento no Brasil e no mundo. No município de São Luís as diretrizes projetuais são estabelecidos também pela Lei Delegada nº 33 / 1976 (Reestrutura o Código de Construções e dá outras Providências) que define na Subseção I (Dimensionamento Mínimo dos Compartimentos) as dimensões mínimas e características dos materiais para cada ambiente, descritos por tipo de categoria de uso (no caso do Projeto Aplicado será Educação), assim como os compartimentos mínimos necessários para esses edifícios.

No lançamento preliminar do programa de necessidades constam a divisão de 05 (cinco) setores: Eventos / Formação e Ensino / Administrativo / Convivência e Lazer / Apoio e Serviços que foram determinados para utilização do edifício, onde lançados todos os ambientes e as quantificações de pessoas com suas áreas mínimas exigidas, de acordo com as recomendações da Lei Delegada nº 33 / 1976. Esse lançamento preliminar serve para determinar, no caso de um imóvel existente a ser revitalizado, se todas as demandas exigidas pelo programa podem ser atendidas e qual a melhor maneira de compatibilizar os espaços ou, ainda, se alguma intervenção

ESPAÇO DE EXTENSÃO EDUCACIONAL PARA PESSOA IDOSA:

Diretrizes de Projeto para Reabilitação de Imóvel Tombado no Centro Histórico da Cidade de São Luís – MA

complementar deverá ser proposta para que se cumpra o programa. Outra possibilidade em caso de não atendimento de área proposta, seria a revisão dos setores e ambientes para que se faça o ajuste a área existente (sem ampliações). No caso desse Projeto Aplicado a área total preliminar (tabela 2) que foi desenvolvida é inferior ao espaço existente disponível dos imóveis, que possuem uma área total construída de 1.830,00m².

ITEM	SETOR	QUANTIDADE AMBIENTES	QUANTIDADE PESSOAS POR AMBIENTE	TOTAL GERAL PESSOAS	DIMENSÃO POR PESSOA (M ²)	ÁREA POR AMBIENTE (M ²)	ÁREA TOTAL AMBIENTES (M ²)
1	EVENTOS						574,20
1.1	Salão Multiuso	2,00	60,00	120,00	3,00	180,00	360,00
1.2	Auditório						214,20
1.2.1	Palco	1,00	10,00	10,00	2,50	25,00	25,00
1.2.2	Plateia	1,00	130,00	130,00	1,30	169,00	169,00
1.2.3	Sala de Controle (som e luz)	1,00	1,00	1,00	1,20	1,20	1,20
1.2.4	Foyer	1,00	10,00	10,00	1,30	13,00	13,00
1.2.5	Banheiros	2,00	2,00	4,00	1,50	3,00	6,00
2	FORMAÇÃO E ENSINO						469,40
2.1	Sala de Aula	5,00	50,00	250,00	1,20	60,00	300,00
2.2	Sala de Informática	1,00	30,00	30,00	1,20	36,00	36,00
2.3	Sala de Dança / Pilates	1,00	30,00	30,00	1,20	36,00	36,00
2.4	Empresa Junior	1,00	6,00	6,00	1,50	9,00	9,00
2.5	Biblioteca						88,40
2.5.1	Acervo (10.000 volumes)	1,00	10.000,00	10.000,00	0,004	40,00	40,00
2.5.2	Área de Estudo / Leitura	1,00	22,00	22,00	2,20	48,40	48,40
3	ADMINISTRATIVO						201,20
3.1	Diretoria						40,60
3.1.1	Secretaria	1,00	2,00	2,00	2,90	5,80	5,80
3.1.2	Arquivo	1,00	1,00	1,00	2,90	2,90	2,90
3.1.3	Sala de Coordenação	1,00	3,00	3,00	2,90	8,70	8,70
3.1.4	Sala dos Técnicos	1,00	8,00	8,00	2,90	23,20	23,20
3.2	Sala dos Professores	1,00	20,00	20,00	2,90	58,00	58,00
3.3	Sala de Reunião	1,00	20,00	20,00	1,25	25,00	25,00
3.4	Sala da Segurança	1,00	2,00	2,00	2,90	5,80	5,80
3.5	Portaria / Informações	2,00	1,00	2,00	2,90	2,90	5,80
3.6	Almoxarifado	1,00	1,00	1,00	30,00	30,00	30,00
3.7	Banheiros	2,00	10,00	20,00	1,50	15,00	30,00
3.8	Enfermaria	1,00	3,00	3,00	2,00	6,00	6,00
4	CONVIVÊNCIA E LAZER						286,65
4.1	Lanchonete / Self Service						99,65
4.1.1	Cozinha	1,00	10,00	10,00	1,05	10,50	10,50
4.1.2	Atendimento	1,00	3,00	3,00	1,05	3,15	3,15
4.1.3	Área de Mesas	1,00	80,00	80,00	1,00	80,00	80,00
4.1.4	Banheiros	2,00	2,00	4,00	1,50	3,00	6,00
4.2	Loja de Conveniências	1,00	1,00	1,00	3,00	3,00	3,00
4.3	Área Livre para Descanso	1,00	10,00	10,00	10,00	100,00	100,00
4.4	Piscina	1,00	12,00	12,00	5,00	60,00	60,00
4.5	Sala de Ginástica	1,00	8,00	8,00	3,00	24,00	24,00
5	APOIO E SERVIÇO						177,00
5.1	Depósito Material Limpeza	2,00	1,00	2,00	3,00	3,00	6,00
5.2	Copa	1,00	2,00	2,00	2,90	5,80	5,80
5.3	Vestiário Funcionário	2,00	10,00	20,00	1,50	15,00	30,00
5.4	Vestiário Aluno	2,00	10,00	20,00	1,50	15,00	30,00
5.5	Depósito Geral	4,00	1,00	4,00	3,00	3,00	12,00
5.6	Sala de Manutenção	2,00	2,00	4,00	2,90	5,80	11,60
5.7	Sala Descanso Funcionários	1,00	4,00	4,00	2,90	11,60	11,60
5.8	Área dos Quadros	2,00				20,00	40,00
5.9	Área de Carga e Descarga	1,00				20,00	20,00
5.10	Depósito de Lixo	1,00	1,00	1,00	5,00	5,00	5,00
5.11	Depósito de Gás	1,00	1,00	1,00	5,00	5,00	5,00
5.12	Estacionamento (Este item não entra no cálculo da área construída)	25,00	1,00	25,00	12,50	12,50	312,50
TOTAL GERAL MÉDIA DO PRÉDIO							1.708,45

Tabela 2: Programa de necessidades preliminar
Fonte: Autoria Própria

Partindo-se das premissas anteriormente descritas e buscando-se atender as orientações elaboradas para o Programa de Necessidades, foi planejado o complemento do pavimento superior no Imóvel A, de acordo com indícios da sua presença obtidos através de dados históricos e de vestígios físicos. Também foram retiradas desse galpão as recentes e precárias construções (sanitários e depósito), assim como a abertura de vãos em arco pleno - atualmente vedados - que fazem a ligação entre os edifícios e segue para uma grande área de vivência que conta ainda com sanitários e cobertura em telhado transparente e com pé direito duplo. Para o imóvel B foi planejado a completa reestruturação da construção térrea para uso do restaurante, assim como a reconstrução do pavimento superior para uso administrativo. Foi elaborada a complementação de um trecho do pavimento superior adjacente à área administrativa que cobrirá parte do restaurante. Na parte dos fundos do complexo foi planejado toda a área de serviços do projeto, com ligação independente para Rua Henrique Leal (ou Rua Direita), sendo dividido em 03 (três) pavimentos interligados com o restante dos imóveis. Além das escadas existentes nos 02 (dois) imóveis - serão mantidas e recuperadas -, foi planejada a criação de uma grande caixa de escada localizada no centro do prédio e outra nos fundos do imóvel B que servirá também de saída de emergência. A circulação vertical foi planejada em 02 (dois) pontos do projeto com elevadores (ascensor), contemplando todos os andares e garantindo a total acessibilidade dentro desses imóveis. A acessibilidade externa será toda feita através de rampas, obedecendo a inclinação de 5% exigida por norma, assim como uma grande rampa que liga à área administrativa a das salas de aula no pavimento superior. Outro importante ponto abordado foi a reconfiguração da área externa do complexo, com a separação da entrada de pedestres e de carros, a criação de diversas vagas no pátio interno, além das existentes na rua auxiliar paralela à Avenida Vitorino Freire. Os depósitos de lixo e de gás usados para a cozinha do restaurante ficam também localizados nesse pátio interno e de fácil acesso para reposição pelas empresas concessionárias. Finalizando, foi planejado também um pequeno local para apresentações, próximo a uma das entradas do restaurante, assim como alguns espaços de contemplação junto a natureza, onde os idosos possam permanecer relaxados, em momentos únicos de reflexão ou ainda reunidos para conversas.

c) Fluxograma

Logo após a definição do Programa de Necessidades e o estabelecimento das ações de intervenção para cada uso de cada ambiente, foi realizada a setorização dos ambientes, com a identificação dos seus tipos e disposições, a fim de impedir possíveis problemas de organização e fluxos misturados. Os fluxos em projetos de arquitetura, além de atuarem como as primeiras premissas do projeto, desempenham um fator importante para organização geral, visto que indicam as melhores configurações do tráfego na edificação baseado nos ambientes e pessoas que

utilizam. O projeto em estudo foi dividido em 05 (cinco) setores, conforme consta na tabela do Programa de Necessidades Preliminar: Eventos / Formação e Ensino / Administrativo / Convivência e Lazer / Apoio e Serviços. O Espaço de Extensão Educacional para Pessoa Idosa será acessado pelo público geral (alunos, professores e funcionários) principalmente pela entrada frontal do Imóvel A (voltada para Avenida Vitorino Freire), que possui um vestíbulo central que se interliga com outro corredor até o final do edifício. A lateral do Imóvel A possui 02 (duas) entradas secundárias (voltadas para Rua Henrique Leal ou Rua Direita). A primeira entrada possui uma circulação que entrecorta a descrita acima e segue até o pátio da área da piscina e escada de acesso ao pavimento superior. A segunda entrada encontra-se no bloco reconfigurado nos fundos do edifício, na área que será usada como um salão multiuso. Um grande vão de arco pleno também existente nessa fachada, que está localizada no auditório permanecerá fechada. O imóvel B também possui 03 (três) entradas, sendo a primeira frontal que dá acesso para área da piscina e que pode ser acessada pelo público geral. A segunda e terceira entradas secundárias ficam na parte posterior do edifício, sendo uma também para acesso do público geral e outra para acesso restrito somente de funcionários. O quadro 15 mostra a identificação da setorização dos espaços e dos fluxos nos imóveis.



Quadro 15: Identificação dos espaços e fluxos nos imóveis

Fonte: Autoria Própria

As plantas que seguem (figuras 58 a 62) mostram graficamente a setorização adotada assim como os diversos fluxos que compõem o projeto. Convém destacar, que os vestiários de alunos e funcionários, que estão destacados (moldura preta tracejada) nas plantas baixas apresentadas nas figuras 59 e 60, são os únicos ambientes do Setor de Apoio e Serviços que possuem acesso ao público geral. Outro ponto foi a criação de estacionamentos na área livre do terreno, contando com 17 (dezesete) vagas, sendo 04 (quatro) destinadas para pessoas com deficiência e na parte externa do terreno foram criadas mais 18 (dezoito) vagas, totalizando assim 35 (trinta e cinco) vagas para carros, bem como a criação de 10 (dez) vagas para motos de acordo com o Art. 7 da Lei nº 4.052 / 2002. Conforme exigência do Art. 215, da Lei nº 3.253 / 1992, somente as edificações que estão situadas fora da ZPH deverão reservar áreas para garagens, ficando, portanto, as edificações situadas nessas áreas isentas legalmente da obrigação de reserva de vagas. Contudo, pela disponibilidade de área, o estudo fez a previsão do estacionamento utilizando como parâmetro os dispositivos relativos a estabelecimentos de ensino básico, técnico e similares, do Inciso XI desse mesmo artigo.

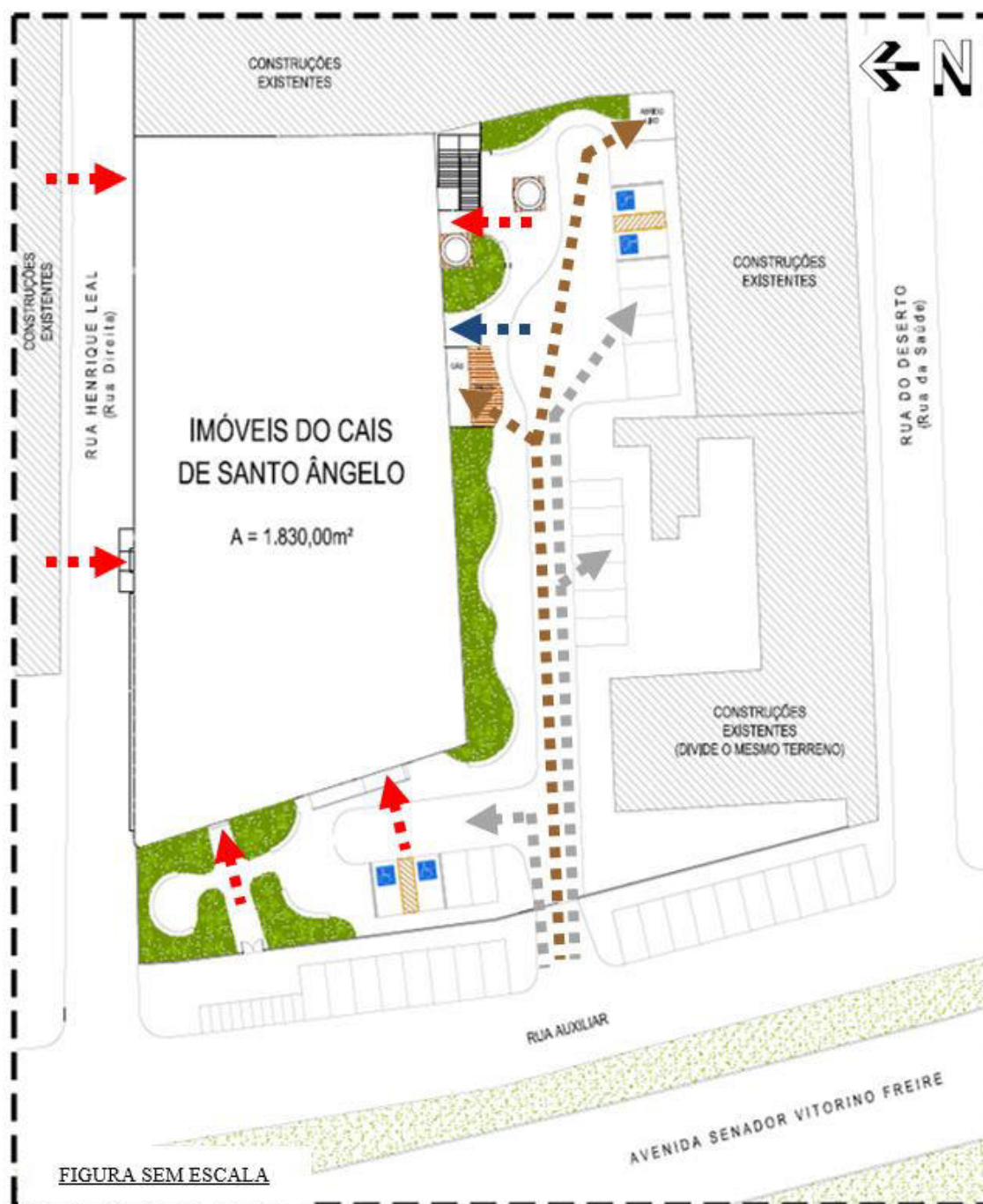


Figura 58: Identificação dos espaços e fluxos dos imóveis na implantação geral
Fonte: Autoria Própria

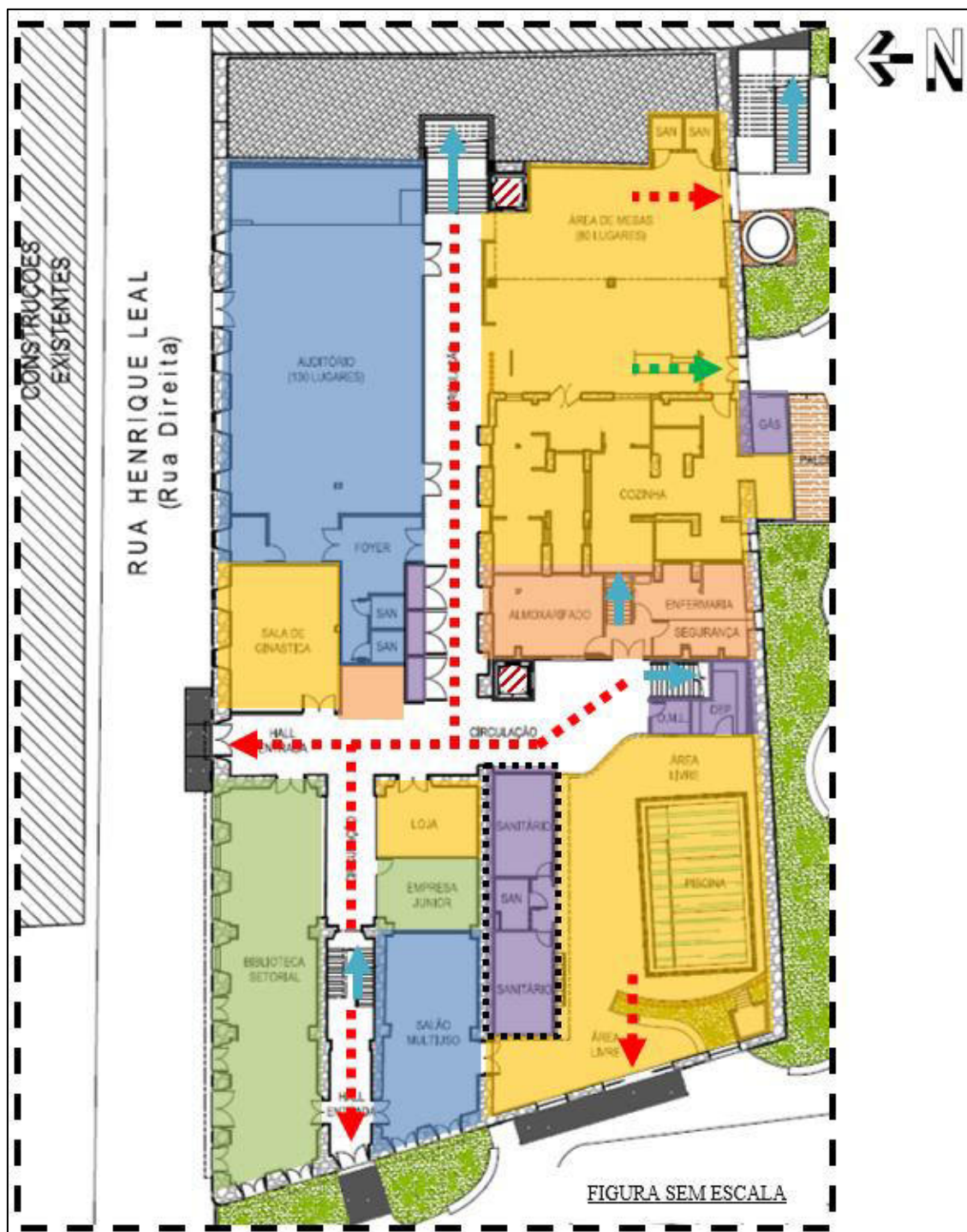


Figura 59: Identificação dos espaços e fluxos dos imóveis no pavimento térreo

Fonte: Autoria Própria

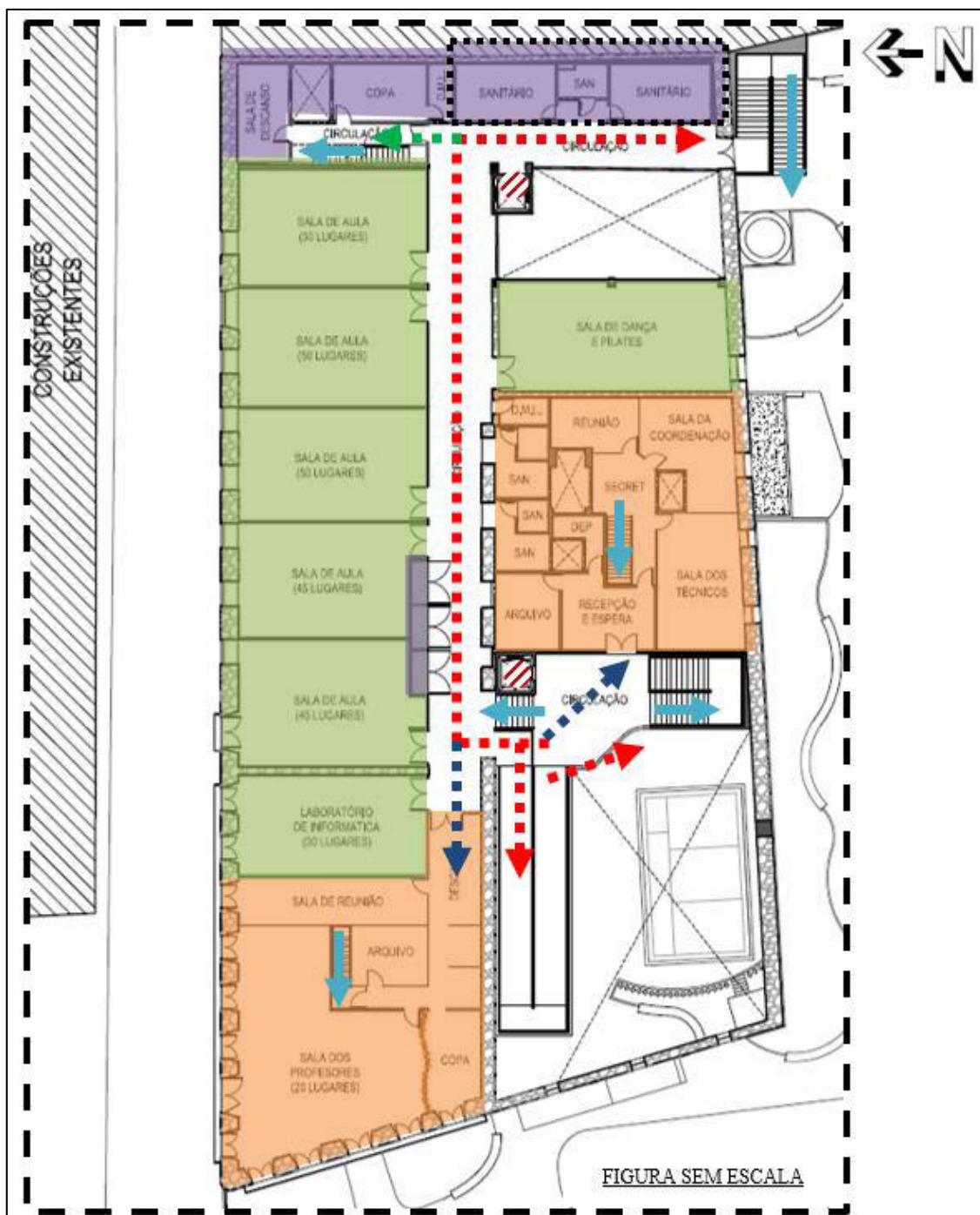


Figura 60: Identificação dos espaços e fluxos dos imóveis no pavimento superior

Fonte: Autoria Própria

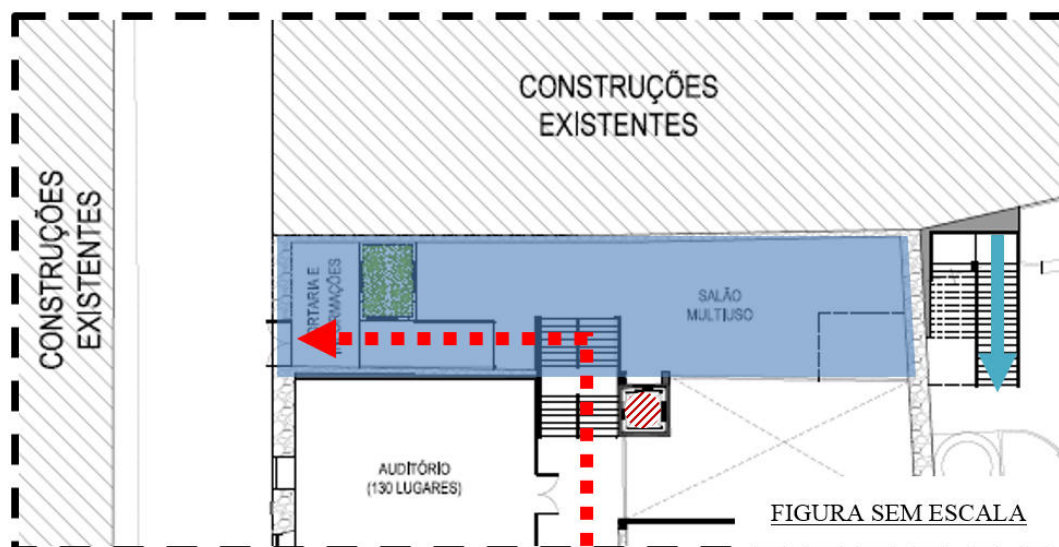


Figura 61: Identificação dos espaços e fluxos dos imóveis no pavimento anexo dos fundos

Fonte: Autoria Própria

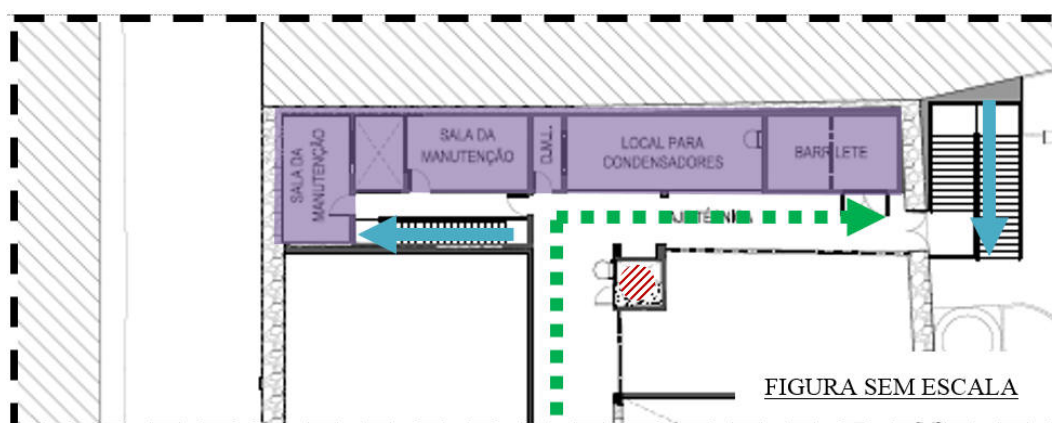


Figura 62: Identificação dos espaços e fluxos dos imóveis no pavimento técnico

Fonte: Autoria Própria

d) Viabilidade Técnica

O Manual recomenda a apresentação das soluções e alternativas técnicas adotadas para as intervenções propostas para projetos de revitalização. Por se tratar de uma fase ainda preliminar do estudo, algumas escolhas construtivas serão descritas, contudo, a recomendação é que durante as etapas mais avançadas com esse tipo de projeto, as escolhas devem ser amplamente analisadas e supervisionados por profissionais especialistas de cada área. Os itens constantes no quadro 16 foram previamente analisados e propostos para a revitalização dos imóveis do Espaço de Extensão Educacional para Pessoa Idosa, com base de fundamentação em cadernos técnicos e especificações de outros imóveis tombados com características arquitetônicas semelhantes ao objeto de estudo e na qual destacamos:

Alvenaria de Pedra Argamassada

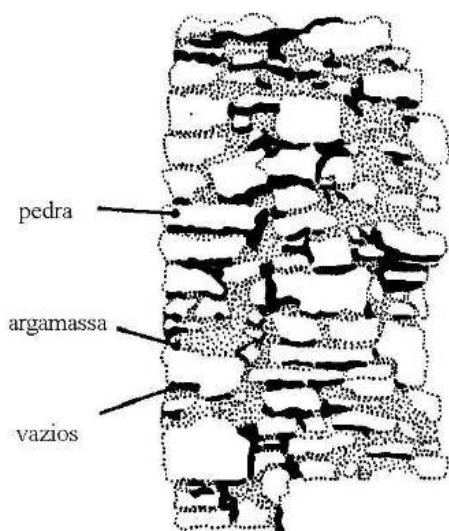


Figura 63: Componentes da alvenaria de pedra argamassada

Fonte: Binda et al., (1993) apud ROQUE, João Carlos Almendra (2002)



Figura 64: Locais das trincas na alvenaria de pedra argamassada no imóvel A

Fonte: Autoria Própria

- Para a limpeza das pedras deverá ser realizada com lavagem manual com água e escova ou ainda por lavagem a baixa pressão com água e detergente neutro.
- Para recuperação das trincas, um dos métodos que pode ser executado é o grampeamento das fissuras das pedras, que consiste, em linhas gerais a seguinte sequencia: remoção da argamassa das trincas, limpeza com uso de aspirador, lavagem com água abundante, preenchimento da lateral da fissura com argila plástica, colocação de argamassa de cimento e areia em pontos distintos, colocação de grampos metálicos em latão ou aço inox e ancorados nos furos com resina epoxídica, colocação de pedras lamelares (escassilhos) e posteriormente recomposição da argamassa.
- Para remoção de revestimentos ceramicos e argamassa de cimento devem ser utilizados ponteiros e talhadeiras, de forma cautelosa evitando a menor perda de material, em seguida recebem estucamento para regularizar a superfície e finaliza com escovação manual.

Quadro 16: Análise prévia da viabilidade técnica (continua)

Fonte: Autoria Própria

Instalações elétricas e de dados



Figura 65: Referência para modelo de iluminação aparente

Fonte: <http://www.justoesantos.com.br> (2018)



Figura 66: Iluminação atual no imóvel A

Fonte: Autoria Própria

- As instalações serão com tubulações aparentes (em alusão ao estilo industrial), pois se trata de uma opção que facilita mudanças no layout, evita rasgos nas antigas alvenarias e simplifica as manutenções. A iluminação será feita por trilhos instalados no teto, que tem mais flexibilidade, evitando furos nos materiais e possibilitando uma grande diversidade de usos de luminárias e lâmpadas.
- As eletrocalhas e eletrodutos devem ser de aço galvanizado e as peças em PVC devem ser autoextinguíveis.

Parede de Gesso Tipo Dry Wall

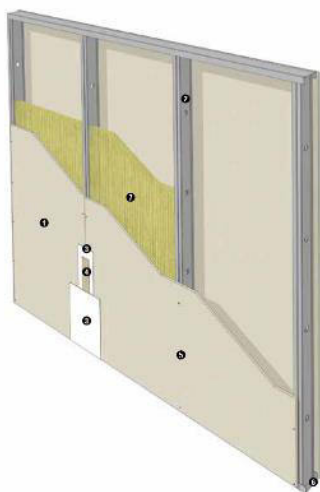


Figura 67: Parede de gesso “Dry Wall”

Fonte: <https://knauf.com.br/> (2018)



Figura 68: Ambiente do imóvel A que será dividido pelo sistema construtivo “Dry Wall”

Fonte: Autoria Própria

Quadro 16: Análise prévia da viabilidade técnica (continua)

Fonte: Autoria Própria

- As paredes de fechamento de alguns ambientes do pavimento térreo (rés-do-chão) e pavimento superior serão confeccionadas em Dry Wall, que possui como vantagens a rapidez na instalação, diversas possibilidades de configuração, fácil manutenção e reparos, qualidade no acabamento, isolamento acústico leveza e ganho de espaço.
- As paredes são estruturadas por perfis (guias e montantes) em chapas galvanizadas e posteriormente recebem painéis de gesso acartonado que são aparafusados. Em locais que recebem mais carga são instaladas chapas de reforço. Os cantos das paredes recebem cantoneiras e finaliza com rejunte nas emendas dos painéis.

Coberturas



Figura 69: Referência de cobertura de vidro e estrutura metálica proposto no imóvel B
Fonte: <http://pinacoteca.org.br> (2018)



Figura 70: Cobertura em telha de barro existente no imóvel A
Fonte: Autoria Própria

- Para recuperação das coberturas deve-se proceder a retiradas das telhas de barro para limpeza e lavagem com escova e água e posterior recolocação. As peças para reposição devem obedecer as Normas ABNT quanto as dimensões e determinação das cargas de ruptura a flexão. As peças de madeira (tesouras, caibros e ripas) devem ser analisadas e substituídas em caso de degradação do material. O processo de reparação consiste em desinfecção das partes ainda aproveitáveis e substituição das partes disfuncionais com novas peças de mesma qualidade ou superior. Outro critério para manter a durabilidade e segurança das peças de madeira é a colocação de manta isolante refletiva fixada nos caibros e acompanhando a inclinação do telhado, que deve ter a inclinação corrigida para 30 a 40%, de acordo com os padrões das construções coloniais.

Quadro 16: Análise prévia da viabilidade técnica (continua)

Fonte: Autoria Própria

- A cobertura localizada na área da piscina (Imóvel B) será em vidro e busca oferecer um aspecto de leveza e transparência para essa área. A sustentação será composta por uma estrutura metálica projetada de forma independente do volume construído existente. Qualquer intervenção com inclusão de novos elementos construtivos devem ser analisados pelos órgãos de preservação do patrimônio.

Elevadores



Figura 71: Referência de elevador adaptado posteriormente na edificação

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br> (2018)



Figura 72: Espaço destinado para colocação de elevador

Fonte: Autoria Própria

- A garantia da acessibilidade será realizada com a instalação de 02 (dois) elevadores (ascensores), instalados em pontos equidistantes, que permitem a circulação vertical e acesso para todos os pavimentos dos imóveis. Para caracterizar esse acréscimo na intervenção foi planejado que os elevadores tivessem uma estrutura metálica e fechamento em caixa de vidro, proporcionando um aspecto mais leve e contemporâneo, assim como a integração visual do elemento com a estrutura arquitetônica existente.
- O modelo proposto tem capacidade para 03 (três) pessoas, todo em aço inox e com portas que podem abrir em lados opostos.

Reconstrução do Volume Rebaixado

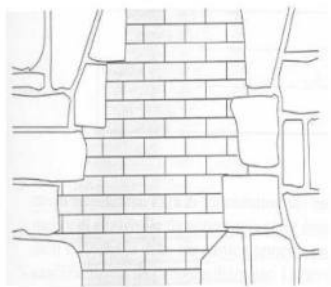


Figura 73: Área reconstruída de alvenaria com outros materiais
 Fonte: Meli (1998) apud ROQUE, João Carlos Almendra (2002)



Figura 74: Área de alvenaria no imóvel A reconstruída utilizando outros materiais
 Fonte: Autoria Própria

- A última intervenção realizada no Imóvel A, consistiu na reconstrução da altura da cobertura para que fosse resgatado a sua configuração arquitetônicas em estilo colonial. Tal procedimento deu-se com a realização da complementação das paredes externas que eram em pedra argamassada por blocos de concreto (betão) estrutural, assim como os arcos plenos que anteriormente eram de tijolos maciços e foram reconfigurados numa estrutura de concreto (betão) armado.
- Os processos de reabilitação de um imóvel tombado são complexos e muitas vezes as soluções para recuperação de alguns elementos se fazem com a introdução de novos materiais e sistemas construtivos. Os reforços estruturais muitas vezes recomendados por laudos e perícias técnicas para essas intervenções sempre priorizam os métodos originais e a busca autêntica pelo restauro. De acordo com o item Restauração da Carta de Veneza / 1964, técnicas modernas podem ser utilizadas para que seja mantida a consolidação do bem tombado, assim como são consideradas válidas todas as contribuições pela qual o bem tombado vivenciou em prol do objetivo maior que é a restauração. Os Art. 12 e 13 orientam para o cuidado com a compleemtnação de partes faltantes, visto que estes devem ser distinguidos do restante para que não se falsifique a restauração, assim como o respeito ao esquema tradicional do edifício e a harmonia de todos os elementos.
- O processo de restauração do volume construtivo do Imóvel A deve ser precedido de entendimentos técnicos das diversas áreas envolvidas nesses processos de intervenção em áreas tombadas. O resultado dessas análises serão compilados e serviram de base para a reabilitação dos elementos em desacordo nessas áreas.



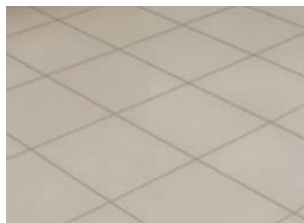

Quadro 16: Análise prévia da viabilidade técnica (conclusão)

Fonte: Autoria Própria

4.4.2 Especificações Preliminares dos Materiais

Os materiais preliminarmente definidos seguem as recomendações constantes nas legislações e normativos vigentes e buscam atender aos requisitos gerais para conforto e satisfação dos usuários. Além disso, a importância de proporcionar ambientes seguros (para idosos ou outras faixas etárias) se reproduz nos cuidados relacionadas ao uso dos espaços, sua formatação espacial e materiais empregados. As diretrizes para esse Projeto Aplicado, que acrescentam as informações descritas nos quadros 17, 18 e 19 estão relacionadas como pré-requisitos para uma arquitetura universal e acessível, mas com o foco específico voltado para esse Projeto Aplicado:

- Os tetos das cozinhas devem ser de material incombustível e o revestimento de piso e parede em material impermeável e resistente a constantes lavagem.
- O depósito de lixo deve ter piso e paredes em material impermeável e resistente, possuir proteção contra penetração de insetos (colocação de telas de nylon) e possuir acesso direto para exterior.
- As coberturas devem possuir uma correta impermeabilização e isolamento térmico.
- As paredes devem ter acabamento uniforme, com pintura em cores claras e contrastantes. Os pisos devem ser regulares e não escorregadios (carpete, madeira sem cera, cerâmica antiderrapante) e pouco brilhosos para evitar confusão visual.
- A mobilidade deve ser garantida com a utilização, sempre que possível, de circulações largas e sem obstáculos, desníveis entre ambientes (soleira inclinada) em material antiderrapante, degraus e rampas (com corrimão), diminuindo a possibilidade de acidentes com os usuários.
- Vãos de porta com largura mínima de 80cm, com maçanetas do tipo alavanca e que possibilitem a fácil abertura. Nas portas em vidro devem ser previstas a sua sinalização visual conforme consta na NBR 9050 / 2015 (o mesmo dispositivo tem validade para paredes de vidro).
- Nos banheiros e sanitários devem ter especial atenção, visto que, a grande maioria dos acidentes com idosos acontecem nesses ambientes. Os pisos devem ser antiderrapantes, as torneiras com acionamento por alavancas ou automáticas, as barras de apoio devem ser dispostas junto ao vaso sanitário e dentro da área de chuveiro. Na área de banho deve ser previsto também assentos (bancos articuláveis) para descanso. Além disso, deve ser prevista uma iluminação que esteja presente desde a porta de entrada do banheiro, possibilitando a visualização completa de todo o ambiente pelos idosos.

PISO / Pavimento Térreo (rés-do-chão)		
Local	Especificação	Referência
Hall de entrada	Piso (pavimento) existente do tipo lajeado em pedra a ser mantido e com recuperação dos trechos danificados.	 <p><i>Figura 75: Piso lajeado</i> Fonte: Autoria Própria</p>
Biblioteca, Salões Multiuso, Empresa Junior, Loja, Circulações, D.M.L., Depósito, Sala da Segurança, Enfermaria, Almoxarifado, Sala de Ginástica, Foyer, Sala de Controle, Auditório, Área de Mesas, Portaria e Escadas	Piso (pavimento) em placas de pedra Cariri ou São Tomé, medindo 60x60cm, espessura 15mm, acabamento calibrado (lixado) e com leve polimento.	 <p><i>Figura 76: Piso São Tomé</i> Fonte: https://habitissimo.com.br</p>
Cozinha e Abrigo de Lixo	Piso (pavimento) cerâmico industrial, medindo 30x30cm, espessura 12mm, acabamento natural.	 <p><i>Figura 77: Piso cerâmico industrial</i> Fonte: http://www.gail.com.br</p>
Sanitários	Piso (pavimento) em porcelanato retificado, medindo 60x60cm, acabamento natural.	 <p><i>Figura 78: Piso porcelanato</i> Fonte: http://www.portobello.com.br</p>




Quadro 17: Especificações preliminares dos materiais / PISO (continua)

Fonte: Autoria Própria

Áreas Livres, Abrigo de Gás, Escada Emergência e Calçadas	Piso (pavimento) em concreto (betão) polido, desempenado, medindo 1,00x1,00m e juntas serradas com uso de maquina.	 <p><i>Figura 79: Piso em concreto</i> Fonte: https://www.mapadaobra.com.br</p>
Área de Circulação de Veículos e Estacionamentos	Piso (pavimento) intertravado em concreto (betão), tipo Pavi Onda, medindo 10x20cm.	 <p><i>Figura 80: Piso intertravado</i> Fonte: https://cimentomaua.com.br</p>
PISO / Pavimento Superior		
Local	Especificação	Modelo
Sala dos Professores, Sala de Reunião, Laboratório de Informática, Salas de Aula e Circulação (Imóvel A)	Piso (pavimento) em tabuado corrido, calefação com massa de pó de serra e acabamento em cera.	 <p><i>Figura 81: Piso de madeira</i> Fonte: https://sinteko.com.br</p>
Sala de Descanso, Sala de Pilates, Setor Administrativo, Rampa Interna e demais Circulações	Piso (pavimento) em placas de pedra Cariri ou São Tomé, medindo 60x60cm, espessura 15mm, acabamento calibrado (lixado) e com leve polimento.	 <p><i>Figura 82: Piso São Tomé</i> Fonte: https://habitissimo.com.br</p>


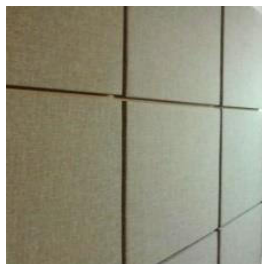


Quadro 17: Especificações preliminares dos materiais / PISO (continua)

Fonte: Autoria Própria

Sanitários, D.M.L. e Copa	Piso (pavimento) em porcelanato retificado, medindo 60x60cm, acabamento natural.	 <p><i>Figura 83: Piso porcelanato</i> Fonte: http://www.portobello.com.br</p>
PISO / Pavimento Técnico		
Local	Especificação	Modelo
Salas de Manutenção, D.M.L. e Passarela Técnica	Piso (pavimento) em porcelanato retificado, medindo 60x60cm, acabamento natural.	 <p><i>Figura 84: Piso porcelanato</i> Fonte: http://www.portobello.com.br</p>
Área dos Condensadores	Piso (pavimento) em concreto (betão) polido, desempenado, medindo 1,00x1,00m e juntas serradas com uso de maquina.	 <p><i>Figura 85: Piso em concreto</i> Fonte: https://www.mapadaobra.com.br</p>




Quadro 17: Especificações preliminares dos materiais / PISO (conclusão)

Fonte: Autoria Própria

PAREDE / Pavimento Térreo (rés-do-chão)		
Local	Especificação	Modelo
Hall de entrada, Biblioteca, Salões Multiuso, Empresa Junior, Loja, Circulações, Sala da Segurança, Enfermaria, Almoxarifado, Sala de Ginástica, Foyer, Sala de Controle, Portaria, Área de Mesas, Escadas, Abrigo de Gás e Área Livre Piscina	Parede pintada com tinta látex PVA.	 <p><i>Figura 86: Tinta látex PVA na fachada da Fábrica Santa Amélia</i> <i>Fonte: www.turismo.ma.gov.br</i></p>
Auditório	Parede com revestimento acústico em placas, medindo 60x60cm, espessura 2,5cm e auto extingüível (projeto específico).	 <p><i>Figura 87: Revestimento acústico</i> <i>Fonte: www.vibrasom.ind.br</i></p>
Cozinha e Abrigo de Lixo	Parede com cerâmica industrial, medindo 30x30cm, espessura 12mm, acabamento natural.	 <p><i>Figura 88: Piso cerâmico industrial</i> <i>Fonte: http://www.gail.com.br</i></p>
Sanitários, D.M.L. e Depósitos	Parede em porcelanato retificado, medindo 60x60cm, acabamento natural.	 <p><i>Figura 89: Piso porcelanato</i> <i>Fonte: http://www.portobello.com.br</i></p>




Quadro 18: Especificações preliminares dos materiais / PAREDE (continua)

Fonte: Autoria Própria

PAREDE / Pavimento Superior		
Local	Especificação	Modelo
Sala dos Professores, Sala de Reunião, Laboratório de Informática, Salas de Aula, Sala de Descanso, Sala de Pilates, Setor Administrativo, Escadas e Circulações	Parede pintada com tinta látex PVA.	 <p><i>Figura 90: Tinta látex PVA na fachada da Fábrica Santa Amélia</i> <i>Fonte: www.turismo.ma.gov.br</i></p>
Sanitários, D.M.L. e Copa	Parede em porcelanato retificado, medindo 60x60cm, acabamento natural.	 <p><i>Figura 91: Piso porcelanato</i> <i>Fonte: http://www.portobello.com.br</i></p>
Pavimento Técnico e Áreas Externas		
Local	Especificação	Modelo
Salas de Manutenção, D.M.L., Circulações e Fachadas	Parede pintada com tinta látex PVA.	 <p><i>Figura 92: Tinta látex PVA na fachada da Fábrica Santa Amélia</i> <i>Fonte: www.turismo.ma.gov.br</i></p>





Quadro 18: Especificações preliminares dos materiais / PAREDE (conclusão)

Fonte: Autoria Própria

TETO / Pavimento Térreo (rés-do-chão)		
Local	Especificação	Modelo
Hall de entrada, Biblioteca, Salão Multiuso (Imóvel A), Empresa Junior, Loja, Circulações (Imóvel A), Sala de Ginástica	Teto em tabuado de madeira do piso (pavimento) do pavimento superior aparente, que deve ser lixado, as lacunas devem ser preenchidas com massa de pó de serra e cola e posterior acabamento em verniz.	 <p><i>Figura 93: Tabuado de madeira da Fábrica Santa Amélia</i> <i>Fonte: BARBOSA, Hellen Mendes</i></p>
Auditório, Sala de Controle e Foyer	Teto em forro mineral acústico e com resistência a fogo.	 <p><i>Figura 94: Forro mineral acústico</i> <i>Fonte: https://www.arcoweb.com.br</i></p>
Depósito, D.M.L., Sala da Segurança, Enfermaria, Almoxarifado, Cozinha, Abrigo de Lixo, Abrigo de Gás, Sanitários, Salão Multiuso (construção fundo), Portaria	Teto em forro de gesso acartonado e pintado com tinta látex PVA.	 <p><i>Figura 95: Forro de gesso acartonado</i> <i>Fonte: https://www.divimix.com.br</i></p>
Área de Mesas, Escada Emergência e Área Livre da Piscina	Teto em estrutura metálica em aço e vidro temperado (projeto específico).	 <p><i>Figura 96: Cobertura de vidro</i> <i>Fonte: https://www.digicomweb.com.br</i></p>

Quadro 19: Especificações preliminares dos materiais / TETO (continua)

Fonte: Autoria Própria

TETO / Pavimento Superior		
Local	Especificação	Modelo
Sala dos Professores, Sala de Reunião, Laboratório de Informática, Salas de Aula, Sala de Pilates, Setor Administrativo e Circulação (Imóvel A)	Teto em forro de madeira inclinado, fixado em estrutura de madeira, lixado e posterior acabamento em verniz.	 <p><i>Figura 97: Forro de madeira</i> <i>Fonte: https://www.srmadeiras.com.br</i></p>
Sanitários, D.M.L., Copa, Sala de Descanso e Circulação (construção fundo)	Teto em forro de gesso acartonado e pintado com tinta látex PVA.	 <p><i>Figura 98: Forro de gesso acartonado</i> <i>Fonte: https://www.divimix.com.br</i></p>
TETO / Pavimento Técnico		
Local	Especificação	Modelo
Salas de Manutenção e D.M.L.	Teto em forro de gesso acartonado e pintado com tinta látex PVA.	 <p><i>Figura 99: Forro de gesso acartonado</i> <i>Fonte: https://www.divimix.com.br</i></p>
Passarela Técnica (Imóvel A)	Teto com forro de madeira inclinado, fixado em estrutura de madeira, lixado e posterior acabamento em verniz.	 <p><i>Figura 100: Forro de madeira lei</i> <i>Fonte: https://www.srmadeiras.com.br</i></p>

Quadro 19: Especificações preliminares dos materiais / TETO (conclusão)

Fonte: Autoria Própria

4.4.3 Peças Gráficas

a) Plano Físico – Funcional dos Ambientes



Figura 101: Proposta de intervenção nas áreas externas
Fonte: Autoria Própria

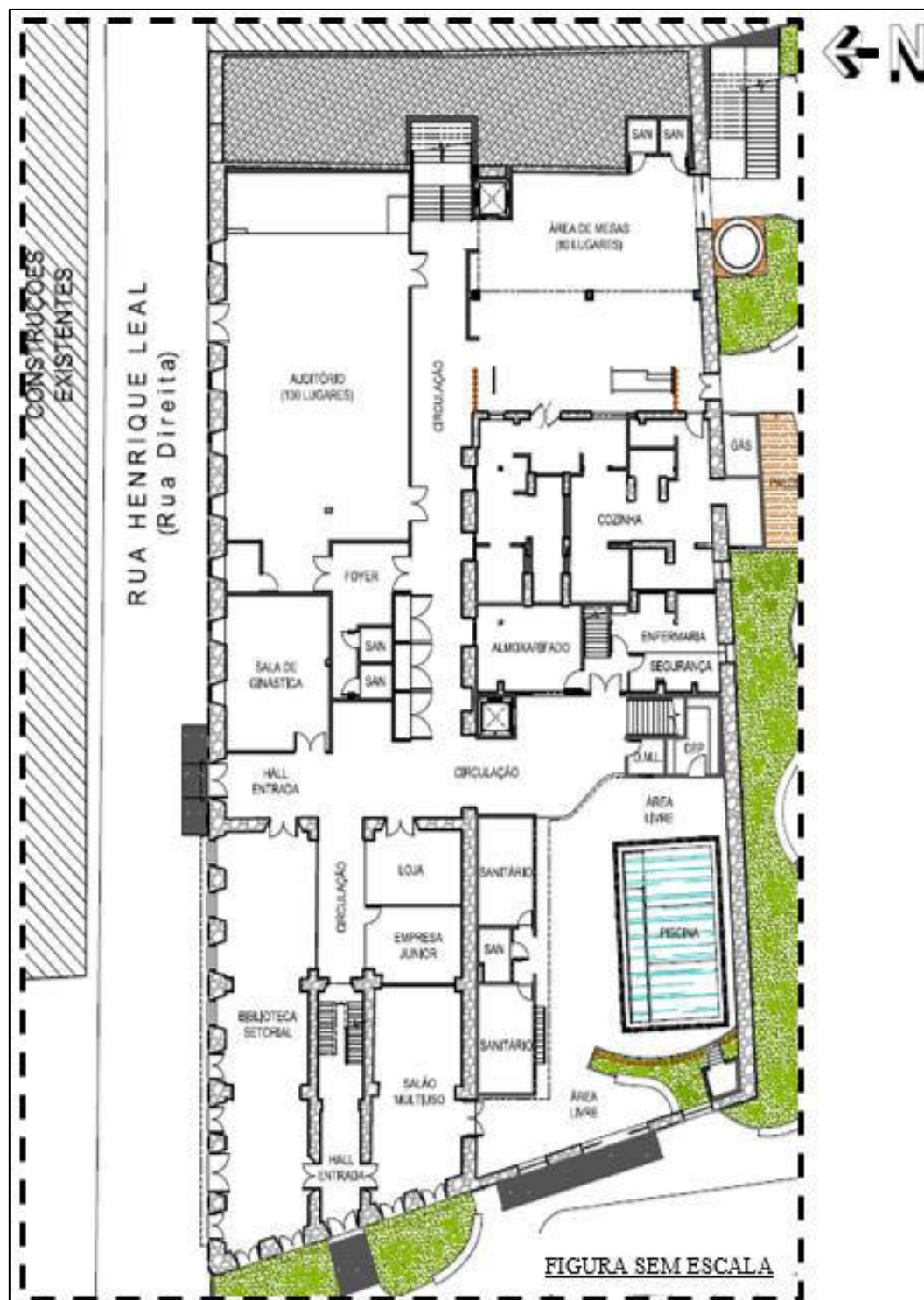


Figura 102: Proposta de intervenção no pavimento térreo

Fonte: Autoria Própria

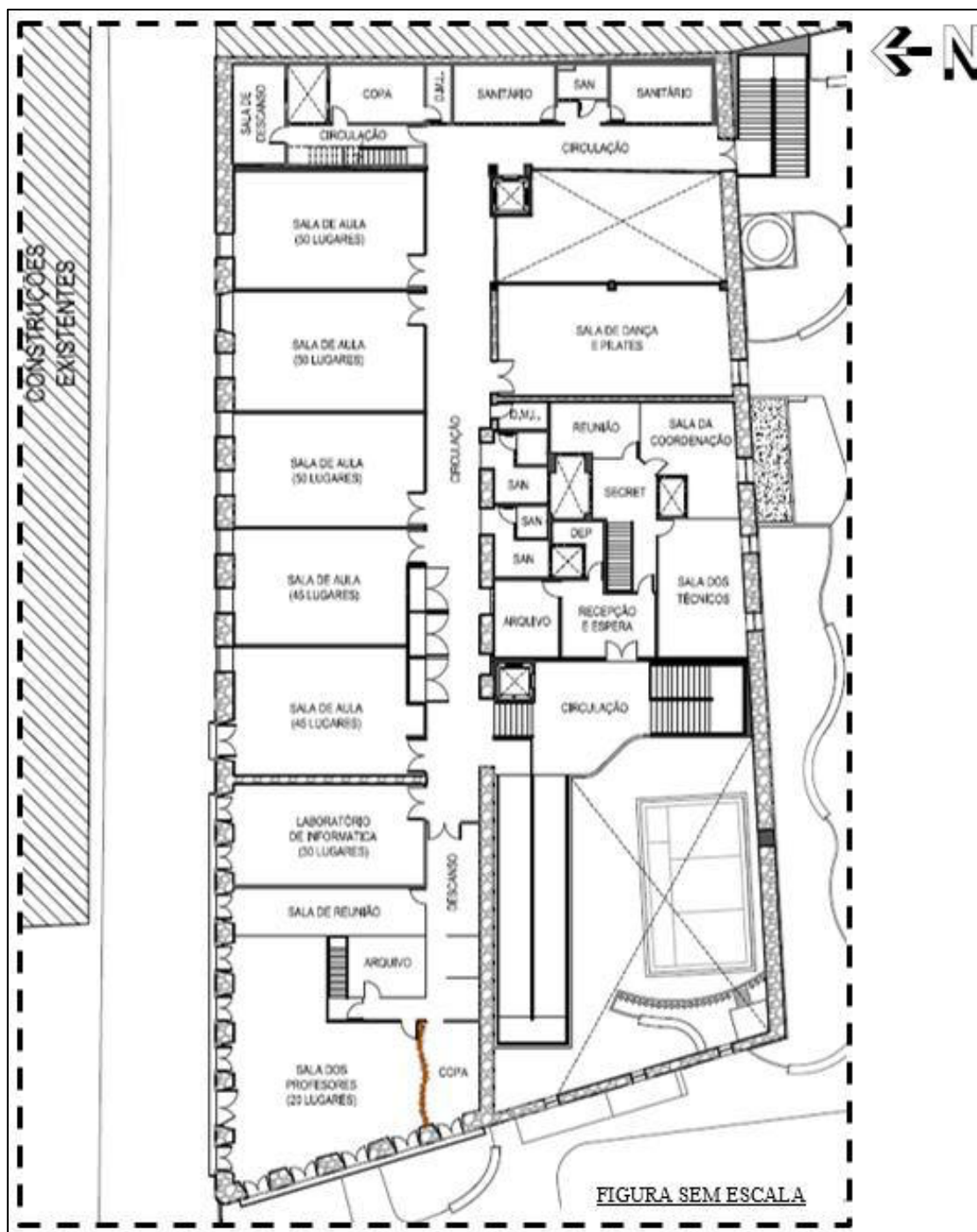


Figura 103: Proposta de intervenção no pavimento superior
Fonte: Autoria Própria

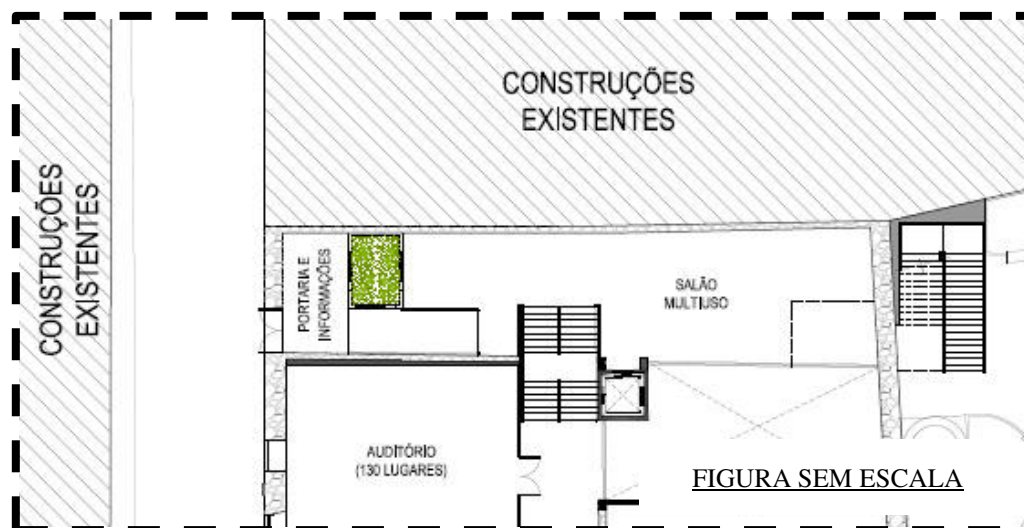


Figura 104: Proposta de intervenção no pavimento anexo dos fundos

Fonte: Autoria Própria

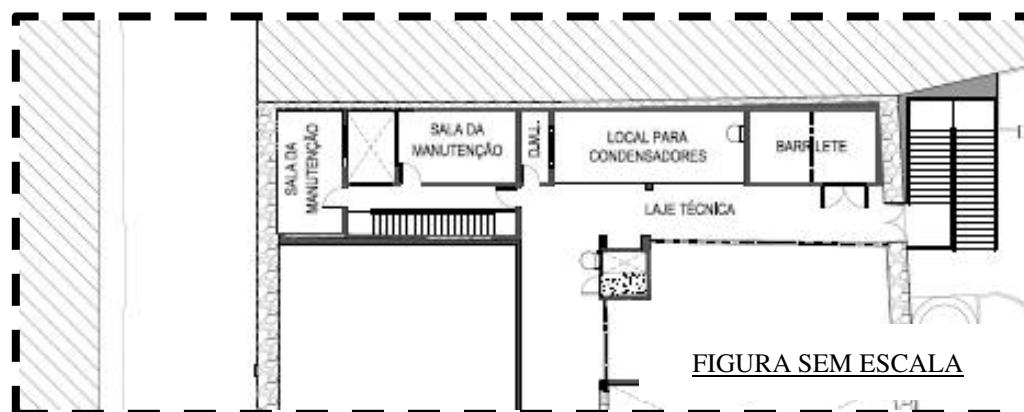


Figura 105: Proposta de intervenção no pavimento técnico

Fonte: Autoria Própria

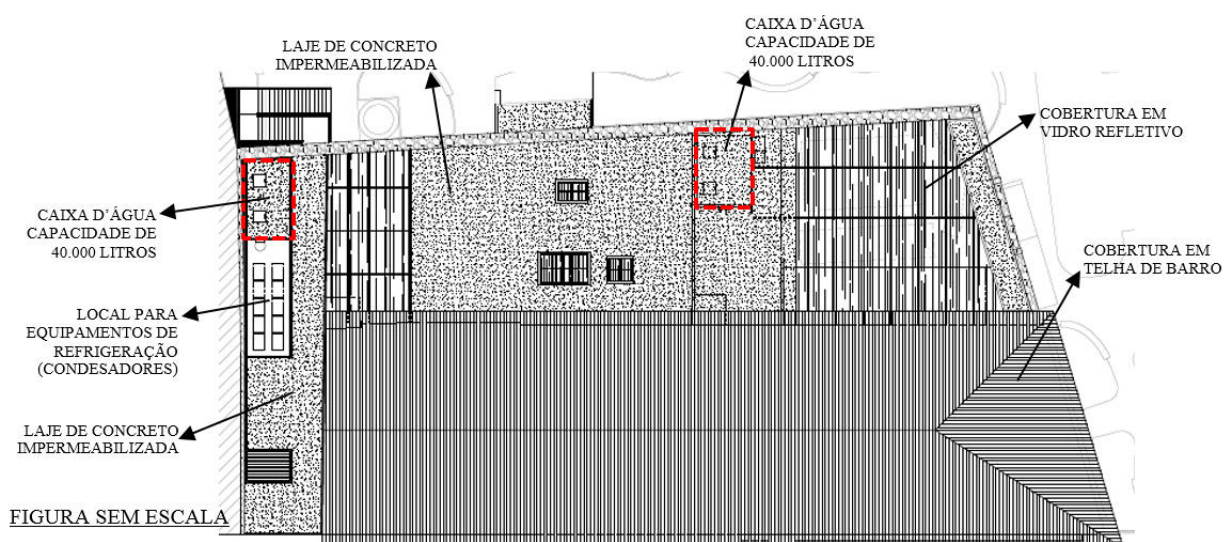


Figura 106: Proposta de intervenção nas coberturas

Fonte: Autoria Própria

– BIBLIOTECA (A = 106,23m²)

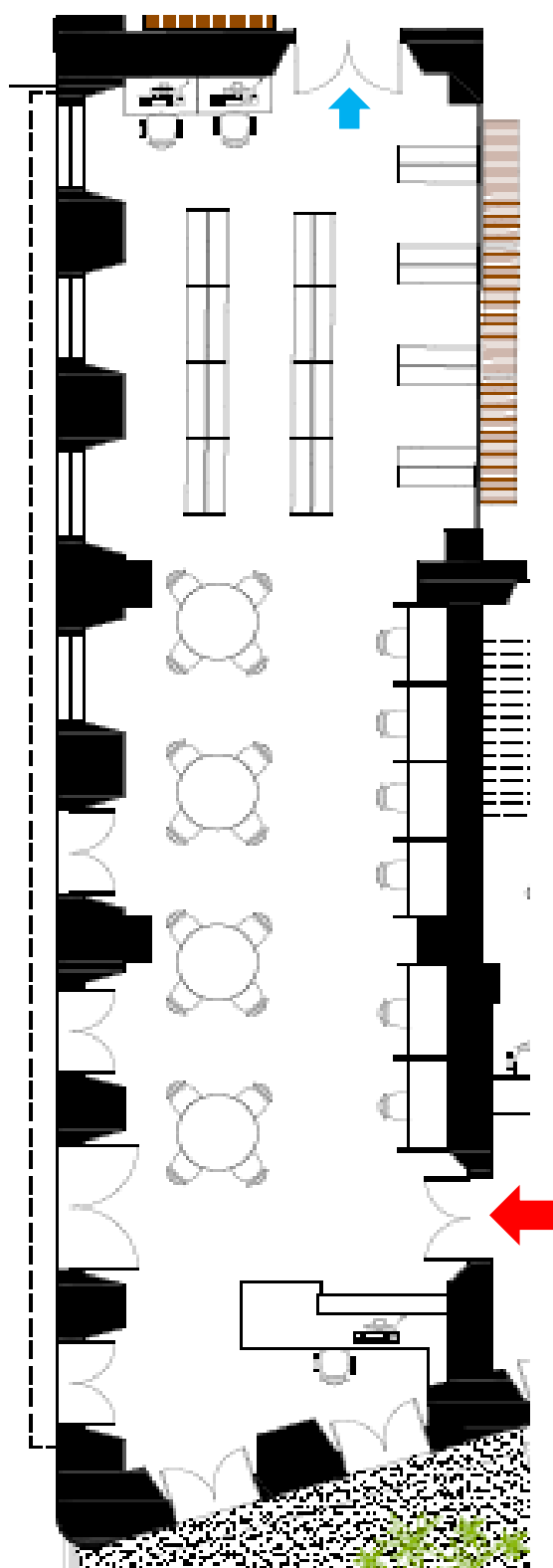


FIGURA SEM ESCALA

- ➔ Acesso Principal
- ➔ Acesso Secundário



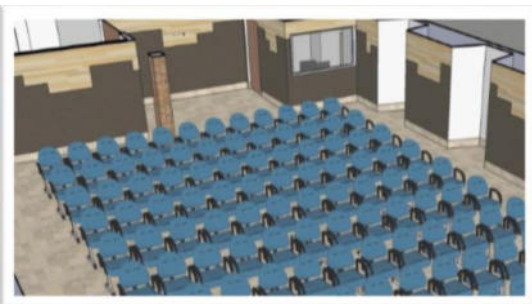
DIRETRIZES

O ambiente foi planejado numa área com muitas aberturas para o exterior, com a intenção de proporcionar uma integração visual dos usuários com o cotidiano local.

Em todos os vãos externos, além das janelas (caixarias) de madeira características da arquitetura colonial do imóvel, também serão colocados painéis de vidro temperado para que seja mantido a iluminação natural, a climatização e a segurança predial.

O ambiente possui 02 (duas) entradas, 01 (um) balcão para atendimento, 04 (quatro) cabines para estudo individual, 02 (duas) cabines para consultas e pesquisas, além de espaço para estudo coletivo e estantes para o acervo setorial.

– AUDITÓRIO = Foyer / Sala de Controle / Plateia (A = 246,25m²)



DIRETRIZES

O ambiente foi planejado na ampla área na lateral do Imóvel A, com aberturas para o exterior feitas por óculos com gradil em ferro, além de um grande vão de porta em arco pleno que permanecerá vedado, mas terá sua alvenaria de pedra argamassada exposta.

Em todos os vãos dos óculos serão colocados painéis de vidro temperado para que seja mantido a iluminação natural, a climatização e a segurança predial.

O ambiente possui 03 (três) entradas, sendo 01 (uma) no foyer e o restante no auditório, 01 (uma) sala de controle e 02 (dois) sanitários acessíveis. O auditório tem capacidade para 130 (cento e trinta) lugares e 01 (um) palco elevado para 06 (seis) lugares.

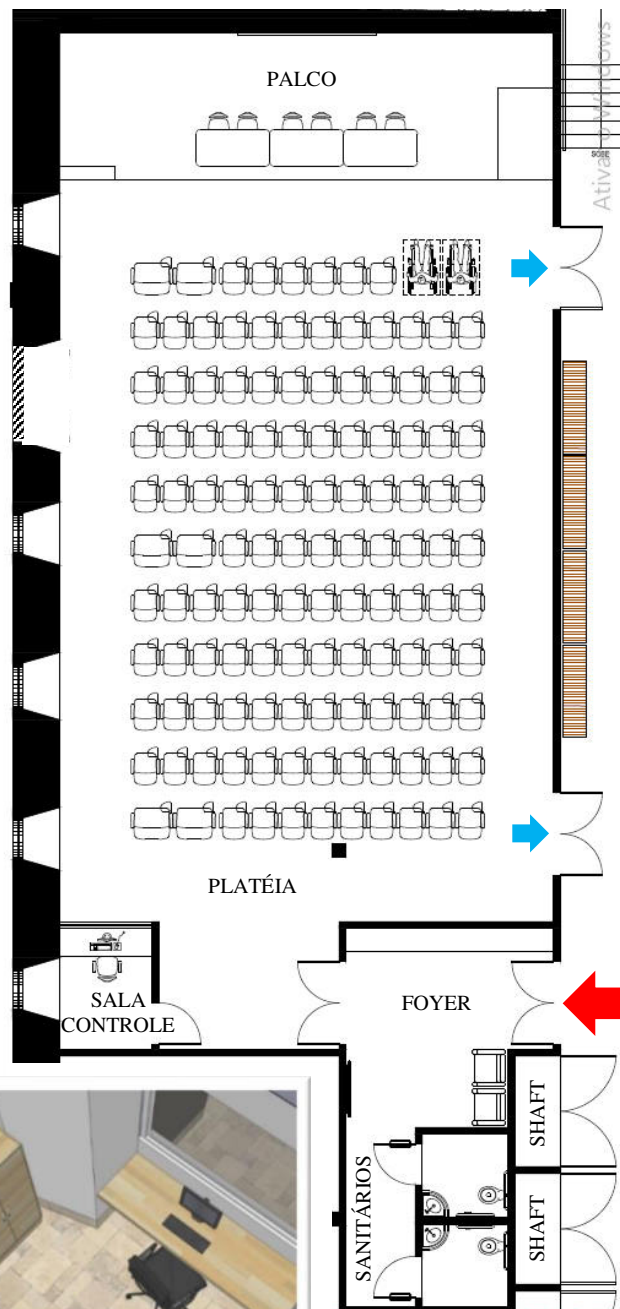
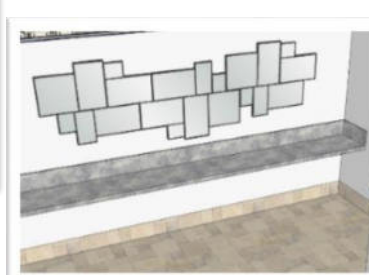


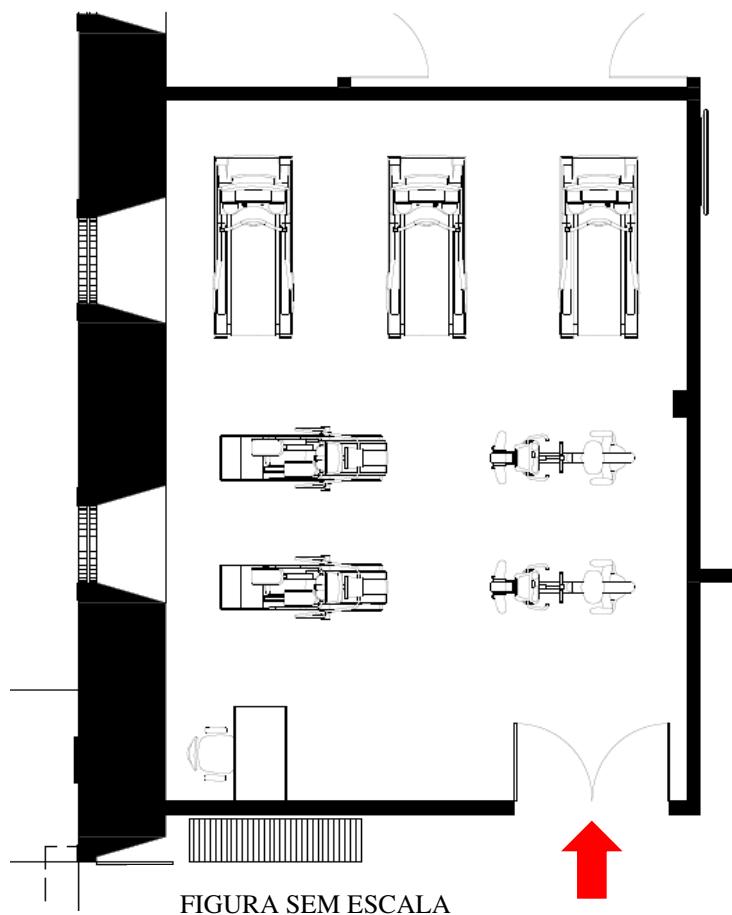
FIGURA SEM ESCALA



- ➔ Acesso Principal
- ➔ Acesso Secundário



– SALA DE GINÁSTICA (A = 49,20m²)

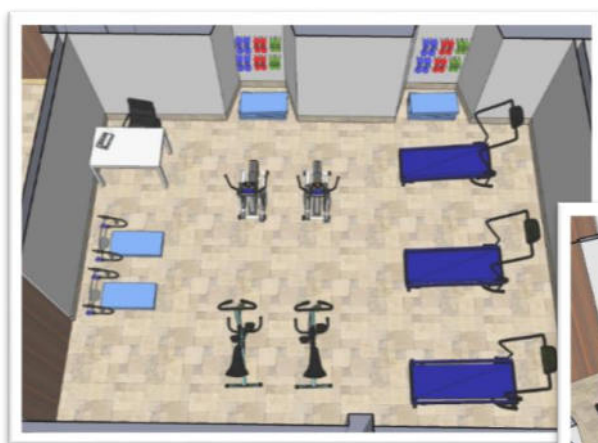


DIRETRIZES

O ambiente foi planejado numa ampla área na lateral do Imóvel A, com aberturas para o exterior feitas por óculos com gradil em ferro. Localiza-se próximo à entrada lateral do Imóvel A.

Em todos os vãos dos óculos serão colocados painéis de vidro temperado para que seja mantido a iluminação natural, a climatização e a segurança predial.

Possui ainda 01 (uma) entrada feita por porta dupla em vidro temperado, para que seja mantido o conceito de leveza, claridade e contemplação visual de todos os espaços.



– **SALÃO MULTIUSO 1 (A = 55,70m²)**

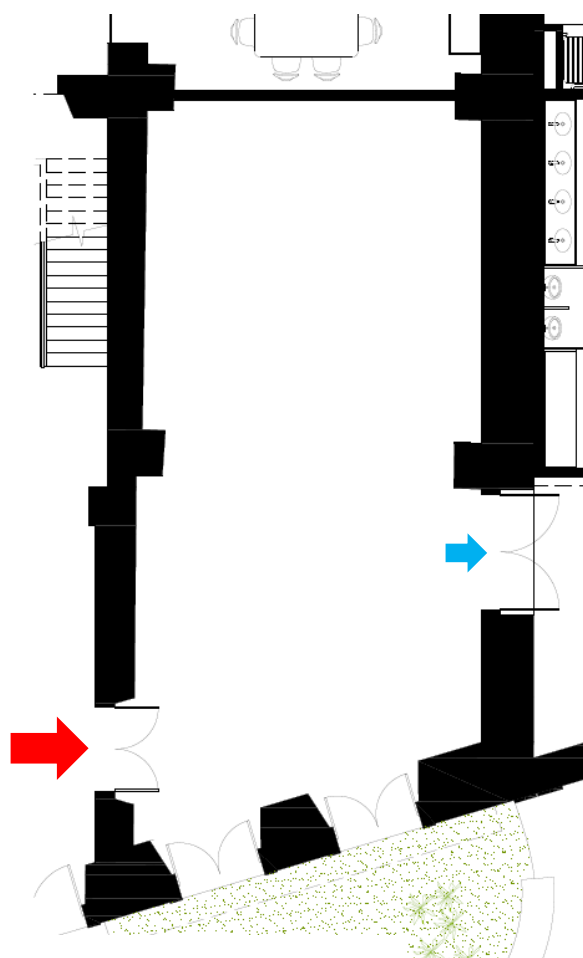


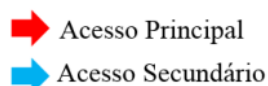
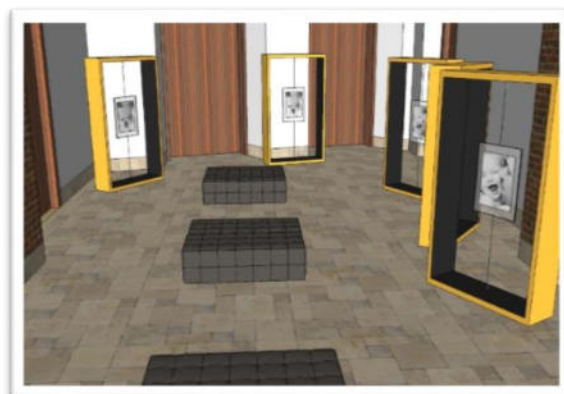
FIGURA SEM ESCALA

DIRETRIZES

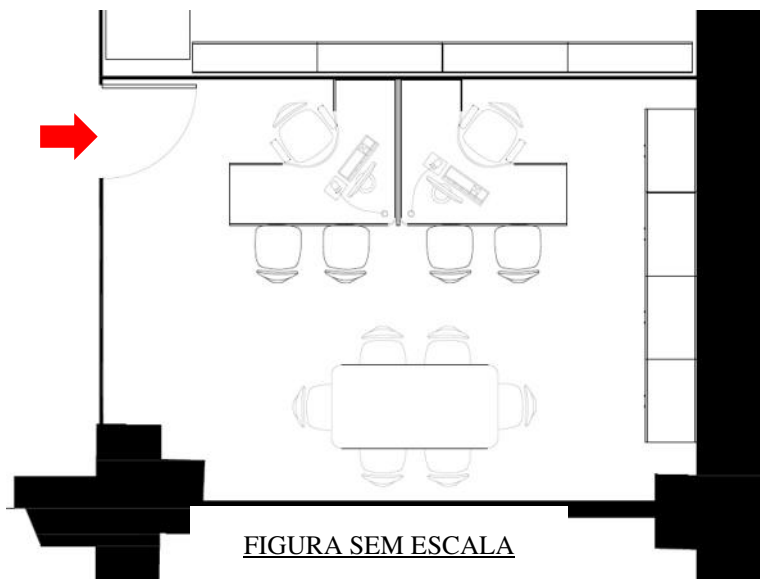
O ambiente foi planejado numa ampla área na lateral do Imóvel adjacente ao volume do Imóvel B, possuindo 02 (duas) portas, sendo 01 (uma) para a área livre da piscina e outra que dá acesso ao vestíbulo.

As janelas (caixarias) são frontais e receberão painéis de vidro temperado para que seja mantido a iluminação natural, a climatização e a segurança predial.

O ambiente destina-se para realização de exposições ou outra atividade artística elaborada para os alunos.



– EMPRESA JÚNIOR (A = 22,40m²)

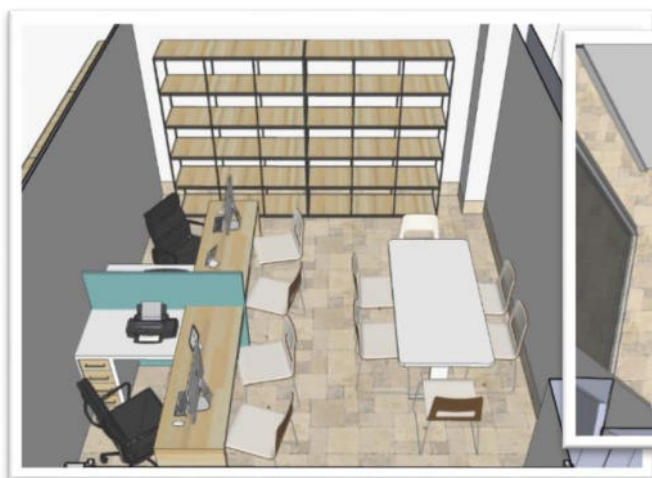



DIRETRIZES

O ambiente localiza-se numa área central do Imóvel A e divide um grande espaço com a loja. A separação destes espaços foi feita com divisórias, permitindo futuras remoções e fechamento frontal em painéis divisórios em vidro.

O ambiente possui 01 (uma) entrada também em vidro temperado, 02 (duas) estações de trabalho com atendimento e 01 (uma) mesa de reunião.

O propósito da colocação da empresa júnior no Programa de Necessidades baseia-se na possibilidade de novas atividades acadêmicas para os alunos, na forma de consultorias (em diversas áreas) para dar assistência a uma população com menor condição social e mais carente.



 Acesso Principal

– LOJA (A = 22,07m²)

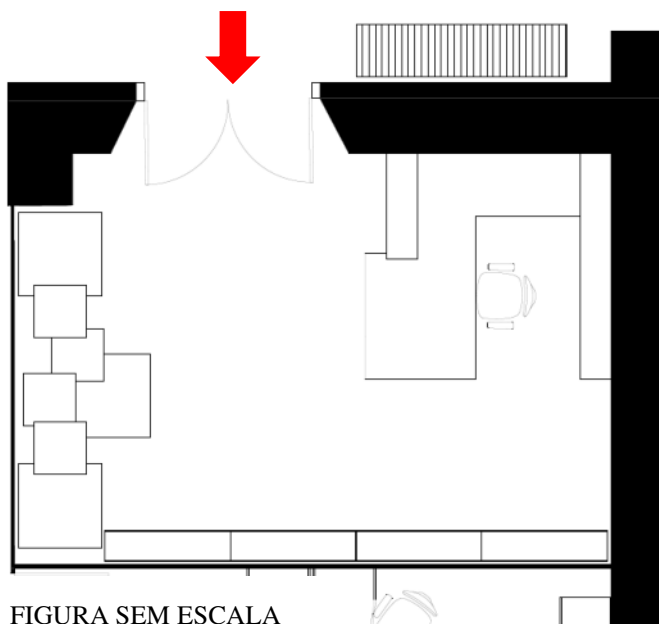


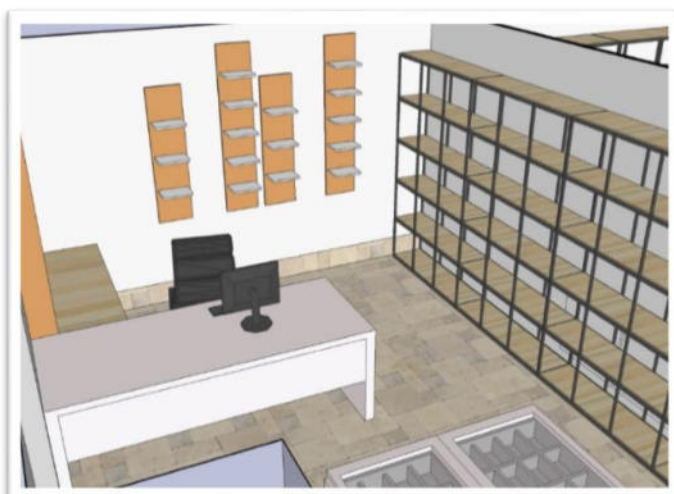
FIGURA SEM ESCALA

DIRETRIZES

O ambiente localiza-se numa área central do Imóvel A e divide um grande espaço com a empresa júnior. A separação destes espaços foi feita com divisórias, permitindo futuras remoções e fechamento frontal em painéis divisórios em vidro.

O ambiente possui 01 (uma) entrada também em vidro temperado, 01 (um) balcão de atendimento, além de expositores e estantes para material.

O propósito da colocação da loja no Programa de Necessidades foi para permitir a venda de produtos de papelaria e utilidades, diminuindo a necessidade de deslocamentos dos alunos e funcionários para aquisição dos produtos.



➔ Acesso Principal

- **ALMOXARIFADO (A = 27,56m²)**
- **SALA DE SEGURANÇA (A = 10,28m²)**
- **ENFERMARIA (A = 17,62m²)**

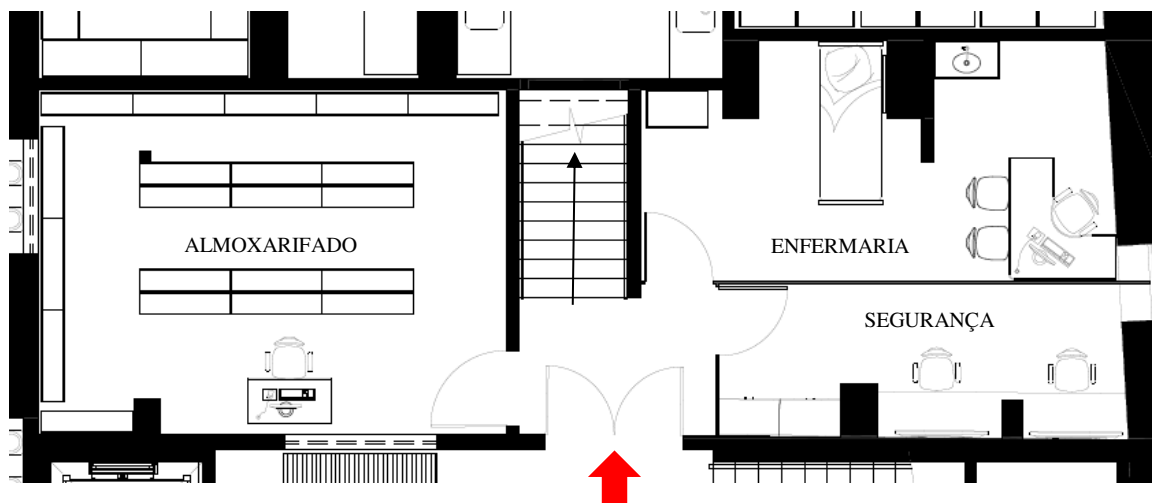



FIGURA SEM ESCALA



 **Acesso Principal**

DIRETRIZES

O ambiente localiza-se numa área frontal do pavimento térreo no Imóvel B. Dividem esse espaço a sala de segurança, enfermaria e almoxarifado, assim como a escada de acesso direto para a área administrativa. O espaço da sala de segurança e enfermaria foram separados por divisórias e o almoxarifado que fica do lado contrário do espaço foi fechado com alvenaria.

A sala de segurança e enfermaria tem janelas (caixarias) para o exterior em vidro temperado e o almoxarifado tem janela alta também em vidro que se abre para o corredor do Imóvel A.

Os 03 (três) espaços fazem parte do Setor Administrativo e dão suporte para funcionamento seguro e amparado de alunos, funcionários e professores.

– RESTAURANTE = Cozinha (A = 132,96m²)

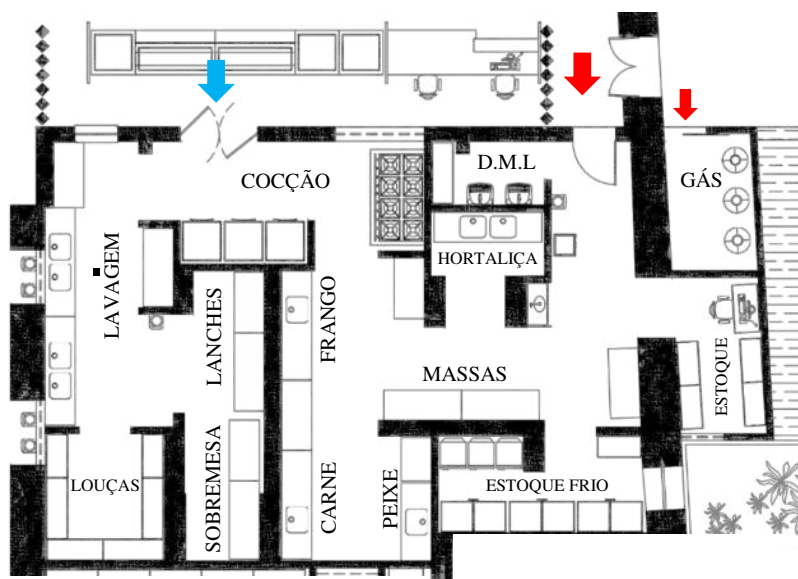


FIGURA SEM ESCALA

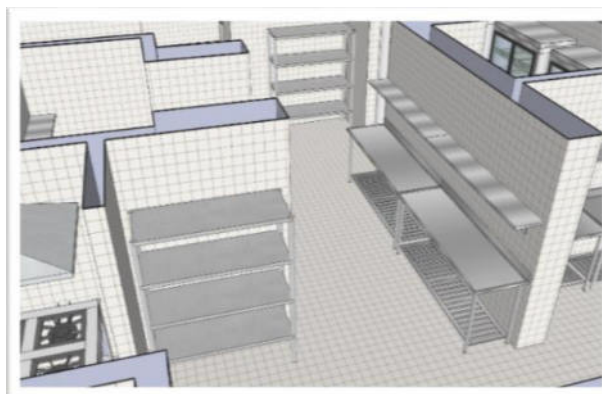
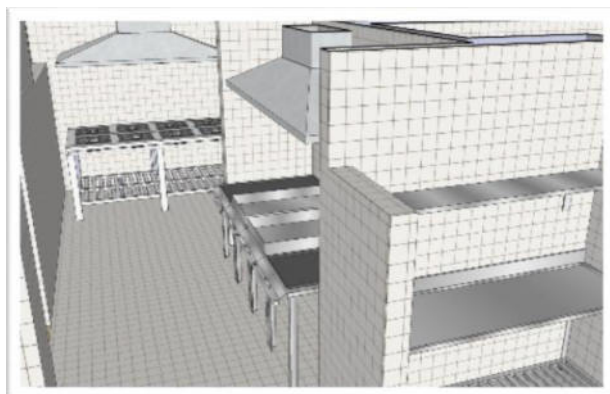
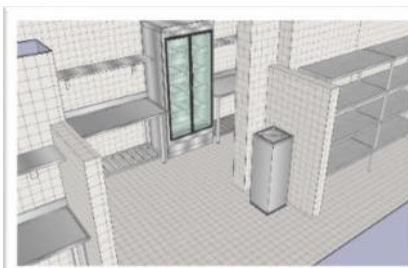
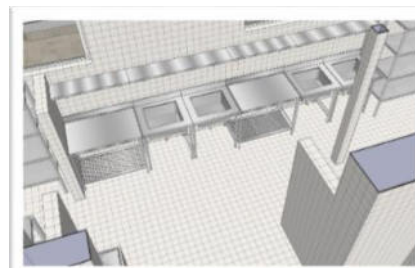
➔ Acesso Principal
➔ Acesso Secundário

DIRETRIZES

O ambiente localiza-se numa área posterior do pavimento térreo no Imóvel B. A cozinha foi organizada e dividida em: estoque, D.M.L., estoque frio (geladeiras), preparo de hortaliças, preparo de massas, preparo de carnes, preparo de frango, preparo de peixe, preparo de sobremesas e lanches, área de cocção, copa, lavagem e tratamento de panelas, guarda de louças (loija) e abrigo de gás.

A cozinha possui janelas (caixarias) altas em vidro temperado que se abre para o corredor do Imóvel A e para a área de mesas e também direto para o exterior.

Os acessos são feitos por 01 (uma) porta de serviços e outra porta tipo vaivém que serve para abastecimento das rampas de alimentação localizadas na área de mesas.



– RESTAURANTE = Área de Mesas (A = 165,33m²)



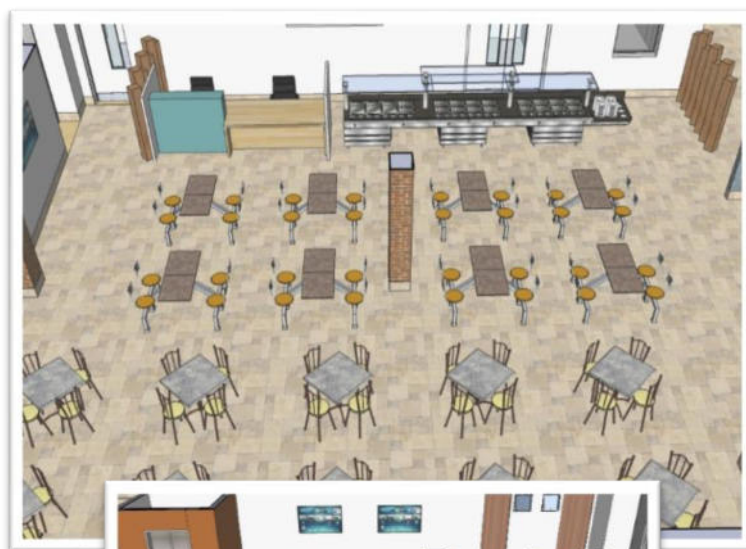
FIGURA SEM ESCALA

DIRETRIZES

O ambiente localiza-se numa área posterior do pavimento térreo no Imóvel B. A área foi organizada para comportar 80 (oitenta) pessoas, além de uma rampa de alimentação e balcão de pagamento.

A área possui ligação direta com a circulação do Imóvel A, com o pátio de estacionamento por meio de 02 (duas) portas de vidro temperado e para escada que acessa o salão multiuso dos fundos do prédio.

O ambiente tem cobertura de vidro e pé direito duplo, permitindo a visualização dos outros pavimentos do anexo dos fundos. Foram previstos também nesse espaço a instalação dos lavatórios, 02 (dois) sanitários acessíveis, assim como 01 (um) dos elevadores (ascensores).

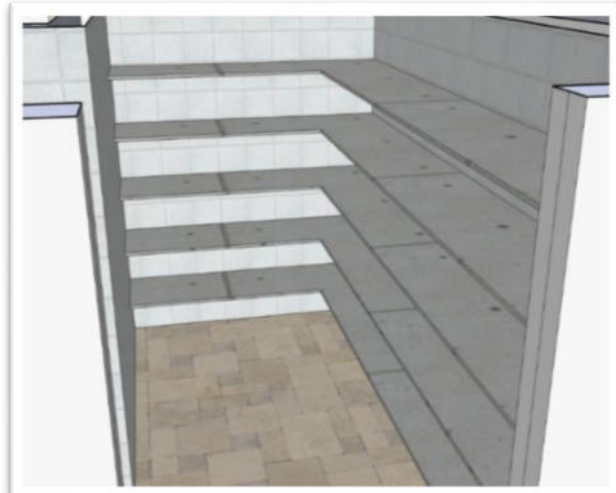


➡ Acesso Principal

- **D.M.L. (A = 3,98m²)**
- **DEPÓSITO ÁREA DA PISCINA (A = 9,53m²)**



FIGURA SEM ESCALA



➔ Acesso Principal

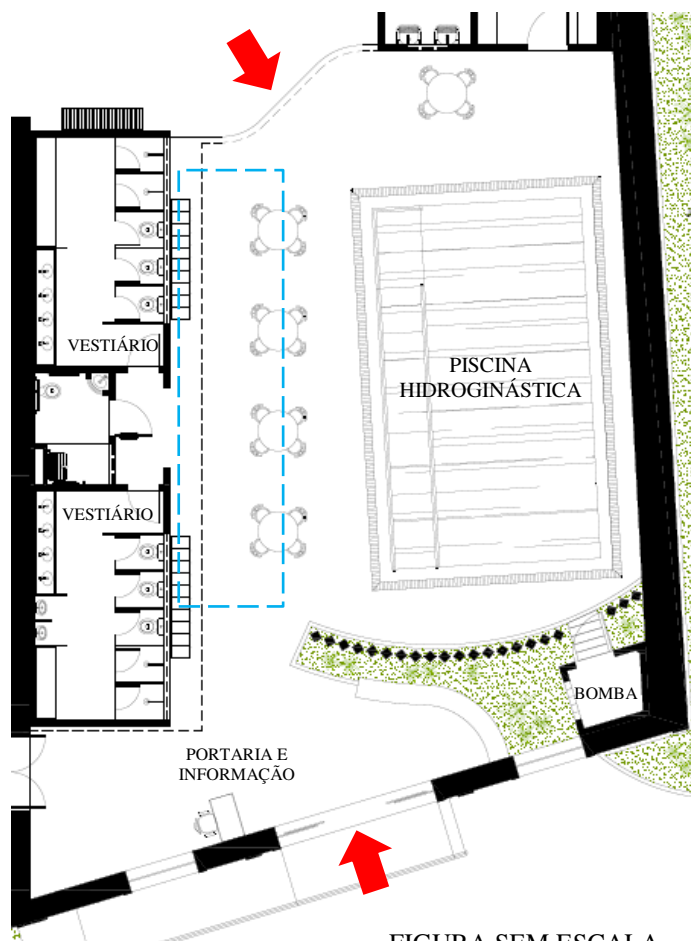
DIRETRIZES

O ambiente localiza-se numa área frontal do térreo no Imóvel B próximo a piscina. O D.M.L. serve de apoio para esse pavimento e o depósito é para guarda dos materiais utilizados nas aulas de hidroginástica.

O D.M.L. possui 01 (uma) porta de madeira com venezianas e que se abre para a circulação. Possui também 01 (uma) janela de vidro, 02 (dois) tanques e armários para guarda de material de limpeza.

O depósito fica embaixo da escada e possui 01 (uma) porta de madeira com venezianas que se abre para a área da piscina. Possui várias prateleiras para guarda dos equipamentos utilizados nas aulas.

– ÁREA LIVRE DA PISCINA (A = 221,79m²)



DIRETRIZES

O ambiente localiza-se numa grande área frontal do térreo no Imóvel B. A área da piscina tem comunicação direta com o pátio de estacionamento, com a área multiuso do Imóvel A e com o pátio das circulações da escada.

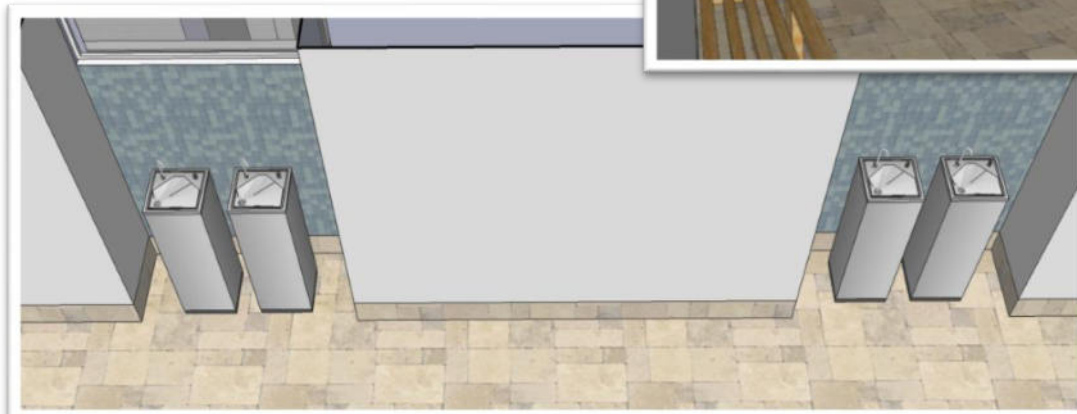
Nessa área foram colocados ainda os vestiários para os alunos, assim como a casa de bomba da piscina e provável local da cisterna 40.000 litros (tracejado azul). A piscina para hidroginástica foi planejada para até 12 alunos por aula, com desníveis e rampa para facilitar o acesso.

Toda a área da piscina tem cobertura de vidro e pé direito duplo, permitindo a visualização do pavimento superior e da caixa do elevador.

 Acesso Principal



- **HALL DE ENTRADA (A = 30,46m²)**
- **PORTARIA (A = 7,26m²)**
- **CIRCULAÇÕES E ESCADAS (A = 259,32m²)**



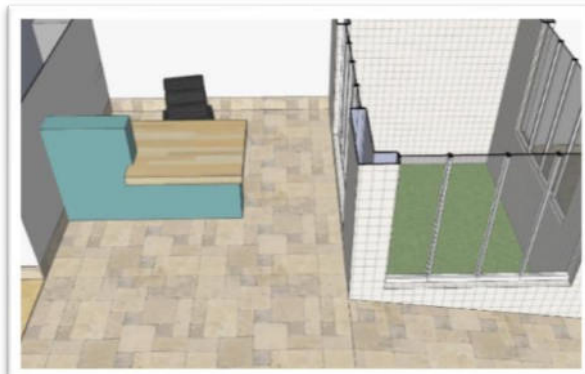
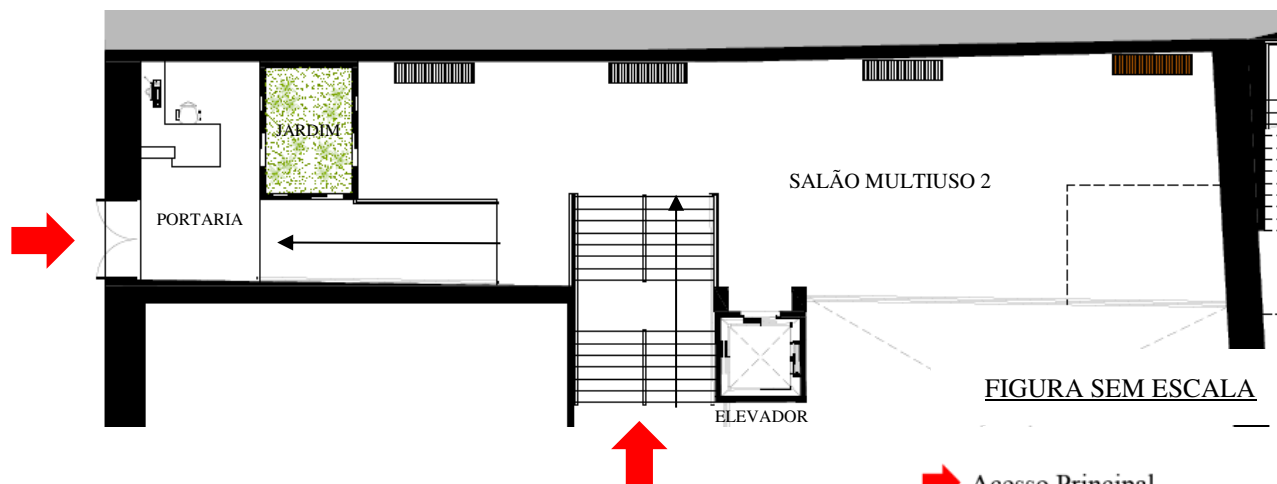
DIRETRIZES

Todos os ambientes mostrados estão localizados no pavimento térreo no Imóvel A. O vestíbulo central, que ainda apresenta muitas características coloniais originais, terá sua estrutura preservadas, assim como todo o corpo da escada de madeira que dá acesso à área dos professores no pavimento superior.

Ao longo das circulações foram previstos os shafts (dutos) para manutenção de quadros elétricos, lógica e telefonia, assim como espaço para bebedouros e bancos de madeira, proporcionando mais conforto e comodidade aos usuários.

O acesso pela entrada lateral será controlado no espaço da portaria / informações, com localização central e na interseção das circulações e acessos externos.

– SALÃO MULTIUSO 2 (A = 144,41m²)



➔ Acesso Principal

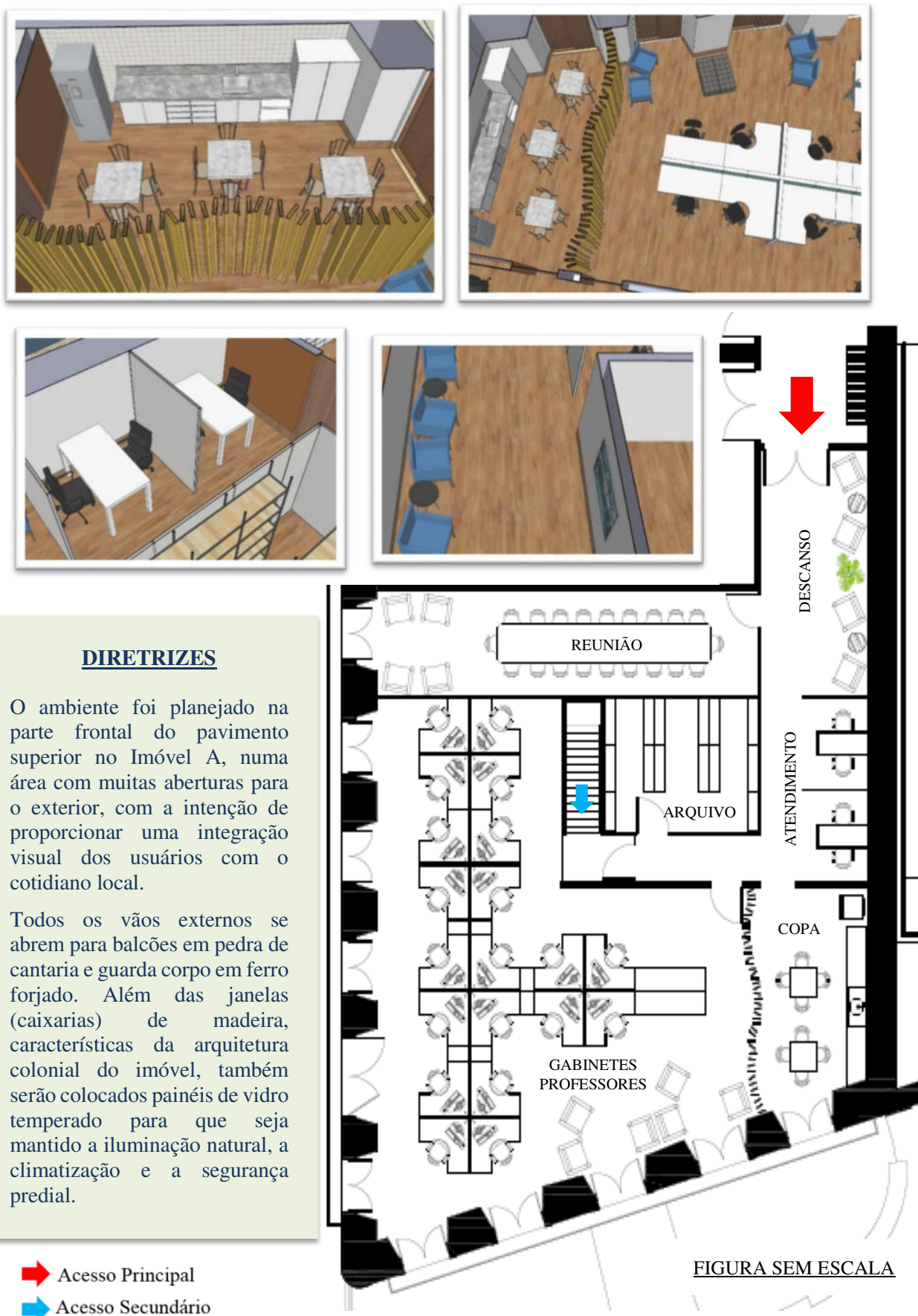
DIRETRIZES

O ambiente foi planejado numa ampla área nos fundos dos imóveis, que foi completamente reconfigurada, com o acréscimo de 02 (dois) pavimentos que se interligam com os demais pavimentos da área mais antiga do imóvel.

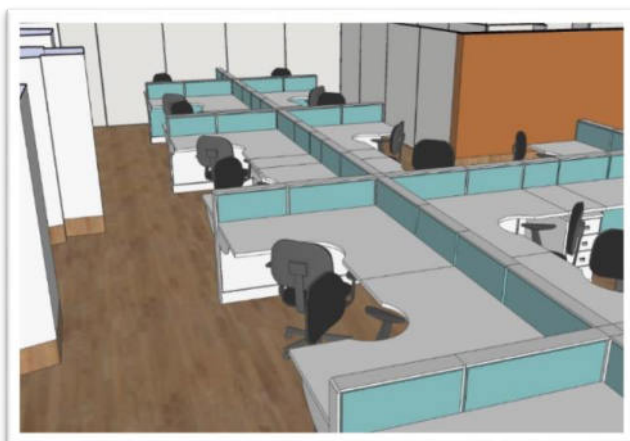
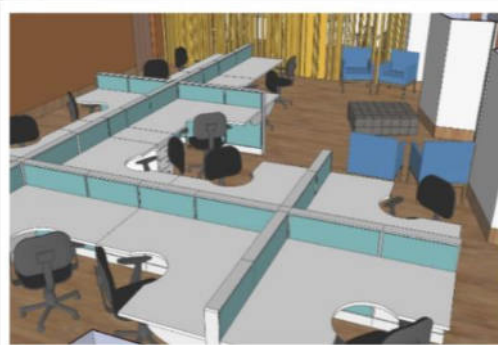
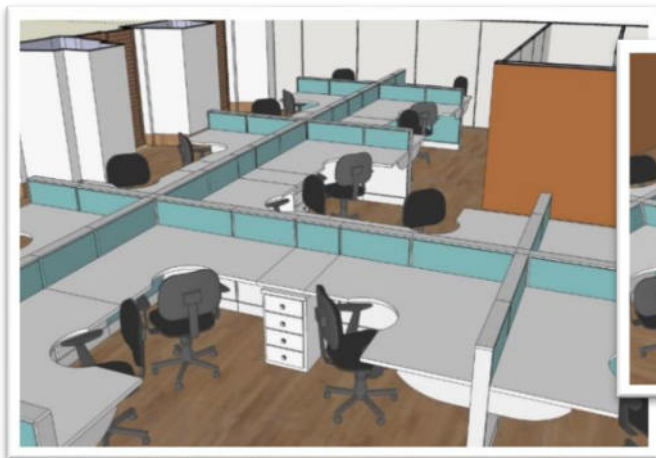
O salão multiuso tem acesso externo para a rua lateral do Imóvel A e também acesso interno para a circulação central e comunicação direta com a área de mesas do restaurante, que pode ainda ser vista através da abertura, protegida por um peitoril que está voltada para esta área. Possui ainda um jardim interno que atravessa todos os andares dessa construção nova.

O ambiente destina-se para realização de exposições ou outra atividade artística elaborada para os alunos, podendo ainda ser aberto isoladamente para eventos externos.

- **SALA PROFESSORES = Copa / Atendimento / Descanso / Arquivo (A = 70,47m²)**



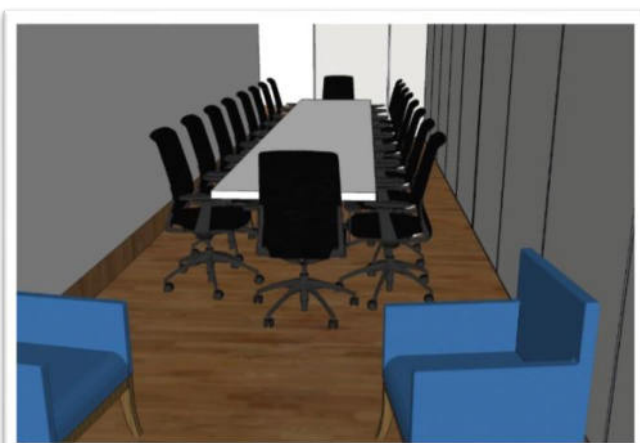
– **SALA PROFESSORES = Gabinetes / Sala de Reunião (A = 132,62m²)**



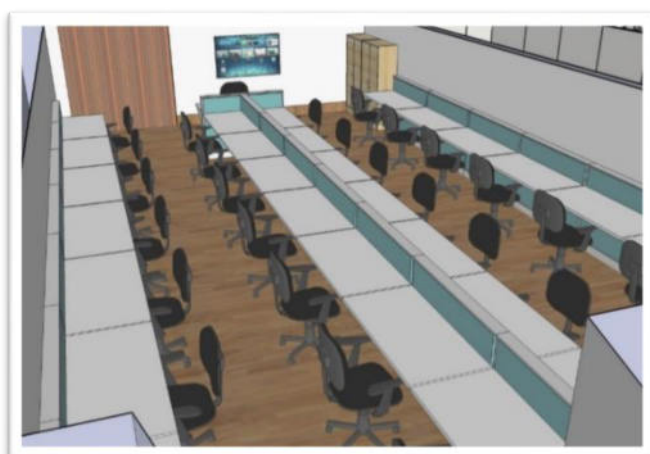
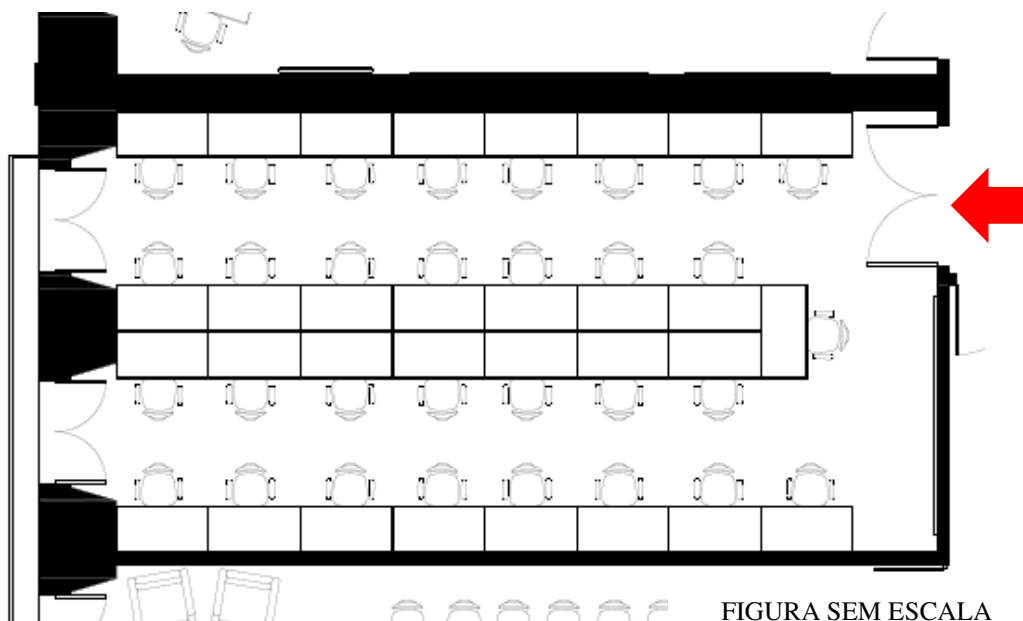
DIRETRIZES

O ambiente possui 02 (duas) entradas, sendo 01 (uma) com acesso restrito pela escada de madeira e outra principal próxima ao elevador (ascensor) e na qual se sucedem: espaço para descanso, local para atendimento de alunos, arquivo, sala de reunião para 20 (vinte) pessoas, copa e um grande salão com 20 (vinte) estações de trabalho para os professores.

A proposta de integração também foi inserida nas divisões físicas dentro do setor, com utilização de divisórias de vidro e separações com estruturas vazadas, proporcionando conexão visual.



– LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA (A = 60,95m²)



DIRETRIZES

O ambiente localiza-se depois da área dos professores, numa área que possui aberturas para o exterior pela lateral do Imóvel A. Os vãos externos se abrem para balcões em pedra de cantaria e guarda corpo em ferro forjado. Além das janelas (caixarias) de madeira, características da arquitetura colonial do imóvel, também serão colocados painéis de vidro temperado para que seja mantido a iluminação natural, a climatização e a segurança predial.

O ambiente de estudo possui 01 (uma) entrada com porta dupla de madeira tipo veneziana, de modo a preservar a concentração e melhorar a absorção do conhecimento. O laboratório possui 30 (trinta) mesas individuais para computador (ecrã), 01 (uma) mesa para professor e tela de projeção e tv.

 Acesso Principal

– 05 (cinco) SALAS DE AULA (A = 348,09m²)

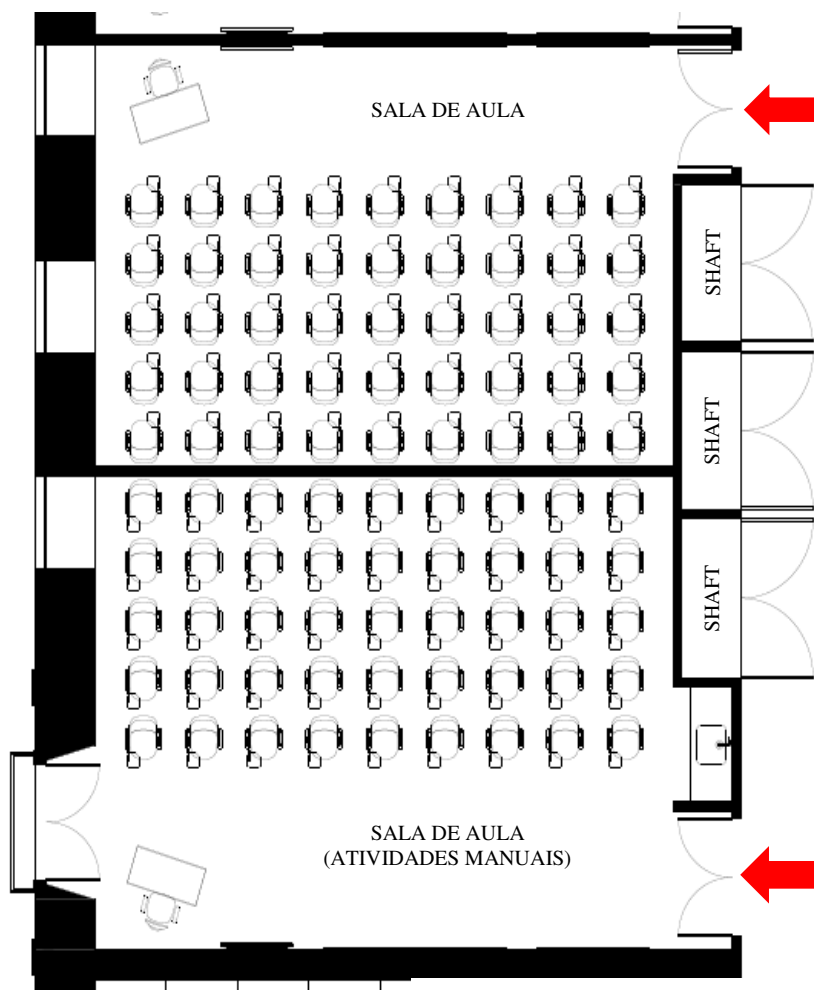


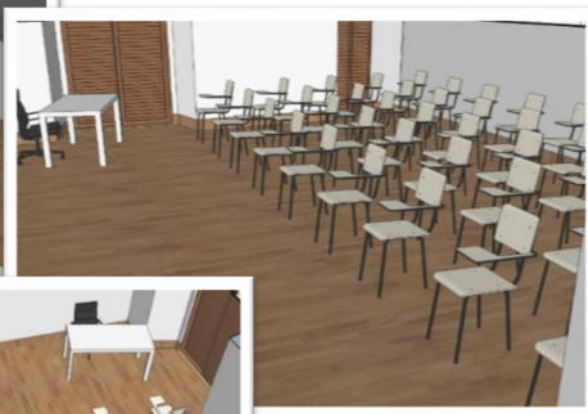
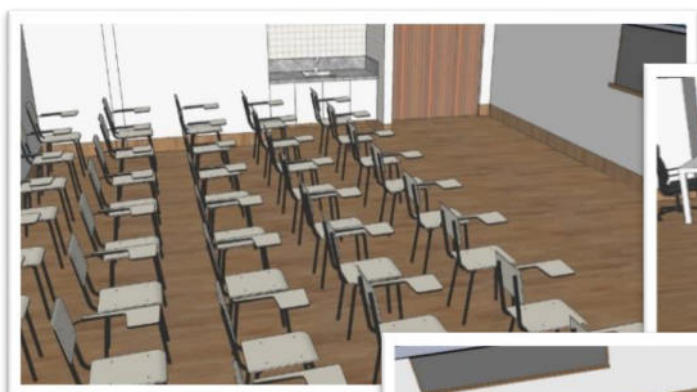
FIGURA SEM ESCALA

DIRETRIZES

Todas as 05 (cinco) salas de aula localizam-se na lateral do Imóvel A, com aberturas para o exterior e com balcões entalados. Nos vãos das janelas (caixarias) de madeira, características da arquitetura colonial do imóvel, também serão instalados painéis de vidro temperado para que seja mantido a iluminação natural, a climatização.

Cada ambiente de estudo possui 01 (uma) entrada com porta dupla de madeira tipo veneziana, de modo a preservar a concentração e melhorar a absorção do conhecimento. As salas de aula têm espaço para 50 (cinquenta) pessoas em carteiras, 01 (uma) mesa para professor e tela de projeção e tv.

Em 01 (uma) dessas salas de aula foi instalado uma cuba inox funda (bacia de cozinha) para auxiliar em atividades manuais e artesanais.



Acesso Principal

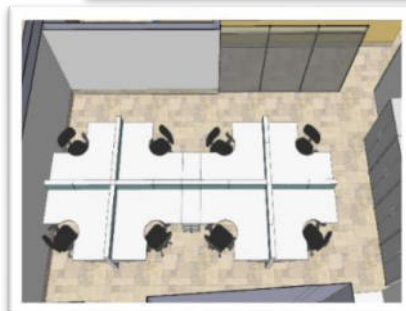
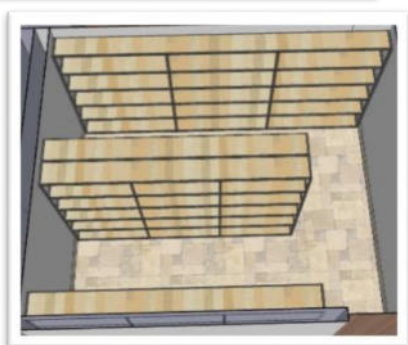
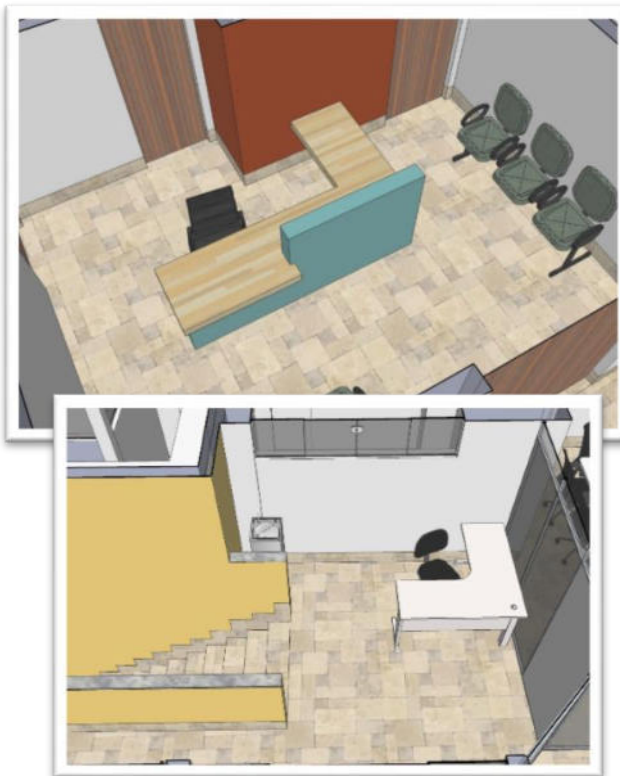
- **SETOR ADMINISTRATIVO = Recepção / Secretaria / Sala Técnicos / Arquivo / Depósito (A = 80,00m²)**

DIRETRIZES

O ambiente localiza-se numa área frontal do pavimento superior no Imóvel B. Dividem esse espaço administrativo: recepção / espera, arquivo, depósito, sala dos técnicos, secretaria, sala de reunião e sala dos coordenadores, assim como a escada de acesso direto para o pavimento térreo.

O espaço da recepção, arquivo e depósito tem fechamento com alvenaria e os outros ambientes são fechados por divisórias de vidro.

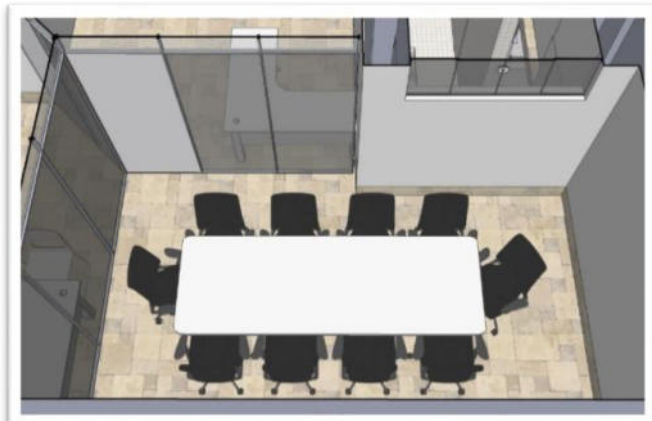
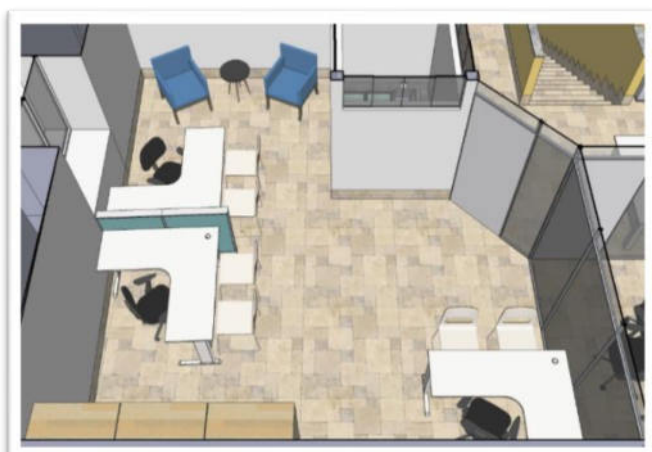
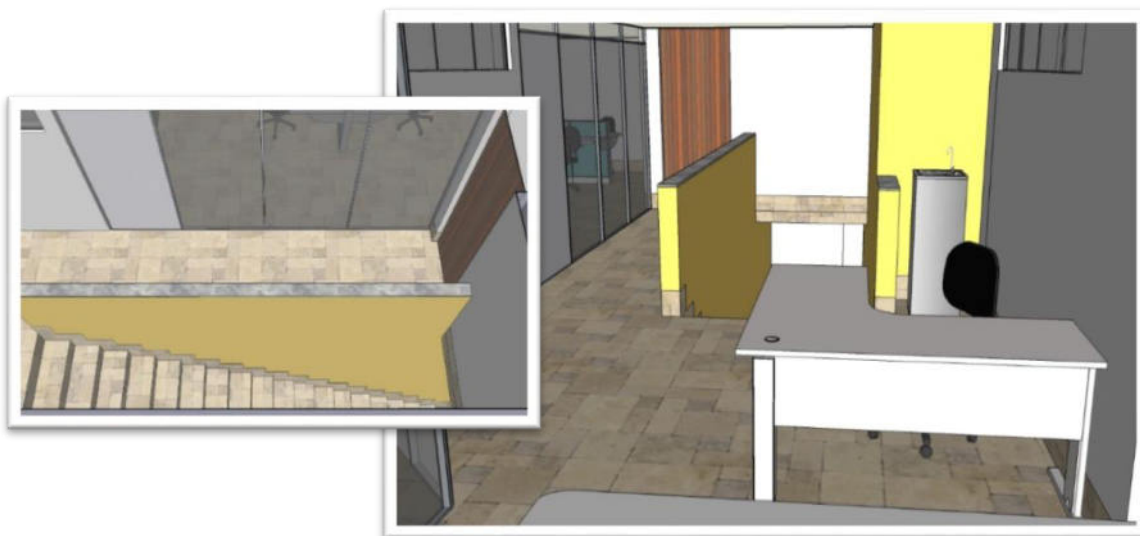
As salas dos técnicos e da coordenação tem janelas (caixaria) para o exterior em vidro temperado e os outros ambientes tem janelas (caixaria) altas em vidro que se abre para o fosso de iluminação.



- ➡ Acesso Principal
➡ Acesso Secundário

FIGURA SEM ESCALA

– **SETOR ADMINISTRATIVO = Secretária / Coordenação / Reunião (A = 61,77m²)**



DIRETRIZES

A sala dos técnicos foi planejada para comportar 08 (oito) pessoas em estações de trabalho, separadas por divisórias baixas e possui ainda armários altos.

A sala dos coordenadores tem 03 (três) estações de trabalho, armários e um pequeno estar.

A sala para pequenas reuniões foi planejada para 10 (dez) pessoas. A recepção e secretaria tem 01 (uma) pessoa em cada ambiente, dando auxílio e assistência aos demais setores.

O setor administrativo pode ser acessado pela escada central ou pelo elevador que fica na parede adjacente à entrada principal do setor administrativo.

– **SALA DE DANÇA E PILATES (A = 81,76m²)**

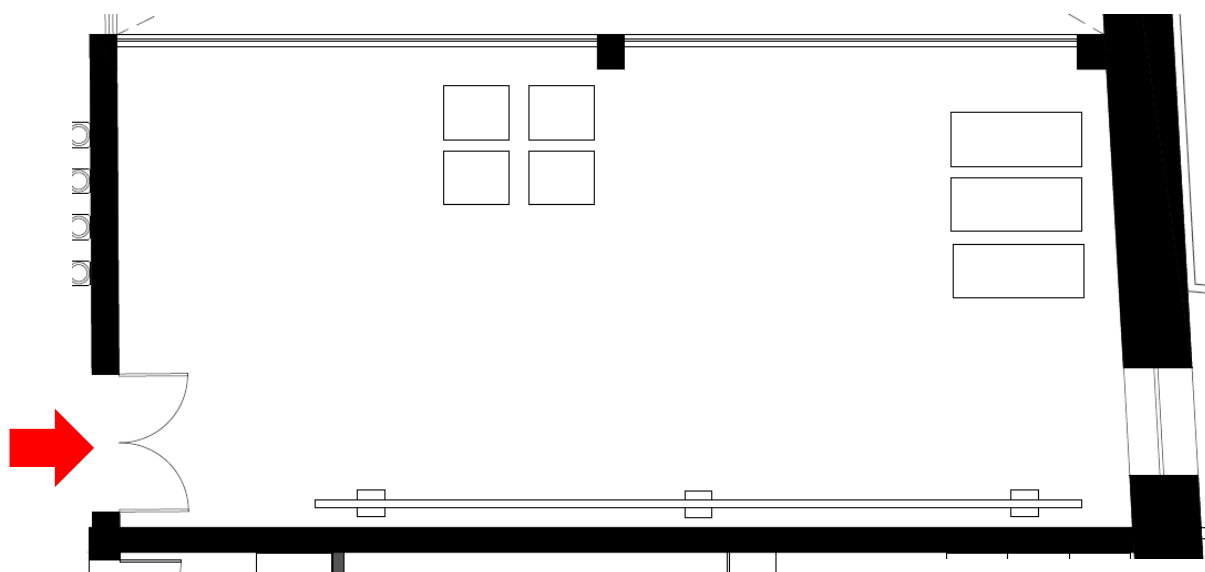
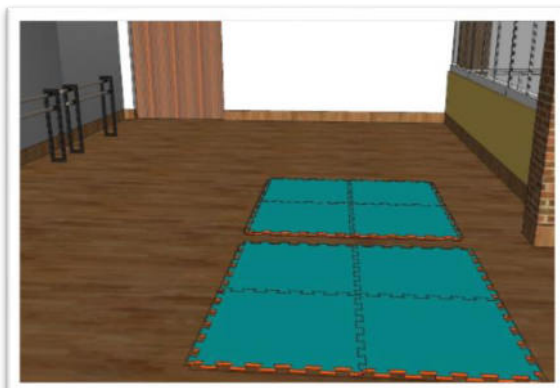
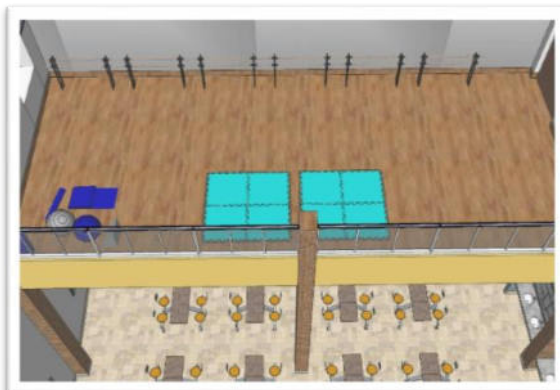
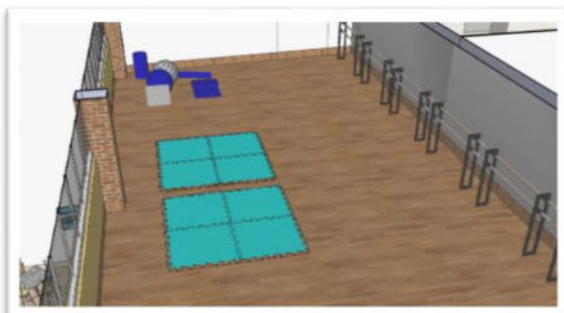


FIGURA SEM ESCALA



 Acesso Principal

DIRETRIZES

O ambiente foi planejado numa área que foi ampliada situada depois do setor administrativo. O espaço fica nos fundos do Imóvel B e sobre a área de rampas e balcão de pagamento do restaurante.

O ambiente possui janela de vidro que abre para o exterior, e também meia parede de vidro que possibilita a visualização da área de mesas do restaurante.

Possui ainda 01 (uma) entrada feita por porta dupla em vidro temperado, para que seja mantido o conceito de leveza, claridade e contemplação visual de todos os espaços.

O espaço conta com barras de ballet e toda estrutura para atividades educativas de dança, alongamento e pilates.

– ESCADA / RAMPA / CIRCULAÇÕES (A = 296,98m²)**DIRETRIZES**

Todos os ambientes mostrados estão localizados no pavimento superior dos 02 (dois) imóveis. O hall principal do pavimento superior apresenta-se em 02 (dois) níveis, devido a diferença de nível entre os imóveis. O acesso do hall principal para a circulação do Imóvel A se faz por escada ou rampa, visto que esse elevador (ascensor) tem parada nesse hall. O outro elevador (ascensor) que fica nos fundos do imóvel, na área de mesas do restaurante tem parada no nível da circulação do Imóvel A, atendendo, assim, todas as necessidades de acessibilidade.

Ao longo das circulações foram previstos os shafts (dutos) para quadros elétricos, lógica e telefonia, assim como bebedouros e bancos de madeira, proporcionando mais conforto e comodidade aos usuários.



– **SETOR DE SERVIÇO = Sala de Descanso / 2 D.M.L. (A = 25,08m²)**

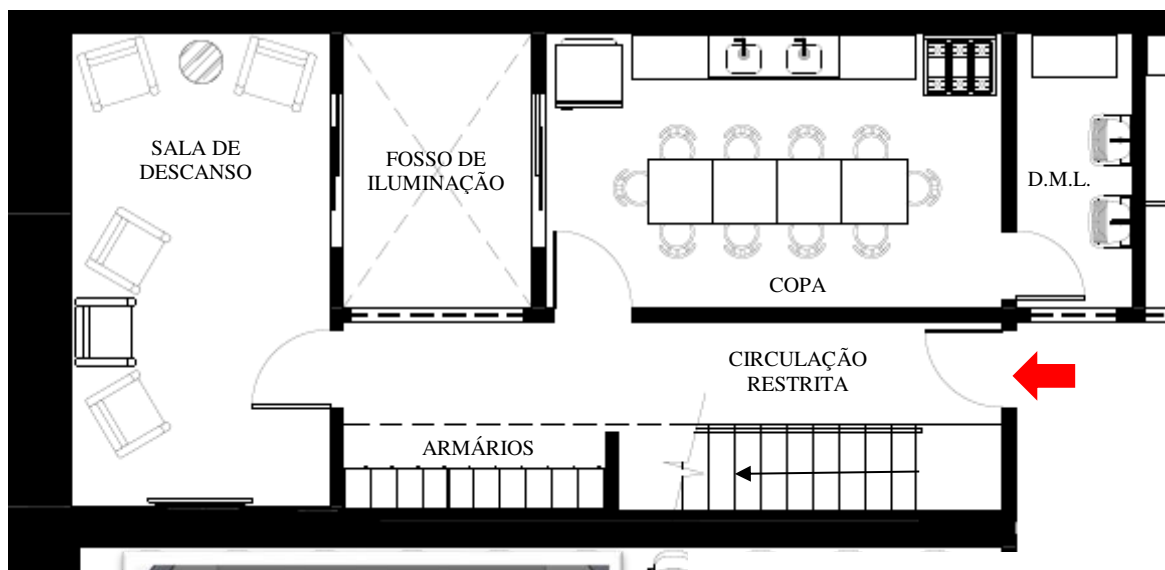
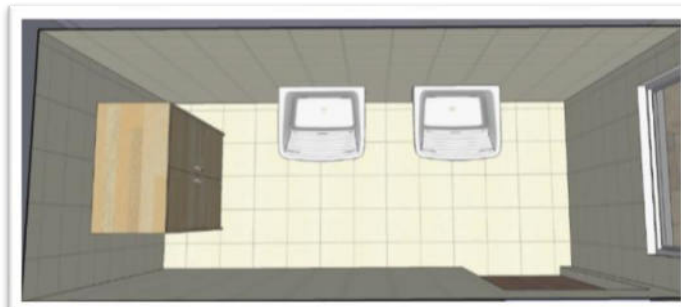
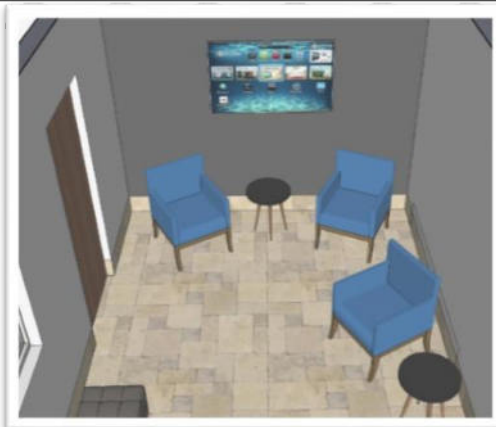


FIGURA SEM ESCALA

➔ Acesso Principal



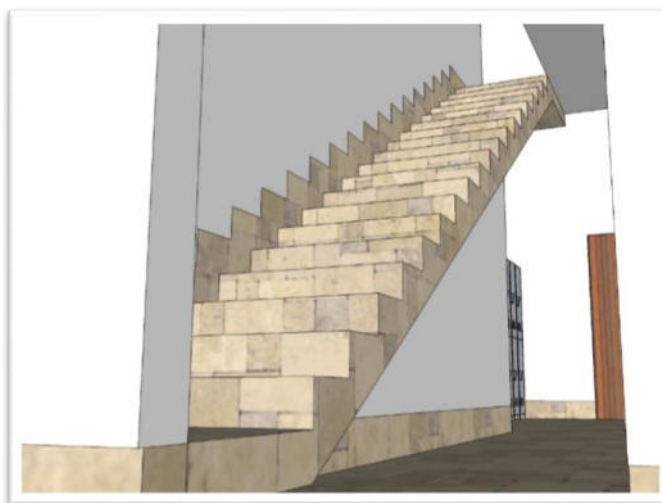
DIRETRIZES

O ambiente foi planejado numa área nos fundos dos imóveis, que foi completamente reconfigurada. O espaço destinado aos funcionários possui sala de descanso, copa, D.M.L. e local para armários privativos, que ficam sob a escada de acesso ao pavimento técnico.

Os ambientes possuem janelas (caixaria) de vidro temperado que abrem para um fosso de iluminação que intercepta todos os pavimentos dessa área. Cada ambiente possui 01 (uma) entrada feita por porta de madeira tipo veneziana, permitindo a privacidade que esses usos demandam.

A copa possui toda estrutura para que os funcionários possam realizar as suas refeições diárias. O D.M.L. possui 02 (dois) tanques e armário para guarda dos materiais de limpeza.

– **SETOR DE SERVIÇO = Copa / Circulação / Escada (A = 33,77m²)**



– **SETOR DE MANUTENÇÃO = Escritórios / D.M.L. (A = 47,22m²)**

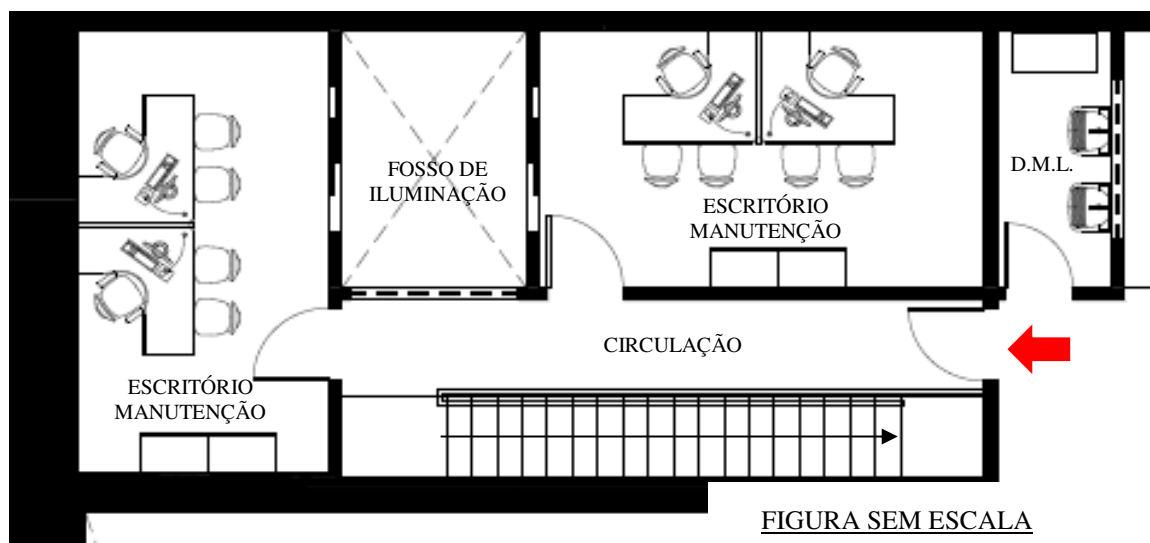
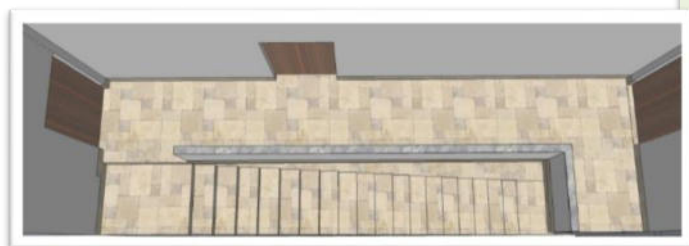
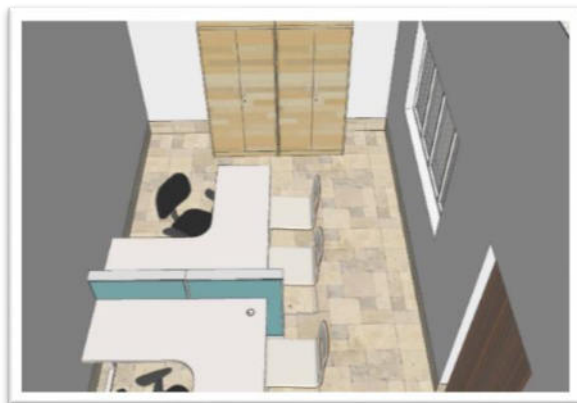


FIGURA SEM ESCALA



 Acesso Principal

DIRETRIZES

O ambiente foi planejado no último pavimento da área reconfigurada nos fundos dos imóveis. O setor de manutenção compreende 02 (duas) salas para os técnicos de manutenção e D.M.L.. Toda a parte de equipamentos condensadores da refrigeração, acesso aos barriletes (local das tubulações) das caixas d'água e laje técnica dos elevadores (ascensor) ficam dispostos nesse pavimento.

As salas dos técnicos da manutenção possuem 02 (duas) estações de trabalho e armários.

Os ambientes possuem janelas (caixarias) de vidro temperado que abrem para um fosso de iluminação que intercepta todos os pavimentos dessa área. Cada ambiente possui 01 (uma) entrada feita por porta de madeira tipo veneziana.

– **6 (seis) INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (A = 120,68m²)**

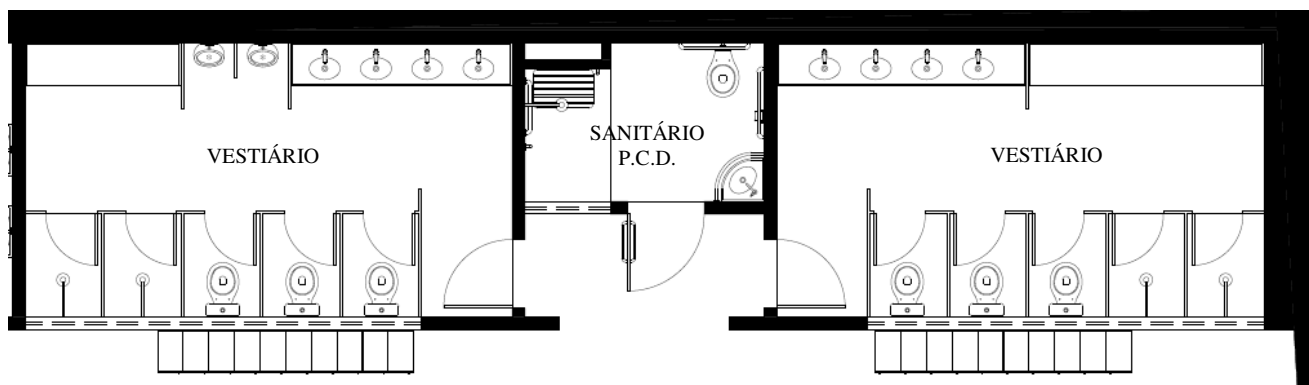


FIGURA SEM ESCALA

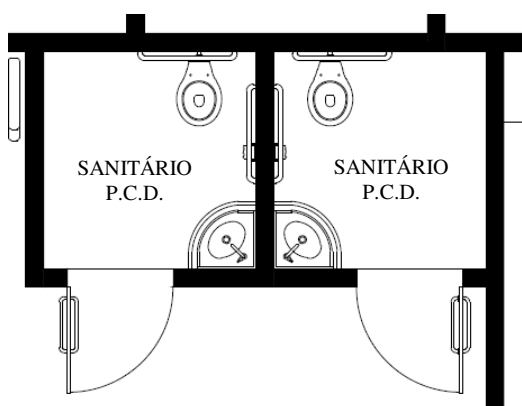


FIGURA SEM ESCALA

DIRETRIZES

Todos os sanitários previstos no projeto foram devidamente calculados obedecendo as normas vigentes. Os sanitários foram distribuídos por todo prédio e em todos os pavimentos, proporcionando comodidade e conforto para todos os usuários.

As bancadas e divisórias são de granito, as portas de acesso em madeira tipo veneziana e as janelas (caixarias) em vidro temperado.

Nos sanitários P.C.D. foram previstos todos os dispositivos legais exigidos pela NBR 9050 / 2015 para organização do espaço com atenção fundamental na segurança.

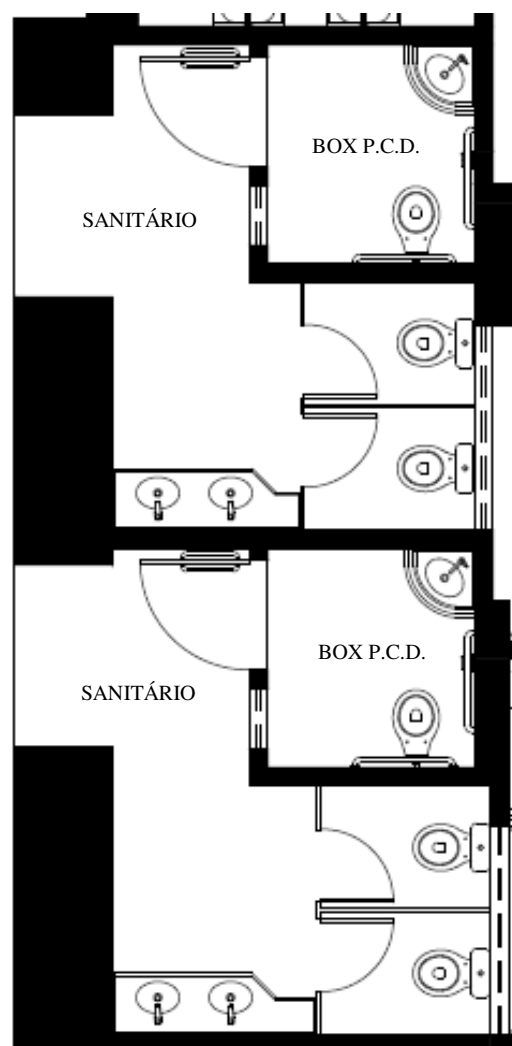
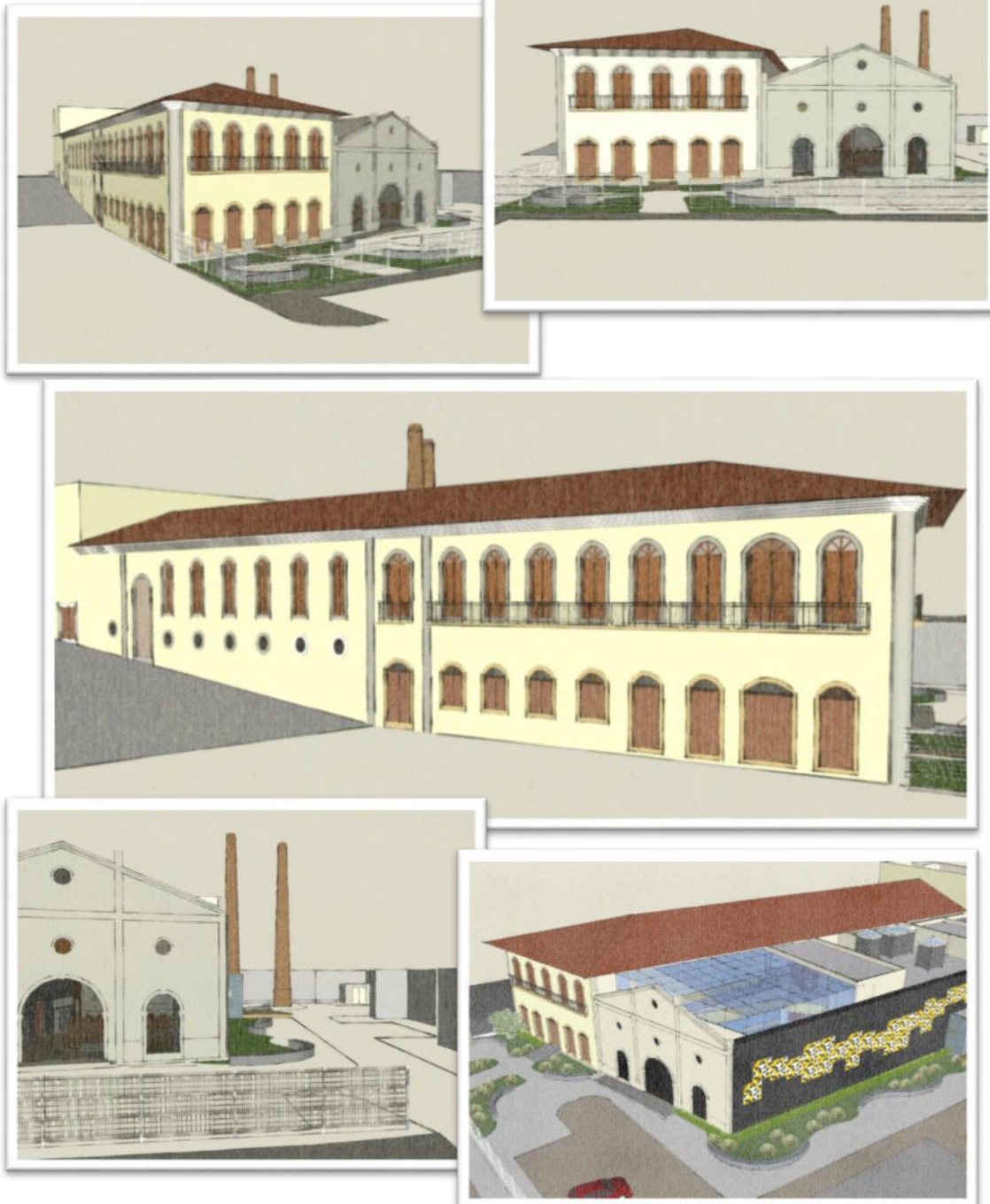


FIGURA SEM ESCALA

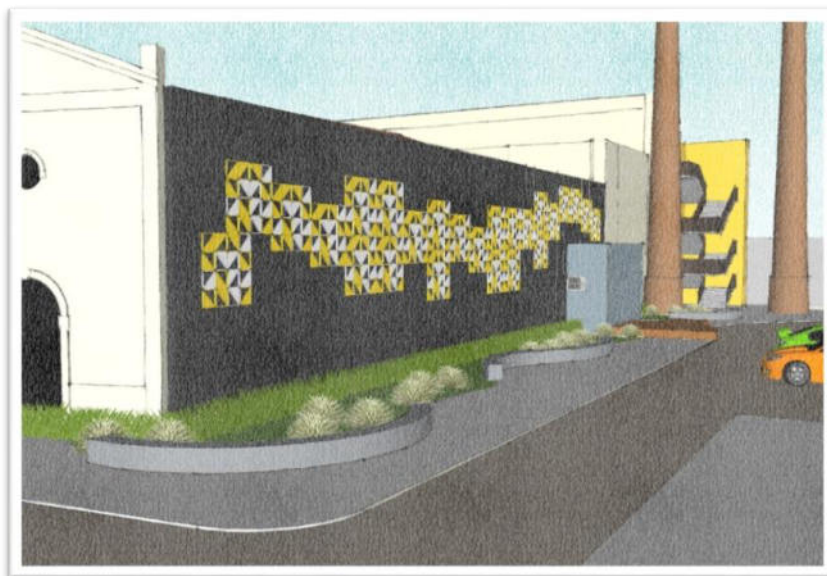
– **ÁREAS EXTERNAS**



DIRETRIZES

A proposta de intervenção nos imóveis busca a recuperação do maior número de elementos característicos dessa arquitetura. As fachadas foram recompostas na sua forma e altura, obedecendo as informações existentes de antigos vestígios.

Foram contemplados a recuperação da altura do Imóvel A, assim como seus elementos decorativos anteriormente extraídos, como, por exemplo, a cimalha que está sempre presente nessas construções coloniais. O Imóvel B também recebeu nova estrutura, com introdução de novas coberturas e algumas ampliações dentro do seu volume construído.



DIRETRIZES

Todo o complexo na qual estão inseridos os Galpões do Cais de Santo Ângelo foram tratados a partir de uma abordagem arquitetônica voltada para a sua reabilitação e preservação histórica no contexto da cidade de São Luís.

Na área externa foi completamente urbanizada, onde foram previstos estacionamentos, palco para apresentações, praça, áreas de jardim com bancos, além dos abrigos de gás e de lixo e escada de emergência nos fundos do terreno.

ESPAÇO DE EXTENSÃO EDUCACIONAL PARA PESSOA IDOSA:

Diretrizes de Projeto para Reabilitação de Imóvel Tombado no Centro Histórico da Cidade de São Luís – MA



b) Recomendações

O processo de reabilitação de um imóvel tombado estabelece uma série de procedimentos e ações, conforme foi exposto no decorrer deste Projeto Aplicado. De acordo com o Manual, instrumento utilizado para organização metodológica desse estudo, os projetos devem ser desenvolvidos de forma gradual e obedecendo etapas padronizadas, de modo que se torne viável a supervisão de cada uma, assim como o efetivo parêntese a fim de corrigir omissões ou falhas que possam prejudicar o andamento das etapas seguintes. Após o estudo preliminar - etapa em que será encerrada o presente estudo - ainda fazem parte das recomendações para um Projeto de Intervenção no Patrimônio Edificado as etapas de Projeto Básico e Projeto Executivo.

A Carta de Lisboa (1995), que aborda questões sobre Reabilitação Urbana Integrada, define que Reabilitação de um Imóvel como:

Obras que tem pôr fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiênicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atuais níveis de exigência. (CARTA DE LISBOA, 1995. Disponível em: <https://www.culturante.pt>).

Os projetos de intervenção em bens tombados devem obedecer, além dos documentos e normas ora citados na pesquisa, os seguintes procedimentos adicionais:

- As aprovações dos Projetos de Intervenção em Bens do Patrimônio Cultural são de competência do IPHAN, conforme estabelece o Decreto Lei nº 25 / 1937.
- Os projetos também devem ser aprovados pela Prefeitura do Município, Concessionárias de Serviços Públicos e possuir aprovação do Corpo de Bombeiros.
- Os projetos devem obedecer às determinações contidas nos Códigos, Leis, Normas pertencentes as esferas federal, estadual e municipal, ficando estabelecido que a prescrição mais abrangente será prioritariamente considerada pelos profissionais e em caso de incompatibilidades de informações, prevalecerão as recomendações dos órgãos federais.
- Os projetos de sinalização em áreas históricas devem seguir as orientações contidas no Guia Brasileiro de Sinalização Turística.
- O IPHAN dispõe de diversos manuais específicos que devem ser consultados durante o processo prévio de elaboração dos projetos, como: Manual de Conservação Preventiva, Manual de Conservação de Telhados, Manual de Conservação de Jardins Históricos, Manual de Conservação de Cantarias e Manual de Arqueologia Histórica.

Estabelecer diretrizes para adequação desses antigos edifícios e de muitas áreas urbanas, repletos de obstáculos físicos inadequados não é uma missão simples, mas com análises criteriosas de todo o processo incurso e a percepção cuidadosa da diversidade humana, especialmente quando abordamos temáticas específicas de determinada faixa etária (nesse Projeto Aplicado são os idosos), os profissionais atualmente voltam-se para a resolução dessa realidade objetivando proporcionar locais com o máximo de uniformidade e autonomia para os usuários. Além das várias orientações já descritas nesse Projeto Aplicado a respeito da temática do ambiente construído e a pessoa idosa, podemos citar ainda as que constam na NBR 15575 / 2013, que apesar de tratar da Norma de Desempenho de Edificações Habitacionais (térmico, acústico, luminoso, entre outros), serve como leitura indispensável (mesmo com alguns conteúdos conflitantes) para qualquer projeto de arquitetura como instrumento de tomada de decisões técnicas durante a concepção do projeto e para dirimir futuros problemas nos projetos complementares de engenharia.

Dos públicos existentes, os idosos são, talvez, os que necessitam de maiores cuidados no tocante à ambiente construído em consonância com as diretrizes da Norma acima citada. Seguindo as diretrizes projetuais, nesse Projeto Aplicado será priorizado o conforto térmico (higrotermico²⁸), com a utilização de vidros refletivos, muita cobertura vegetal no entorno do prédio e uso de refrigeração artificial em alguns ambientes, visto que a cidade de São Luís possui temperaturas muito elevadas durante grande parte do ano, o que pode ocasionar frequentes variações térmicas nos idosos. Outro importante fator a ser avaliado no projeto é o que se refere ao conforto luminoso, com áreas bem iluminadas e sem mudanças repentinas de luminosidade, para que os idosos possam desenvolver suas atividades sem confusão visual ou ofuscamentos.

Por fim, cabe ressaltar também a importância cultural que a revitalização de um imóvel tombado representa para a sociedade, visto que torná-lo útil e proveitoso é certamente uma herança imensurável no contexto histórico e além do mais quando se propõe a instalação de um espaço educacional voltado para os interesses das pessoas idosas, que da mesma forma de um antigo imóvel, necessitam de constante reintegração e renovação para se manterem vivos e ativos perante as sociedades contemporâneas.

²⁸ Sensação de bem-estar relativamente à humidade e temperatura ambiente. Depende de um equilíbrio a atingir entre o calor produzido pelo corpo e as perdas de calor do corpo para o ambiente. (Portal da Construção Sustentável. Disponível em: <http://www.csustentavel.com/glossary/conforto-higrotermico/>).

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos estudos realizados no Brasil sobre a relação do ambiente construído e as atividades neles exercidas está geralmente relacionada à avaliação e melhorias da infraestrutura existente. Estudos que associam a reabilitação de espaços físicos subutilizados, suas condições de acessibilidade e particularidades na rotina de um público específico, relacionando-as com o processo de ensino, aprendizagem e atividades de inclusão são escassos, sobretudo os relacionados com pessoas idosas.

Segundo o trabalho de Grigoletti & Ruviaro (2014), “[...] todo cidadão, independentemente de sua faixa etária, deve exigir espaços adequados às suas necessidades, no entanto, os idosos, que já se desgastaram durante anos de trabalho, e só almejam que o fim da vida seja tranquilo e agradável, sem passar por situações de abandono e exclusão social, sofrem mais com ambientes inadequados.” À medida que a população alcança expectativas de vida maiores, é fundamental garantir que ocorra com qualidade e bem-estar. A avaliação da qualidade do ambiente construído, também é abordada por Vasconcellos (2011), que desenvolveu um método para a avaliação do ambiente acessível, fazendo investigação de como está sendo tratada a avaliação da acessibilidade dos ambientes construídos. Assim, as pesquisas desenvolvidas nesse Projeto Aplicado reforçam a importância do estudo sobre o tema proposto e o enfoque aprofundado a respeito das áreas abordadas.

A cidade de São Luís possui um grande número de imóveis tombados que estão em condições precárias ou na iminência de desmoroamento. Esses imóveis, assim como os que formam o complexo do Cais de Santo Ângelo (objeto desse estudo) possuem enorme potencial arquitetônico, podendo ser viabilizados para diversos tipos de usos, como o demonstrado no projeto preliminar da referida pesquisa.

Os benefícios da reabilitação de um imóvel vão muito além da intervenção nesse objeto, visto que possibilitam também o resgate da identidade do local, dinamizam a circulação nessas regiões históricas e promovem a recuperação econômica através do surgimento de diversos serviços complementares.

Para o Projeto Aplicado foi proposto um estudo de caso que aborda uma proposta de reabilitação em um imóvel tombado no centro histórico da cidade de São Luís, para implantação de um Espaço de Extensão Educacional para Pessoa Idosa, que atualmente funciona dentro do Campus da UFMA, em ambientes com pouca estrutura física, dissociados e que exigem grandes deslocamentos dos usuários dentro do Campus. Os desafios para se implementar o extenso programa de necessidades para a UNITI em um imóvel tombado foram semelhantes ao enfrentado

em outras situações, visto que, a demanda mais significativa foi atender as muitas particularidades projetuais para atendimento do público idoso.

O desenvolvimento do estudo preliminar do projeto alcançou a demanda mínima necessária para o funcionamento do projeto de extensão educacional proposta pelos usuários e ainda ampliou as instalações com novos espaços para aprimorar as atividades desenvolvidas com os idosos. As condições de acessibilidade tanto no interior do imóvel como no seu entorno são perfeitamente aplicáveis. Toda a estrutura dos dois imóveis, assim como toda a sua área externa do complexo foram planejados para atender as demandas desse público idoso, com a incorporação de vários espaços de convivência e de interação social.

Fazem parte da essência principal desse Projeto Aplicado o estabelecimento do vínculo estrutural entre ambiente construído e usuário, através da revitalização completa dos imóveis para uso da pessoa idosa e também a ligação emocional entre usuário e ambiente construído, através da possibilidade de inserir no cotidiano das pessoas idosas experiências singulares de contato com a natureza, com locais para exposição ao sol, espaços para caminhadas e exercícios físicos ao ar livre que certamente são benéficos para a saúde física e mental dos idosos.

A importância em se desenvolver estudos sobre envelhecimento sempre acompanha os preceitos relativos a qualidade de vida, inclusão e participação ativa na sociedade. A pesquisa desenvolvida apresenta a importância da valorização desse pensamento e a sua concretização através de um modelo chamado Espaço de Extensão Educacional inserido harmoniosamente no contexto do patrimônio histórico e cultural da cidade de São Luís, bem como a colaboração para o ampliar dos dados documentais referentes aos assuntos apresentados e contribuir para a ampliação das discussões e ações concretas a respeito da temática do envelhecimento e reabilitação do patrimônio.

Embora a temática abordada no Projeto Aplicado ter como núcleo central o conhecimento e a percepção das pessoas idosas sobre espaços de extensão educacionais em ambientes seguro e confortáveis, compreende-se que muitas lacunas ainda existem e algumas questões ainda devem ser discutidas com os usuários e outros envolvidos na temática. Desta forma, seguem algumas recomendações para pesquisas futuras:

- Desenvolver opções para um Espaço Educacional para Pessoa Idosa dentro do Campus da UFMA, com estrutura que atenda às necessidades dos usuários, com programa equivalente ao proposto nessa pesquisa.
- Ampliar a discussão a respeito dos objetivos das UNITI existentes na cidade de São Luís, buscando criar uma rede integrada de formação e conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SÃO LUÍS. **Projeto Vida Ativa comemora 16 anos de atividades.** Disponível em: <http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/15244>. Acesso em: 5 de agosto de 2017.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social.** Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

ALMEIDA, Dayse Coelho. Estatuto do Idoso: real proteção aos direitos da melhor idade? **Boletim Jurídico**, Uberaba / MG, a. 2, nº 61. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/199/estatuto-idoso-real-protecao-aos-direitos-melhor-idade>. Acesso em: 24 agosto 2018.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O envelhecimento se espalha pelo mundo.** In: Eco Debate, 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/01/04/o-envelhecimento-se-espalha-pelo-mundo-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

ALVES, Vicente Paulo; LOPES, Carlos. **Idosos, Inserção social e envelhecimento saudável no contexto da Educação a Distância nas UnATIS: Um relato de experiência.** In: Pesquisas e Práticas Psicossociais 3 (1), 2008, São João del-Rei. Anais Eletrônico... São João del-Rei: UFSJ, 2008. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume3_n1/pdf. Acesso em: 16 de maio de 2018.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.** São Luís, MA. 1997. 48 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20SAO%20LUIS_pt.pdf. Acesso em: 9 de agosto de 2018.

ARAÚJO, Hortência Maciel Gago; COSTA, Maria Celeste Melo; FEITOSA, Maria Alves; FERREIRA, Maria Lucia. UNITI: Espaço de Interatividade educativa para a saúde emocional do idoso. **Revista Portal da Divulgação**, n. 24, Ano II, ago. 2012. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/revistanova/index.php/revistaportal/article/view/275/587>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. (2015). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro - Brasil.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. (2013). **NBR 15575: Desempenho de edificações habitacionais: Requisitos Gerais.** Rio de Janeiro - Brasil.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. (2008). **NBR 15599: Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviço.** Rio de Janeiro - Brasil.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. (1986). **NBR 9284: Equipamento urbano - Classificação.** Rio de Janeiro - Brasil.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Maranhão.** Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância e inovação tecnológica.** In: Trabalho, Educação e Saúde, v. 3 n. 1, p. 187-198. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v3n1/10.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Acervo Digital, 2018. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto nº 32.659, de 24 de fevereiro de 2017.** Institui o Centro de Referência Especializado Regionalizado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão - CREAISPI/MA, e dá outras providências. Secretaria de Estado de Transparência e Controle. 2017. Disponível em: <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4626#>.

CACHIONI, Meire. Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, v. 15. São Paulo: PUC/SP. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/issue/view/1034/showToc>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

CAIXA. **Caixa: compromisso com o Brasil.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

CAMPOS, Rodrigo Mendes. **Museu de Arte de São Luís: Reabilitação de edificações do Cais de Santo Ângelo para espaço múltiplo de arte.** 2015. Monografia (Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Maranhão, Maranhão.

Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada. Disponível em: https://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/1995__carta_de_lisboa_sobre_a_reabilitacao_urbana_integrada-1%C2%BA_encontro_luso-brasileiro_de_reabilitacao_urbana.pdf.

CARVALHO, Francisca Rosemary Ferreira de. **REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM PELA VELHICE: a fotografia enquanto memória de indivíduos abrigados em instituto de longa permanência Asilo de Mendicidade de São Luís.** 2012. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/35>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

CAZARRÉ, Marieta. **Baixa fecundidade reduz população de crianças e adolescentes em Portugal.** In: EBC Agencia Brasil, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-08/baixa-fecundidade-reduz-populacao-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

Cidades históricas – inventário e pesquisa: São Luís (Senado Federal - vol. 85). Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. 570p.

CORREA, Mariele Rodrigues. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579830037. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109097>. Acesso em: 5 de março de 2018.

COSTA, Gilberto. **Definição da linha de pobreza estabelece beneficiários e investimentos em políticas sociais.** In: EBC Agencia Brasil, 2010. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

ESTATUTO DO IDOSO: Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

FERNANDES, Fernando Roque. **França Equinocial.** In: Info Escola, 2015. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/franca-equinocial>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

FILHO, Domingos Vieira. **Breve História das Ruas e Praças de São Luís.** 2. ed. Maranhão: Olímpica Editora, 1971. 197 p.

FIOCRUZ. **Estudo longitudinal da saúde dos idosos brasileiro.** Disponível em: <http://elsi.cpqrr.fiocruz.br/a-pesquisa/objetivos>. Acesso em: 7 de julho de 2018.

GASPAR, Carlos; LICAR, Caroline Castro (Org.). **História de São Luís.** 1. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2012. 265p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIGOLETTI, Giane de Campos; RUVIARO, Raiana Spat. **Diretrizes para Projeto de Arquitetura Voltado às Necessidades da Terceira Idade**. XXVI Congresso Regional de Iniciação Científica e Tecnológica em Engenharia. Alegrete, Rio Grande do Sul - Brasil, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 de março de 2015.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. **Breve Histórico**. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/breve-historico>. Acesso em: 6 de abril de 2018.

IPEA. **Região Metropolitana da Grande São Luís**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_sao_luis. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

IPHAN. **Carta de Burra**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 7 de julho de 2018.

IPHAN. Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural – Cadernos Técnicos**. Brasília, DF. 2005. v. 4, 76 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf. Acesso em: 7 de julho de 2018.

ISSA, Maíra Piccolotto; POLTRONIERI, Julyane Pereira; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Procedimentos para Avaliação Pós-Ocupação (APO) de Edifícios Escolares: O Caso da E.E. Fernando Gasparian, na cidade de São Paulo**. São Paulo: NUTAU, 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/nutau/CD/82.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

JORGE, Miécio de Miranda (Org.). **Álbum do Maranhão 1950**. São Luís: s.n., 1950. 352p.

KALACHE, Alexandre. Envelhecimento: reflexos da pobreza, educação e atendimento médico na vida do idoso. **Rádio Câmara**, Brasília. 27 de março de 2017. Entrevista concedida a Mônica Thaty. Acesso em: 6 de março de 2018.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís: (ruas, logradouros e prédios históricos)**. 2. ed. São Paulo: Siciliano, 2002. 244p.

LIMA, Félix Alberto. **O Maranhão e a primeira tragédia da família Kennedy**. In: O Redemoinho, 2013. Disponível em: <http://oredemoinho.blogspot.com/2013/09/o-maranhao-e-primeira-tragedia-da.html>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

LOPES, José Antonio Viana (Org.). **Guia de São Luís e Alcântara - Guia de Arquitetura e Paisagem**. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura e Vivienda, 2008. 448p.

LOPES, José Antônio Viana. **Capital Moderna e Cidade Colonial: O Pensamento Preservacionista na História do Urbanismo Ludovicense**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3557>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico – Geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2011. 1028p.

MELO, Cleto Gonzaga Câmara de. **Expectativa de Vida no Maranhão Contemporâneo: Realidades e Desafios**. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2014, São Pedro. Anais Eletrônico... São Pedro, SP: ABEP, 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/anais/index.php>. Acesso em: 6 de abril de 2018.

MENDONÇA, Jurilza Maria Barros. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS NO BRASIL: Análise à luz da influência das Normativas Internacionais**. 2015. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18823/1/2015_JurilzaMariaBarrosMendonca.pdf. Acesso em: 5 de março de 2018.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Lei tombamento completa 80 anos, continua atual. **Revista Consultor Jurídico**. São Paulo: CONJUR, dez. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-09/ambiente-juridico-lei-tombamento-completa-80-anos-continua-atual>. Acesso em: 3 de agosto de 2018.

MOTA, Antonia da Silva; PERNAMBUCANO, U. **Atividade fabril em São Luís do Maranhão, séculos XVIII-XIX**. In: Antonia da Silva Mota; Ulisses Pernambucano. (Org.). A SEDUÇÃO DAS RUÍNAS - Arqueologia e Resgate. 1. ed. São Luís: EDUFMA / IPHAN, 2015, v. 1, p. 51-78. Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/verProducao>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas idosas**. 1991. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. **O primeiro processo de territorialização do Estado do Maranhão e Grão-Pará**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais Eletrônico... São Paulo, SP: ANPUH, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473062_ARQUIVO_ArtigoAnpuhUSP2011\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473062_ARQUIVO_ArtigoAnpuhUSP2011[1].pdf). Acesso em: 3 de agosto de 2018.

PATRIMÔNIO MUNDIAL DO BRASIL. 2. ed. Brasília: UNESCO, Caixa Econômica Federal, 2002.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. **Economia maranhense de 1890 a 2010: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento**. 2016. 244 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1491>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

PEREIRA, Epitácio Cafeteira Afonso. **Reviver**. 1. ed. Brasília: Senado Federal, 1994.

PEREIRA, Raimundo A. **Lembranças de São Luís**. Disponível em: http://www.brasilcut.pro.br/brasil_antigo/sao_luis/sao_luis01.htm. Acesso em: 7 de julho de 2018.

PINHEIRO, Analissa Barros. A política estadual do idoso e a construção da rede de proteção à pessoa idosa no Maranhão. 1. ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 74-99. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/>. Acesso em: 27 de março de 2017.

Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002. Madrid, Espanha: Segunda Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, 2002. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/devagenda/ageing.shtml>.

PORDATA. Base de Dados Portugal Contemporâneo. **Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos**. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Glossario>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento. **Na trilha da modernização: uma análise da mobilidade dos bondes elétricos em São Luís do Maranhão.** Mobilidade Urbana em São Luís, p. 49-69, EDUFMA, 2009. ISBN 978-85-7862-057-8. Disponível em: <http://www.gepfs.ufma.br/livros/LIVRO%20ELETRONICO%20MOBILIDADE%20URBANA.pdf>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUND, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** 4. ed. Gradiva, 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/37937019/Quivy-e-Campenhoudt-Manual-de-Investigacao-em-Ciencias-Sociais#scribd>. Acesso em: 22 de dezembro de 2014.

RHEINGANTZ, Paulo A. et al. Avaliação pós-ocupação. **Revista Arquitetura**, n.80. Rio de Janeiro: IAB/RJ, jul/set. 1997. Disponível em: http://www.fau.ufrj.br/prologar/arq_pdf/diversos/arq_80_iabrij_apo.pdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2014.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação: o que deu tão errado?** 2016. 104 p. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23037>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

ROQUE, João Carlos Almendra. **Reabilitação estrutural de paredes antigas de alvenaria.** 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade do Minho, Portugal. Disponível em: http://purl.pt/13789/1/sa-105570-v_PDF/sa-105570-v_PDF_X-C/sa-105570-v_0000_1_tX-C.pdf. Acesso em: 5 de dezembro de 2018.

SALLES, Rádila Fabricia. **Os benefícios da atividade física na terceira idade.** In.: **Congresso Nacional de Envelhecimento Humano.** Fernandópolis. Anais Eletrônico... Fernandópolis, SP. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/cneh/trabalhos/TRABALHO_EV054_MD2_SA7_ID2194_10102016170229.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

SECRETARIA CULTURAL DO PATRIMÔNIO. **Tombamentos.** Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

Silva, Flora Moritz da; Silva, André Tiago Dias da; Rocha, Rudimar Antunes da. **Onde estão as UNTI das Universidades Públicas Federais do Brasil.** In: XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 2017, Mar del Plata. Anais Eletrônico... Mar del Plata, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181218/101_00171.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

SILVA, Gabriela Melo. **Traços desejanter da cidade: o apelo pela modernização em São Luís (1889 1970).** 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, Maranhão. Disponível em: <https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/807>. Acesso em: 3 de agosto de 2018.

SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão.** 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MMMD-AJJKW4>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

SILVA, João Ricardo Costa. **Políticas Públicas no Centro Histórico de São Luís: as etapas do processo de intervenções urbanísticas.** In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, São Luís. Anais Eletrônico... São Luís: UFMA, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/5_estado-identidade/politicas-publicas-no-centro-historico-de-sao-luis-as-etapas-do-processo-de-intervencoes-urbani.pdf. Acesso em: 6 de setembro de 2018.

SOARES, Luís José Jorge. São Luís nasceu assim, 2010. In: O Estado, 2010. Disponível em: <https://www.blogsoestado.com/josejorge/2010/09/10/sao-luis-nasceu-assim>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

SOIHET, Elena; RODRIGUES, Vladimir Correa. **O sistema de Seguridade Social Brasileiro: um debate sobre a atual reforma.** In: XII Congresso Brasileiro de História da Economia e 13^a Conferência Internacional de História de Empresas, 2017, Niterói. Anais Eletrônico... Niterói, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/31%20O%20sistema%20de%20Seguridade%20Social%20Brasileiro%20um%20debate%20sobre%20a%20atual%20reforma.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

TEIXEIRA, Diana Cristina de Sousa. **Antecipando os anos dourados.** 2009. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2190/1/22410_ulfp034955_tm.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2017).

TOZI, Desirée Ramos. **Primavera de Estações: O Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural na região do bairro da Luz.** 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04122007-114906/pt-br.php>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, 1987.

UJIKAMA, Camila Mie. **Vila dos Anciãos: Intervenção Urbana em Área Degradada Destinada à Habitação e Convívio de Idosos.** 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Universidade Integrada da Terceira.** Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proex>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

VASCONCELLOS, Beatriz Cunha de. **A construção de um método para avaliação do ambiente construído.** 2011. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: http://www.poscivil.uff.br/sites/default/files/dissertacao_tese/01_nov_2012_tese_beatriz_aprovadaarrumada.pdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2014.

VELOSO, Esmeraldina Costa. As Universidades da Terceira Idade em Portugal: Um contributo para a análise da sua emergência. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [S.l.], p. 263-284, dez. 2007. ISSN 1647-8614. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1218>. Acesso em: 29 janeiro 2018.

ZOROWICH, Ana Clara. **Taipa de Pilão.** Disponível em: <http://www.ecoeficientes.com.br/taipa-de-pilao>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICES

a) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado ***“Espaço de Extensão Educacional para Pessoa Idosa: Diretrizes para Reabilitação de um Imóvel Tombado no Centro Histórico da Cidade de São Luís – MA”***.

O objetivo geral desta pesquisa é propor diretrizes para reabilitação de um imóvel tombado no centro histórico da cidade de São Luís - MA para implantação de um espaço de extensão educacional para pessoa idosa. Especificamente, buscaremos conhecer e analisar a percepção dos usuários sobre espaços de extensão e centros de convivência, assim como suas perspectivas no processo de interação social; detectar as dificuldades e facilidades enfrentadas pelos professores e funcionários no desenvolvimento das atividades interdisciplinares com pessoas idosas; pesquisar prédios tombados sem uso ou subutilizados, que podem abrigar o espaço de extensão em estudo; conhecer o espaço físico, realizar avaliação e levantamento físico do prédio em estudo e verificar as condições de acessibilidade do prédio em estudo; propor diretrizes para reabilitação do prédio de modo a proporcionar ambientes físicos adequados para receber pessoas idosas.

Para realizar o estudo será necessário que o (a) Sr. (a) se disponibilize a participar dessa entrevista, assim como autorização para divulgar os resultados obtidos em eventos, publicações científicas e congressos. Com a sua contribuição buscaremos aprofundar o conhecimento sobre quais são as perspectivas e anseios que as pessoas idosas têm a respeito das atividades que podem realizar e como podem desenvolver suas potencialidades e habilidades.

Os riscos da sua participação nesta pesquisa são mínimos, em virtude de as informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o (a) Sr. (a) receberá uma cópia. Esclarecemos ainda, que de acordo com a Resolução CNS nº 169 / 96, V, ao responder a uma entrevista, os sujeitos estão em risco de sofrerem algum tipo de constrangimento ou mesmo trazer à memória experiências desconfortáveis, porém esses riscos citados não fazem parte das intenções dessa pesquisa.

O (a) Sr. (a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº 466 / 12 e complementares.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, ciente que receberei uma cópia desse documento e entendido o que me foi explicado,

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, ciente que receberei uma cópia desse documento e entendido o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “*Espaço de Extensão Educacional para Pessoa Idosa: Diretrizes para Reabilitação de um Imóvel Tombado no Centro Histórico da Cidade de São Luís – MA*”.

Desde já agradecemos a sua contribuição!

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Caso o entrevistado esteja impossibilitado de assinar:



ESPAÇO PARA
IMPRESSÃO DIGITAL

Assinatura da Testemunha

PARA QUALQUER ESCLARECIMENTO ENTRAR EM CONTATO:

Pesquisadora: Ana Carolina Amorim dos Passos Mendonça

Endereço: Rua 06, Quadra N, Ed. Monte Rainier, aptº 204, Loteamento Alterosa, Bairro Calhau

Telefone: (98) 9 8138 8377

E-mail: acmendonca33@gmail.com

OU:

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital e Maternidade São Domingos (HSD)

Endereço: Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 540, 3º andar, Bairro Bequimão

Telefone: (98) 3216 8107

Horário de funcionamento: 14h às 18h de segunda a sexta

Atenciosamente,

Ana Carolina Amorim dos Passos Mendonça

Assinatura do Pesquisador Responsável

b) INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO (Grupo 01 - A)

Este questionário auxiliará na realização da pesquisa intitulada: *“Espaço de Extensão Educacional para Pessoa Idosa: Diretrizes de Projeto para Reabilitação de Imóvel Tombado no Centro Histórico da Cidade de São Luís – MA”*. As suas opiniões e respostas são confidenciais, portanto, NÃO escreva o seu nome.

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO				
Sexo:		Profissão:		
Idade:		Estado civil:		
Escolaridade:		Tem filhos? Quantos?		
Renda mensal:	menor que R\$ 1.000,00	R\$ 1.001,00 – 3.000,00	R\$ 3.001,00 – 5.000,00	maior que R\$ 5.000,00
ANSEIOS / MOTIVAÇÃO / SUGESTÕES				
O que motivou você a procurar a UNITI?				
Você está satisfeito (a) com as atividades que está desenvolvendo na UNITI? Por quê?				
Quais as atividades da sua preferência?				
Você gostaria de ter cursos e/ou aulas mais específicas? Qual?				
Você está usando o conhecimento que está adquirindo na UNITI em algum lugar?				
Na sua opinião, alguma coisa precisaria ser melhorada ou modificada na UNITI? O quê?				
MOBILIDADE / ESTRUTURA FÍSICA				
Como você se desloca para suas atividades na UNITI?				
Algo impede você de executar suas atividades de forma independente? O quê?				
Você faz alguma atividade física pelo projeto? O que você acha da estrutura física dessa área?				
O que você acha dos ambientes disponibilizados para atividades da UNITI? Cite algo que poderia melhorar a estrutura física dessas áreas?				
Como está a questão da acessibilidade nesses ambientes? Você se sente segura neles?				
Você gostaria que as diversas atividades realizadas na UNITI fossem todas num mesmo prédio? Por quê?				

Obrigada pela colaboração!

QUESTIONÁRIO (Grupo 02 - F)

Este questionário auxiliará na realização da pesquisa intitulada: *“Espaço de Extensão Educacional para Pessoa Idosa: Diretrizes de Projeto para Reabilitação de Imóvel Tombado no Centro Histórico da Cidade de São Luís – MA”*. As suas opiniões e respostas são confidenciais, portanto, NÃO escreva o seu nome.

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO	
Sexo:	Profissão:
Idade:	Estado civil:
Escolaridade:	Tem filhos? Quantos?
ANSEIOS / MOTIVAÇÃO / SUGESTÃO	
Há quanto tempo você trabalha na UNITI?	
O que mais lhe motiva em trabalhar nesse projeto?	
Você está satisfeito (a) com as atividades que são desenvolvidas na UNITI? Por quê?	
Na sua opinião, alguma coisa precisaria ser melhorada ou modificada no projeto da UNITI? O quê?	
Qual o nível de consciência dos alunos que a UNITI recebe? Em que situação o aluno não é aceito?	
Você acha que os objetivos do projeto estão sendo realizados?	
MOBILIDADE / ESTRUTURA FÍSICA	
Como você se desloca para suas atividades na UNITI?	
Algo impede você de executar suas atividades de forma independente? O quê?	
São atendidos quantos alunos no projeto UNITI? Existe a intenção de aumentar esses atendimentos?	
O que você acha dos ambientes disponibilizados para atividades da UNITI? Cite algo que poderia melhorar a estrutura física dessas áreas?	
Como está a questão da acessibilidade nesses ambientes? Você se sente segura neles?	
Você gostaria que as diversas atividades realizadas na UNITI fossem todas num mesmo prédio? Por quê?	

Obrigada pela colaboração!

c) TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO, eu, Ana Carolina Amorim dos Passos Mendonça, brasileira, casada, CPF: 807.873.483-34, RG: 59469096-0, residente e domiciliada na Rua 06, Quadra N, nº 23, Edifício Monte Rainier, apto 204, Loteamento Alterosa, Bairro Calhau, neste ato tendo a responsabilidade como pesquisador responsável no projeto de pesquisa: *“Espaço de Extensão Educacional para Pessoa Idosa: Diretrizes para Reabilitação de um Imóvel Tombado no Centro Histórico da Cidade de São Luís – MA”*, que será desenvolvido após aprovação no respectivo Comitê de Ética em Pesquisa, declaro que:

- Estou ciente e assumo o compromisso de cumprir os termos da Resolução CNS nº 196 / 96, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais Resoluções Complementares;
- Assumo o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- As informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas apenas para se atingir os objetivos previstos nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos voluntários;
- Os materiais e dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade de Ana Carolina Amorim dos Passos Mendonça que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa;
- Não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados;
- Os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de apresentação em encontros científicos ou publicação em periódicos científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa;
- Comunicarei ao Comitê de Ética em Pesquisa a suspensão ou o encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa;
- O Comitê de Ética em Pesquisa será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos, resultantes desta pesquisa, com o voluntário.

São Luís, 29 de agosto de 2017.

Pesquisadora Responsável: Ana Carolina Amorim dos Passos Mendonça

E-mail: acmendonca33@gmail.com

Assinatura: *Ana Carolina Amorim dos Passos Mendonça*

Orientadora: Maria João Lino Silva Gomes

E-mail: mariajoao@ipg.pt

Assinatura: *Maria João Lino Silva Gomes*

Coorientadora: Ellayne Kelly Gama de Paiva

E-mail: ellaynekelly@yahoo.com

Assinatura: *Ellayne Gama de Paiva*

d) JUSTIFICATIVA PARA COMITÊ DE ÉTICA

JUSTIFICATIVA DO RECURSO

Título da Pesquisa: Espaço de extensão educacional para pessoa idosa:
Diretrizes de projeto para reabilitação de um imóvel tombado no centro histórico
da cidade de São Luís - MA

Pesquisador: ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONÇA

Instituição Proponente: INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA - Portugal

Número do Parecer: 2.324.212

Conforme recomendação do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, do Hospital e Maternidade São Domingos - HSD, que analisou o projeto de pesquisa com o título: *“Espaço de Extensão Educacional para Pessoa Idosa: Diretrizes de Projeto para Reabilitação de um Imóvel Tombado no Centro Histórico da Cidade de São Luís – MA”*, em que recomendou a revisão na metodologia do projeto (pela necessidade de maior clareza do método utilizado e para que os examinadores não tivessem dúvidas do que será realizado no projeto) informo que os comentários e considerações sobre a Pesquisa foram aceitos e revisados, sendo que os documentos foram novamente anexados para nova apreciação.

São Luís, 29 de dezembro de 2017

Ana Carolina Amorim dos Passos Mendonça

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXOS

ANEXOS

a) AUTORIZAÇÃO PARA VISITA TÉCNICA AO IMÓVEL

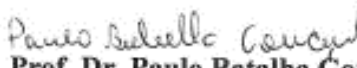


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Campus São Luís - Centro Histórico

AUTORIZAÇÃO

Considerando o cadastramento físico e fotográfico a ser realizado pela senhora **ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONÇA**, brasileira, casada, Arquiteta e Urbanista, CAU: A36334-0, CPF:807.873.483-34, RG: 59469096-0, domiciliada à Rua 06, quadra N, n. 23, Ed. Monte Ranier, ap.204, Loteamento Alterosa, Calhau, a fim de subsidiar estudo para reabilitação de um imóvel que abrigará um espaço de extensão educacional para pessoas idosas, objeto de sua dissertação de Mestrado em Construções Cíveis no Instituto Politécnico da Guarda, em Portugal, **VIMOS AUTORIZAR sua visita técnica às instalações do prédio localizado à Av. Vitorino Freire, SN, Praia Grande.**

São Luís, 11 de agosto de 2017.


Prof. Dr. Paulo Batalha Gonçalves
Diretor da Diretoria Geral/IFMA
Campus São Luís – Centro Histórico
Portaria nº. 5491 – DOU 16/09/2016
Mat.: 1665130

b) AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA PEQUISA NA UNITI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís-MA.
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E EMPREENDEDORISMO
UNIVERSIDADE INTEGRADA DA TERCEIRA IDADE
Coordenação Geral



UNITI/ PROEXCE

AUTORIZAÇÃO

Considerando a solicitação da senhora ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONÇA, esta Coordenação, autoriza a mesma, a desenvolver um trabalho de pesquisa junto aos alunos do Projeto de Extensão UNITI, para subsidiar a dissertação de mestrado em construções civis do Instituto Politécnico da Guarda, em Portugal.

São Luís, 14 de Agosto de 2017


Hortência Maciel Gago Araújo
Coordenadora Geral da UNITI
Hortência Maciel Gago Araújo
Coordenadora Geral
UNITI

"Consolidar avanços e Vencer
Desafios"

Av. dos Portugueses, 1966 Cidade Universitária "Dom Delgado" – São Luís – MA – 65080-040
Fone/Fax (98) 3272- 8615 – Secretaria: (98) 3272- 8616
E-mail: uniti3idade@hotmail.com

c) SOLICITAÇÃO AO COMITÊ DE ÉTICA PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Espaço de extensão educacional para pessoa idosa: Diretrizes para reabilitação de um imóvel tombado no centro histórico da cidade de São Luís - MA.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 61			
3. Área Temática			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 3. Engenharias			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONÇA			
6. CPF: 807.783.483-34		7. Endereço (Rua, n.º): RUA SEIS, QUADRA N, nº 23 LOTEAMENTO ALTEROSA, BAIRRO CALHAU ED. MONTE RAINIER, APTº. 204 SÃO LUIS MARANHÃO 65073143	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 98981388377	10. Outro Telefone:	11. Email: acmendonce33@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p>Data: <u>04 / 09 / 2017</u> Ana Carolina A.P. Mendonça</p> <p style="text-align: right;">Assinatura</p>			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA - <u>ITE</u>		13. CNPJ: 14. Unidade/Órgão: <u>Escola Sup. Tecnologia e Gestão</u>	
15. Telefone: 00271220100		16. Outro Telefone: <u>271 220120</u>	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição). Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>DIRETORIA DE ESCOLA</u> CPF: _____</p> <p>Cargo/Função: _____</p> <p>Data: <u>2017 / 09 / 04</u> <u>Moisés da Silva</u></p>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			



d) AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

**HOSPITAL E MATERNIDADE
SÃO DOMINGOS**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Espaço de extensão educacional para pessoa idosa: Diretrizes para reabilitação de um imóvel tombado no centro histórico da cidade de São Luís - MA.

Pesquisador: ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONÇA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76553517.0.0000.5085

Instituição Proponente: INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.468.995

Apresentação do Projeto:

TRATA-SE DE UM PROJETO COM TÍTULO ESPAÇO DE EXTENSÃO EDUCACIONAL PARA PESSOA IDOSA:

DIRETRIZES DE PROJETO PARA REABILITAÇÃO DE IMÓVEL TOMBADO NO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE SÃO LUÍS – MA. O PROJETO SE JUSTIFICA NA BUSCA EM CONHECER A PERCEPÇÃO DO IDOSO SOBRE OS ESPAÇOS EDUCACIONAIS DESTINADOS AO MESMO.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos são investigar quais os desafios para propor diretrizes de projeto para reabilitação de um imóvel tombado no centro histórico da cidade de São Luís - MA para implantação de um espaço de extensão educacional para pessoa idosa. Realizar avaliação física, verificar as condições de acessibilidade e levantamento cadastral do prédio selecionado para a pesquisa; Conhecer e analisar a percepção de idosos que utilizam o espaço de extensão educacional da UNITI / UFMA, assim como as necessidades em relação a esse ambiente para melhorar o processo de interação educacional; Detectar as necessidades dos professores e funcionários quanto ao espaço físico da UNITI / UFMA para o desenvolvimento das atividades com pessoas idosas; Propor diretrizes para reabilitação do prédio selecionado de modo a proporcionar ambientes físicos adequados para atividades laborais, de estudo e lazer para pessoas idosas.

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, nº 540

Bairro: Bequimão

CEP: 65.060-642

UF: MA

Município: SÃO LUÍS

Telefone: (98)3216-8113

Fax: (98)3236-3395

E-mail: cep@hospitaisaodomingos.com.br

HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO DOMINGOS



Continuação do Parecer: 2.468.995

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foi descrita avaliação de riscos e benefícios. Sendo entre os benefícios o uso eventual, se apropriado de prédios tombados e subutilizados como espaços para educação de idosos; e entre os riscos aqueles inerentes ao constrangimento pelo ato de responder ao questionário da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa simples, que pode ser útil especialmente aos gestores públicos, ao darem melhor uso aos espaços de educação de idosos

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados de acordo com a Res. 466/12

Recomendações:

Após o término da pesquisa, solicitamos que os resultados do estudo sejam multiplicados com a instituição que autorizou a coleta de dados de forma anonimizada e com o CEP- HSD.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Recurso do Parecer	recurso.pdf	29/12/2017 18:22:13		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	justificativa_recurso.pdf	29/12/2017 18:22:04	ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONCA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_pesquisa.pdf	29/12/2017 18:02:34	ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONCA	Aceito
Outros	instrumento_coleta_dados.pdf	29/12/2017 18:02:00	ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONCA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_882107.pdf	04/09/2017 23:04:50		Aceito
Declaração de	autorizacao_projeto_extensao.pdf	04/09/2017	ANA CAROLINA	Aceito

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, nº 540

Bairro: Bequimão

CEP: 65.060-642

UF: MA

Município: SÃO LUÍS

Telefone: (98)3216-8113

Fax: (98)3236-3395

E-mail: cep@hospitalsaodomingos.com.br

**HOSPITAL E MATERNIDADE
SÃO DOMINGOS**

Continuação do Parecer: 2.468.995

Instituição e Infraestrutura	autorizacao_projeto_extensao.pdf	23:00:47	AMORIM DOS PASSOS MENDONCA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_imovel_tombado.pdf	04/08/2017 23:00:27	ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONCA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_consentimento_livre_esclarecido.pdf	04/08/2017 22:53:43	ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONCA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_compromisso.pdf	04/08/2017 22:53:15	ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONCA	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	04/08/2017 22:48:33	ANA CAROLINA AMORIM DOS PASSOS MENDONCA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 17 de Janeiro de 2018

Assinado por:

LUCIA MARIA COELHO ARAUJO
(Coordenador)

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, nº 540

Bairro: Bequimão

CEP: 65.060-642

UF: MA

Município: SÃO LUIS

Telefone: (98)3216-8113

Fax: (98)3236-3395

E-mail: cep@hospitaisaodomingos.com.br